

**LUIS ALBERTO ZIMBARG**

**O CIDADÃO ARMADO  
COMUNISMO E TENENTISMO (1927 – 1945)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da  
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”,  
Campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em  
História (Área de concentração História e cultura social)

Orientadora: Profa. Dra. Alzira Lobo de Arruda Campos

Franca  
2001

## Agradecimentos:

Na elaboração desta dissertação pude contar com a cooperação inestimável de algumas pessoas que foram fundamentais:

Maria Lúcia Torres pelas revisões e auxílios à pesquisa e que muitas vezes mostrou um empenho maior do que o meu próprio.

Dora Lúcia Soares dos Santos, pela revisão, correções gramaticais e sugestões.

Prof. Dra. Helouise Costa pelas sugestões e pelo apoio moral.

Prof. Paulo Cunha pelas diversas sugestões e pelas entrevistas que me indicou.

Ao brasilianista John Foster Dulles por gentilmente ceder suas entrevistas realizadas com Ilvo e Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

À direção e toda equipe do Cedem/Unesp pelos recursos postos à minha disposição e pela facilidade de acesso ao seu acervo, sem os quais esta dissertação não seria possível.

Dulce Meirelles Costa Leite Reis pelo acesso ao arquivo pessoal de seus pais, Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite, por seus depoimentos e pela sua paciência para comigo, identificando vários personagens citados nos documentos e muitas vezes traduzindo trechos manuscritos que este autor não conseguiu ler.

Lembranças especiais à minha mãe e manas.

## Resumo:

Esta dissertação estuda os motivos que levaram o PCB e setores do tenentismo a se aliarem no final da década de 20 e como se desenvolveu esta aliança, até o seu rompimento, com a democratização de 1945. A análise concentra-se na militância política de Silo Meirelles e seu cunhado Carlos da Costa Leite, participantes destacados dos levantes tenentistas dos anos vinte. Estes dois militantes estavam junto com Luiz Carlos Prestes, quando este rompeu com a maior parte dos seus colegas de movimento, ingressando no PCB.

Esta dissertação divide-se em três partes, cada uma delas abarcando um período considerado crucial na política de alianças do Partido Comunista: a primeira parte engloba o período de 1927 a 1934, que analisa as primeiras aproximações entre o comunismo e o movimento tenentista e a interrupção desta aproximação com a política de “proletarização” do Partido, que culminou no afastamento da maior parte de Direção Nacional original do Partido. A segunda parte analisa a unidade entre o PCB e o movimento tenentista, consubstanciada na linha política de Frentes Populares, adotada pelos partidos comunistas a partir do VII Congresso da IC e que tem seu ponto culminante com o levante de novembro de 1935. A última parte abarca o período de 1937 a 1945, marcado pelo Estado Novo e pelo gradual desaparecimento do movimento tenentista, que é superado pela conjuntura nacional. A deflagração da Segunda Guerra Mundial introduz as aspirações democráticas no ideário comunista e a discussão sobre a forma de inserção do Partido no novo período democrático nacional irá acarretar no rompimento de remanescente do tenentismo que militavam no PCB, Silo Meirelles e Carlos da Costa Leite, que defenderão uma aliança ampla do Partido com a maior parte das correntes oposicionistas ao Estado Novo, proposta que não será vencedora na disputa interna ocorrida entre 1942 e 1945, resultando no afastamento destes militares do Partido que irá alcunhá-los com a designação de “liquidacionistas”, afirmando que eles pretendiam liquidar o Partido Comunista.

## SUMÁRIO

Introdução .....	I
I – Aproximação	
1.1. – Movimentos de libertação nacional .....	01
1.2. – A aliança de classes.....	12
1.3 – O soldado cidadão .....	24
1.4 – O cidadão armado.....	35
1.5 - A proletarização .....	46
1.6 – Prestes contra o prestismo .....	70
II – Unidade	
2.1 – A frente única .....	106
2.2 – A restauração da hierarquia militar .....	123
2.3 – A Batalha da Praça da Sé .....	131
2.4 – A Aliança Nacional libertadora .....	137
2.5 – A Revolução .....	158
2.6 – De capitão Virgulino à capitão de indústria .....	167
III – Afastamento	
3.1 – Estado Novo .....	187
3.2 – União Nacional .....	194
3.3 – Na Guerra Civil Espanhola .....	217
3.4 - Reviravoltas na linha política e queda do Comitê Central .....	229
3.5 - A Bahia, o coletivo e a “Sibéria Canicular Brasileira” .....	247
3.6 – A volta à pátria .....	259
3.7 – A Reorganização .....	264
3.8 - Os renegados da revolução .....	300
Conclusão .....	345
Bibliografia .....	358
Fontes .....	362

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação estuda os motivos que levaram o PCB e setores do tenentismo a se aliarem no final da década de 20 e como se desenvolveu esta aliança, até o seu rompimento, com a democratização de 1945. A análise concentra-se na militância política de Silo Meirelles e seu cunhado Carlos da Costa Leite, participantes destacados dos levantes tenentistas dos anos vinte. Estes dois militantes estavam junto com Luiz Carlos Prestes, quando este rompeu com a maior parte dos seus colegas de movimento, ingressando no PCB. A proximidade que esses dois tenentes tinham com Luiz Carlos Prestes e o prestígio que conseguiram em alguns meios políticos, assim como o rompimento de ambos, especialmente o de Silo Meirelles, que foi bastante violento, com o mesmo Prestes e com o Partido, faz com que seja interessante estudar detidamente a trajetória destes dois no PCB.

A aproximação desses tenentes com o Partido Comunista manifestou-se em um período histórico demarcado: do final da década de 1920 até meados da década de 1940. Período de significativas mudanças em relação à situação social e política brasileira e marcado pela mudança do eixo do poder de partidos regionais - dominados por uma elite tradicional, baseada na grande propriedade monocultora, destacando-se a lavoura cafeeira - com um sistema eleitoral excludente, na qual uma pequena porcentagem da população de baixa renda obtinha o direito ao voto num sistema eleitoral viciado, dominado pelo voto de cabresto e pela fraude pura e simples.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, o país encontrava-se muito mais industrializado. A atividade econômica, se bem que ainda baseada na agricultura - o café continuava a ser o principal produto de exportação – mas com a pauta exportações bem mais diversificada, além da produção industrial, que aumentava significativamente, colaborando na urbanização da sociedade brasileira e com o aparecimento da pequena burguesia urbana e do proletariado como classes sociais autônomas, com peso significativo num processo eleitoral no qual já não havia mais espaço para partidos regionais, mas grandes partidos nacionais, com plataformas políticas distintas.

Os motivos da aproximação entre a esquerda do movimento tenentista e o Partido Comunista ligam-se a dois fatores fundamentais: o primeiro deles é o prestígio pessoal que Luiz Carlos Prestes tinha, tanto entre os tenentes - grupo militar do qual ele foi um

dos grandes expoentes - como no Partido Comunista, onde era considerado um líder incontestável.

O segundo fator de unidade entre o tenentismo e o comunismo no Brasil, que ao nosso ver é mais importante do que o primeiro, é que ao menos por um período, entre meados da década de 1920 e o final da década seguinte, havia uma coincidência programática entre os projetos comunista e tenentista, especialmente no que se refere ao principal inimigo a ser combatido por ambos os grupos, o latifundiário, que era o representante das oligarquias regionais, o principal inimigo não apenas dos jovens tenentes, como de toda uma geração das forças armadas que se inspiraram no ex-presidente Floriano Peixoto, alcunhado de jacobino pelos seus inimigos, todos ligados à elite rural. O mesmo latifundiário era visto pela Internacional Comunista como representante do “feudalismo”, que deveria ser combatido em nome do desenvolvimento da economia capitalista nos países atrasados, o Brasil entre eles. A eliminação do “senhor feudal”, encarnado nos grandes proprietários agrícolas, era vista pelo movimento comunista internacional como um pré-requisito para a deflagração da revolução nacional-libertadora, início da revolução socialista nos países semi-coloniais. Neste caso, tanto comunismo quanto tenentismo, bateram-se pela mudança na estrutura agrária brasileira, seja pela reforma agrária ou pela repressão política às elites regionais; bateram-se também pela industrialização do país, especialmente na defesa da implantação da indústria siderúrgica, usando sempre, além da justificativa da implantação da indústria de base, o discurso bélico. Em vários documentos internos do PCB deste período a necessidade de implantação da siderurgia se sustenta na fabricação de armamentos.

Ítalo Tronca<sup>1</sup> discorda que houvesse, nesse período, uma ideologia industrializante no seio das forças armadas; segundo este autor, a principal preocupação do Estado Maior das Forças Armadas era a restauração da hierarquia militar, abalada após a Revolução de 1930 e durante a guerra civil de 1932. Este autor baseia sua afirmação na ausência de qualquer matéria se referindo a indústria siderúrgica veiculada na revista *Defesa Nacional*, porta voz das forças armadas, entre 1930 e 1936, além de despachos do Estado Maior. A preocupação com a instalação da siderurgia no país não era manifestada pelo exército enquanto instituição, mas por alguns militares de forma isolada, destacando-se Horta Barbosa e Juarez Távora.

Concordamos que a instalação da indústria siderúrgica era objetivo de setores do exército e que a principal preocupação do Estado Maior era a restauração da hierarquia,

---

<sup>1</sup> TRONCA, I., “O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930 – 1942)”, em

porém, como pretendemos demonstrar neste trabalho, o discurso pró-siderurgia era baseado antes na necessidade de fabricação de armamentos e de autonomia na política de defesa nacional do que na teorização da indústria de base, que aparece em momento posterior.

Edmundo Coelho<sup>2</sup>, em contrapartida, considera que após a guerra civil de 1932, o Estado Maior passou a relacionar a capacidade industrial com o poderio bélico; dessa maneira, Coelho analisa uma carta do Gal. Góis Monteiro à Getúlio Vargas em 1932, onde este considera que a superioridade industrial de São Paulo concedia-lhe poder bélico, o que forçou o exército nacional a aplicar contra os rebelados paulistas “uma estratégia de ‘esgotamento’ na impossibilidade material de aplicar a de ‘aniquilamento’”<sup>3</sup>. Segundo a revista *Anais do Exército Brasileiro*, de 1940, a iniciativa para estabelecer um padrão de capacidade combativa do exército somente “poderia ser coroada de êxito completo com a criação da siderurgia nacional”<sup>4</sup>. Procuraremos demonstrar neste trabalho que a adesão do PCB ao discurso de implantação da siderurgia no país sofrerá forte influência militar, fruto da grande participação de oficiais do exército nos seus quadros dirigentes, sendo que a necessidade de desenvolvimento de uma indústria bélica estará contemplada a todo momento nos documentos do Partido.

A aproximação do PCB com a esquerda do tenentismo é analisada por Paulo Sérgio Pinheiro<sup>5</sup> e por Marcos Del Roio<sup>6</sup>: o primeiro, considera que a aproximação entre o PCB e o tenentismo se inicia a partir de 1927, “muito antes do que em geral se supunha”<sup>7</sup>, aproximação que se devia a uma concepção semelhante do Estado como uma fortaleza a ser conquistada pelo levante armado. Pinheiro concentra sua análise no levante armado de novembro de 1935, que ficou popularmente conhecido como “Intentona Comunista”: o movimento teria sido a última ação tenentista. Pinheiro procura demonstrar como a Aliança Nacional Libertadora, a princípio, está mais na órbita do tenentismo do que do comunismo, sendo que seus fundadores eram advindo deste movimento militar e que nos seus primeiros meses de existência da ANL, esta mantém independência e até um afastamento em relação ao PCB.<sup>8</sup>

Embora a análise acima seja correta em sua generalidade, não podemos perder de vista que a maioria das palavras de ordem da ANL tinha sua origem no movimento

---

FAUSTO, B. (org.), *História geral da civilização brasileira*, vol. 10, p.p. 337 – 360.

<sup>2</sup> COELHO, E. C., *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 107.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 108.

<sup>5</sup> PINHEIRO, P. S., *Estratégias da ilusão – a revolução mundial e o Brasil*.

<sup>6</sup> DEL ROIO, M., *A classe operária na revolução burguesa - a política de alianças do PCB: 1928 – 1935*.

<sup>7</sup> PINHEIRO, P. S., *Estratégias da ilusão*, p. 17.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p.p. 172, 173.

comunista e a despeito da coincidência de táticas e objetivos - a conquista do poder por meio de um levante armado - a bandeira do anti-fascismo é uma criação do movimento comunista, uma vez que para os tenentes, até a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, seu projeto reformista está ligado ao estabelecimento de um governo forte, marcadamente anti-liberal.

Marcos Del Roio também analisa a aproximação entre o comunismo e o movimento tenentista, utilizando-se basicamente de documentos internos do PCB e da Internacional Comunista. Del Roio salienta as diversas crises internas do Partido Comunista causadas pelas diversas mudanças de orientação na política de alianças do movimento comunista internacional. Deste modo, a unidade de ação entre comunismo e tenentismo teve que acompanhar as vicissitudes da política exterior soviética, que muitas vezes estava em contradição com a realidade nacional. Nesse caso, a Internacional Comunista, por meio do Bureau Sul-americano, serviu não apenas como um orientador da linha política, mas interferiu ativamente no PCB, impondo a sua orientação e utilizando-se, para tanto, do recurso de isolar e afastar a maior parte da sua primeira direção nacional, comprometida com uma política de aliança com os movimentos considerados pequeno-burgueses pelo comunismo internacional. Neste sentido, o PCB estará sempre se desdobrando entre sua linha política original, as diversas reformulações da linha da IC e a realidade nacional: seus dirigentes terão que conduzir o Partido dentro desta realidade conflitiva e contraditória.

Quanto à última parte deste trabalho, que se refere ao rompimento entre setores deste tenentismo comunista com o PCB, a bibliografia consultada se mostrou bastante falha, estando representada por autores ligados diretamente à militância partidária comunista que, na maioria dos casos, subscrevem a versão oficial do Partido em relação aos seus dissidentes. A maioria desses autores estabelecem que a reorganização partidária foi fruto, principalmente, do trabalho de um grupo de militantes denominado Comitê Nacional de Organização Provisória – CNOP, grupo constituído por militantes do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, majoritário no Partido desde 1942, segundo a historiografia, e que teria a oposição de dois grupos minoritários, um de São Paulo, o Comitê de Ação, que se opunha à linha política de União Nacional estabelecida pela Internacional Comunista antes de sua auto-dissolução, em 1943 e se opunha inclusive, a Luiz Carlos Prestes como dirigente máximo do Partido. O segundo grupo de oposição, ao qual são ligados o major Costa Leite e a família Meirelles, teria como objetivo, segundo a



historiografia comunista, a liquidação do Partido Comunista, motivo pelo qual são conhecidos como “liquidacionistas”.

São signatários desta postura historiográfica, entre outros, Moisés Vinhas<sup>9</sup>, Leôncio Basbaum<sup>10</sup>, João Falcão<sup>11</sup> e Edgard Carone<sup>12</sup>, que consideram esses grupos somente do ponto de vista do apoio que cada um deles dava a Luiz Carlos Prestes e ao governo federal, em observação à linha política vigente de União Nacional. Num trabalho um pouco mais atualizado, Carone admite que estes grupos não eram estáticos, sendo que muitos dos militantes incluídos no grupo “liquidacionista” também subscreveram a ata de fundação do Comitê de Ação<sup>13</sup>.

Para a realização desta dissertação, dei ênfase à pesquisa documental em detrimento da discussão historiográfica, por considerar importante o preenchimento de lacunas documentais na historiografia especializada. Lacunas que creio ter parcialmente preenchido utilizando-me de fontes até então praticamente inéditas, especialmente o arquivo particular de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite, que fornecem documentos que contradizem muito do que se encontra na historiografia, como por exemplo um manifesto assinado por Agildo Barata e Carlos Marighella, em 1943, condenando a criação de organismos ilegais pelos militantes do PCB.

Esta pesquisa baseou-se em documentos pertencentes a quatro acervos: o Arquivo da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social - DESPS, que posteriormente mudou de nome para DOPS, preservado no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro; nos fundos Getúlio Vargas e Filinto Müller, que se encontram no Centro de Pesquisa e Documentação - CPDOC - da Fundação Getúlio Vargas; no arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite, na residência de sua filha, Dulce Meirelles da Costa Leite Reis; e no Centro de Documentação e Memória da Unesp - Cedem.

No Fundo DESPS, foram consultados os prontuários de Silo Meirelles, Carlos da Costa Leite e de lideranças comunistas que tiveram alguma ligação com eles, especialmente após o levante de 1935 e no exílio de Carlos Costa Leite na Argentina, deste modo consultei os prontuários de Fernando Paiva de Lacerda, Roberto Morena e Pedro Pinto de Mota Lima. A partir da leitura destes prontuários, consegui identificar outros militantes que também mantiveram ligação com este grupo. São eles: Paulo Pinto de Mota Lima, Álvaro Francisco de Souza, Antônio Muniz de Farias, Roberto Henrique

---

<sup>9</sup> VINHAS, M.; *O Partidão*.

<sup>10</sup> BASBAUM, L.; *História sincera da República*, vol. 3

<sup>11</sup> FALCÃO, J.; *Giocondo Dias*.

<sup>12</sup> CARONE, E.; *O PCB*.

<sup>13</sup> CARONE, E.; *Brasil: anos de crise (1930 – 1945)*, p. 334.

Faller Sisson e Ilvo Furtado Soares de Meireles. Esta pesquisa constatou a atividade de Silo Meirelles durante a fase de reorganização do Partido, verificando que este mantinha contatos freqüentes com Fernando Lacerda, velho dirigente comunista que durante a fase de reorganização do PCB, formou uma tendência de oposição ao grupo que veio a tornar-se o grupo dirigente do Partido, conhecida como Comissão Nacional de Organização Provisória - CNOP. Fernando Lacerda, entre 1943 e 1944, período mais intenso na disputa entre as tendências partidárias, visitava diariamente a casa de Ilvo Meirelles, onde mantinha contatos freqüentes com Álvaro de Souza, Antônio Muniz de Farias, Roberto Sisson, Raul Fernandes, Silo e Ilvo Meirelles, todos veteranos do movimento de 35, no qual exerceram funções de liderança, a maior parte deles oficiais das forças armadas<sup>14</sup>.

A leitura da correspondência entre os prontuários foi bastante útil na minha pesquisa: algumas cartas são interceptadas pelos agentes policiais e copiadas para que, posteriormente, a original chegasse ao seu destino sem despertar maiores suspeitas, é bastante revelador que, dentre os nomes citados acima, somente dois tinham cópias de suas correspondências nos prontuários.

Não por coincidência, são eles os oficiais de patente mais alta (o major Costa Leite e o capitão da Marinha Roberto Sisson). O primeiro é também identificado como um dos líderes do movimento de 1935 pelo relatório da Polícia Civil do Distrito Federal<sup>15</sup>. O segundo foi signatário do manifesto que lançou a Aliança Nacional Libertadora em março de 1935. Além desses dois, o nome de Ilvo Meireles também se encontra citado neste relatório como “o elemento de ligação entre Prestes e o Secretariado Nacional do Partido Comunista e, bem assim, entre os civis e militares envolvidos na preparação do golpe”<sup>16</sup>.

Os documentos encontrados neste acervo dão um ótimo panorama das vicissitudes da política de “União Nacional”, que começou a ser formulada a partir do VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935 e foi reafirmada no ato de sua extinção, em 1943. Esta política foi o ponto central da atuação de todos os grupos ligados ao Partido Comunista, ficando o debate concentrado antes na interpretação dessa política do que na sua contestação.

O esforço de guerra tem lugar de destaque nesta política e a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, em 1942, pode ser vista como um divisor de águas na atuação de todos os militantes comunistas que se encontravam em liberdade, sendo que

---

<sup>14</sup> Fundo DESPS – Prontuário nº 16.607, de Fernando Paiva de Lacerda, Relatório do Delegado Seraphim Braga de 21 de maio de 1943.

<sup>15</sup> Polícia Civil do Distrito Federal, *A Insurreição de 27 de Novembro – Relatório do Delegado Eurico Bellens Porto*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional – 1936, p.p. 64 – 66. (Este relatório faz parte do Fundo Lívio Xavier, que se encontra custodiado no Cedem/Unesp).

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p. 67

grande parte dos foragidos se entregaram voluntariamente às autoridades, na esperança de serem enviados para o fronte europeu, esperança que foi frustrada pois todos, sem exceção, foram encaminhados aos presídios do Estado Novo.

No CPDOC/FGV concentrei minha pesquisa nos relatórios do corpo consular brasileiro no Uruguai, representado por Batista Luzardo e Bernardo da Câmara Canto a Getúlio Vargas e a Filinto Müller, entre 1938 e 1945. Nestes relatórios a embaixada brasileira falava sobre a atividade dos exilados políticos naquele país; um importante centro do comunismo na América do Sul, juntamente com a Argentina; porém, onde a vigilância das autoridades brasileiras se fazia muito mais presente, daí o motivo de encontrar vários relatórios da embaixada brasileira no Uruguai, enquanto que as informações vindas da Argentina eram escassas.

Os comunistas brasileiros começam a chegar a região do Prata logo após o fracasso do levante de novembro de 1935. Este movimento cresceu significativamente após o ato do Ministro da Justiça, Macedo Soares, em junho de 1937, que pôs em liberdade a maioria dos presos políticos contra quem não havia processo judicial legalmente instalado. Foi a partir do Prata que se organizou o envio de voluntários brasileiros à guerra civil espanhola.

Os relatórios da embaixada no Uruguai dão conta da formação de uma direção da Aliança Nacional Libertadora no exílio, que exercia uma intensa atividade de organização dos exilados comunistas, bem como contatos com outras lideranças políticas exiladas naquela região. Nesse sentido, a embaixada brasileira tinha um forte esquema de vigilância ao ex-governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, exilado no Uruguai desde 1937 e que mantinha intensa atividade conspirativa.

A documentação coletada no CPDOC foi de grande utilidade para tecer um panorama dos exilados políticos no Prata, especialmente em Montevideú, durante o Estado Novo: demonstra como as preocupações governamentais, aos poucos, mudam de foco, passando os relatórios a dedicar cada vez menos espaço aos integralistas, que após o seu levante em maio de 1938, passam a dominar a atenção das autoridades brasileiras no Prata. Porém, em pouco tempo, passam de ameaça a informantes das autoridades. Ao mesmo tempo, a documentação revela a desconfiança do governo em relação à política de União Nacional apregoada pelos comunistas, que fracassou em sensibilizar as autoridades governamentais.

A maior massa documental utilizada foi encontrada no Centro de Documentação e Memória da Unesp - Cedem, sendo o ponto de partida da pesquisa o arquivo pessoal de

Roberto Morena, líder sindical, marceneiro, desde os anos 20, membro de primeira hora do Partido Comunista do Brasil, voluntário na Guerra Civil Espanhola, fundador e dirigente da Confederação dos Trabalhadores do Brasil – CTB e deputado federal entre 1950 e 1954.

Roberto Morena encontrava-se exilado entre 1937 e 1942, retornando ao Brasil, via Uruguai, em fevereiro de 1942. Foi preso em 30 de março de 1942. Em 23 de março de 1943 recebeu alvará de soltura, porém seu indulto foi negado por se tratar de “elemento perigoso e sumamente nocivo à ordem política e social”<sup>17</sup>, sendo solto somente em 29 de setembro de 1943.

Entre 1943 e 1945, Roberto Morena exerceu funções no movimento sindical, articulando a criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores - MUT. Participou também dos debates internos do Partido Comunista sobre sua reorganização. A esse respeito destacam-se do *corpus* documental um documento de autoria de Fernando Paiva de Lacerda, intitulado “A propósito da organização da Vanguarda”, de 1944. Este documento interno do Partido apresenta a idéia de se evitar a formação de qualquer organismo clandestino enquanto durasse o esforço de guerra e a democratização do país.

Outro fundo documental de grande utilidade, também custodiado pelo Cedem, é o arquivo pessoal de Astrojildo Pereira, fundador do Partido Comunista do Brasil em 1922, que apesar de ficar afastado deste partido entre 1931 e 1945, recebia correspondência de seus ex-correligionários e continuava atento aos debates internos do Partido. Destacam-se a autocrítica feita por Fernando Lacerda em 1945, quando sua tendência foi derrotada na disputa interna partidária. As cartas de Pedro Mota Lima, pondo-se à disposição das autoridades por ocasião de seu retorno ao país, em janeiro de 1943, são também significativas da política de união nacional e do esforço de guerra empreendidos pelo Partido. Levando-se em consideração que a atividade partidária era clandestina no período em estudo, do que resulta a exigüidade de documentos textuais disponíveis, o arquivo de Astrojildo Pereira é de grande interesse na recuperação do debate interno do Partido.

Alguns documentos complementares foram encontrados no Cemap – Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa, também custodiado pelo Cedem. Se bem que o foco de interesse desse acervo seja a oposição trotskista, é possível encontrar uma rica documentação referente ao período entre 1936 e 1940, que destaca a grande tensão interna provocada pelo conflito entre a Direção Nacional, comandada por

---

<sup>17</sup> Fundo DESPS – Prontuário nº 15.892, de Roberto Morena, Portaria do chefe de seção de segurança social

Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) e os militantes paulistas, que não a reconheciam e que culminou com a expulsão do secretário estadual de São Paulo, Hermínio Saccheta, das fileiras do Partido e mais tarde, o afastamento do próprio Lauro Reginaldo da Rocha.

Uma rica fonte documental é uma coleção de dez microfimes dos arquivos da Internacional Comunista, também custodiado pelo Cedem e que abrange o período de 1922 a 1939. Esta documentação forneceu informações valiosas sobre o processo de aproximação entre o PCB e o tenentismo, assim como a decisiva interferência da IC via Bureau Sul-americano na vida interna do Partido. Todas as contramarchas neste processo de aproximação passam pelo Bureau Sul-americano, que determina a interrupção deste processo, após uma primeira fase de aproximação, entre 1926 e 1929, resultado da implantação da política de proletarização, que culminou na expulsão da maior parte da antiga direção do Partido. Também o final da fase de proletarização e o início da linha política de frente popular é determinada pela IC, que intervém diretamente na aproximação do PCB com os demais agrupamentos políticos brasileiros.

Foi decisiva na realização desta pesquisa a consulta ao arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite, composto por uma abundante correspondência entre expoentes do tenentismo na década de 1920, também com a direção da ANL, antes e depois da realização do levante de 1935. Esta documentação serviu para obter muitas informações sobre o programa da ANL e sobre suas crises internas, a maior, provocada pelo manifesto lançado por Prestes em 5 de julho de 1935, conclamando “todo o poder à ANL”, que resultou no rompimento de importantes lideranças aliancistas não comprometidas com o comunismo, como seu presidente, o capitão da marinha Hercolino Cascardo e o general Miguel Costa. A outra crise interna, provocada pela dissidência liderada por Alcedo Cavalcanti, é amplamente documentada, principalmente na correspondência enviada pela direção da ANL no exílio a Carlos da Costa Leite enquanto estava preso em um campo de concentração no sul da França, após participar da Guerra Civil Espanhola.

Os documentos encontrados neste arquivo pessoal, foram de grande utilidade para compreender a aproximação deste grupo de integrantes do tenentismo, do Partido Comunista. Também forneceram informações inestimáveis sobre o processo de reorganização partidária, com documentos que contestam várias informações contidas na bibliografia sobre o Partido Comunista.

Esta dissertação compõe-se de três partes fundamentais: a primeira parte, intitulada “Aproximação”, analisa o processo de aproximação entre o PCB e o grupo tenentista liderado por Luiz Carlos Prestes, procurando entender este processo tanto do ponto de vista do Partido, como do ponto de vista militar. Em seguida analisa a adesão de Prestes ao comunismo, entre 1930 e 1931, quando Prestes lançou diversos manifestos dando seu apoio ao Partido Comunista e condenando o prestismo como tendência revolucionária pequeno-burguesa, segundo o ponto de vista da linha de proletarização do Partido. A segunda parte, intitulada “União” analisa a constituição da política de frente popular que teve seu desenlace no levante de novembro de 1935, o ato político no qual comunismo e tenentismo estiveram mais próximos, tática e programaticamente. Este capítulo termina com a discussão sobre a repressão política desencadeada com o fracasso do levante e com a mudança da linha política do Partido, quando esse abandonou a perspectiva revolucionária a curto ou médio prazos.

O último capítulo, intitulado “Rompimento”, analisa o afastamento programático entre o Partido Comunista e alguns dos tenentes que lhe eram filiados, principalmente Carlos da Costa Leite e Silo Meirelles. Relata as consecutivas reviravoltas na linha política do Partido causadas pelas contramarchas da diplomacia soviética que, entre 1935 e 1939, apela a uma frente unitária de amplos setores políticos contra o fascismo, firmando porém, um pacto com a Alemanha em 1939, o que faz esta linha ser abandonada, para ser mais uma vez reeditada após a invasão da Alemanha à URSS, em 1941. Esta última parte analisa a situação do PCB após as ações policiais de 1940 e 1941, que desarticulam o Partido; contempla também o processo de sua reorganização, privilegiando o ponto de vista de Silo Meirelles, que mantém severa resistência à CNOP, rompendo em 1945, juntamente com Cristiano Cordeiro, fundador do Partido e também opositor da CNOP.

## I - Aproximação

### 1.1 - Movimentos de Libertação Nacional

Para entendermos a constituição da orientação política do Partido Comunista do Brasil entre o final da década de 20 e meados da década de 40, é necessário, mais do que a compreensão do momento político nacional, acompanhar as alterações nas orientações advindas do movimento comunista mundial, encabeçado em primeira instância pela Internacional Comunista, também conhecida como Terceira Internacional, Comintern, ou simplesmente IC. Nesse sentido, a posição da União Soviética frente ao avanço do fascismo durante a década de 1930 foi tanto ou mais decisiva na formação do discurso político comunista brasileiro do que a própria realidade nacional. O modo como os comunistas se relacionavam com o Estado Novo dependeu muito menos das atitudes tomadas pelo chefe de governo e seus auxiliares, do que da evolução dos acontecimentos que culminaram na Segunda Guerra Mundial.

Quando falamos em Partido Comunista, não podemos perder de vista a concepção de *internacionalismo*, ou seja, o movimento revolucionário só teria sentido se considerado em escala mundial. À medida que se considerava o inimigo a ser combatido, o burguês, e no caso do Brasil, o “senhor feudal”, como um representante de um sistema internacional que era visto como um todo, isto é, o capitalismo, era coerente que os partidos comunistas se organizassem também como um bloco internacional, com uma orientação única que articulasse globalmente o movimento comunista. Era natural que o comando desta articulação coubesse à União Soviética pois, na época, era o único país que, na visão de seus contemporâneos, havia realizado a revolução socialista. Nesse caso, foram os revolucionários soviéticos os únicos até então que conseguiram compreender e aplicar corretamente a doutrina marxista. A doutrina do *internacionalismo revolucionário* está expressa no preâmbulo dos estatutos da Internacional: “A Internacional Comunista deve ser, para todos os efeitos, um único partido comunista no mundo inteiro. Os partidos que operam em vários países não são senão suas diversas seções”.<sup>18</sup>

Deste ponto de vista, não é possível compreender a atividade dos militantes comunistas no Brasil sem antes analisar as transformações que ocorreram na política internacional da União Soviética, encarnada nas orientações da IC. Não se devia a um

---

<sup>18</sup> Estatutos da Internacional Comunista, aprovado no II Congresso, junho de 1920 (p.p. 109 - 115), em

mero jogo de palavras que o nome completo do PCB, até 1943, tivesse sido Partido Comunista do Brasil - Seção Brasileira da Internacional Comunista. Devemos, pois, antes de nos atermos à estratégia adotada pelos comunistas brasileiros durante o contexto histórico que contemplaremos adiante, analisar as orientações da IC.

Basicamente, as orientações da IC para o Brasil constituíam-se de dois pontos: um, de caráter estratégico, constituiu-se na concepção de “*movimento de libertação nacional para os países coloniais e semi-coloniais*”, grupo em que estava incluído o Brasil. O segundo, de caráter tático: as resoluções dos congressos e do Comitê Executivo da Internacional, estavam intimamente relacionadas com o desenvolvimento do movimento comunista na Europa e com a política externa da U.R.S.S. Em relação a esse segundo elemento, a pedra angular das transformações que se processaram na política dos comunistas nessa época dizia respeito à posição a ser tomada diante do avanço do nazifascismo na Europa. Foi o relacionamento com este inimigo imediato que determinou a atuação de todos os partidos comunistas desde o início dos anos 30, até o final da década seguinte.

A formulação da doutrina de *revolução libertadora* para os países coloniais e semi-coloniais começou a ser estabelecida durante o II Congresso da IC, em 1920. Antes desta data, a posição, tanto de Lenin, quanto da maioria dos delegados ao I Congresso era, fundamentalmente, eurocêntrica. A principal preocupação desse congresso foi disseminar a revolução socialista no continente europeu, determinando que:

a libertação das colônias só é possível se ocorrer paralelamente à libertação da classe operária nas metrópoles (...) A Europa socialista dará ajuda às colônias libertadas, com sua técnica, sua organização, sua influência cultural, a fim de favorecer a passagem das mesmas para a economia regulada que é própria do regime socialista <sup>19</sup>.

Alguns fatores determinaram a revisão dessa visão: em 1919, o Partido Comunista sofreu um duro golpe na Alemanha e o movimento revolucionário nos outros países da Europa vivenciou um refluxo, enquanto na Ásia ocorreu o inverso. Na Turquia, Mustafá Kemal liderou um movimento nacionalista revolucionário que contou com o apoio soviético; na China, a agitação política entrou num ritmo crescente que percorreu as décadas seguintes. No âmbito da União Soviética, também houve uma expansão para a

---

VENTURA, M. I. P. (org.), *Os quatro primeiros congressos da Internacional*, p. 112.

<sup>19</sup> *Plataforma da Internacional Comunista, aprovada no I Congresso*, março de 1919, em VENTURA, M. I. P. (org.), *Os quatro primeiros congressos da Internacional*, p.p. 60,61.



Ásia, ocasião em que os russos brancos começaram a perder terreno e foi constituída a República Soviética do Azerbadjão.

Esses acontecimentos colaboraram para que no II Congresso da IC a luta libertadora nos países considerados coloniais passasse a ter um papel de primeira ordem no cenário da revolução mundial. Basicamente, admitiu-se a hipótese de que nos países centrais do sistema capitalista, o perigo da revolução era afastado graças à possibilidade que tinham de explorar suas colônias e, com isso, custear melhorias na vida do proletariado, a fim de reduzir o descontentamento social. Essa visão estratégica foi fruto, principalmente, do debate que foi travado, durante esse congresso, entre Lenin e Manavendra Nath Roy, militante advindo da Índia mas que também fora um dos fundadores do Partido Comunista no México, em 1919, por ele representado nesse congresso.

Foi M. N. Roy quem formulou a tese de que a exploração colonialista possibilitava aos capitalistas dos países centrais atenderem às reivindicações dos operários, afastando o perigo da revolução. À diferença de Lenin, para Roy, a exploração colonial afastava definitivamente a possibilidade de revolução no ocidente. Assim sendo, o destino da revolução mundial dependeria inteiramente do destino da revolução libertadora nos países coloniais. Lenin admitiu essa hipótese porém, fez restrições quanto à primazia da revolução nacional libertadora sobre a revolução socialista na Europa, afirmando que a exploração colonial dificultaria o sucesso dessa última. Essa retificação à tese de M. N. Roy prevaleceu no informe desse congresso.

Apresentada a necessidade da revolução libertadora nos países coloniais, restava discutir qual seria o caráter dessa revolução; foi neste ponto que o debate entre Lenin e Roy mais se acirrou. A questão principal era definir qual seria o papel da burguesia nacional nessa revolução. Lenin era inteiramente favorável a que se articulassem alianças entre os proletários e camponeses oprimidos desses países com a burguesia. A característica destes movimentos seria, ao menos numa primeira fase, democrático burguesa. Tal concepção baseia-se em dois pontos: primeiro, havia uma contradição fundamental entre os interesses da burguesia nacional (independência nacional e desenvolvimento capitalista próprio) e os interesses do imperialismo, contradição suficientemente forte para colocá-la no campo da revolução; segundo, em função de sua debilidade numérica, econômica e ideológica, a classe operária nos países coloniais não teria condições de exercer a hegemonia no movimento de libertação nacional.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> CLAUDÍN, F., *A Crise do movimento comunista*, vol 1, p. 230

Em seu discurso durante o II Congresso, Lenin afirma: “É indubitável que todo o movimento nacional só pode ser democrático-burguês, pois a massa fundamental da população nos países atrasados compõe-se de camponeses”.<sup>21</sup> Roy admite que, em função da debilidade do proletariado nesses países, o espírito revolucionário se expressa na classe média cultivada, porém, assevera que o essencial é a organização do proletariado e campesinato dos países atrasados nos partidos comunistas, mantendo a todo custo a independência destes em relação à burguesia.

A resolução adotada pelo congresso procurou harmonizar as divergências entre Roy e Lenin numa única tese, de modo a atenuar as diferenças de opinião. Em seu informe ao congresso, Lenin apresentou a seguinte fórmula:

Os comunistas devemos apoiar e apoiaremos os movimentos burgueses de libertação nas colônias unicamente quando eles forem revolucionários, quando seus representantes não nos impeçam de educar e organizar no espírito revolucionário os camponeses e as grandes massas de explorados. Se não existem essas condições, os comunistas devem lutar, nestes países, contra a burguesia reformista.<sup>22</sup>

Esta será, basicamente, a posição mantida pelo movimento comunista internacional para a revolução nos países periféricos: apoiar os movimentos de libertação burgueses, procurando ultrapassar os seus limites, justapondo à revolução democrática libertadora elementos da revolução socialista. Um bom exemplo da aplicação desta tática pode ser observado na *Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira*, publicada em abril de 1930 - perfeitamente inserido no espírito do II Congresso da Internacional - no jornal porta-voz do PCB, *A Classe Operária*. Um dos pontos desta resolução objetiva explicar o caráter da revolução brasileira. Diz o texto:

No Brasil se desenvolve as premissas de uma revolução do tipo democrático burguês. O curso do sucesso desta revolução depende da classe que conquistar, nela, a hegemonia. Se for a pequena burguesia revolucionária, a revolução brasileira estará condenada a uma derrota semelhante à da revolução no México.<sup>23</sup>

As premissas dessa revolução “democrático-burguesa” eram assim expressas: 1) revolução agrária, que incluiria a reforma agrária (“confiscação, nacionalização e entrega

---

<sup>21</sup> LENIN, V. I., Informe sobre la situación internacional y las tareas fundamentales de la internacional comunista, em *Obras escogidas*, tomo VI – mayo de 1920 – marzo de 1923, p. 144.

<sup>22</sup> Teses e aditamentos sobre a questão nacional e colonial, em, VENTURA, M. I. P. (org.), *Os quatro primeiros congressos da Internacional*, p. 177.

<sup>23</sup> Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira, in *A Classe Operária*, nº 89, 17/04/1930,

da terra aos camponeses”) e fim das formas de exploração “feudais e coloniais”; 2) “libertação do Brasil do jugo do imperialismo”, o que contemplaria a “confiscação e nacionalização das empresas, das minas, dos domínios, das concessões, das vias de comunicação, dos bancos dos imperialistas e anulação das dívidas externas”; 3) “instauração da República Operária e Camponesa sobre a base dos Soviets”<sup>24</sup>.

Para harmonizar as posições em conflito no II Congresso, encontrou-se uma fórmula conciliatória: substituir no informe final a expressão “movimento democrático-burguês” por “movimento nacional-revolucionário”, forma que foi utilizada também para caracterizar o tenentismo no Brasil<sup>25</sup>. Conforme Lenin:

El sentido de esta sustitución consiste en que los comunistas debemos apoyar y apoyaremos los movimientos burgueses de libertación en las colonias sólo cuando estos movimientos sean realmente revolucionarios, cuando sus representantes no nos impidan educar y organizar el espíritu revolucionario al campesinado y a las grandes masas de explotados.<sup>26</sup>

Consegue-se, com essa fórmula, eliminar o etapismo da concepção de revolução nos países semi-coloniais criando-se um novo conceito, o de “nacionalismo-revolucionário”<sup>27</sup>. Tal concepção concedeu aos movimentos nacionais um cunho revolucionário, tornando-os agentes de um processo de transição para a revolução socialista. A luta nesses países deveria ser travada em duas frentes: contra o capitalismo estrangeiro e o imperialismo e contra a burguesia nacional, subsidiária desse imperialismo.

No Brasil, a concepção de nacionalismo-revolucionário foi, provavelmente, o grande ponto programático de unidade entre o Partido Comunista e o tenentismo de esquerda. Graças a essa concepção, as reivindicações do Partido Comunista e do exército estiveram muito próximas, uma vez que o grande inimigo do tenentismo – as oligarquias regionais – era o mesmo, identificado como sendo a encarnação do “senhor feudal” pelo Partido Comunista. Dessa maneira, assimilaram-se a luta dos “tenentes” contra o federalismo nos anos vinte e a luta do PCB contra o que eles chamavam de “resquícios feudais”.

---

p. 3. Nas citações de textos antigos, optamos por atualizar a ortografia.

<sup>24</sup> Ibid.

<sup>25</sup> PINHEIRO, P. S., *Estratégias da ilusão*, p. 40

<sup>26</sup> LENIN, V. I., Informe a la comisión sobre los problemas nacional y colonial, 26 de julio, 1920, em, Obras escogidas, tomo VI mayo de 1920 – marzo de 1923, p. 144.

<sup>27</sup> GALLISSOT, R., op. cit., p. 237

Outros pontos de encontro programáticos podem ser considerados, como o faremos mais à frente; porém, acima de qualquer reivindicação política o grande trunfo da unidade entre Partido Comunista e setores da esquerda militar no Brasil foi, indubitavelmente, a fidelidade à Luiz Carlos Prestes.

As resoluções do II Congresso para os países atrasados, apesar do Partido Comunista do México ter enviado uma delegação, foram concebidas tendo em mente unicamente a situação asiática que era, no momento, o centro das atenções dos delegados da IC, em função acirramento da situação revolucionária neste continente e da expansão da União Soviética aos antigos domínios da Rússia czarista no oriente. Essas concepções porém, serão empregadas para se analisar a realidade em todos os países considerados atrasados, incluído o Brasil. Os congressos subseqüentes pouco alterarão essa concepção, e quando o fazem, é por motivos puramente táticos, relacionados antes à política da URSS, do que fruto de uma análise mais acurada da realidade.

As resoluções desse II Congresso levaram à organização, em 1920, do I Congresso dos Povos Oprimidos do Oriente, em Baku, no Azerbadjão, onde foram corroboradas as teses de Lenin. Em relação à América Latina redigiu-se um documento intitulado *Apelo do Comitê Executivo da Internacional Comunista à classe operária das duas Américas*, de novembro de 1920 que, de acordo com Paulo Sérgio Pinheiro, “pode ser considerado como a primeira formulação explícita da estratégia da I.C. para a América Latina”.<sup>28</sup>

Nesse manifesto o principal inimigo apresentado às massas latino-americanas é o imperialismo americano; a América do Sul é considerada colônia dos Estados Unidos, “fonte de matérias-primas, de mão-de-obra barata e, naturalmente, de lucros fabulosos”. São enumeradas as tarefas urgentes para a América Latina. Em primeiro lugar, os partidos comunistas deveriam aproximar-se dos camponeses, não com formas teóricas ou abstratas, mas com um programa prático, capaz de lançá-los contra os grandes proprietários e capitalistas. A ação entre as forças armadas também é preconizada:

Na América do Sul, o exército é formado em sua maioria por camponeses pobres que se prestam, de forma ótima, para a agitação revolucionária. Esta agitação deve realizada sistematicamente, a fim de unir soldados, operários e camponeses em uma única e mesma ação contra capitalistas e governo.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> PINHEIRO, P. S., op. cit. p. 45

<sup>29</sup> Internacional Comunista, “Sobre a revolução na América, apelo à classe operária das duas Américas”, janeiro de 1921, em LÖWY, M., *O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 até os nossos dias*,

Os sindicatos são apresentados como entidades que se encontravam sob controle de “traidores”, recomendando-se aos partidos comunistas a criação de novos sindicatos sob a sua égide. De fato, nessa época, a presença dos partidos comunistas no meio sindical latino-americano era minoritária; no Brasil, o movimento sindical continuou, até os anos 1930, majoritariamente anarquista.

Um acordo diplomático firmado entre a URSS e a Inglaterra antes do III Congresso da IC, em 1921, estabelece que a Grã-Bretanha reconheceria a URSS, ao passo em que esta abandona a pregação revolucionária em suas colônias. Ocorrem também várias questões envolvendo a soberania das nacionalidades no território da URSS; neste quadro, os países semi-coloniais não serão contemplados durante o III Congresso. No congresso seguinte, em 1922, a questão colonial volta a ter destaque e é definida como tarefa essencial para os partidos comunistas destes países: “apoyar con todas sus fuerzas al movimiento nacional revolucionario dirigido contra el imperialismo, convertirse en la vanguardia de ese movimiento y fortalecer el movimiento social en el seno del movimiento nacional”<sup>30</sup>.

O IV Congresso, em 1922, marca também o início de um processo de centralização do movimento comunista em torno da IC. Percebe-se isso, em primeiro lugar, pela determinação de que os congressos dos partidos comunistas, por resolução, não seriam mais realizados antes dos congressos da IC., mas após esses, para que os partidos comunistas pudessem se adaptar melhor às resoluções da Internacional. O encontro também deixa claro a intenção de limitar a autonomia dos partidos comunistas no informe de Zinoviev, onde ele declara que “nós liquidamos qualquer vestígio de federalismo que ainda existia em nossa estrutura”.<sup>31</sup>

Em relação às alianças de classe, o IV Congresso é bastante crítico a qualquer aliança com a pequeno-burguesia. O movimento nacionalista burguês é também criticado em função da tendência que a burguesia nacional teria de conciliar-se com o imperialismo. Aos partidos comunistas coloniais e semi-coloniais cabem as seguintes tarefas: 1) encontrar uma solução radical à revolução democrático-burguesa, de modo a ultrapassar as limitações que essa impõe ao movimento de massa; 2) organizar as massas operárias e camponesas de modo que essas lutem por seus interesses

---

p. 81.

<sup>30</sup> Internacional Comunista, “Resolución sobre la táctica de la Internacional Comunista”, em ARICÓ, J. (org.), *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista*, segunda parte, p. 186.

<sup>31</sup> PINHEIRO, P. S., *Estratégias da ilusão*, p. 56.

específicos, utilizando-se, para isso, de todas as contradições advindas do regime nacionalista democrático-burguês<sup>32</sup>.

## 1.2 – A aliança de classes

Entre 16 e 18 de maio de 1925 o PCB, à luz do IV Congresso da IC, celebrou o seu II Congresso, no Rio de Janeiro, mas apesar de ter sido realizado sob o impacto dos recentes levantes militares, na resolução final desse congresso não se faz nenhuma análise a respeito do tenentismo, nem menciona-se o levante de 5 de julho do ano anterior em São Paulo. A aliança de classes é analisada tendo em consideração a pequena burguesia (classe social na qual eram contabilizados os oficiais do exército); a respeito da aliança entre o partido e pequena burguesia faz-se a seguinte colocação:

Em face da pequena burguesia, o PCB deve, sem alimentar suas ilusões democratas e suas confusões ideológicas, antes combatendo-as decididamente, esforçar-se por conquistar ou pelo menos neutralizar seus elementos em vias de proletarização e em luta contra a grande burguesia industrial ou agrária. Numa palavra: o PCB, partido da classe operária, deve conduzir a pequena burguesia e não ser conduzido por ela.<sup>33</sup>

O parágrafo acima justifica, em parte, a atitude dos comunistas brasileiros perante a mobilização militar verificada nos anos anteriores. O fato de se evitar no informe final do congresso qualquer análise do levante, dá mostras da falta de clareza que os comunistas brasileiros tinham em relação a esse assunto. Nas discussões do congresso, os levantes de 1922 e 1924 foram classificados como “manifestações da ‘contradição fundamental’ da sociedade brasileira”; essa contradição fundamental foi apresentada como sendo “a luta entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno”, na qual o primeiro seria apoiado pelo imperialismo inglês e o segundo pelo imperialismo norte-americano.

Em 1926, à luz do V Congresso da I.C., Astorjildo Pereira irá condenar essa visão sobre os levantes, considerando-a resultado de “uma aplicação mecânica e arbitrária do

---

<sup>32</sup> Internacional Comunista, “Tesis generales sobre la cuestión de Oriente”, em ARICÓ, J. (org.), *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista*, segunda parte, p. 230.

<sup>33</sup> CARONE, E., *O PCB*, vol. 1 (1922-1943), p. 39

método dialético”, que enquadrava os levantes no esquema “agrarismo-industrialismo”, sem levar em consideração a verdadeira situação política<sup>34</sup>.

É necessário lembrar que, além do Partido Comunista e dos “tenentes”, havia outros grupos contestatórios no Brasil; entretanto, em momento algum é proposta uma ação unitária entre os membros do PCB e os militantes desses grupos políticos, pelo contrário, os militantes dos outros partidos de esquerda eram sumariamente classificados como inimigos de classe, ora denominados de pequeno burgueses, ora de trotskistas.

O jornal *O Internacional*, órgão dos empregados em restaurantes, confeitarias, bares e similares, de São Paulo, publicado sob a égide do PCB, trouxe no seu número 98, da primeira quinzena de outubro de 1925, um pequeno artigo intitulado “Os três partidos do Brasil”, onde resumia o ambiente político do país à atuação de três partidos: o Republicano, “é o órgão que dirige a luta política dos grandes proprietários de terra – dos fazendeiros de café”; o Socialista, “dos pequenos proprietários, comerciantes, industriais e de todos os elementos intelectuais descontentes”; e o partido marxista, “o órgão que dirige a luta política do proletariado das cidades e do campo”.

Não deixa de ser interessante notar que o Partido Socialista “da pequena burguesia” dirige, de acordo com *O Internacional*, não um setor de intelectuais descontentes, mas “todos os elementos intelectuais descontentes”. Tal assertiva dá um bom exemplo do esforço de “proletarização”, que começa a se manifestar no interior do PCB e que atingiria seu ápice após o VI Congresso da IC, onde os intelectuais são considerados como um grupo social homogêneo, pequeno burguês, que necessariamente irá compor com o reformismo.

O órgão do Partido Socialista – *A Vanguarda* – foi classificado pelo Comitê Central do PCB de “um jornal rabanete: vermelho no título, branco no texto” e o seu proprietário, Geraldo Rocha de:

instrumento do imperialismo yanque no Brasil e amigo íntimo dos burgueses que, para agradar o socialista Albert Thomas, ordenaram o fechamento de *A Classe Operária* exatamente na hora em que estava mais acesa a nossa campanha contra os socialistas daqui e d'além<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> PEREIRA, A., A formação do PCB, em *Ensaios históricos e políticos*, p. 92

<sup>35</sup> NAZARÉ, A., “Bolchevistas de ópera cômica: resposta ao Partido Comunista do Brasil”, em *Vanguarda*, 11 de janeiro de 1926, p. 2. Albert Thomas era presidente do Bureau Internacional do Trabalho, que estava de visita ao Brasil em 1925. Sua pessoa e presença do país foram criticadas por *A Classe Operária*, em seu número 12, o que resultou no seu fechamento pelo governo, permanecendo sem circular novamente até maio de 1928.

O V Congresso da IC irá atenuar significativamente a posição crítica do congresso anterior em relação à aliança entre os partidos comunistas coloniais e a burguesia nacional, segundo Fernando Claudín, “o V Congresso enfatiza esta colaboração”<sup>36</sup>. No entanto, se a idéia de uma aliança entre Partido Comunista e, no caso brasileiro, a pequena burguesia é adotada, os outros partidos de esquerda, considerados instrumentos políticos desta pequena burguesia, são sistematicamente atacados. O jornal *O Solidário*, órgão do PCB em Santos, dá um bom exemplo dessa contradição. Num artigo de 29 de dezembro de 1927, intitulado *Aliança necessária*, chama-se a pequena burguesia e os intelectuais para compor com o proletariado:

Os intelectuais liberais, a classe média e o proletariado, têm necessariamente que forjar as cadeias duma aliança para poder entrar na luta titânica que o campo das conquistas oferece.

(...) É preciso porém, que compreendam os que sinceramente anseiam mais liberdade e justiça, que só o proletariado os poderá ajudar na realização de seus ideais, visto que a classe operária sempre foi a classe mais liberal de todas as épocas.

(...) Ou os intelectuais, e a classe média, formam ao lado do proletariado, numa concentração de forças, num bloco maciço, indestrutível, ou serão vencidos, um a um, pelas forças concentradas e disciplinadas da burguesia insaciável<sup>37</sup>.

No entanto, o mesmo jornal, num artigo do ano anterior, 27 de junho de 1926, também sob a orientação do V Congresso da I.C., intitulado “A frente única multicor”, assim classifica as outras forças políticas de esquerda no Brasil:

Vamos provar com fatos que, atualmente os brancos como os burgueses, os amarelos como Amaro de Araújo e Luiz de Oliveira, os róseos como os socialistas e os rabanetes, como os anarquistas, os sindicalistas e os anarco-sindicalistas, constituem uma só pessoa. Estes últimos, como o rabanete, são vermelhos na casca e brancos no miolo, isto é, revolucionários de goela e contra-revolucionários de fato. São rabanetes como os jornais burgueses mistificadores *Vanguarda*, *Tribuna* e *O Combate* de S. Paulo.

Todos esses elementos constituem tropeços no caminho do proletariado. Realizam uma frente única contra os comunistas porque estes são de fato os únicos que se batem pelos interesses da classe operária.<sup>38</sup>

É interessante notar que os sindicalistas são colocados no mesmo grupo que os

---

<sup>36</sup> CLAUDIN, F., op. cit., p. 236

<sup>37</sup> *O Solidário*, 29/12/1927.



demais, em razão do anarquismo ainda ser majoritário no movimento sindical, mas não deixa de ser contraditório que o partido da classe operária denuncie os sindicalistas como inimigos de classe. Também é significativo que, de acordo com o artigo acima, estes inimigos de classe tenham constituído uma “frente única”, uma vez que é justamente a frente única a consigna adotada pelos partidos comunistas de todo o mundo.

Num quadro em que a aliança entre proletariado e classe média é invocada, mas os socialistas e anarquistas são denunciados como inimigos de classe, quem poderia ser o tão procurado aliado de classe para a “frente única revolucionária” ? É justamente nesse ambiente que o exército nacional aparece pela primeira vez nas considerações da imprensa comunista.

Dois números após o artigo “Aliança necessária”, o mesmo *O Solidário* publica, em 31 de janeiro de 1928, um outro artigo intitulado “Aliança necessária dos pequenos-burgueses com o proletariado”, onde os pontos de vista do primeiro artigo são esmiuçados e pela primeira vez uma aliança entre PCB e tenentismo é invocada. O exército brasileiro é assim caracterizado:

Em toda essa luta fundamental [entre agrarismo e industrialismo], o exército liberal, democrata, pequeno-burguês por sua composição social (seus quadros entenda-se) sempre sustentou o industrialismo contra o agrarismo. Ele já havia sido fator preponderante na abolição e na propaganda e proclamação da República. Esteve, depois, com Floriano contra a contra-revolução de 93; com Hermes contra as oligarquias agrárias, em 1910-14; contra Epitácio em 1922; contra Bernardes, em 1924.

Podemos assim caracterizar a revolta de 5 de julho de 1924: a) por suas origens fundamentais, como a expressão armada da luta pela hegemonia política entre agrarismo e industrialismo; b) por seus processos de combate (complotismo militar) e suas manifestações políticas (extremado liberalismo, imprecisão e confusão de programas, deficiência de orientação) como um movimento pequeno-burguês.<sup>39</sup>

Fato marcante dessa tendência do PCB, em procurar aliar-se com a “pequena burguesia”, foi a associação deste com o jornal *A Nação*, no início de 1927. Esse jornal, fundado em 1924 e dirigido por Leônidas de Resende, auto-declarado positivista que, segundo Astrojildo Pereira, teria se aproximado das idéias comunistas e procurado esse dirigente por iniciativa própria a fim de lhe oferecer seu jornal. A identificação de Leônidas de Resende com o positivismo causou celeuma entre os dirigentes do Partido. Otávio Brandão alegava que os artigos de Leônidas de Resende eram uma “mistura de catolicismo e materialismo, preparada com molho de marxismo e barris do positivismo de

---

<sup>38</sup> *O Solidário*, 27/06/1926, assinado por MB., p.p. 1, 2.

<sup>39</sup> *O Solidário*, nº 49 de 31/01/1928, p. 3. Na realidade este artigo é uma transcrição das resoluções do II Congresso do PCB, sendo também editado em *La Correspondencia Sudamericana* (Órgão do Bureau Sul Americano da IC) nº 26 de 30/06/1927 p. 8, com o título de *Las características políticas del Brasil*.

Conte<sup>40</sup>. Brandão era apoiado por Paulo de Lacerda, porém prevaleceu a posição de Astrojildo Pereira, de se evitar criar atritos com Leônidas de Resende.

Seja como for, o positivismo de Leônidas de Resende contribuiu muito para uma aproximação do PCB com os militares, profundamente influenciados pelo positivismo. O primeiro número de *A Nação* sob a égide do Partido Comunista, apareceu em 3 de janeiro de 1927 e, sintomaticamente, trazia na capa uma homenagem ao aniversário de 29 anos de Luiz Carlos Prestes. Neste artigo, após exaltar as qualidades de líder militar e de homem íntegro de Prestes (“deram-lhe o exército e a pequena burguesia este exemplo de lealdade a princípios jurados”), fazem-se algumas restrições, por exemplo:

Para essa revolução, aproveitemos os esforços de todos os democratas descontentes, mas subordinando-os sempre à nossa vontade, à nossa direção.

(...) Prestes ficou em meio caminho: bateu-se pelo povo e pela liberdade, mas não foi além.

(...) Temos que completar o movimento de Isidoro e Prestes.

Eles, a pequena burguesia, dispensam nosso concurso. Temos nós os proletários, de nos fazer com eles e com os camponeses pobres (é a palavra de ordem de Lenine) para a revolução proletária.

Para essa revolução o sufrágio universal e o parlamento são panacéia.

O essencial é a sindicalização revolucionária do proletariado, é a greve geral combinada com a insurreição armada.<sup>41</sup>

Daí em diante, vários exemplares de *A Nação* iriam fazer a apologia, com restrições, ao movimento tenentista; em outro artigo, também de janeiro de 1927, intitulado “Da “Coluna” a “Comuna” é questão de um passo”, menciona-se uma frase do Gal. Isidoro Dias Lopes, na qual ele afirmava que Prestes era o novo “Chevalier de l’espérance”, em menção ao general francês Lazaro Hoche, um dos comandantes militares da Revolução Francesa. Ainda neste artigo os movimentos militares de 1922 e 1924 são classificados como “movimentos da pequena burguesia (militar e civil) contra a grande burguesia (política e industrial)”. Mais adiante, emenda-se:

Agora, o movimento será mais amplo: será logo do proletariado com o apoio da pequena burguesia, contra aquela grande burguesia; será logo da ditadura do proletariado contra esta farsa que aí está de “governo democrático”; será do comunismo contra o capitalismo dos pequenos contra os grandes.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> DULLES, J. F., *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 254

<sup>41</sup> *A Nação*, 3/01/1927, p.p. 1 – 3.

<sup>42</sup> *Ibid.*

Dentro deste espírito de revisão de sua antiga postura sectária, o Comitê Central do PCB realizou ao final de 1927, algumas reuniões no intuito de debater uma aliança entre o Partido e a Coluna Prestes. Essas reuniões, aconteciam nas casas de Joaquim Barbosa, Otávio Brandão e também na de Pedro Mota Lima que, segundo Leôncio Basbaum, era uma espécie de “membro secreto do partido”<sup>43</sup>. O fato de várias reuniões acontecerem na casa deste último é bastante sintomático: Pedro Mota Lima era originalmente ligado ao movimento tenentista; no intuito de apoiá-lo, editou em 1922 o jornal *O Imparcial*, além de ter participado na fundação e redação dos jornais *O 5 de julho*, em 1924, e *A Esquerda*, em 1927, também ligados ao tenentismo.

A ligação de Mota Lima com o tenentismo irá permanecer pelos próximos anos. A sua adesão e a adesão dos militares prestistas ao Partido são concomitantes, sendo que Mota Lima irá se destacar como um importante elemento de ligação entre a ala militar do Partido e o Comitê Central.

O fato de Mota Lima estar participando de reuniões do Comitê Central do PCB já em 1927, demonstra que a aproximação do Partido com o tenentismo é anterior à adesão de Prestes, anterior mesmo ao lançamento, por parte deste, da sua Liga de Ação Revolucionária - LAR, o que dá indícios de que a adesão de Prestes ao comunismo, seguido da “ala esquerda” do tenentismo, não foi um ato isolado de conversão política de Prestes, mas se seguiu a um longo processo de negociação entre o Partido e o tenentismo, processo que esteve sujeito às várias mudanças de tática da Internacional.

Tanto João Alberto<sup>44</sup>, quanto Agildo Barata<sup>45</sup> afirmam, em suas memórias, que a adesão de Prestes às idéias comunistas se deu com o lançamento de seu manifesto de maio de 1930 e que neste episódio, Prestes teria agido sem consultar seus companheiros, surpreendendo a todos. Entretanto, esse ato de “ruptura” entre Prestes e o tenentismo foi apoiado por alguns “tenentes”, entre eles Silo Meireles, Carlos Costa Leite e Emigdio Miranda, que ingressaram na LAR e recusaram-se a tomar parte da Revolução de 30, ao contrário de João Alberto e Agildo Barata, que desempenharam papel relevante neste movimento.

Nessas reuniões, das quais participaram Astrojildo Pereira, Paulo de Lacerda, João da Costa Pimenta, Joaquim Barbosa, Manuel Cendon, Hermonênio Silva, Rodolfo Coutinho, Leôncio Basbaum, Otávio Brandão, além de Pedro Mota Lima, decidiu-se que a

---

<sup>43</sup> BASBAUM, L., *Uma vida em seis tempos*, p. 48

<sup>44</sup> LINS DE BARROS, J. A., *Memórias de um revolucionário*, p.p. 218-222

<sup>45</sup> BARATA, A., *Vida de um revolucionário (memórias)*, p. 85

linha política até então seguida pelo Partido era por demais sectária e que deveria-se procurar estabelecer uma aliança com a Coluna Prestes, então exilada na Bolívia.

Essa resolução não foi aceita unanimemente, sofreu grande resistência por parte de Joaquim Barbosa e, principalmente, Rodolfo Coutinho, que alegavam que “unir-se à Coluna, que representava um movimento pequeno burguês, seria trair o proletariado e todos os ensinamentos de Marx e Engels”<sup>46</sup>. No dia seguinte à aprovação da aproximação entre o PCB e a Coluna Prestes, Rodolfo Coutinho e Joaquim Barbosa pediram desligamento do Partido.

É nesse ambiente que, em dezembro de 1927, Astrojildo Pereira, levando consigo uma credencial de repórter cedida por Pedro Mota Lima, então redator de *A Esquerda* e abundante literatura marxista-leninista, irá à Bolívia tentar conquistar Luiz Carlos Prestes para a Frente Única.

Este encontro é relatado num documento intitulado *Relatório à IC apresentado pela delegação brasileira por ocasião do IV Congresso do ISV* [Internacional Sindical Vermelha], de 1928. Este documento é esclarecedor não apenas pela descrição que fornece do encontro entre Astrojildo Pereira e Prestes, mas também por dar um vislumbre da realidade brasileira sob a luz das resoluções dos congressos da IC. Por exemplo, ao se referir ao levante de 5 de julho de 1924 em São Paulo, o documento faz a seguinte análise: “Como é sabido os chefes revoltosos tinham as simpatias do imperialismo americano, enquanto que o governo era apoiado pelo imperialismo inglês”. Além desta análise da realidade sob a ótica dos conflitos entre imperialismos inglês e americano, que a IC gostaria que houvesse, fica também clara a concepção de revolução brasileira sob os modelos utilizados na China:

O PCB sabendo que entre os antigos revoltosos havia indivíduos sinceros, para afastá-los da cilada governamental, lançou então a idéia de um partido tipo do “Kuomintang”, que pudesse atrair para o nosso lado os pequenos-burgueses revoltosos, que nós classificamos de vanguarda revolucionária da pequena burguesia.<sup>47</sup>

Quanto ao encontro entre Prestes e Astrojildo propriamente dito, o documento apresenta ainda as concepções de “contradições inter-imperialistas” e de “partido tipo Kuomintang”. Em relação à primeira questão, segundo o documento, Prestes “declarou ainda, que estava disposto a ligar-se a um dos imperialismos, se tanto fosse necessário

---

<sup>46</sup> Ibid., p. 50

<sup>47</sup> *Relatório à IC apresentado pela delegação brasileira por ocasião do IV Congresso do ISV* [Internacional Sindical Vermelha], 1928. Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

para derrubar o governo atual, porém ainda não havia escolhido a qual deles, pois que era uma questão a estudar”. No que se refere à formação de um “Kuomintang” nacional, tal coisa, de acordo com o documento, foi proposta a Prestes, que teria respondido:

“Sobre a organização de um terceiro partido, tipo “Kuomintang” que o PCB lhe propôs, eles declararam não ser oportuno atualmente a formação de um tal partido e que só depois de derrubado o governo atual tratariam então desse partido.

A CCE [Comissão Central Executiva] achou que o PCB devia então, organizar uma Liga contra o imperialismo para ver si assim os conseguia ligar a um organismo sob a nossa influência.

Pelas declarações da vanguarda da burguesia revolucionária, pudemos constatar que todos eles tem grande idolatria por Luiz Carlos Prestes e é por esse motivo que o PCB tem procurado colocá-los sob a sua influência, a fim de evitar uma possível ditadura militar.

Toda a questão da aliança do PCB com a pequena burguesia revolucionária, foi tratada durante 3 meses nas células, resolvendo estas favoravelmente.”<sup>48</sup>

Ocorreram ainda outros contatos entre os “tenentes” e o comunismo, posteriores à marcha da Coluna Costa-Prestes, no início de 1928 um encontro, segundo Prestes sugerido por Siqueira Campos, foi realizado entre Prestes, Siqueira e Juarez Távora com um representante da IC, em Montevideu, a idéia era buscar financiamentos estrangeiros para a continuidade da revolução, ainda segundo Prestes, ele a princípio era contra o encontro por considerá-lo perigoso e prejudicial à causa. O encontro apesar de haver acontecido, fracassou no intuito de conseguir o financiamento, pois o representante de IC teria percebido “em Juarez um pólo negativo, uma vez que foi ele o orador dos brasileiros na conversa. E Siqueira ficou furioso por Juarez ter desfeito seu trabalho.”<sup>49</sup>

Em 1929, Josias Carneiro Leão, com o conhecimento de Prestes e de Miguel Costa, teria viajado à URSS, onde teria permanecido um mês e se encontrado com Astrojildo Pereira e Manuilsky, dirigente da IC, ainda no intuito de conseguir financiamento para a revolução brasileira, porém não conseguiu realizar esse objetivo.<sup>50</sup>

### 1.3 – O soldado cidadão

Até aqui, analisamos os motivos que levaram o Partido Comunista do Brasil a se aproximar dos militares; falta aprofundar as razões de porque esta aliança pareceu

---

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> PINHEIRO, P. S., *Estratégias da ilusão*, p. 211

atraente a estes militares. O motivo principal, ponto consensual entre os historiadores, pode ser resumido em uma única palavra: Prestes. É indiscutível que a grande maioria dos oficiais das forças armadas que aderiu ao comunismo, o fez seguindo Luiz Carlos Prestes, sendo que muitos, durante a sua militância no Partido, eram antes “prestistas” do que comunistas. Porém, se considerarmos a adesão da ala esquerda do tenentismo ao comunismo como um simples ato de fidelidade ao chefe, estaríamos simplificando demasiadamente a realidade e dificultando a compreensão de episódios posteriores.

A adesão destes militares ao comunismo, foi fruto de um processo de, no mínimo, oito anos (de 1927 a 1935), repleto de idas e vindas e que causou rompimentos de ambos os lados. A presença de Pedro Mota Lima nas reuniões do Comitê Central do Partido, em 1927, mostra que este processo de aproximação começou antes da viagem de Astrojildo Pereira à Bolívia e que, apesar de Prestes ser o nome central deste processo de aproximação, não se tratava de uma mera conversão individual, mas contava com a participação de um considerável grupo de militares, próximos a Prestes, que não foram meros seguidores da conversão de seu líder, mas participantes deste processo.

O exército, desde o tempo da Guerra do Paraguai - quando praticamente fez a sua entrada no cenário nacional<sup>51</sup> confrontando-se com a Guarda Nacional, instituição militar da aristocracia latifundiária<sup>52</sup> - constitui-se como uma instituição com forte tendência contestadora. Até a Guerra do Paraguai, o exército era uma instituição profundamente desacreditada, para a qual a convocação era feita à força (literalmente capturavam-se desocupados nas ruas para servir ao exército) e que até então contava com um efetivo de menos de 15 mil praças e uns 1400 oficiais<sup>53</sup>.

É conhecido que os militares, nas décadas de 1870 e 80, recusavam-se a perseguir escravos foragidos e, por isso, o Clube Militar, fundado em junho de 1887, deliberou numa de suas primeiras sessões, presidida por Deodoro da Fonseca, que o exército não mais se prestaria ao serviço de “capitão do mato”. Também é notória a participação militar na Proclamação da República, sendo que após a queda do Império, o

---

<sup>50</sup> Ibid.

<sup>51</sup> “O Exército que surge da guerra com o Paraguai é força nova na vida do país – não será mais relegado a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com um papel subalterno na vida nacional”, SODRÉ, N. W., op. cit., p. 141

<sup>52</sup> A Guarda Nacional era uma milícia com funções policiais, vinculada ao Ministério da Justiça, portanto independente das Forças Armadas, criada em 1831 durante a Regência; eram convocados pela Guarda Nacional todos os cidadãos, entre 18 e 60 anos, com renda superior a 200 mil réis. Seus oficiais inferiores (até capitão) eram eleitos em votação censitária, os maiores eram eleitos entre os oficiais e os postos superiores (major assistente e coronel) eram designados pelo governo do Império, via de regra entregues aos chefes das oligarquias locais. Ainda hoje é comum tratar de “coronel” os grandes latifundiários. A Guarda Nacional era uma instituição de caráter eminentemente político e não militar: “De fato o que ditou evidentemente a criação da Guarda Nacional foi o interesse político-partidário e não de defesa nacional”, João Batista Magalhães, *A evolução militar do Brasil*, apud. Sodré, Nelson Werneck, *A história militar do Brasil*, p. 130.

exército tornou-se a única instituição de abrangência nacional,positor ferrenho do federalismo e inimigo jurado, ao menos no discurso, da oligarquia rural.<sup>54</sup>

Em relação ao seu contingente, o exército constituiu-se provavelmente como o único caminho de ascensão social possível para a classe média nacional no início deste século. São oriundos de famílias pobres a maioria dos líderes tenentistas, tais como Prestes, Nunes de Carvalho, Siqueira Campos, João Alberto, Joaquim e Juarez Távora; esses últimos, confessadamente alistaram-se como única maneira de prosseguir os estudos, uma vez que a sua renda familiar não possibilitava tal investimento<sup>55</sup>. Esse fato contribuiu para justificar a inclusão dos oficiais do exército na categoria de pequena burguesia, a que lhe atribuía o PCB.

A formação dos oficiais do exército explica, em grande parte, a sua atuação política; de fato, a Escola Militar foi, do final da Guerra do Paraguai até o Estado Novo, centro de pregação política e contestação. Essa aproximação da Escola Militar com a pregação política tem início no momento em que Benjamim Constant assume o posto de professor da Escola Militar da Praia Vermelha em 1872 e, com ele, o positivismo faz a sua entrada na formação dos militares brasileiros. A influência positivista ampliar-se-ia com a reforma curricular da Escola Militar de 1890, a partir da qual foram introduzidas várias matérias de Ciências Humanas, inclusive Sociologia.

No currículo da Escola Militar constavam mais matérias como Matemática, Filosofia e Letras do que disciplinas propriamente militares. Nas academias publicavam-se algumas revistas, tais como *Fênix* e *Clube Acadêmico*, na quais eram veiculados artigos sobre Literatura, Sociologia, Filosofia e nenhum sobre assuntos militares. Em suas memórias, o Gal. Leitão de Carvalho assim define sua passagem pela academia militar, entre 1901 e 1904:

---

<sup>53</sup> SODRÉ, N. W., op. cit., p. 135

<sup>54</sup> Um bom exemplo da avaliação que os militares faziam da Guarda Nacional, e de toda a classe política, pode ser visto em carta do Marechal Deodoro da Fonseca, em 1886, ao chefe do Gabinete, o Barão de Cotegipe, quando defendia seu subalterno o Ten. Cel. Sena Madureira, que o ministro da Guerra, Alfredo Chaves, desejava punir. “Se a sorte determinar o rebaixamento da classe militar, no dia em que eu desconfiar que, na frente de soldados, não passarei de um comandante superior da Guarda Nacional e simples vulto político, quebraria a minha espada e, envergonhado, iria procurar, como meio de vida, a exemplo de muitos, uma cadeira de deputado para também poder insultar a quem quer que seja.” A ordem de punição dada a Sena Madureira decorria do envolvimento deste em três questões disciplinares: em 1883 protestou publicamente contra a lei de contribuição obrigatória ao montepio militar, sendo punido; em 1884 organizou uma recepção festiva na Escola de Tiro, que comandava, ao líder abolicionista cearense Francisco do Nascimento, jangadeiro que recusava-se a transportar escravos; foi punido e transferido para o Rio Grande do Sul, onde defendeu-se publicamente no jornal republicano *A Federação*, de propriedade de Júlio de Castilhos, que explorou habilmente o incidente. Deodoro recusou-se a punir Sena Madureira e foi exonerado, o que provocou manifestações entre os alunos da Escola Militar, que receberam Deodoro e Sena Madureira, em janeiro de 1887, no Rio de Janeiro como heróis. Em maio de 1887, Deodoro e Sena Madureira foram perdoados e o ministro da guerra demitido. Citação extraída de Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, p. 151

<sup>55</sup> CARVALHO, J. M., “As forças armadas na Primeira República: O poder desestabilizador”, em *História*

A ausência do espírito militar nos cursos das Escolas do Realengo e da Praia Vermelha tinha feito de mim um intelectual diletante, que não sabia bem para onde se virar: se para as ciências exatas, a literatura ou, simplesmente, os assuntos recreativos do espírito<sup>56</sup>.

O grande expoente militar desse primeiro período foi, indubitavelmente, o Mal. Floriano Peixoto, segundo presidente da República e possivelmente o principal consolidador do novo regime. Frequentemente Floriano Peixoto era descrito pelos seus opositores, quase todos pertencentes às oligarquias locais, como truculento e sanguinário (entre estes opositores destacava-se Eptácio Pessoa, então deputado pela Paraíba e posteriormente presidente da República, entre 1918 e 1922, período em que se inicia a grande crise militar que culminaria no tenentismo). Responsável, entre outras coisas, pelo esmagamento de uma revolta restauradora da marinha, foi chamado de “jacobino” pelo líder desta revolta, o Almirante Saldanha da Gama:

Aceitando a situação que me é imposta pelo patriotismo, reuno-me, sem precisar de conchavos, em pleno dia, pesando a responsabilidade que tomou, aos meus irmãos que, há um ano, nas campinas do Rio Grande do Sul, e há três meses, na baía desta capital, pugnam valorosamente pela libertação da Pátria Brasileira do militarismo, agravado pela contubérnia do sectarismo e do mais infrene jacobinismo<sup>57</sup>

O termo jacobino, que predominou durante os conflitos políticos dos primeiros anos da República, foi cunhado pelos adversários de Floriano Peixoto e de seus colaboradores mais próximos como forma de caracterizar esse período como dominado pelo esquerdismo radical e sectário, em referência à Revolução Francesa, que, cem anos depois, era vista, pela elite agrária brasileira, como ameaça. Bernardino de Campos, presidente do Estado de São Paulo, via “no fanatismo florianista, ameaças para a unidade brasileira”.<sup>58</sup> Da mesma forma Prudente de Moraes, terceiro presidente da República, declarou em 1896:

Sei que os jacobinos têm-me ódio – tornam-se dia a dia mais arrogantes, à proporção que vão sendo animados pelos chefes, generais Quintino e Glicério – e logo se sintam

---

*geral da civilização brasileira* (org. Boris Fausto) vol 9, p. 187.

<sup>56</sup> LEITÃO DE CARVALHO, E. (mal.) *Memórias de um soldado legalista*, Tomo I p. 32.

<sup>57</sup> SODRÉ, N. W., op. cit., p. 174.

<sup>58</sup> SANTOS, J. M., *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, apud. SODRÉ, N. W., op. cit. p. 179.



com forças para substituir-me por algum “general” que faça a Política forte do Marechal [Floriano Peixoto], não adiarão para o dia seguinte.<sup>59</sup>

A doutrina militar, que vigorou até o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904, ficou conhecida como: “soldado cidadão”; tal doutrina está explicitada no decreto presidencial de 1890, que reformou o ensino militar. Este decreto, em sua exposição de motivos apresenta a seguinte explicação:

Considerando que o soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado – corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem intencionado das instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral;<sup>60</sup>

A inclusão de matérias estranhas à prática militar também é contemplada neste decreto:

Considerando que isso só pode ser obtido por meio de um ensino integral onde sejam respeitadas as relações de dependência das diferentes ciências gerais, de modo que o estudo possa ser feito de acordo com as leis que tem seguido o espírito em seu desenvolvimento, começando na matemática e terminando na sociologia e moral como ponto de convergência de todas as verdades, de todos os princípios até então adquiridos e foco único de luz capaz de alumiar e esclarecer o destino racional de todas as concepções humanas.

Resolve organizar o ensino nas escolas do exército pelo regulamento que baixa com o presente decreto e, onde são atendidos todos os meios para levantar o nível moral e intelectual do exército, pondo o soldado brasileiro a par dos grandes aperfeiçoamentos da arte da guerra em suas múltiplas ramificações sem desviá-lo de seus deveres como cidadão no seio do lar e no seio da pátria<sup>61</sup>

A menção às “leis que tem seguido o espírito em seu movimento” assim como o “progresso como garantia da ordem e da paz públicas” dão um bom exemplo da inspiração da doutrina positivista na reforma do ensino militar. O soldado passa a ser um agente consciente do progresso nacional, estando desobrigado da “obediência passiva”. Além disto, é interessante que a tarefa de manutenção da ordem esteja subordinada ao

---

<sup>59</sup> SODRÉ, N. W., op. cit., p. 179.

<sup>60</sup> Decreto de 14/04/1890, de reforma do ensino militar, em *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*, quarto fascículo de 1 a 30 de abril de 1890 p. 550.

<sup>61</sup> Ibid.

progresso: desse ponto de vista, cabia ao soldado, como participante da política, a promoção do progresso como pré condição para a manutenção da ordem; nesse caso, interessava não apenas afirmar a organização em face das elites políticas, mas também usar o seu poder para reformar o sistema político<sup>62</sup>.

Baseado nesta postura reformista do exército, Nelson Werneck Sodré nega que o positivismo tivesse a influência que é lhe atribuída pela maior parte da historiografia; admitindo, porém, que por intermédio de Benjamin Constant, o positivismo exerceu alguma influência no pensamento militar nacional. Segundo o autor essa influência foi somente parcial e reduzida:

Muito ao contrário do que se escreveu, e se repete, e tão somente por isso existe tal idéia, a influência do Positivismo no espírito democrático da oficialidade do Exército foi mínima (...) uma força militar organizada, e com tais finalidades, era o oposto do que almejavam os positivistas ortodoxos, que preferiam uma força meramente policial e, obediente aos ensinamentos do mestre francês [Comte], pregavam o fechamento das escolas militares. O que se combate (...) na época, é o que chamam “intervenção do Exército no política”<sup>63</sup>

Seguindo o espírito de “soldado cidadão”, a Escola Militar da Praia Vermelha revoltou-se em 1889, 1895, 1897 e 1904. A última revolta se deu em apoio à revolta popular contra a reforma urbanística de Pereira Passos, então prefeito do Distrito Federal e contra a vacina obrigatória e custou o fechamento desta escola e o fim dessa doutrina como doutrina oficial. Esta porém, manteria-se viva pelas próximas gerações graças, entre outras coisas, à própria Constituição de 1891, que instituía, em seu artigo 72, parágrafo 1º, o dispositivo de “obediência dentro da lei”<sup>64</sup>, textualmente: “Ninguém pode ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei.”<sup>65</sup> Segundo Juarez Távora, tal dispositivo dava ao militar a faculdade de decidir a conveniência de obedecer às autoridades governamentais, capacidade de decidir adquirida na cadeira de Direito Público da Escola Militar.<sup>66</sup>

Este mesmo artigo 72 da Constituição de 1891 foi modificado na revisão constitucional de 3 de setembro de 1926, sob o impacto dos levantes militares e do deslocamento da Coluna Costa-Prestes, que incluiu um novo parágrafo que determinava: “É permitido ao Poder Executivo expulsar do território nacional os súditos estrangeiros

---

<sup>62</sup> CARVALHO, J. M., op. cit. p. 210.

<sup>63</sup> SODRÉ, N. W., op. cit. p. 168

<sup>64</sup> CARVALHO, J. M., op. cit. p. 211.

<sup>65</sup> Constituição de 1891, em PORTO, W.C. (org.), *As constituições do Brasil*. p. 33.

perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República<sup>67</sup>. Os atingidos por esta emenda foram os sindicalistas, grande parte deles imigrantes espanhóis e italianos, que pouco tinham a ver com os levantes militares, porém foram os elementos mais visados pela repressão. A mesma revisão constitucional também complementou e regulamentou o artigo 6º, que trata da prerrogativa do Governo Federal em intervir nos Estados mediante requisição de qualquer um dos poderes públicos nas esferas federal e estadual.

Nota-se acima, uma forte identidade entre o espírito militar do período 1889/1904 e os “tenentes” de 1922: não é por acaso que José Murilo de Carvalho irá se referir ao período entre a proclamação da República e a revolta de 1904 como “o primeiro tenentismo”<sup>68</sup>. Entre os períodos assim classificados, como primeiro e segundo tenentismo, houve um interregno caracterizado pelo esforço de modernização do exército e criação de uma doutrina de corporação. Esse período foi marcado pela atuação do grupo denominado de “jovens turcos”, pela missão francesa e pela política de salvações, levada à frente durante o governo do Mal. Hermes da Fonseca.

O grupo dos “jovens turcos” foi assim denominado em referência aos jovens reformadores militares de Mustafá Kemal. O aparecimento desse grupo deu-se em decorrência ao fechamento da Escola Militar, entre 1904 e 1911: nesse período, o treinamento militar esteve a cargo de três missões militares que o governo brasileiro enviou à Alemanha em 1906, 1908 e 1910. Esse grupo teve como porta-voz a revista *Defesa Nacional*, revista de aparência puramente técnica, divulgadora da doutrina do exército alemão, mas que também pregava o sorteio militar e o afastamento dos militares da política. Seus expoentes eram os generais Bertholdo Klinger e Leitão de Carvalho, que haviam participado do levante da Escola Militar em 1904. Um bom exemplo do afastamento dessa geração de militares da doutrina da geração anterior pode ser observado na avaliação que faz o Gal. Tito Escobar, em 1914, da formação das Escolas Militares, sob a influência de Benjamim Constant:

Raros soldados de escol produziram as escolas militares e raríssimos exemplares deles nos legaram; sobram-nos, entretanto, enraizados burocratas, literatos, publicistas e filósofos, engenheiros e arquitetos notáveis, políticos sôfregos e espertíssimos, eruditos professores de matemáticas, ciências físicas e naturais, como amigos da santa paz

---

<sup>66</sup> TÁVORA, J., *A guisa de depoimento*, p. 93.

<sup>67</sup> Constituição de 1891, em PORTO, W.C. (org.), *As constituições do Brasil*. p. 46.

<sup>68</sup> CARVALHO, J. M., *op. cit.* p. 196.

universal, do desarmamento geral, inimigos da guerra, adversários dos exércitos permanentes.<sup>69</sup>

A despeito do aparente afastamento político desta geração, é de se notar que nesse período o exército participa ativamente de lutas de cunho político. A grande reivindicação destes militares, o sorteio militar, apesar de aparentemente técnico, tinha desdobramentos políticos evidentes, já que até 1916 o recrutamento estava a cargo de juntas locais, dirigidas pelos presidentes das câmaras municipais, o que possibilitava o uso da convocação militar como arma política. Também é fruto da mobilização dessa geração a extinção da Guarda Nacional em 1918, o que, finalmente, conduz exército e marinha ao monopólio do poder militar em nível nacional. Vem desse período também a pregação de desenvolvimento da indústria de base com fins de defesa nacional; em 1916, pela primeira vez, os militares reivindicam a criação da Siderurgia Nacional e do Conselho Nacional do Petróleo. Essas continuarão sendo bandeiras do setor nacionalista do exército pelas próximas décadas e é principalmente por influência militar que serão adotadas na pregação econômica do Partido Comunista.

O coroamento do esforço de profissionalização e corporativização do exército ocorre com a vinda da missão militar francesa, em 1918. No entanto, é sugestivo que essa missão tenha sido contratada pela Força Pública de São Paulo doze anos antes, em 1906, o que colaborou para criar, entre seus membros, uma mentalidade militar antes mesmo que o exército nacional, que sempre viu essa instituição com profunda desconfiança, por ser um dos maiores símbolos do federalismo da Primeira República, considerada como um exército particular da principal oligarquia do país, a despeito da aliança que se efetuou entre estas duas corporações na revolta de 5 de julho de 1924, em São Paulo e da participação de oficiais da polícia na Revolução de 30 e no levante de novembro de 1935<sup>70</sup>

#### 1.4 – O cidadão armado

Durante a marcha da Coluna Costa-Prestes, que uniu militares e membros da Força Pública paulista, segundo Domingos Meirelles, muitas diferenças surgiram entre os

---

<sup>69</sup> ESCOBAR, T. (Gen.), citado por Cel. F. de Paula Cidade, O exército em 1889, resumo histórico, em *A República Brasileira*. p. 251.

<sup>70</sup> Merece destaque a participação do “tenente” Muniz de Faria, que notabilizou-se durante a Revolução de 30, quando ocupava o posto de capitão por convocar e distribuir armamentos à população civil de Recife, atividade com que contou com a colaboração do dirigente comunista pernambucano Cristiano Cordeiro. Em 1935, quando coronel, e comandante da Força Pública de Pernambuco também aderiu à Aliança Nacional

membros da coluna gaúcha, formada majoritariamente de militares e a coluna paulista, na sua maioria constituída por policiais, recebendo estes últimos tratamento pejorativo dos gaúchos, que comumente se referiam aos paulistas como “meganhas”, ou “bate-paus”. Além disso, era comum os soldados do exército se recusarem a fazer continência aos oficiais da Força Pública<sup>71</sup>.

No momento em que a geração de militares que irá compor o tenentismo de 1922 entra para a Escola Militar do Realengo, a renovação doutrinária do exército já estava bastante adiantada e os militares jacobinos já não ocupavam os principais postos de comando, se bem que a missão militar francesa ainda não havia alterado substancialmente o curso da Escola Militar, que continuava predominantemente influenciado pela doutrina militar alemã<sup>72</sup>, (muito provavelmente a turma da Escola Militar que mais se destacou no movimento tenentista foi a de Luiz Carlos Prestes, que ingressou em 1917 – antes da vinda da missão militar francesa. Fizeram parte desta turma, além de Prestes, Carlos da Costa Leite<sup>73</sup>, Siqueira Campos e Eduardo Gomes, os dois últimos são os únicos sobreviventes do levante do Forte Copacabana, em 5 de julho de 1922).<sup>74</sup>

Quando nos referimos à geração militar do tenentismo, evidentemente não estamos nos referindo a todos os militares desta geração, pois o tenentismo representava o grupo mais ativo dentro das forças armadas, porém em momento algum representou a maioria dos oficiais das forças armadas. A sua penetração se deu principalmente entre os oficiais de baixa patente (tenentes e capitães) e aspirantes, daí a designação de “tenentes” a todos aqueles que aderiram às conspirações e revoltas militares nos anos vinte. Mesmo entre os oficiais de baixa patente os “tenentes” não constituíam sua maioria. Entre as patentes superiores (de major em diante) os que aderiram ao movimento foram somente alguns expoentes, com poucas exceções os oficiais superiores permaneceram fiéis ao governo.

---

Libertadora, sendo peça chave no levante de novembro naquele estado.

<sup>71</sup> MEIRELLES, D., *A noite das grandes fogueiras – Uma história da Coluna Prestes*, p. 393.

<sup>72</sup> COSTA LEITE, C., entrevista concedida à John Foster Dulles, em 13/10/1966.

<sup>73</sup> Carlos da Costa Leite nasceu no Rio de Janeiro em 1 de janeiro de 1895, filho de um oficial do exército, antes de ingressar na Escola Militar do Realengo, onde cursou Artilharia, serviu como soldado no 1º Regimento de Cavalaria, no Rio de Janeiro. Foi colega de turma de Luís Carlos Prestes – aluno de engenharia -, e de Antônio Siqueira Campos e Eduardo Gomes – alunos de infantaria. Participou ativamente de praticamente todas as conspirações militares durante a década de vinte, sendo apelidado pelo jornal *O 5 de Julho* como “o Prestes da cidade”. Após o levante de 1924 em São Paulo foi preso e conduzido para o 1º Regimento de Cavalaria, posteriormente conseguiu fugir da prisão passando a conspirar na clandestinidade, participou do comando do assalto ao 3º Regimento de Cavalaria, na Praia Vermelha no Rio de Janeiro. Em janeiro de 1927 auxiliou Juarez Távora a fugir do presídio da Ilha das Cobras, posteriormente transferindo-se para o Nordeste onde atuou como “pombo-correio” levando mensagens de Prestes e Juarez aos revolucionários daquela região. Quando Prestes rompeu com o tenentismo, Costa Leite acompanhou-o, não participando da Revolução de 1930.

<sup>74</sup> Esta turma da Escola Militar ficou de tal maneira associada com o movimento militar-revolucionário da

O estopim que levou essa geração a se rebelar, a prisão do Mal. Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar, foi antes de tudo uma questão corporativa; pesou sumamente nesse episódio a divulgação das cartas falsas, pelo *Correio da Manhã*, de 9 de outubro de 1921, atribuídas ao então candidato à presidência da República, Arthur Bernardes, nas quais ele teria chamado o Mal. Hermes de “sargento sem compostura” e feito a seguinte recomendação: “Espero que use com toda energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois esse canalha [Hermes da Fonseca] precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina.”<sup>75</sup> Esta carta termina com a afirmação que a maior parte da oficialidade era corrupta e disposta a se vender: “A situação não admite temporizações: os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões”.

A falsidade destas cartas foi comprovada muito mais tarde; na época de seu aparecimento, elas foram analisadas pelo Clube Militar que concluiu pela sua autenticidade. Estas cartas marcaram irreparavelmente o governo Bernardes e foram, ao menos para a maior parte dos revoltosos, consideradas verdadeiras durante todo esse período. As revoltas de 5 de julho de 1922 e 1924, foram antes um ato em defesa da corporação do que uma tentativa revolucionária. É incerto quando as preocupações dos “tenentes” passaram de questões corporativas para a pregação revolucionária; o mais provável é que tal coisa tenha acontecido gradativamente e essa migração causou rompimentos entre os “tenentes”, sendo que alguns assumiram posturas extremamente conservadoras, como Juarez Távora ou Felinto Müller, enquanto que outros aderiram ao comunismo; porém, a grande maioria participou ativamente da Revolução de 1930, alguns assumindo cargos de responsabilidade no governo Vargas e adotando um discurso político reformista, caso de João Alberto, Miguel Costa (que aderiu à ANL em 1935), entre outros; outros se desiludiram dos rumos da Revolução de 30 e aderiram posteriormente ao Partido Comunista, como Trifino Correia e Dinarco Reis.

Portanto, o grande fator de unidade entre os “tenentes” era fundamentalmente corporativo, a defesa da honra da instituição militar, sendo que a palavra de ordem que os unia “representação e justiça” era vaga o suficiente para acobertar várias tendências políticas distintas. Porém não é correto reduzir os objetivos da insurreição a questões puramente corporativas. A unidade entre os “tenentes” deve-se também ao fato de que havia um inimigo a ser combatido, o oligarca local. Não podemos perder de vista que o

---

década de vinte que, segundo Carlos da Costa Leite, ficou conhecida como “Turma do sacrifício revolucionário”, conforme entrevista de Carlos da Costa Leite à John Foster Dulles, em 13/10/1966.

<sup>75</sup> Apud, CARONE, E., *A Primeira República*, p. 57.

movimento militar dos anos 1920, além de apresentar reivindicações genéricas, como moralização política, voto secreto etc., era um movimento que tinha por objetivo eliminar as oligarquias locais e o sistema federativo, no que esta geração de militares não diferia das gerações anteriores.

Apesar da Coluna Costa-Prestes evitar o enfrentamento direto com as tropas governistas, vários levantes locais foram organizados como parte de um plano geral de ação dos “tenentes”. Na verdade não haviam condições da Coluna enfrentar as tropas legalistas “frente a frente”, constituindo-se mais numa cruzada contra a ordem vigente e principalmente contra o governo Bernardes. Dessa maneira, em 1925 os capitães Carlos da Costa Leite e Leopoldo Neri da Fonseca tentaram, em 2 de maio de 1925, sublevar o 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha, o mesmo que se levantaria durante a insurreição de 1935, este levante foi frustrado, terminando com a morte do tenente Jansen de Melo, glorificado pelo jornal *A Nação*, dois anos mais tarde, em janeiro de 1927.<sup>76</sup>

Um mês após esse assalto, em junho de 1925, em São Paulo, há uma nova tentativa de insurreição, desta vez no Primeiro Regimento de Cavalaria da Força Pública. Em fevereiro de 1926, em Recife, um grupo de militares, liderados pelo tenente Cleto Campelo, decide constituir uma coluna que deveria sublevar a capital pernambucana e posteriormente se unir à Coluna Costa-Prestes, que neste momento passava próxima ao Estado de Pernambuco. Esse levante teve a participação direta de membros da direção do PCB; talvez a primeira ação de unidade entre o Partido Comunista e os “tenentes”. A reunião destinada a articular esse levante realizou-se na casa do dirigente comunista Cristiano Cordeiro, que narra seu encontro com Cleto Campelo da seguinte maneira:

Em 1926 deu-se o episódio da coluna do Tenente Cleto Campelo, comandada por ele para se juntar à Coluna Prestes que empreendia sua marcha pelo Brasil e que deveria cruzar Pernambuco pelo município sertanejo de Triunfo. Visitei o Tenente em seu esconderijo de um bairro de Recife. Ele estava vivendo confinado num quarto, impaciente, querendo se articular para empreender sua aventura. Então aproximei-o de elementos do PCB e de operários que atuavam em sindicatos. A coluna, todavia, foi dizimada antes de atingir o interior do Estado. Só que sempre achei – e daí minha ajuda ao Tenente – que deveríamos, também, trabalhar com a pequena burguesia e que movimentos liberais poderiam representar um passo à frente em termos de política. Por isso, já em 1926, eu colaborava com a revolução que rebentaria em 30.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> *A sensacional reportagem de A Nação sobre o assalto ao 3º regimento, A Nação*, 6/1/1927, p. 1.

<sup>77</sup> CORDEIRO, C., Entrevista concedida à Ricardo Noblat, *Jornal do Comércio*, Pernambuco, 12/08/79, p. 16.

Nem sempre a posição de Cristiano Cordeiro coincidiu com a linha adotada pelo Comitê Central do Partido; a partir da radicalização do discurso do PCB após o VI Congresso da IC em 1928, do qual falaremos mais adiante, Cristiano Cordeiro foi sendo cada vez mais isolado das esferas de decisão dentro do PCB. Ficando à margem do Comitê Central após 1930; acabará por ser definitivamente expulso do Partido em 1946, juntamente com Silo Meirelles e outros quadros oriundos do diretório de Pernambuco do PCB.

Cabe aqui um pequeno parêntese para falarmos dos irmãos Meirelles, nascidos no Estado de Pernambuco, filhos do engenheiro de formação positivista Francisco Ribeiro Soares de Meirelles, que chegou a eleger-se senador estadual neste Estado, tendo dez filhos. Após a sua morte, em 1918, vítima da gripe espanhola, seus últimos oito filhos mudaram-se para o Distrito Federal, onde Ilvo, segundo filho, estudava medicina. O filho mais velho, Jair, permaneceu em Pernambuco, onde era engenheiro agrônomo e não aderiu às idéias esquerdistas abraçadas pela maior parte de seus irmãos.

Ilvo Meirelles, trabalhou como médico no Rio de Janeiro e também no Estado de São Paulo, foi um dos fundadores da ANL, em 1935, na qual, segundo o relatório do delegado Eurico Bellens Porto, foi “o elemento de ligação entre Prestes e o Secretariado Nacional do Partido Comunista e, bem assim, entre os civis e militares envolvidos na preparação do novo golpe”<sup>78</sup>. Segundo este relatório Ilvo Meirelles figurava entre os chefes do movimento de novembro de 1935.

Rosa Meirelles, quarta filha e segunda esposa de Carlos da Costa Leite, também militou no movimento comunista, porém nunca foi oficialmente filiada ao PCB, manteve sempre uma posição independente em relação ao Partido, sendo chamada por sua postura de “prestista, mais do que comunista”<sup>79</sup>, em 1945 rompeu com o Partido. De forte espírito independente, segundo João Falcão: “criticava, como eu nunca ouvira antes, os defeitos e os erros do Partido e dos comunistas.”<sup>80</sup> Vivia maritalmente com Carlos da Costa Leite, porém, apesar da insistência deste, recusava-se a formalizar o casamento, que considerava uma instituição burguesa e conservadora. Teve papel ativo durante a polêmica partidária em 1945, que relataremos parte final desta dissertação, apoiando decididamente seu irmão Silo, a quem manteve-se sempre muito próxima, dando seu nome a um de seus filhos.

Cildo Meirelles era o quinto filho, não militou no PCB, era indigenista e trabalhou

---

<sup>78</sup> PORTO, E. B., *A insurreição de 27 de novembro*, p. 67.

<sup>79</sup> FALCÃO, J., *O Partido Comunista que eu conheci*, p. 165.

<sup>80</sup> *Ibid.*



no Serviço de Proteção ao Índio, juntamente com Francisco Meirelles, oitavo filho, que aderiu ao PCB, Francisco costuma ceder sua casa para os encontros clandestinos do Partido, foi ali que, sem a sua presença, ocorreu o julgamento de Elza Fernandes, em 1936, acusada de colaborar com a polícia, do qual falaremos mais adiante. Iná Meirelles, sexta filha, ara católica e não aderiu ao comunismo, casou-se com o “tenente” Custódio de Oliveira. José Meirelles, sétimo filho, também não aderiu ao comunismo, foi piloto da marinha mercante, morreu em 1942 no torpedeamento do navio *Anibal Benévolo*, por submarinos alemães. Dulce, a nona filha, casou-se com o médico Oswaldo Romeiro, que teve destacada atuação política no Estado de Goiás, para onde foi durante o Estado Novo, rompendo com o PCB em 1946, após a expulsão de Silo Meirelles do Partido. O último filho, Antonio Meirelles, militou na Juventude Comunista e manteve-se ligado ao Partido mesmo após 1945.

Silo Meirelles, era o terceiro filho, foi um dos expoentes do movimento tenentista dos anos vinte, participou da revolta na Escola Militar do Realengo, em apoio ao levante do Forte Copacabana, em 5 de julho de 1922, sendo preso até 1927, quando voltou à conspiração tenentista, segundo Juarez Távora, “a casa do Silo – inteiramente isolada, transformara-se numa espécie de maloca revolucionária”<sup>81</sup>. Apesar de haver participado das conspirações que antecederam a Revolução de 30, não participou dela para acompanhar a Luiz Carlos Prestes.

Em agosto de 1924 aparece o primeiro órgão de cooperação entre os “tenentes” e militantes da esquerda, numa pequena tipografia, situada no bairro do Méier, no Rio de Janeiro, de propriedade de Bernardo Canelas - que um ano antes, houvera sido expulso do PCB - o jornal *O 5 de Julho*, periódico quinzenal de distribuição gratuita, com a participação de Leônidas de Resende e Rodolfo, Pedro e Paulo Mota Lima, com dois subtítulos bastante sugestivos: “Jornal de acordo com a liberdade e contra a lei de imprensa”<sup>82</sup> e “A vitória da revolução é a nossa lei suprema”. A fim de evitar uma ação policial o corpo de redação era restrito a cinco ou seis colaboradores, quase todos jornalistas do *Correio da Manhã*, sua distribuição era feita clandestinamente por intermédio de uma associação espírita, cuja a diretora, Nuna Barlett James, era partidária do tenentismo<sup>83</sup>. O número 75, de 1926, aparece com duas matérias de capa bastante

---

<sup>81</sup> TÁVORA, J., *Memórias*, vol. 1, p. 223.

<sup>82</sup> Este subtítulo é uma referência à Lei de Imprensa de 31 de outubro de 1923, que estabelece penalidades para ofensas ao Presidente da República publicadas nos jornais, assim como reprimia artigos que ofendam a moral pública e bons costumes ou algum chefe de Estado estrangeiro ou seu representante diplomático.

<sup>83</sup> MEIRELLES, D., *As noites das grandes fogueiras*, p. 559.

ilustrativas: uma delas, “Não estaremos ainda maduros para a revolução”, faz as seguintes afirmações:

Uma coletividade, um povo, uma Nação incapazes de executar um movimento revolucionário, são corpos decadentes, degenerados ou retardatários, condenados à escravidão.

(...) Que povo há hoje no mundo de força mais juvenil e bela e de maior poder renovador e conquistador, de mais profundo alento vital que o da Rússia dos Soviets – esse admirável povo eslavo que dum autocracia semi-asiática passou a um pré-socialismo avançado ?

(...) a condição indispensável dum Revolução é a existência de uma plêiade, um agrupamento, ou partido revolucionários e de um povo cozinhado pela propaganda desses agitadores e possuído da consciência de seu estado social.

É o que infelizmente nos falta. Nem temos um grupo importante de intelectuais dedicados à causa popular e nem temos um partido revolucionário.

(...) A ação dos intelectuais e dos agitadores é justamente essa de semear entre o povo a idéia dum existência melhor.

(...) Esse trabalho de esclarecimento das massa populares pode ser feito antes, durante ou após o assalto revolucionário. Eis porque se justifica o desencadeamento da ação revolucionária por uma minoria consciente, antes de o povo estar maduro para a Revolução – como presentemente se está a fazer no Brasil<sup>84</sup>.

Não deixa de ser interessante que, enquanto o artigo faz rasgados elogios à Rússia, emenda afirmando não existir no Brasil nenhum partido revolucionário ou grupo importante de intelectuais dedicados à causa popular. O Partido Comunista sequer é levado em consideração. Ao mesmo tempo, o último parágrafo, onde aparece o termo “minoria consciente”, tem um caráter altamente vanguardista, o que aproxima muito as ideologias tenentistas e comunistas. O outro artigo deste número de *O 5 de julho*, faz uma profissão de fé da conspiração:

Vale dizer que, invencidas, vencedoras ou vencidas, as Revoluções são sempre proveitosas. Revolução é a força e movimento, coisas que nunca se perdem.

(...) Conspira-se, conspira-se sempre e por mais canhestramente que se conspire, há de um dia surtir efeito o trabalho dos conspiradores<sup>85</sup>

O vanguardismo dos “tenentes” toma um caráter acentuadamente elitista em relação à maneira como a revolução se processaria, isto é, admite-se a idéia de revolução

---

<sup>84</sup> *O 5 de julho*, nº 75 [1926], pp. 1 e 2.

popular e de armar o povo, porém a revolução popular somente poderia ser desempenhada pelo grupo consciente do povo armado, ou seja, o exército. Tal afirmação fica mais clara se analisarmos os trechos abaixo, também do jornal *O 5 de julho*:

Temos uma ponderação a fazer aos sócios do Partido Democrata: é que a idéia de democracia pacífica não passa de uma ilusão. (...) Só pode haver democracia com um povo armado.

(...) Admitindo, porém, que num país de atrasada cultura, como o nosso, fosse perigoso e até contraproducente estabelecer o direito de todos os cidadãos para votar ou representar aos poderes públicos, se armarem em guerra, seria lógico, todavia, que ao Exército, resumida fração armada dos cidadãos da República, se reconhecesse o direito de insurreição em defesa do povo.

(...) Nessas condições, para se implantar a democracia só há um recurso de o povo se armar ou de o Exército – povo armado – voltar-se contra o poder constituído. Em ambos os casos é a insurreição, a salvadora insurreição que cumpre organizar e levar por diante com a maior firmeza<sup>85</sup>.

A formação da Escola Militar do Realengo, mesmo após todas as reformas ocorridas desde o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, em muito contribui para a tendência esquerdista dos jovens oficiais durante as décadas de 1920 e 1930.

Apolônio de Carvalho, formado na turma de 1930 a 1932, constata que ainda em sua época, pregava-se abertamente teorias revolucionárias na Escola Militar:

Curioso é que boa parte dos cadetes com quem mais convivia ou já eram comunistas ou tinham largo cabedal de leitura marxista. Digamos que eu fosse um anarco-socialista em meio a vermelhos convictos, todos muito influenciados por professores dos colégios militares que, além de comunistas, pregavam abertamente nas aulas a revolução<sup>86</sup>.

Apolônio de Carvalho teve como colegas de turma Alberto Bomílcar Besouchet, um dos comandantes do levante de novembro de 1935 em Recife, fuzilado durante a Guerra Civil Espanhola junto com os membros do POUM e o historiador Nelson Werneck Sodré.

---

<sup>85</sup> Ibid., p. 1.

<sup>86</sup> *O 5 de Julho*, nº 50 [1926] p. 1.

<sup>87</sup> CARVALHO, A, *Vale a pena sonhar*, p. 41.

O trabalho clandestino de convocação de futuros “tenentes” também era realizado entre os cadetes da Escola do Realengo; Agildo Barata, que cursou a turma de 1925 a 1928 assim descreve o recrutamento:

Os tenentes iniciam então um trabalho de longo alcance: é preciso recrutar o tenente ainda na Escola Militar, antes mesmo que ele se enquadrar na mentalidade governista da tropa.

Um comitê de cadetes é organizado na Escola Militar do Realengo.

Este comitê realizava um prudente trabalho de sondagem. As precauções indispensáveis ao trabalho tornavam-no lento e moroso. Os resultados custavam a aparecer mas eram seguros. As possibilidades de delação reduzidas ao mínimo. (...)

Do comitê conspirativo dos cadetes, futuros tenentes revolucionários, participavam entre outros, Juracy Magalhães e Jurandyr Mamede.<sup>88</sup>

### 1.5 - A proletarização

Logo após o encontro entre Astrojildo e Prestes, em 1927, a linha política do PCB sofreu uma nova retificação, rumando mais à esquerda por influência do VI Congresso da IC, realizado em 1928. Segundo Edgard Carone<sup>89</sup>, a linha política do PCB começou a sofrer mudanças, adaptando-se ao VI Congresso, somente após o retorno de Astrojildo Pereira da URSS, onde representou o Partido neste congresso, o que ocorreu mais de um ano depois, em janeiro de 1930. Porém, quando Astrojildo Pereira regressa, a linha política do PCB já havia sofrido diversas críticas do Bureau Sul Americano da Internacional Comunista, que em reuniões a partir, pelo menos, de julho de 1929 já iniciava a adequação do PCB à linha do VI Congresso.

O partido se prepara para participar das eleições presidenciais de 1930, no intuito apenas de utilizar “la campaña electoral como un medio de agitación con vistas a la revolución”<sup>90</sup>. A aliança com o tenentismo ainda é discutida, porém em novas bases: convida-se Prestes a ser o candidato do partido à presidência; porém, este deveria assumir integralmente o programa do PCB, sem concessões. Acredita-se ainda na possibilidade do Partido dirigir uma insurreição, com ou sem o apoio dos “tenentes”. Em relação à esta nova tática, realizaram-se várias reuniões com a direção do Bureau Sul

---

<sup>88</sup> BARATA, A, *Vida de um revolucionário*, p.p. 80 e 82.

<sup>89</sup> CARONE, E., *Brasil: anos de crise (1930-1945)*, p. 57

<sup>90</sup> Reunião do Bureau Sulamericano da IC, 15/07/1929, a afirmação é de Vitério Codovilla, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

Americano da Internacional. Numa delas, realizada em 15 de junho de 1929, Vitorio Codovilla, dirigente do PC da Argentina, faz a seguinte proposta em relação à aliança com o tenentismo:

Sobre la preparación de la insurrección: creo que no hay que ir a conversar con Prestes en forma de consulta, sino plantearle nuestro propósito de organizar a las masas para la revolución, y al mismo tiempo saber lo que la C. P. [Columna Prestes] opina. Exigirles que se definan: con nosotros o contra nosotros. No podemos continuar considerando a la Columna Prestes como aliada, mientras esta no nos hace conocer sus propósitos.

En cuanto a la propaganda entre los marineros y los soldados, debemos continuarlo, organizar células entre ellos para atraerlos a nuestras filas, al mismo tiempo que debemos dirigir a los soldados contra los oficiales y no hacer lo que aconseja la Columna Prestes: trabajar solamente entre los oficiales y considerar a la tropa como una masa inconciente manejada por los primeros<sup>91</sup>.

A proposta de Prestes como candidato do PCB – sob a égide do Bloco Operário Camponês – é vista como uma manobra para “ahondar más la desagregación entre las filas de la pequeña burguesia”<sup>92</sup>. Nesta reunião, Maurício de Lacerda é duramente criticado como “elemento oportunista”, a despeito de José Casini, um dos representantes brasileiros nesta reunião, defender a hipótese de convidá-lo a ser o candidato do BOC, no caso de não haver entendimento com Prestes.

Ainda nesta reunião, comenta-se o início de uma política de “depuração” nos quadros do PCB; é citado o caso da cidade de Santos, então o mais importante reduto comunista no Estado de São Paulo, onde “antes habia allí cerca de 50 afiliados, por las repetidas depuraciones que ha hecho el Partido, quedan hoy tan solo 18”<sup>93</sup>.

Esta “depuração” partidária foi tema central do encontro seguinte, em 6 de novembro de 1929, onde são criticados os “desvios parlamentares”, referência ao comportamento parlamentar que os representantes do PCB, sob a égide do BOC – Otávio Brandão e Minervino de Oliveira – apresentavam na Intendência Municipal do Rio de Janeiro, para a qual foram eleitos em 1928. No informe de “Saulo” a esta reunião, relata-se uma manifestação de mulheres trabalhadoras ocorrida no Rio de Janeiro, em 23 de agosto, “a pesar de la oposición de algún compañero de la dirección”. Nesta manifestação, que teria a participação de 5000 pessoas, “pensamos em emendar

---

<sup>91</sup> Ibid.

<sup>92</sup> Ibid, afirmação feita por “Pierre”, possivelmente Paulo Lacerda

<sup>93</sup> Ibid., Afirmação de “Pierre”

seriamente o plano e liquidar os restos do oportunismo em nosso partido”<sup>94</sup>. “Saulo” informa que “al conocer la orden policial de su prohibición [da manifestação das mulheres trabalhadoras], el compañero Brandão ya se había aprestado a subir a la tribuna para decir a los trabajadores congregados que acataran la imposición policial y se dispersasen en orden”. “Saulo”, então, solicita ao Secretariado Sul-americano uma advertência a Otávio Brandão, então intendente municipal do Distrito Federal.

Também Roberto Morena é criticado nesta reunião:

El compañero Morena, dirigente sindical, también criticó al partido porque en un boletín se publicó un llamado del mismo apoyando a una huelga; decía que esa era una intromisión inadmisibles del partido en el campo sindical, que tendría como resultado asustar a las masas, etc.

A crítica feita a Roberto Morena se baseava na preocupação do Bureau Sul Americano em relação ao “desvios legalitários”, que representavam:

Los peligros más serios son los que se manifiestan en ciertos militantes sindicales. Es el afloramiento en nuestro partido de un espíritu corporativista típicamente pequeño-burgués. Esos compañeros afirman que el Partido debía consagrar todas sus energías en el trabajo sindical, definiendo que los sindicatos no debían trabajar en función del partido, sino, por el contrario, el partido en función de los sindicatos.<sup>95</sup>

Otávio Brandão também foi duramente criticado na reunião de 26 de setembro de 1929, como representante de uma corrente partidária que tenderia a apoiar a Maurício de Lacerda, em função de que este “a veces aplaud a Lacerda en los discursos que éste pronuncia en el parlamento” e mais:

“En lo que respecta a la ideología de Brandão puedo decir que es de un simplismo ilimitado: ha llegado a formular una teoría sobre la geografía política brasileña que es pura fantasía: es la teoría de que los extremos se tocan. Y ella tiende a justificar su apoyo a la política de Maurício de Lacerda.

(...) se notan en el seno del partido ciertas desviaciones “legalitarias”, que tienden a ocultarlo por miedo a la reacción, y sobrestiman la importancia de la pequeña burguesía como fuerza determinante de la situación en que se encuentra actualmente el Brasil<sup>96</sup>

Codovilla acata a crítica de “Pierre” a Otávio Brandão e resolve que se deveria enviar uma carta à direção do PCB, contendo “críticas a la nueva ‘teoría política’ de Brandão – que

<sup>94</sup> Reunião do Bureau Sulamericano da IC, 06/11/1929, Arquivo da Internacional Comunista.

<sup>95</sup> Ibid., Afirmação feita por “Saulo”

<sup>96</sup> Informe de Pierre a Reunião do Bureau Sulamericano da IC, 26/09/1929, afirmação de “Pierre”, Arquivo da Internacional Comunista

probablemente no está solo y que en el fondo no es otra cosa que una desviación oportunista”.

O caso do PCB não é contemplado unicamente pelo Bureau Sul Americano: em fevereiro de 1930, o Secretariado Político da IC reuniu-se para debater a situação brasileira, fazendo chegar ao Comitê Central do PCB um documento contendo as resoluções deste debate, onde chega-se a orientação de que o PCB deveria “lançar palavras de ordem cujo objetivo seja a luta contra o governo feudal-burguês e contra qualquer governo burguês – inclusive um governo liberal”.<sup>97</sup>

Além dessa orientação geral contra qualquer governo considerado burguês, este documento lança ainda as seguintes palavras de ordem:

Contra o imperialismo;

Federação das Republicas Operárias e Camponesas da América Latina;

Confiscação dos latifúndios e bens da Igreja (...)

Confiscação das empresas e concessões estrangeiras e anulação das dívidas externas.

(...) Desencadear greves políticas de massas, através de cujo o desenvolvimento deve estabelecer-se a luta pela existência legal das organizações sindicais revolucionárias e do Partido.

Criar grupos de autodefesa operária.

(...) Segurança absoluta da autonomia do Partido e da hegemonia do proletariado no curso da luta revolucionária. Luta enérgica e aberta contra as duas posições políticas claramente definidas de Luiz Carlos Prestes e Maurício de Lacerda.

(...) Luta sem tréguas contra todas as vacilações oportunistas.

Tomar todas as medidas necessárias para assegurar o funcionamento e o trabalho do Partido em qualquer situação.

Reforçar ou criar grupos no exército, na marinha, etc.<sup>98</sup>

Em face destas resoluções, o PCB reúne o Presidium de seu Comitê Central e faz uma autocrítica nos seguintes termos:

O Presidium reconhece mais a exatidão da crítica implicitamente contida na resolução da IC no que concerne à posição do Partido em relação à pequena burguesia revolucionária e seus chefes Luiz Carlos Prestes e Maurício de Lacerda. O Partido não fez, como devia, uma campanha de clarificação ideológica severa, denunciando energicamente as confusões e oscilações de tais chefes. O resultado das eleições de março corrente mostrou como o Partido perdeu terreno em benefício do “mauricismo”, que o Partido não soube combater nem desmascarar com a necessária firmeza.

A política seguida pelo Partido, de aliança para a ação revolucionária entre o proletariado e as forças revolucionárias da pequena burguesia (representada pela Coluna Prestes),

---

<sup>97</sup> *Resolução do Secretariado Político da IC sobre a situação brasileira, 5/02/1930, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.*

<sup>98</sup> *Ibid.*

tem sido e continua a ser justa. Mas a sua aplicação tem sido errônea, precisamente pela falta de crítica aos chefes e ideólogos da pequena burguesia.(...)

O Presidium constata ainda que os erros cometidos pelo Partido decorrem sobretudo de sua incompreensão do caráter democrático-burguês da próxima etapa da revolução brasileira.<sup>99</sup>

Estas reuniões irão abrir uma série de expurgos no PCB e toda a sua direção nacional é severamente criticada e desautorizada pela IC. Em 17 de abril de 1930, o jornal *A Classe Operária* divulga uma resolução do Secretariado Político da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira, pela qual, as tarefas imediatas do PCB seriam: “O partido deve depurar resolutamente os quadros dirigentes de todos os elementos liquidacionistas, oportunistas de direita que se arrastam a reboque da massa”<sup>100</sup>.

As críticas da Internacional e do Bureau Sul-americano são prontamente acatadas pela direção do PCB, que “reconhece que é absolutamente necessário empregar o mais enérgico esforço na direção e no trabalho do Partido para aplicar a linha da resolução da IC, a qual exige uma viravolta decisiva na política do Partido”. Em 22 de junho de 1930, a direção do PCB envia uma resolução ao Secretariado Latino-Americano da IC, onde reconhece os seus “erros” e faz uma violenta auto-crítica:

Agora mais do que nunca é preciso combater encarnadamente e extirpar não só os restos de ideologia pequeno burguesa que ainda existem no Partido e sua direção, mas também os novos e mais sérios perigos criados pela atitude de uma parte da Coluna Prestes (com L. C. Prestes à frente) que procura apoiar-se nas massas para dirigi-las – contra o proletariado e seu partido – o que seria condenar a revolução previamente ao fracasso e à capitulação diante do imperialismo.

O CC concorda plenamente com a resolução do Plenum do SESA [Secretariado Sul Americano] no que se refere à proletarização do Partido e sua direção como condição necessária para a viravolta que o Partido deve efetuar. Neste sentido, o CC designa um bureau político provisório composto de camaradas provados, na sua maioria proletários ligados à massa, o qual assumirá a direção do Partido até a próxima conferência nacional.<sup>101</sup>

Quando Prestes lança o seu manifesto de maio de 1930, o Partido Comunista do Brasil faz uma análise deste documento no seu órgão de imprensa, *A Classe Operária*, em 5 de julho de 1930, onde o caráter esquerdista do manifesto de Prestes é recebido

---

<sup>99</sup> *Resolução do Presidium do CC sobre as diretivas da IC, 7/03/1930, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.*

<sup>100</sup> *A Classe Operária, 17/04/1930, p. 3.*

<sup>101</sup> *Resolução do Comitê Central do PCB sobre o último Plenum do SESA, Rio de Janeiro, 22/06/1930, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.*



como uma boa notícia; é tido como claro sinal de rompimento entre Prestes e seus seguidores diretos e os remanescentes da Coluna Prestes, que segundo o PCB, era neste momento liderada por Juarez Távora, chamado nesta mesma edição de *A Classe Operária* de “O Cavaleiro da Esperança contra-revolucionário”.

O rompimento entre estes dois setores do tenentismo é visto como a confirmação das previsões do partido e da justeza de sua linha política e a prova de que naquele momento o país vivia uma situação pré-revolucionária:

Para nós, o manifesto representa, apenas, a comprovação mais segura do aprofundamento da marcha para a esquerda, para a revolução das vastas massas dos campos e das cidades. Revela a prova mais incontestável do que temos afirmado sobre a agudeza crescente da luta de classes revolucionária no Brasil<sup>102</sup>

O manifesto de Prestes está repleto de termos do jargão comunista, o que demonstra que sua conversão já estava bastante adiantada neste momento. Esta conversão está bastante evidente já na primeira frase desse manifesto: “Ao proletariado sofredor das nossas cidades”<sup>103</sup>. O documento faz uma crítica à atuação da Aliança Democrática qualificando o confronto eleitoral de 1930 como “luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos [o inglês e o americano] que nos escravizam”. Bastante coerente com as resoluções da Internacional Comunista, o Imperialismo é colocado como o inimigo principal a ser combatido. A estrutura econômica-social brasileira é definida como “semifeudal”: “O Brasil vive sufocado pelo latifúndio, pelo regime feudal da propriedade agrária, onde, se já não há propriamente o braço escravo, o que persiste é um regime de semi-escravidão e semi-servidão.”

A preocupação militar com as reservas de minério de ferro e petróleo estão também contempladas no manifesto que, segundo este, já estão nas “mãos do capitalismo estrangeiro”. O “feudalismo” e o imperialismo são associados, à moda da Internacional: “Dessa dependência financeira decorre naturalmente um regime de exploração semifeudal, em que se desenvolve toda a nossa economia”.

O manifesto se encerra sugerindo a formação de “soviets” no país: “Só um governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros, poderá cumprir tal programa” e conclama a unir a luta revolucionária com a luta de todos os movimentos anti-imperialistas latino-americanos:

---

<sup>102</sup> *A Classe Operária*, nº 92, 05/07/1930, p. 4.

<sup>103</sup> PRESTES, L. C., Ao proletariado sofredor das nossas cidades, *Manifesto de maio de 1930*. Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

Lutemos pela completa libertação de todos os trabalhadores agrícolas, de todas as formas de exploração feudais e coloniais; pela confiscação, nacionalização e divisão das terras; pela entrega da terra gratuitamente aos que a trabalham. Pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo; pela confiscação e nacionalização das empresas estrangeiras, dos latifúndios, concessões, vias de comunicação, serviços públicos, minas, bancos; anulação das dívidas externas. Pela instituição de um governo realmente surgido dos trabalhadores da cidade e das fazendas, em entendimento com os movimentos revolucionários antiimperialistas dos países latino-americanos e capaz de esmagar os privilégios dos atuais dominadores e sustentar as reivindicações revolucionárias.<sup>104</sup>

Este manifesto foi lido pelo então capitão Carlos da Costa Leite, que redigiu uma carta, em resposta a outra carta de personagem não identificado, comentando e dando apoio a este manifesto. Sua carta começa nos seguintes termos:

“Não me surpreenderam as idéias avançadas do Prestes.

Conhecia, como todo mundo, os seus sentimentos filantrópicos, o seu interesse pelos trabalhadores das cidades e dos campos e a sua prevenção contra o imperialismo anglo-americano – tantas vezes divulgados em manifestos e entrevistas. Ouvi-lhe, eu mesmo, estas idéias, em dezembro de 1927, na Bolívia, onde me recordo que me fez ler “J. Ingenieros”, autor que parecia o seu predileto no momento, predileção e idéias estas a que aludi, sem reservas, e quantos me ouviram no meu regresso.<sup>105</sup>

Não deixa de ser significativo que esta carta ateste, já em 1927, a aproximação de Luiz Carlos Prestes às idéias socialistas, por intermédio da leitura de J. Ingenieros que ele, como indica a carta, já houvera tomado contato antes do encontro com Astrojildo Pereira, em dezembro de 1927, na Bolívia.

A carta de Costa Leite dá todo apoio ao manifesto de Prestes, porém faz algumas ressalvas no que se refere ao governo “baseado nos conselhos de trabalhadores das cidades e dos campos, soldados e marinheiros”:

Não acho, por ora, as nossas massas trabalhadoras capazes de realizar diretamente, sozinhas, o governo do país. Afigura-se-me necessário o concurso de professores, médicos e engenheiros, oficiais de terra e mar, entre os quais muitos a que se professeem, de longa data, as avançadas idéias que abraçamos hoje.<sup>106</sup>

---

<sup>104</sup> Ibid.

<sup>105</sup> Carta de Carlos Costa Leite, 27 de junho de 1930. Arquivo pessoal de Carlos da Costa Leite e Rosa Meirelles.

<sup>106</sup> Ibid.

Costa Leite também faz ressalvas ao trecho que diz “confiscação e nacionalização das empresas imperialistas... anulação das dívidas externas”.:

Este é o ponto mais delicado do manifesto. Encaremo-lo somente do ponto de vista prático.

Com os recursos de que porventura disponha a revolução agrária e anti-imperialista, poderá vencer. Não tenho elementos para discuti-lo. Acredito, pela afirmação categórica que fez o Prestes de que “as possibilidades atuais de tal revolução são as melhores possíveis”.

Mas poderá manter-se? Os imperialistas não virão defender os seus dinheiros e a suas posses? Não nos arrebatarão o litoral, por exemplo? Não ficaremos – por quanto tempo? – nômades impotentes, no interior, sonhadores escravizados dentro de nossa própria terra?<sup>107</sup>

Deste trecho, a conclusão a que podemos chegar é de que ainda em junho de 1930, Carlos da Costa Leite ainda não havia se convertido ao comunismo, ou pelo menos ainda não havia adotado o discurso oficial do partido. Porém, já estava movimentando-se claramente nesta direção, talvez menos por convicção pessoal do que em apoio a Luiz Carlos Prestes; o trecho final deste documento dá bons indícios desta afirmação:

De qualquer modo, porém:

Porque considero a questão brasileira mais econômica do que política;

Porque não acho o Prestes bastante sensato e patriota, para só aplicar ao Brasil – com “Ingenieros” – uma solução brasileira retrocedendo, em todo o tempo, no que se nos verifique inaplicável, quiçá introduzindo aqui o que se não introduziu alhures;

Porque, finalmente, no novo rumo que toma a revolução brasileira, além de não nos surpreender – nem ao encontro de meus sentimentos e aspirações – acompanho Prestes “na sua revolução agrária e anti-imperialista”.

Da parte do Partido Comunista, mesmo reconhecendo que uma considerável fração do tenentismo tinha rompido com a Aliança Liberal e rumado acentuadamente para a esquerda, estes setores ainda eram vistos com grande desconfiança, continuando a ser classificados como pequenos-burgueses vacilantes:

Mas, apesar da sua nova posição, esses elementos revolucionários da Coluna Prestes não perderam a sua natureza de pequenos burgueses.

É como pequenos burgueses que eles querem dirigir a revolução(...)

---

<sup>107</sup> Ibid.

Na direção da luta revolucionária, a pequena-burguesia, inconscientemente ou não, acabará por trair a revolução, porque contrairá compromissos com a burguesia e com o imperialismo.<sup>108</sup>

Prestes, era visto como um caudilho militar, do qual muito pouco poderia se esperar, a despeito dos esforços anteriores do partido a fim de trazer o líder tenentista para sua Frente Popular. A aliança tática entre proletariado e pequena burguesia, defendida até então, é abandonada, tomando o partido uma postura fortemente sectária a qualquer aliança com o tenentismo.

Procedendo deste modo sectário em relação à aliança com a oposição ao governo, representada pela Aliança Liberal e pelo tenentismo, o PCB adequava a sua orientação política de acordo com as decisões do VI Congresso da Internacional Comunista, que adota um discurso altamente sectário, onde a massa dos operários sociais-democratas era chamada para compor com os comunistas, porém seus dirigentes eram classificados como social-fascistas. As razões deste discurso sectário, segundo Fernando Claudín, se devem principalmente aos movimentos da diplomacia soviética, que pressentia uma aliança dos Estados capitalistas centrais contra si e mais ainda, estavam diretamente relacionadas com a luta contra o bukharinismo, ou seja, contra Bukharin e seus adeptos que, durante o V Congresso da IC, ocupava a sua presidência, porém eram um potencial adversário político de Stálin. O bukharinismo era apresentado como um “desvio de direita” no seio do Partido Comunista, uma vez que Bukharin era crítico ao discurso sectário adotado neste congresso.

Claudín cita um texto de Stálin onde este faria o seguinte encadeamento lógico

para explicar como o discurso de social-fascismo servia à luta contra Bukharin:

- a) Nos países capitalistas, estão amadurecendo, indubitavelmente, os elementos de um novo auge revolucionário;
- b) Daí decorre a tarefa de acentuar a luta contra a social-democracia e, especialmente, contra a sua ala “esquerda”, suporte social do capitalismo;
- c) Daí decorre a tarefa de acentuar, no interior dos partidos comunistas, a luta contra os elementos de direita, veículos da influência social-democrata;
- d) Daí decorre a tarefa de acentuar a luta contra as tendências que conciliam com o desvio direitista, tendências que acobertam, nos partidos comunistas, o oportunismo<sup>109</sup>.

Esta luta contra o “oportunismo” e o desvio de direita também pode ser observada no contexto do Partido Comunista do Brasil, numa resolução da Internacional Comunista sobre o Brasil, publicada em *A Classe Operária* de 17 de abril de 1930. Esta tendência é identificada com o antigo grupo dirigente, fundador do PCB, especialmente Otávio Brandão:

No partido prega-se abertamente a teoria da “revolução democrática pequeno-

<sup>108</sup> *A Classe Operária*, nº 92, 05/07/1930, p. 4.

<sup>109</sup> CLAUDÍN, F., *A Crise do movimento comunista*, vol.1, p. 147.

burguesa”, sob cuja cobertura “o proletariado poderia preparar-se para a conquista do poder” (camarada Brandão). Esta teoria menchevique, anti-leninista e anti-marxista, nega a hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa (...)

Mas o que é muitíssimo mais perigoso desta teoria, é a prática do P. C. do Brasil, consistindo em ceder seu papel independente ao B. O. C., o que se verificou durante estes últimos anos.<sup>110</sup>

A partir do VI Congresso da IC, o PCB inicia uma violenta fase de reformulação de seu Comitê Central, procurando orientar-se mais à esquerda: de início, são demitidos do Comitê Central Otávio Brandão, Ferreira da Silva e José Casini, que nas reuniões do Bureau Sul-Americano houvera apoiado a aproximação com Maurício de Lacerda. Astrojildo Pereira manteve o seu cargo de Secretário Geral; no entanto, tal condição durou muito pouco: em novembro de 1930 foi finalmente afastado de seu cargo, teve que redigir, juntamente com Paulo de Lacerda, uma autocrítica reconhecendo seus erros e foram enviados a São Paulo, a fim de militar no Comitê Regional e buscar a reabilitação<sup>111</sup>. Uma primeira autocrítica feita por Astrojildo não foi aceita pelo novo Comitê Central por parecer insuficiente.

Inicia-se a fase da proletarização do Partido, onde os seus membros intelectuais são progressivamente atacados e vão sendo afastados das esferas superiores. A figura em ascensão deste período é Fernando Lacerda, irmão de Maurício e de Paulo Lacerda que, apesar de sua origem aristocrática, foi o grande porta-voz da proletarização. Anti-intelectual exaltado, costumava andar maltrapilho e vivia voluntariamente na miséria, a fim de converter-se em operário, atitude que resultou em severos danos à sua saúde. Seu irmão Paulo, recém-afastado do Comitê Central, aprendeu o ofício de linotipista a fim de tornar-se operário autêntico.

Em janeiro de 1931 um novo Comitê Central é constituído, sendo escolhido para secretário geral Heitor Ferreira Lima, que havia retornado recentemente da escola de quadros em Moscou, onde permanecera desde 1927. Este fato, somado à sua formação profissional de alfaiate, que bastou para considerá-lo como elemento de massa, pesaram favoravelmente nesta escolha. Também foi conduzido ao Comitê Central o padeiro Caetano Machado.

O que estava patente nesta reorientação tática do PCB, era uma mudança drástica na composição de seu Comitê Central, do qual haviam sido afastados, em 1929, Astrojildo

---

<sup>110</sup> *Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira*, in *A Classe Operária*, nº 89, 17/04/1930, p. 3.

<sup>111</sup> BASBAUM, L., *Uma vida em seis tempos*, p. 94.

Pereira e Otávio Brandão. Criou-se um novo léxico para definir desvio de direita no partido, o “astrojildismo”.

Após a publicação de seu primeiro manifesto, em maio de 1930, Prestes lança, em julho deste ano, outro bem mais incisivo em relação ao seu apoio de forma explícita ao Partido Comunista:

Mas a primeira condição para a execução estritamente prática de um movimento revolucionário (...) é que ela seja levada a afeito diretamente por essas massas exploradas.(...)

Para isso torna-se, entretanto, necessário que contem com uma vanguarda esclarecida, perfeitamente identificada com os seus interesses de classe e que saiba organizar e orientá-los na luta pela conquista do poder e sua emancipação.

Assim ao proletariado é que terá de caber a hegemonia do movimento (...)

O proletariado terá, portanto, de ganhar a hegemonia do movimento guiado pelo seu partido político de classe, o Partido Comunista, que deverá (...) estar preparado para desempenhar o seu papel de crítica e de resistência aos desvios naturais das massa camponesas e da pequena burguesia.<sup>112</sup>

Além de expressar assim o seu apoio ao Partido Comunista, Prestes também utiliza o ensejo deste manifesto para lançar a sua Liga de Ação Revolucionária que, segundo ele, deveria unir-se aos revolucionários pequenos burgueses, sob a égide do PCB:

É necessária a criação de um bloco capaz de congrega e organizar revolucionariamente aqueles elementos que, embora dispostos a realizar a verdadeira revolução democrática, a revolução agrária e anti-imperialista, não estão identificados com o proletariado para todas as duas finalidades. Com esse fim nasce a Liga de Ação Revolucionária. Será um órgão técnico de preparação do levante das massas (...) a LAR deverá contar com o estímulo do Partido Comunista, embora esse não perca a sua autonomia de ação.<sup>113</sup>

Fica patente nesta citação que, apesar de recusar-se a participar da revolução então em preparo, principalmente pelos seus antigos companheiros de tenentismo, a idéia de se preparar a revolta armada, da qual a LAR seria seu “órgão técnico”, é evidente. Apesar do claro apoio de Prestes ao Partido Comunista e de a ele subordinar a Liga de Ação Revolucionária, este manifesto também não teve boa recepção de parte do PCB, que tachou a posição de Prestes como “oscilante, nebulosa e equívoca”. O jornal *A Classe Operária* de

---

<sup>112</sup> *O último manifesto do Sr. Luiz Carlos Prestes, O Jornal*, Rio de Janeiro, 01/08/1930, Arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite. Não deixa de ser interessante notar que nas palavras de ordem no final do manifesto a redação de *O Jornal* cometeu um ato falho, onde originariamente aparecia “Guerra aos reacionários e aos mistificadores propensamente liberais” Aparece em *O Jornal*: “Guerra aos revolucionários e aos mistificadores propensamente liberais”.

<sup>113</sup> *Ibid.*

20 de agosto de 1930, publicou uma matéria muito pouco condescendente em relação à LAR:

Luiz Carlos Prestes declara que a Liga deve ser uma “frente única” de todos os revolucionários; na realidade, porém, ela será um partido confusionista... Ele fala dos soviets e apresenta fórmulas evasivas de luta revolucionária... Também somos contra a Liga de Ação Revolucionária da pequena burguesia, porque ela representa uma tentativa contrária à verdadeira frente única revolucionária das massas<sup>114</sup>

Não apenas o apoio de Prestes é recusado, como este também é apresentado como um sério inimigo; observa que Prestes se esquecia

de uma questão fundamental: que ele representa os interesses da pequena burguesia pauperizada, que só tem dois caminhos a seguir: o caminho do proletariado e o caminho dos capitalistas estrangeiros e de seus agentes feudais-capitalistas brasileiros. Um terceiro caminho não existe.

(...) Luiz Carlos Prestes é o adversário mais perigoso do Partido Comunista, porque é um homem que ainda goza de popularidade, ainda tem grande influência no país, sobre as massas não experimentadas na luta revolucionária. Se Prestes houvesse compreendido o que afirmou (que “somente o proletariado poderá resolver de maneira conseqüente e firme os problemas da revolução democrática: o problema imperialista e o problema agrário”), tiraria daí a conclusão de que o Partido Comunista deve combater não só as concepções dele, Prestes, mas também, com redobrada energia, todos os prestistas que existem em seu meio.<sup>115</sup>

Da mesma maneira que o PCB, o Bureau Sul-Americano também acompanhou de perto os manifestos de Prestes, por um lado, saldando o rompimento deste seus antigos companheiros de tenentismo que aproximaram-se da Aliança Liberal; por outro classificando Prestes como um caudilho militar e revolucionário pequeno-burguês. O Bureau responsabiliza o PCB pela ascensão do ex-comandante da Coluna junto aos setores populares, em primeiro lugar porque:

Las amplias masas de obreros y campesinos com del Brasil no vem todavía un Partido Comunista homogénio, capaz de luchar, templado y experimentado en grandes luchas, en el cual tener confianza como en el dirigente de sus luchas. Este Partido solo está desarrollándose. La falta de un fuerte PC es la causa principal de que, en las condiciones específicas del Brasil, hayan podido difundirse grandes ilusiones sobre el papel de algunos caudillos “honestos y al servicio del pueblo.”<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> Apud. DULLES, J. F., *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, p. 352.

<sup>115</sup> Ibid.

<sup>116</sup> *Bureau Sudamericano de la Internacional Comunista al Comité Central y a los Comités Regionales del Partido Comunista de Brasil – Luiz Carlos Prestes ha hecho una declaración que, en varios aspectos, tiene gran importancia*, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

Além da deficiência orgânica do PCB apresentada pelo Bureau Sul-Americano, o Partido também é criticado por permitir que estas tendências revolucionárias da pequena burguesia penetrassem em suas próprias fileiras. O Bureau coloca-se na condução de “una lucha decidida contra el prestismo como ideología ajena y enemiga del proletariado y de su partido”. No entanto, enquanto concita o PCB a lutar contra o Prestismo, o Bureau separa Prestes do prestismo, apontando um rompimento entre estes:

Com la declaración formulada ahora, rompe toda la ligación con los políticos y agrupaciones de la pequeño-buguesía, incluso el prestismo, para alistarse en las filas del movimiento proletario revolucionario. Prestes manifiesta su voluntad de incorporarse al frente de lucha de los obreros y campesinos y aparece como el liquidador del Prestimo.

Tendo esta perspectiva de luta contra o Prestismo, mas não contra Prestes, e pela depuração dos quadros partidários, o Bureau apresenta ao PCB suas tarefas imediatas:

Tenemos que aprovechar el reconocimiento de los errores y vacilaciones del pasado por Prestes, la ruptura de sus ligaciones anteriores, para superar todas las influencias pequeño-burguesas en el Partido y para su reforzamiento ideológico. Eso es particularmente importante, como es necesario la liquidación de las vacilaciones en las organizaciones de San Pablo y del Norte para fortificar al Partido contra las influencias pequeño-burguesas de cualquier índole.

(...) Debemos llamar a los partidarios proletarios de Prestes a entrar al Partido. Frente a los partidarios pequeños-burgueses e intelectuales de Prestes el Partido debe seguir manteniendo la mayor prudencia. (...) Cada uno de ellos tendrá que pasar un período serio de prueba. (...) A la adhesión de tales intelectuales al Partido puede procederse únicamente cuando ellos hayan demostrado ser útiles y merecedores de confianza.

(...) Continuación y reforzamiento de la lucha contra todas las ideologías y agrupaciones pequeños-burguesas (prestismo, trotskismo, etc.), destacando en la lucha contra el Prestismo que Prestes mismo interviene en favor de la liquidación de la ideología pequeño-burguesa y por el reforzamiento del Partido Comunista.

Lucha decidida contra todas las desviaciones pequeños-burguesas dentro del Partido, superando al mismo tiempo enérgicamente el sectarismo y tomando medidas para transformar el Partido en un Partido revolucionario de masas.

A necessidade da liquidação das vacilações no Norte, tinha, entre outros motivos, a conduta independente do principal líder comunista nordestino de então, Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do PCB, que tinha uma posição declarada a favor da Aliança Liberal e pela participação do PCB, apoiando a Revolução de 1930. Em uma entrevista concedida muitos anos depois, Cristiano Cordeiro relata que, após consultar a direção nacional do PCB sobre a posição a ser adotada frente ao movimento que então se preparava, recebeu como resposta que agisse conforme o seu bom senso. Tendo se



reunido com Carlos de Lima Cavalcanti, um dos líderes do movimento em Pernambuco, este o convidou a aderir à revolução, perguntando com quantos homens Cordeiro entraria para o movimento, o que Cristiano Cordeiro teria respondido: “Disse-lhe que não poderia falar pelos meus companheiros de partido, mas que comigo ele poderia contar”<sup>117</sup>

Quanto à articulação do movimento, Cristiano Cordeiro dá o seguinte depoimento:

De fato, hospedei vários Tenentes que vieram ao Recife conspirar mas, em 1929, surpreendi-me com a chegada de um militar que se dizia emissário de Prestes, o Capitão Cunha Melo. Ele me trazia um suposto recado de Prestes, que ainda se encontrava em Buenos Aires, para que eu tentasse evitar em Pernambuco a deflagração do movimento. Prestes, ao meu ver, parecia completamente alheio e mal informado a respeito da revolução, além de possuído do preconceito de não poder se aliar, de forma alguma, a Tenentes como Eduardo Gomes, Juarez Távora e Cordeiro de Farias. Expliquei ao Capitão Cunha Melo que não poderia atender ao que me era pedido porque o movimento que contava com forte apoio popular, estava na eminência de se dar. E, com efeito, da sacada de um hotel do centro do Recife, pouco depois, o Capitão viu passar a revolução vitoriosa.<sup>118</sup>

A data apresentada neste depoimento, 1929, claramente é um lapso de memória ou um erro de revisão do periódico que publicou esta entrevista, já que logo após a chegada do capitão Cunha Melo, este tenha visto a revolução (de 1930) passar vitoriosa. Apesar de seu apoio ao movimento revolucionário, Cristiano Cordeiro não escapou de se tornar um dos primeiros presos políticos do novo regime, em função de seu apoio à uma greve dos padeiros em novembro de 1930.

Apesar do apoio declarado de Cristiano Cordeiro, o PCB manteve-se alheio à Revolução de 30, mais por imposição da IC do que por vontade espontânea de seus militantes. O partido interpretou o movimento dentro da perspectiva de disputa interimperialista, sendo a Aliança Liberal e os “tenentes” representantes do imperialismo americano, em franca expansão, lutando para excluir do poder os subsidiários do imperialismo inglês, representado pelos Partidos Republicanos, especialmente o de São Paulo. As tentativas das lideranças do PCB em apoiar à Aliança e ao tenentismo foram severamente criticadas pelo Bureau Sul-Americano, resultando na expulsão do partido de quase todos aqueles favoráveis à participação na Revolução de 30, os que não foram expulsos, receberam, sérias reprimendas e foram afastados das esferas decisórias a nível nacional do partido, caso de Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro.

---

<sup>117</sup> CORDEIRO, C., entrevista concedida ao jornalista Ricardo Noblat, publicada no Jornal do Comércio, Recife 12/08/1979, Arquivo pessoal de Rosa Meireles e Carlos da Costa Leite.

A despeito do isolamento em que o PCB se colocou, o movimento revolucionário prosseguiu assim mesmo, utilizando-se do pretexto de mais uma eleição fraudulenta, que elegeu Júlio Prestes para a Presidência da República, e valendo-se do assassinato do presidente do Estado da Paraíba, João Pessoa, vice na chapa de Getúlio Vargas, por um desafeto político, como o estopim do movimento armado, e principalmente valendo-se da fratura na elite dominante, profundamente atingida pela quebra da bolsa de valores de Nova York, o que resultou na pesada perda de valor do café, principal produto de exportação do país e sustentáculo da oligarquia paulista.

O PCB interpretou o movimento de acordo com a linha política do VI Congresso da IC, atrelada à idéia de terceiro período, onde se deveria lutar para transformar a crise atual na derrocada final do capitalismo. O PCB, ao pelo menos a IC, tinha a convicção de que era perfeitamente possível transformar a revolução da Aliança Liberal em revolução soviética brasileira:

a influência crescente do PCB entre as massas mostrou à Aliança que, na situação atual do Brasil, qualquer insurreição armada, da qual participarem as massas, escapará das mãos liberais – mesmo dos liberais revolucionários da Coluna Prestes – e passará para as mãos do proletariado e, por conseguinte, do PCB.<sup>119</sup>

A revolução veio, as “massas” em alguns locais participaram desta, e no geral a apoiaram, e o PCB apenas se isolou mais ainda, principalmente em São Paulo, onde, além do anarquismo ser ainda majoritário nos sindicatos, o sindicalismo comunista vai gradativamente perdendo espaço para o sindicalismo reformista, apoiado e estimulado pelos interventores advindos do tenentismo, para o sindicalismo oficial, atrelado ao Ministério do Trabalho, que após a Revolução de 30, criou várias leis de sindicalização visando incorporar o sindicalismo ao Estado, e também para os próprios dissidentes do PCB, como João da Costa Pimenta, que tinha grande penetração no Sindicato dos Gráficos, o que fez com que este, além de outros como o Sindicato dos Vidreiros, tendessem para o que os comunistas chamavam de trostkismo.

#### 1.6 - Prestes contra o prestismo

Uma vez instalados no poder, as diferenças entre os tenentes e a Aliança Liberal não demoraram para se fazerem perceber. Mesmo entre os próprios tenentes surgiram diferenças acentuadas nas perspectivas que estes tinham para o governo revolucionário. Enquanto os liberais procuravam manter o que havia restado do federalismo e do liberalismo, entraram em choque com os “tenentes” revolucionários que, via de regra, reivindicavam um governo centralizador e intervencionista, a forma com que se daria este

---

<sup>118</sup> Ibid.

<sup>119</sup> *A Classe Operária*, 17/04/1930

intervencionismo e a base de apoio que buscava este governo centralizador eram os fundamentos da separação dos “tenentes” revolucionários de 30.

Ao se instalarem no poder, os “tenentes” organizaram-se a nível federal, em torno do Clube 3 de Outubro e também em nível estadual, fundando diversas Legiões Revolucionárias, que normalmente giravam em torno dos interventores procurando constituir agrupamentos políticos visando aglutinar a oposição às oligarquias estaduais e formar a “opinião pública” em torno do programa revolucionário. Na maioria dos Estados formaram-se Legiões Revolucionárias, que entraram em confronto com os políticos liberais, oriundos dos antigos Partidos Republicanos, enfrentamento que se realizou com intensidades diferentes em cada Estado. Normalmente este enfrentamento acobertou-se em torno da causa constitucionalista, defendida pelos liberais, porém não aceita pelos tenentes, que geralmente, defendiam a manutenção de uma ditadura revolucionária, sem prazo para instalação de uma assembléia constituinte.

O Clube 3 de Outubro constituiu-se em torno dos “tenentes” mais ligados ao governo federal, capitaneados por Juarez Távora; participaram da fundação desse agrupamento Pedro Ernesto, além de elementos que sequer haviam aderido ao tenentismo, como Pedro Aurélio Góes Monteiro e Oswaldo Aranha, que romperam com o Clube no final de 1931. O Clube 3 de Outubro foi à princípio o agrupamento político mais próximo à cúpula do governo revolucionário, sendo um importante organismo de justificação ideológica durante os primeiros anos do Governo Vargas. No seu programa, estão incluídas algumas bandeiras do tenentismo como “combater sistematicamente as preocupações do regionalismo” e uma plataforma nacionalista: “só comprar o que for produção genuinamente nacional, salvo quando não exista similar no país. Fazer intensa propaganda contra as companhias estrangeiras que exploram oscilações cambiais para aumento de preço.”<sup>120</sup>

O combate às oligarquias locais, que sustentam a bandeira da Constituinte, será uma das determinantes políticas dos dois primeiros anos do governo revolucionário, os tenentes em sua grande maioria combaterão intransigentemente a convocação da Assembléia Constituinte:

Enquanto este prurido constitucionalista refletir a ambição de poderio e a ânsia de voltar a hábitos que justificaram a revolução de 3 de outubro – o Clube que tem este mesmo nome, e os revolucionários, não querem e, pois, combaterão e lutaram intransigente e implacavelmente, até o sacrifício, a fim de que se não adote uma constituição qualquer

---

<sup>120</sup> Clube 3 de outubro: Programa a ser discutido, *A Platéia*, 17/12/1931.

para um país, cujo destino e cuja grandeza são, para o Clube a sua única razão de ser.<sup>121</sup>

Juarez Távora defendia abertamente a instituição de um governo revolucionário com poderes discricionários; nesse sentido, concedeu em 7 de janeiro de 1931 um entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, onde defendeu esta posição:

A propósito, afirmou que nem ele [Juarez Távora], nem o Sr. Oswaldo Aranha, nem tampouco o Sr. Góes Monteiro alimentam idéias fascistas, como se tem propalado ultimamente. Julga necessário que o governo discricionário se prolongue a fim de que possam ser executados com eficiência todos os pontos de programa da revolução. A ditadura atual – disse o Capitão Távora – é um laboratório cujas experiências poderão depois ser julgadas convenientemente e aproveitadas na organização definitiva do país.<sup>122</sup>

Entre as legiões revolucionárias estaduais, a que encontrou maior resistência por parte da elite política anterior à Revolução de 30 e, conseqüentemente, teve com ela o conflito mais intenso foi a Legião Revolucionária de São Paulo, que se estrutura em torno da interventoria de João Alberto em São Paulo, lança, em 1931, o manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo, da qual faz parte Miguel Costa. Defendendo a intervenção econômica estatal, o manifesto prega a constituição da indústria metalúrgica no Brasil: “o Brasil tem de ser uma grande potência industrial. A natureza não o dotou impunemente de uma cordilheira de ferro, como a Serra do Espinhaço, para que ela permanecesse inerte e inativa.”<sup>123</sup> Nesse sentido, o manifesto propõe a “organização de um plano nacional para o desenvolvimento da siderurgia brasileira”.

Assim como o Clube 3 de Outubro, a Legião Revolucionária também defende uma limitação à autonomia dos Estados, com “proibição dos impostos interestaduais”, “proibição dos Estados e municípios de contraírem empréstimos externos sem prévia autorização do Governo Federal”; além destas medidas de intervenção federal o manifesto ainda propõe: “obrigatoriedade da cultura das terras próximas às linhas de comunicação, sob pena de seu aproveitamento pelo Estado, que as transformará em núcleos coloniais para localização de famílias de agricultores”, “padronização oficial dos nossos produtos de exportação”.

Em contrapartida à defesa do Estado discricionário proposta pelo Clube 3 de Outubro, a Legião pede a “restrição dos casos de intervenção federal nos Estados e de

---

<sup>121</sup> Clube 3 de Outubro: manifesto à Nação, *A Razão*, 27/12/1931.

decretação do estado de sítio e sua duração”. Em relação ao direitos trabalhistas o manifesto prevê a “organização científica do trabalho”, “jornada de oito horas”, “sindicalização dos trabalhadores, comissões paritárias”, “Código do trabalho”, “efetividade do direito de greve” e finalmente, “encaminhamento sistemático do excesso dos grandes centros urbanos para as atividades da terra”.

Portanto, a Legião Revolucionária era bem mais reticente em relação aos plenos poderes que o Clube 3 de Outubro concedia ao Estado, porém, prevê uma intervenção estatal na vida social e econômica que o Clube 3 de Outubro não contemplava, com a possibilidade de transferir populações urbanas excedentes para o trabalho agrícola. Apesar de existirem algumas diferenças programática entre estas duas instituições tenentistas, isso não significa que elas estavam em campos opostos, pelo contrário, há uma unidade ideológica entre elas e alguns “tenentes” participavam tanto de uma quanto da outra, caso de João Alberto, da mesma maneira ambas entraram em declínio simultaneamente, provocados pela rearticulação das oligarquias estaduais e pela restauração da hierarquia militar, que tiveram grande impulso com a guerra civil de 1932.

A Legião Revolucionária porém, se encontrava “sob fogo cruzado” pois, se de um lado as reformas tentadas por João Alberto na interventoria foram pessimamente recebidas pela esquerda, que via as medidas adotadas como “manobras de esquerda”, apesar da legalização do PCB por parte de João Alberto<sup>124</sup> e da tentativa de promulgação de uma lei de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. De parte da elite oligárquica paulista João Alberto teve uma acolhida ainda pior, sendo afastado da interventoria paulista em agosto de 1931.

A entrevista de Cristiano Cordeiro, analisada acima, além de revelar o seu apoio ao movimento revolucionário em andamento, dá indícios de que, já em 1930, Luiz Carlos Prestes estava presente nas confabulações do Partido Comunista, ou pelo menos tentava se impor, procurando intervir diretamente nas suas decisões. A documentação pesquisada no arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite, além desta entrevista, contém outros documentos, praticamente inéditos, que dão mostras de que se Prestes, nesta época, ainda não intervinha diretamente nas decisões do PCB, estava recebendo relatórios que o mantinham a par das decisões deste. Num relatório de “Rocha” (pseudônimo de personagem não identificado) à “Oscar” (possivelmente Prestes) no início de 1931, a situação política no Estado de São Paulo é relatada:

---

<sup>122</sup> CARONE, E., *O tenentismo*, p. 366.

<sup>123</sup> Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo, em CARONE, E., *O tenentismo*, p. 252.

<sup>124</sup> CARONE, E., *O tenentismo*, p. 198

Houve uma contramarcha para a direita e o caráter reacionário se acentuou mais fortemente, a mistificação inicial já começa a ser desvendada pela massa, o trabalho de elucidação e organização procede calmo e proveitoso, apesar dos erros inevitáveis que temos lá cometido. Para lá seguiu o Astrojildo [Pereira], com os que lá estão creio que haverá uma maior e melhor eficiência na linha a ser seguida. Timóteo andou pelo interior e já está na capital em ação, ele mantém uma diretriz segura e clara, aconselho mesmo o envio de instrução a ele a fim de melhor manobrar, pois faltam recursos e sua linha reta, impede, em muito os desvios pequenos burgueses. Numerosos companheiros nossos lá (Afonso Schmidt, Figueiredo, Rafael, Duque) que apesar de se manifestarem firmes e leais, às vezes se desorientam, sendo necessário um que possa controlar a marcha da ação a ser seguida. A situação do proletariado, com falta de consciência de classe revolucionária necessita de uma urgente organização, a fim de imprimir às greves inevitáveis pela derrocada econômica e o excesso de produção, caráter revolucionário de classe, dentro do processo que os acontecimentos fatalmente determinarão.

(...) A desilusão das massas se acentua progressivamente, seria necessário uma [palavra ilegível] clandestina para tocar mais fortemente na chaga. Creio que o Silo [Meirelles] pode ir para lá, com recursos, a fim de preparar a situação para um desfecho mais seguro. O João Alberto não tem receio da presença do Silo, ele manifestou ao Ilvo [Meirelles] até desejos disto. Poder-se-ia aproveitar a oportunidade, pois a situação das massas de São Paulo e norte nos são favoráveis para a insurreição.<sup>125</sup>

Outras personalidades políticas desta época são contempladas neste relatório, recebendo avaliações de caráter e confiabilidade para a insurreição que já estava sendo planejada nesta época. Alguns receberam as melhores considerações deste relatório, como por exemplo, o então capitão Carlos da Costa Leite:

Este nosso amigo [Costa Leite] tem se portado com a maior dignidade. Recusou as melhores ofertas para o motim. Teve a casa assaltada pela polícia, livros queimados, o diabo. Portou-se firme, recusando entrar na quartelada [a Revolução de 1930]. Gostou do manifesto (...) hoje estou convencido ser ele um ótimo companheiro. Ele estuda com afinco e segue firme para adiante. Nestes dias de triunfos os fracos se declaram. Poucos souberam ser dignos. Eu creio que ele o foi.<sup>126</sup>

O outro comandante do assalto ao 3º Regimento de Infantaria, em 1925 na Praia Vermelha, o capitão Nery, que aderiu ao movimento revolucionário de 1930, não tem a mesma avaliação positiva: “O Nery está cheio de comissões: repressão ao comunismo,

---

<sup>125</sup> Relatório de Rocha à Oscar [Luiz Carlos Prestes], São Paulo, 1931, Arquivo Pessoal de Rosa Meireles e Carlos da Costa Leite.

<sup>126</sup> Ibid.

fiscalização de obras por ele mesmo feita no Rio, uma fera. Ameaçou de acabar com a questão social à bala”

Outros veteranos da Coluna Prestes são contemplados neste relatório, como é o caso de Newton Estilac Leal: “comodista e indiferente”; de Cordeiro de Farias: “anda encabulado por ter tomado parte na quartelada, não gostou do manifesto [de Prestes]. Mas, não nos combate.” A mesma situação é a de Ari Parreiras, segundo o relatório. A respeito de Henrique Ricardo Holl, comandante militar da Revolução de 1930 em São Paulo: “voltou perigosíssimo. Inteiramente contra nós, foi o diabo ter confiado nele.” A respeito de Miguel Costa o relatório declara:

Ele é que está fazendo a maior carga contra os democráticos [do Partido Democrático de São Paulo] e Isidoro [Dias Lopes] intriga a todos e anda indignado pelo fato do Miguel andar fardado de general [Miguel Costa, em função de sua liderança na Coluna Costa-Prestes e durante a Revolução de 30, foi o primeiro e único oficial da Força Pública a ser promovido à general] (...) Quer ser o chefe do fascio em São Paulo, está com ódio louco do Emigdio [Miranda, membro da Coluna Costa-Prestes, permaneceu fiel a este último], aliás partilhado pelo João [Alberto].<sup>127</sup>

Pedro Mota Lima, que havia sido recentemente expulso do PCB em virtude de seu apoio à Aliança Liberal e à Revolução de 30, além de sua origem considerada “pequeno burguesa” pelo partido, também é contemplado neste relatório: “Mota Lima segue firme, mas a situação na *Gazeta* é especial, ele espera lançar um manifesto aproveitando as oficinas da *Gazeta*. Os recursos é que são o diabo.”

Outro “prestista” que juntamente com Mota Lima era veementemente atacado pelo partido, o repórter Rafael Correia de Oliveira, que numa carta aberta de Prestes, datada de 12 de março de 1931, portanto, contemporânea deste relatório, são tratados como:

dois farsantes que procuram em São Paulo, ainda agora, explorar o meu nome e (...) continuam dizendo-se comunistas, meus amigos e correligionários. (...) Tais tipos precisam ser marcados a fogo pela massa trabalhadora e, com eles a maioria dos intelectuais pequenos burgueses que ainda se dizem “comunistas”, “meus amigos”, e “correligionários”, sem fazer outra coisa além de defender um imperialismo contra o outro e procurar enganar as massas trabalhadoras, arrastando-as às lutas imperialistas. Não tenho nada a ver com esta gente<sup>128</sup>.

Apesar de garantir que não tem nada a ver com Mota Lima, Rafael Correia e outros intelectuais pequenos burgueses, no já referido relatório recebido de São Paulo, Rafael Correia recebe um tratamento muito mais indulgente:

Rafael Corrêa – Este nosso camarada apesar do confusionismo e zig-zag que vai fazendo, está nos auxiliando muito, vai lançar um jornal nas antigas oficinas do Correio e pretende forçar a marcha. Aconselho você a não atacá-lo, como pensava, pois sua

<sup>127</sup> Ibid.

<sup>128</sup> DEL ROIO, M., *A Classe operária na revolução burguesa.*, p.166; DULLES, J. F., *Anarquistas e*

confusão é fruto de falta ideológica. Mas, está em bom contato conosco e tem sido útil. Ele ainda virá a ser essencial. Chamo a sua atenção para o caso, pois, o João [Alberto] tem no Rafael toda a confiança e o Rafael tem se portado bem. São os desvios naturais do pequeno burguês, mas, não creio que ele possa nos prejudicar, pelo contrário, tem sempre procurado se nortear de acordo com o Josias [Carneiro Leão] e Jaime.<sup>129</sup>

O interessante neste relatório é que ele demonstra que o PCB tomava, neste período, uma postura ambígua em relação aos seus aliados e membros: se por um lado, Prestes e os militares próximos a este eram oficialmente atacados nos documentos do Partido, por outro, já se demonstra uma clara aproximação entre estes, sendo que Prestes era bem informado a respeito das decisões e realizações da Direção Nacional do Partido. Uma segunda conclusão que poderíamos tirar, é que o PCB, ou pelo menos os membros de sua antiga direção nacional “astrojildista”, faziam um jogo duplo perante a IC, no intuito de preservar suas antigas posições sem porém se indispor com a IC e com o Bureau Sul Americano, que cada vez exerciam maior controle sobre o partido, mandando para o Rio de Janeiro Inês Guralsky, em fevereiro de 1931, que juntamente com Fernando Lacerda, exerceu forte controle sobre o partido, afastando os últimos resquícios da direção astrojildista e pondo fim à política de aproximação com Prestes.<sup>130</sup>

Enquanto os membros do partido associados com a orientação anterior à 1928, ou ao VI Congresso da IC, foram duramente criticados pela nova Direção Nacional, sendo muitos destes expulsos, neste relatório estes, como no caso de Astrojildo Pereira, Alfonso Schimdt, Josias Carneiro Leão e Pedro Mota Lima, aparecem cumprindo missões de grande responsabilidade em São Paulo, para onde foram enviados após o afastamento do Comitê Central e depois do próprio Partido Comunista. São Paulo aparece neste relatório como ponto central para o sucesso do futuro levante que já está sendo articulado:

espero me resolver por aqui mantendo o maior contato com São Paulo, para lá estamos concentrando tudo e todos, a presença do Silo [Meirelles] com recursos ou outros de confiança viria a auxiliar muito.<sup>131</sup>

O destinatário deste relatório, Oscar, é certamente Luiz Carlos Prestes há indícios desta afirmação estão presentes neste relatório, que se encerra com um fraternal “Um grande abraço no pessoal, cumprimento à Dona Leocádia e filhas”, referindo-se à Leocádia Prestes, mãe de Luiz Carlos Prestes e às irmãs deste. Além desta informação contida no documento, é possível

---

*Comunistas no Brasil*, p. 377

<sup>129</sup> Relatório de Rocha à Oscar [Luiz Carlos Prestes], São Paulo, 1931, Arquivo Pessoal de Rosa Meireles e Carlos da Costa Leite.

<sup>130</sup> DULLES, J. F., *Anarquistas e comunistas no Brasil*. p. 389

<sup>131</sup> *Ibid.*



identificar Oscar como Luiz Carlos Prestes também por meio de uma carta de Juarez Távora enviada a Prestes, reproduzida em suas memórias, na qual Távora encerra a polêmica surgida entre os dois após o aparecimento do manifesto de maio de Prestes, onde o destinatário é identificado como “Oscar”, sendo que Távora identifica “Oscar” como o nome então utilizado por Prestes<sup>132</sup>. Em outro documento, um bilhete de “Oscar”, enviado de Buenos Aires, também encontrado no arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite, datado de 25 de dezembro de 1930, o autor comenta o rompimento no movimento tenentista entre Prestes e seus seguidores e os “tenentes” que aderiram ao movimento revolucionário de 1930, ocorrido dois meses antes:

Convém que todos os companheiros estejam cada vez mais preparados para romper com todos os oportunistas. O momento é de clareza, muita clareza. Nada perdemos despedindo todos os indivíduos que se prestam para vender o próprio prestígio, colocando-o no cabeçalho de um jornal reacionário, aceitando postos de confiança dos atuais imperantes, delegacias e secretarias. A todos estes o que é imprescindível é desmascará-los, sem dó nem piedade. Basta de safadeza.<sup>133</sup>

Enquanto que PCB e Prestes em São Paulo abriam fogo cerrado contra João Alberto e outros “tenentes” instalados na interventoria paulista, este entrava em conflito com a oligarquia local, que após o choque que lhe representou a Revolução de 30, começava a rearticular-se para retomar o espaço perdido. A separação que havia representado a criação do Partido Democrático, que dividiu a elite paulista e contribuiu em muito para possibilitar a Revolução, estava em vias de ser superada, iniciando-se uma reaproximação.

João Alberto não conseguiu obter apoio em nenhum destes grupos dominantes da política paulista, que eram-lhe inteiramente desfavoráveis, procurou voltar-se para a esquerda promulgando leis a respeito de direito de greve, reajuste salarial e participação dos empregados nos lucros das empresas. Procurando criar uma nova força política em São Paulo funda, já em novembro de 1930, a Legião Revolucionária de São Paulo, na esperança de atrair a simpatia das correntes de esquerda, funda também o Partido da Lavoura tentando atrair os cafeicultores e esvaziar a influência do PRP.

A Legião Revolucionária de São Paulo teve seu manifesto-programa lançado somente em março de 1931, quase 5 meses depois da fundação, esse manifesto teve Plínio Salgado como seu principal redator, o que de certa forma era coerente com seu caráter pró-Estado forte e centralizador, Plínio Salgado posteriormente rompeu com a Legião e fundou seu próprio grupo político, a Ação Integralista Brasileira. Também faziam parte da Legião Revolucionária, entre outros, Maurício Goulart, Sud Mennuci, Oscar Pedroso da Horta, Rafael Correia de Oliveira e o major Alcedo Cavalcanti, entre outros.

---

<sup>132</sup> TAVORA, J., *Memórias*. Vol. 1, p. 355.

<sup>133</sup> Bilhete de “Oscar” à personagem desconhecido, Buenos Aires, 25/12/1930, Arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

Seu ato mais inusitado foi a concessão da legalidade ao PCB, já em novembro de 1930, apesar de tal ato só poder partir do governo federal, para tanto João Alberto autorizou Plínio Melo, Josias Carneiro Leão e Luís de Barros, seu irmão, a instalarem uma sede do PCB em São Paulo. Convidou a estes para um encontro, porém neste período Plínio Melo já se encontrava afastado do PCB e procurou Astrojildo Pereira e Paulo Lacerda, que estavam em São Paulo, para que estes, juntamente com Corifeu de Azevedo Marques, se encontrassem com João Alberto, em nome do PCB.

Participaram deste encontro Plínio Melo, Aristides Lobo e Lívio Xavier, que há muito já tinham se desligado do PCB, Josias Carneiro Leão, Luís de Barros e Corifeu de Azevedo Marques, que dos presentes era o único realmente ligado ao PCB. Astrojildo e Paulo Lacerda recusaram-se a participar, segundo Plínio Melo, ambos durante a reunião ficaram instalados numa sala no andar superior do edifício onde este encontro se passou aguardando informes de Corifeu de Azevedo Marques<sup>134</sup>. O Bureau Político do PCB divulgou uma nota condenando o decreto de legalização de João Alberto, classificou Plínio Melo, Josias Carneiro Leão e Luís de Barros como “renegados”, “pequenos burgueses” e “traidores do proletariado”.<sup>135</sup>

Também Prestes tomou conhecimento desta reunião e tachou os três como oportunistas, lembrando de que dois deles já haviam a muito sido expulsos do PCB. No relatório acima citado enviado de São Paulo, de “Rocha” para “Oscar” [Prestes], as considerações sobre João Alberto ocupam sua maior parte, sempre de maneira negativa, este é chamado de “exclusivamente coronel gaúcho” e suas iniciativas são criticadas:

João Alberto procurou a princípio ir para a esquerda, mas, sem a mesma orientação tática. Exclusivamente coronel gaúcho. Manobrado pelo Juárez [Juarez Távora] e Aranha [Oswaldo Aranha] completamente. (...) Creio que ele, apesar das mostras liberais, não durará em massacrar o proletariado, fazendo a situação apertar. Ainda está iludindo a massa trabalhadora. A legião [Legião Revolucionária de São Paulo] é um passo para o fascio.<sup>136</sup>

De fato, João Alberto declarou à imprensa que a idéia de lançar a Legião Revolucionária partiu de entendimentos com Juarez Távora e Oswaldo Aranha, “na mais perfeita harmonia com Getúlio Vargas”<sup>137</sup>, a escolha de João Alberto para a interventoria

---

<sup>134</sup> CARONE, E., *Brasil: Anos de crise (1930-1945)*, p. 68.

<sup>135</sup> DULLES, J. F., *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 366.

<sup>136</sup> Relatório de Rocha à Oscar [Luiz Carlos Prestes], São Paulo, 1931, Arquivo Pessoal de Rosa Meireles e Carlos da Costa Leite.

<sup>137</sup> CALICCHIO, V.; FLAKSMAN, D., Verbete sobre Legião Revolucionária de São Paulo, em BELOCH, I.; ABREU, A., - *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, p. 1770.

paulista contou com o apoio de Aranha e Juarez, que intecederam ao seu favor junto à Vargas<sup>138</sup>. Prestes publicou em 20 de março de 1931 um manifesto no jornal Diário da Noite, atacando a fundação da Legião Revolucionária:

Aranha, Collor, Miguel Costa, Távora, com os seus cínicos serventes Mota Lima, Rafael Correia, Reis Perdigão, e tantos outros, distribuídos de Norte a Sul, organizam as legiões revolucionárias, fazem a mais descarada demagogia<sup>139</sup>

A imprensa comunista também não perdoou a iniciativa de João Alberto de compor com setores da esquerda, a Revista Comunista de janeiro de 1931, comenta esta aproximação e critica veementemente os participantes da reunião com João Alberto:

A tentativa de João Alberto para formar, demagogicamente, mediante reformas sobre arbitragem, um movimento do massas em favor da Aliança Liberal, fracassou redondamente. Ficou demonstrado o caráter governamental e policial dos sindicatos paulistanos formados por Josias Leão e Plínio Melo.(...)

A luta encarniçada travada contra o PCB e no terror fascista com que o perseguem, estes renegados agentes vendidos ao imperialismo ianque utilizam seu passado comunista para organizar sindicatos policiais e criar uma frente de operários que sirvam diretamente aos interesses dos latifundiários brasileiros.

A atitude destes renegados mostrou com toda clareza o papel miserável que representam, porém sua força se assenta no fato de que esgrimem as reivindicações de operários que lutam para melhorar suas penosas condições de existência. Josias Leão e Plínio Melo, que bem compreendem este sentimento das massas e aonde conduz esta situação, tratam de utilizar sua radicalização abertamente a favor de uma corrente nacional-fascista.<sup>140</sup>

Neste mesmo artigo na *Revista Comunista*, Prestes é igualmente criticado, e classificado como “muito mais perigoso” que Josias Carneiro Leão e Plínio Melo:

Mais complicada e muito mais perigosa é a posição do grupo político encabeçado por Luís Carlos Prestes, que em todas suas manifestações se separa e se declara contrário à corrente liberal de Plínio, Josias, etc., representando o radicalismo pequeno-burguês, que ainda não se bandeou para o campo do imperialismo.

Luí Carlos Prestes “ab-roga” em seus discursos pela revolução agrária e antiimperialista, porém, na realidade, todos os seus agentes colaboram com os Josias e Plínios, na sua tarefa fundamental de lutar pela desagregação da seção brasileira da IC. O desenvolvimento político do prestismo no Brasil constitui uma lição prática de valor inestimável para caracterizar todas as vacilações da pequena burguesia.

---

<sup>138</sup> BORGES, V. P., *Tenentismo e revolução brasileira*, p. 37.

<sup>139</sup> *Ibid.*, p. 1770.

<sup>140</sup> *O Partido Comunista do Brasil frente aos próximos combates*, in. *Revista Comunista*, jan/fev. 1931.

Prestes, no transcurso de um ano, mudou três vezes de posição; primeiro, foi chefe da atual Coluna Távora, que constitui a força decisiva no último movimento dos latifundiários e capitalistas brasileiros ligados ao imperialismo ianque; utilizando seu passado revolucionário, sustentou a Aliança Liberal durante as eleições de março do ano passado.

Não demora, separando-se da Coluna (já abertamente ligada aos feudais e imperialistas) funda um partido denominado “Liga de Ação Revolucionária”, sustentando que esta organização será apenas um apoio técnico de defesa do proletariado... No final, a Liga de Ação Revolucionária se transformou no partido policial de Josias e Plínio (em São Paulo), e que pretende arrastar as massas trabalhadoras atrás da bandeira da Aliança Liberal.

Então Prestes se separou também da Liga e formou uma nova agremiação cujo objetivo principal é combater o partido comunista, tratando de desagregá-lo por intermédio de seus agentes, ao mesmo tempo em que ele próprio se declara comunista para poder, com mais um argumento, melhor lutar contra o partido do proletariado.

A posição dúbia do PCB em relação à Prestes e ao “prestismo” era não apenas conhecida por Prestes, como integralmente apoiada, sendo que este irá, no decorrer do ano de 1931, assinar alguns libelos contra o prestismo, a que ele irá definir como uma corrente revolucionária pequeno burguesa que tenderia fatalmente a trair ao proletariado. Num documento da Internacional Comunista intitulado *Cópia de una carta de Luis Carlos Prestes dirigida en 02/03/31 a un c. de Pernambuco*, Prestes comenta o que ele chama de “atitude do Partido Comunista contra Prestes”, onde este reconhece como justa e necessária a luta do partido contra ele mesmo, Luiz Carlos Prestes:

Como revolucionário e marxista, reconheço perfeitamente justa e necessária, no atual momento histórico brasileiro, a atividade do Partido Comunista de combate franco e aberto contra mim, como chefe pequeno burguês, tanto mais perigoso quanto mais revolucionária é a fraseologia que emprego e maior o prestígio de meu nome no país.<sup>141</sup>

Esta carta se inicia com uma análise, à luz do marxismo vigente nesta época, da posição da pequena burguesia frente a luta de classes, iniciando por definir quem é a pequena burguesia no país:

É aquela parte da sociedade, que ainda que não possua os meios de produção, é uma intermediária na exploração. Engenheiros bem pagos (...) pequenos comerciantes, empregados públicos, intelectuais em geral. Todos também explorados, porém educados de tal maneira que pensam sempre “fazer carreira”, isto é, passar de explorados à

---

<sup>141</sup> PRESTES, L. C., *Cópia de una carta de Luis Carlos Prestes dirigida en 2/3/31 a un c. de Pernambuco – Actitud del Partido Comunista contra L. C. Prestes*”, Arquivo da Internacional Comunista.

exploradores (...) Nesta categoria estão também incluídos os militares que pretendem chegar a generais ou almirantes, os intelectuais que por meio dos cargos eletivos pretendem chegar aos postos de direção do Estado e então juntar algum dinheiro com o que possam viver explorando os trabalhadores.

(...) No Brasil o proletariado todavia não tem uma consciência clara de classe e sua mescla com a pequena burguesia é todavia muito grande (...)

(...) O que nossa história tem demonstrado com uma constância notável, é que todos os chefes pequenos burgueses, mesmo os revolucionários mais vermelhos, quando tem conseguido tomar ou alcançar os postos de comando, transformam-se rapidamente nos piores reacionários.

(...) Argumentar que isso acontece por que essa gente não era sincera e honestamente revolucionária, não é exato nem cientificamente sério. Para um fato tão generalizado deve haver uma causa geral e materialisticamente fundamental.<sup>142</sup>

Após definir “materialisticamente” porque todos os chefes pequenos burgueses tendem a trair o proletariado, Prestes se assume como pequeno burguês e declara a falência de sua Liga de Ação Revolucionária, encontrando no seu caráter pequeno burguês os motivos para tal falência:

Eu mesmo tenho uma dolorosa experiência. Fui o chefe de um grupo de oficiais e civis que se diziam revolucionários (...) e a organização que eu dirigia ainda quando se dizia revolucionária tomou parte num movimento interimperialista e meus melhores auxiliares de ontem são hoje os mais ferozes adversários do proletariado. Ainda sem uma compreensão marxista da luta de classes, quando lancei meu manifesto de maio de 1930, iniciei outra organização: a Liga de Ação Revolucionária e, apesar de que sua direção fizesse sempre o possível para que ela não tomasse um caráter de organização partidária da pequena burguesia, não me foi possível evitar que isto se sucedesse e, o que é pior, elementos que a ele aderiram, em sua grande maioria enrolaram-se no movimento de outubro e hoje já traíram o proletariado e a revolução. Queira ou não, não posso deixar de reconhecer que sou um chefe pequeno burguês.<sup>143</sup>

Após deixar as coisas em seus devidos lugares, Prestes dirige sua análise para o Partido Comunista, condenando a infiltração pequeno burguesa em seus quadros e justificando a linha sectária do partido e a proletarização então em curso. Condena, sobremaneira, uma linha de aproximação do Partido com a sua pessoa, endossando todos os ataques que o partido lhe dirigia:

Mesmo sem pertencer ao Partido Comunista, é grande em seu seio a corrente que não compreende isto (composta em sua quase totalidade de intelectuais pequenos burgueses) que lutam por uma política de frente única comigo. Tal política seria fatal ao proletariado. Este necessita organizar-se em um partido genuinamente de classe, completamente livre de qualquer interferência pequeno burguesa. (...) No presente, a

---

<sup>142</sup> Ibid.

luta dentro do Partido pela sua pureza classista é uma necessidade. Todo elemento “prestista” que todavia persista dentro do partido deve ser eliminado e por tanto a campanha atual é indispensável e perfeitamente justa.

(...) Os erros que hoje comete a direção do Partido são natural consequência de sua mal composição social e da falta de uma consciência de classe mais esclarecida no próprio proletariado brasileiro.<sup>144</sup>

Prestes finaliza a carta reafirmando o internacionalismo, saudando a União Soviética, dando integral apoio à Internacional Comunista e ao Partido Comunista do Brasil, sua seção no país, e condenando qualquer iniciativa de organização independente em relação a este:

É necessário dizer que a luta de classes é essencialmente internacional, que contra a burguesia internacionalmente unida somente o proletariado internacional será capaz de lutar eficientemente. O partido indiscutível do proletariado, aquele que já dirige uma grande fração do proletariado e constrói o socialismo com o êxito que é construído na URSS, é a Internacional Comunista, cuja a seção no Brasil é o Partido Comunista do Brasil. (...) Fora do partido, toda crítica a sua direção é uma crítica ao partido, e hoje, combater ao Partido Comunista, é aliar-se à burguesia e aos imperialistas, e, portanto, trair a causa do proletariado.

(...) Somente o Partido Comunista merece o apoio decidido e constante dos verdadeiros revolucionários. Qualquer tentativa de criar, na hora atual, organizações intermediárias ou aparentemente paralelas, só poderá significar uma traição mais ou menos velada aos supremos interesses da revolução proletária.<sup>145</sup>

Ainda em março de 1931, Prestes dissolve sua Liga de Ação Revolucionária após curta existência, denunciando seus membros como responsáveis por transformar a LAR em um “partido político de pequenos burgueses, que em grande número passaram para o lado do imperialismo, trairdo o proletariado e seu partido”.<sup>146</sup> O Bureau Sul-Americano festeja a completa adesão de Prestes ao Partido Comunista e lança neste ano um documento comentando o definitivo rompimento de Prestes “con la Alianza Liberal, con todos sus acompañantes y aliados” e com o reconhecimento de “sus errores políticos, expresando su voluntad de participar en la edificación socialista de la URSS, para pasar del caudillismo pequeño-burgués al campo de la revolución proletaria.”<sup>147</sup>

---

<sup>143</sup> Ibid.

<sup>144</sup> Ibid.

<sup>145</sup> Ibid.

<sup>146</sup> Carta aberta de Luiz Carlos Prestes, Buenos Aires, 12/03/1931, em BASTOS, A., Prestes e a revolução social.

<sup>147</sup> Documento sem título datada de out. de 1931, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

Assim como Prestes, o Bureau Sul-Americano condena aos integrantes da recém-extinta LAR, alguns inclusive membros do PCB recém-expulsos do Partido, cassados pela proletarização como elementos estranhos ao proletariado:

Prestes expresó, de hecho, la tendencia de parte de los intelectuales y politiqueros pequeño-burgueses que pretendían conservar la hegemonía del movimiento revolucionario en sus manos, mediante las consignas más radicales e izquierdistas a fin de retener con él las masas separadas del movimiento comunista. La consecuencia inevitable de esos manifiestos, fué la creación de la Liga de Acción revolucionaria, pequeño-burguesa, que ha cobijado a los elementos más demagogos, a los peores politicastos de la pequeña-burguesía (Pedro Motta Lima, Pablo Motta Lima, trotskistas contrarrevolucionarios). (...) El único contenido político de la Liga fué luchar contra el Partido Comunista Brasileño, sección de la IC.<sup>148</sup>

Neste documento, o Bureau Sul Americano aproveita para endossar a linha de proletarização do PCB, concitando o partido a reforçar sua vigilância interna:

Ocorre que, algunos de esos elementos penetrando en nuestras filas buscán la solución fuera del Partido en “generales salvadores”, debilitando así al Partido mismo, sin tener fé en sus fuerzas. (...) Com la más grande energía, el PCB debe fortalecer su lucha contra la ideología pequeño-burguesa, contra el prestismo particularmente, que sirve de bandera a los Costa, Tavora, y la a sus ayudantes agitadores, Motta Lima, Mario Pedrosa y otros restos de la Liga de Acción Revolucionaria y de otros grupitos prestistas.

Em outubro de 1931 Prestes, convertido ao comunismo, parte para a URSS, onde irá conhecer a “pátria do socialismo” e tomar uma cadeira no conselho executivo da IC. Antes, sob o pseudônimo de “Almeida”, envia uma carta a Silo Meireles, então seu auxiliar mais próximo, solicitando que este tome o seu lugar em Montevideú:

Como tu sinto-me feliz por poder aprender e ver, tendo oportunidade, portanto de voltar um elemento realmente útil para nossa causa, más é com bastante sentimento que te deixo ficar aqui por estas bandas. Tivemos durante este ano de convivência a feliz oportunidade de nos conhecer-mos e a tua fraternal amizade foi durante este ano um grande estímulo para alguém que, como eu, se viu completamente abandonado pelos que até então supunha amigos, mas estou hoje convencido de que precisas continuar aqui. Muito poderás auxiliar o Lopes e, se puderes vir para cá terás ocasião de aprender com algum método a nossa teoria. (...)

O principal motivo desta é perdi-te que venhas para até aqui. Preciso que apareças até o dia 20 mais ou menos, peço-te, portanto que consultes o Botelho sobre uma viagem a

---

<sup>148</sup> Ibid.

Montevidéu. Demora de uma semana, sendo alguns dias em Baires [Buenos Aires] e outros por aqui. Em Baires precisar s resolver o assunto da “plata”, assim como trazer-me uns papéis que por l  tenho.<sup>149</sup>

O que possibilita identificar “Almeida” como Prestes, além do fato de se tratar de um elemento que se encontrava em Buenos Aires, no momento em Montevidéu e se preparando para uma viagem, além de se lamentar de estar “abandonado pelos que até então supunha amigos”, é o fato de o remetente desta carta agradecer “as bondosas expressões com que te referes   mamãe e às manas”. O assunto da “plata” a que Prestes cita nesta carta, provavelmente se refere aos 800 contos de réis (cerca de 80 mil dólares no câmbio da época) que Oswaldo Aranha havia entregue a Prestes a fim deste comprar armas para a revolu o então em planejamento; como Prestes recusou-se a tomar partido da Revolu o de 30, entregou este dinheiro, em Buenos Aires, ao “tenente” Emigdio Miranda, então secretário-tesoureiro da LAR, para que este administrasse o dinheiro<sup>150</sup>.

Desta época até 1934, a linha política do PCB e da IC manteve-se praticamente inalterada. Todos os movimentos armados ocorridos nesta época no Brasil e na América Latina foram analisados sob a  tica da luta inter-imperialista. Desta maneira, a Revolu o de 30, a qual o Partido recusou-se a apoiar, foi vista como o enfrentamento entre o imperialismo ingl s, que até então dominava a economia brasileira e sustentava a oligarquia hegem nica, contra o imperialismo norte-americano, que estava em franca ascensão e procurava então estender seu domínio sobre a América do Sul e que apoiava a Aliança Liberal e a Revolu o de 30. Da mesma forma, a guerra civil de 1932 foi analisada sob as mesmas lentes, como Prestes escreveria mais tarde em Moscou:

As causas da luta são relativamente fáceis de compreender. Os grupos de burgueses e senhores de terras, e, por traz deles, o interesse do capital financeiro imperialista ingl s ou americano, lutam pela hegemonia política no Brasil.<sup>151</sup>

Nesta  tica, tratava-se de um confronto da antiga oligarquia derrotada, os paulistas apoiados pelo imperialismo britânico, contra a nova oligarquia no poder, o governo de Vargas e dos “tenentes” apoiados pelo capitalismo americano. Como é evidente, o PCB não tomou partido nenhum, apenas lançou alguns manifestos denunciando o caráter

---

<sup>149</sup> Carta de Luis Carlos Preste a Silo Meireles, Montevidéu, 13/08/1931, Arquivo pessoal de Rosa Meireles e Carlos da Costa Leite.

<sup>150</sup> DULLES, J. F., *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, p. 351; PINHEIRO, P. S., *Estratégias da ilusão*, p. 224, 225; WAACK, W., *Camaradas*, p. 29.

<sup>151</sup> PRESTES, L. C.; LACERDA, F.; SINANI, *A luta contra o Prestismo e a revolu o agrária e anti-imperialista*, p. 31.



imperialista da guerra civil e concitando os trabalhadores, soldados e marinheiros a transformarem a guerra civil em levante popular, em defesa da URSS. Uma visão mais precisa da avaliação do PCB sobre esta guerra civil e sobre os “tenentes”, então no poder, pode ser observada num documento contemporâneo intitulado *Transformemos a guerra civil feudal-burguesa, desencadeada pelos nossos opressores, em luta contra a fome e a reação – e em defesa da União das Repúblicas Socialistas dos Soviets*:

Enquanto nossos algozes desencadeiam esta guerra civil em benefício de um ou outro bando, de um ou outro imperialismo, eles todos se unem contra os trabalhadores. No Rio, centenas e centenas de trabalhadores são presos e torturados, enviados para a Colônia Correccional de Dois Rios, inclusive diversos grevistas que os perrepistas enviaram aqui pelos “tenentistas” João Alberto, Getulio, etc. No norte, os “tenentistas” Lima Cavalcanti, os tenentes Sombra, Barata [Agildo Barata], fuzilam ou mandam trabalhadores e soldados para Fernando de Noronha, morrerem maus tratos ou beri-beri. Em São Paulo, os Miguel Costa, Ibrahim Nobre, perrepistas, Isidoro, assassinam ou encarceram trabalhadores na Ilha dos Porcos. Portanto, trabalhadores, não acreditai nem na Constituinte de tapeação, nem nas falsas promessas e demagogia desses exploradores. (...)

Soldados e Marinheiros !

Não derramai o vosso sangue em defesa dos vossos algozes e dos imperialistas agressores !

O Partido Comunista do Brasil chama a todos os trabalhadores – os operários, camponeses, soldados e marinheiros, mulheres, negros, estudantes e intelectuais pobres, pequenos comerciantes, à luta contra essa guerra civil desencadeada pelos nossos opressores, transformando-a em luta enérgica e decidida contra a fome e a reação e em defesa da URSS!

Organizai, em todos os locais de trabalho, fabricas, usinas, fazendas, quartéis, navios, bairros, nos campos, etc. – Comitês de Lutas e Frente Única, dirigidas pelos próprios trabalhadores, e orientados pelo Partido Comunista; e, por meio de comícios, passeatas, greves, demonstrações, etc. transformemos essa guerra civil feita pelos nossos exploradores, em luta contra a fome e a reação, pelas nossas reivindicações imediatas, e em defesa da URSS !<sup>152</sup>

Não deixa de ser irônico que Agildo Barata, então membro do “triumvirato nordestino”, juntamente com Juarez Távora (o Vice-Rei do norte) e Juracy Magalhães, que no ano seguinte iria romper com o governo revolucionário e se filiar ao PCB para torna-se um dos líderes do movimento armado de novembro de 1935 e posteriormente um dos membros de maior prestígio dentro do Partido, fosse acusado neste documento de “fuzilar e

---

<sup>152</sup> *Transformemos a guerra civil feudal-burguesa, desencadeada pelos nossos opressores, em luta contra a fome e a reação – e em defesa da União das Repúblicas Socialistas dos Soviets*, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

mandar trabalhadores para Fernando de Noronha”. Continua patente neste documento a perspectiva de insurreição armada de soldados, marinheiros, trabalhadores e camponeses, desta vez como uma “terceira revolta” que se seguiria à “guerra civil feudal-burguesa”.

Essa “terceira revolta”, se espelhava na concepção da IC de “terceiro período”, onde, partindo do pressuposto de que “a guerra é uma necessidade do desenvolvimento do regime capitalista”<sup>153</sup>, neste caso, seria necessário aos partidos comunistas estarem preparados para transformar a guerra capitalista, ou inter-imperialista como normalmente era denominada, em revolução socialista. A teorização de “terceiro período” é apresentada no informe de Bukharin ao VI Congresso da IC, onde ele divide o período entre a Revolução Russa e o momento do VI Congresso, 1928, em 3 períodos distintos: o primeiro de 1917 a 1923 foi um período de crise revolucionária, iniciado com a Revolução Russa e finado com o término da guerra civil e intervenção internacional contra a URSS; o segundo vai de 1924 a 1928, e é marcado pela recuperação econômica européia e a estabilização do capitalismo, com o deslocamento do eixo revolucionário para os países coloniais e semi-coloniais; o terceiro período, é um período de reedificação das economias tanto capitalista quanto a da URSS, ao nível acima do de ante da primeira guerra, é um período de rápido progresso técnico e de fortalecimento dos trusts e dos cartéis e das tendências ao capitalismo de Estado, ao mesmo tempo, de forte desenvolvimento das contradições internas do capitalismo, com um rápido crescimento das forças produtivas e restrições de mercado. Tal situação torna inevitável a eclosão de novas guerras entre Estado imperialistas, uma guerra contra a URSS, guerras nacionais de libertação contra o imperialismo e uma agudização das lutas de classe.<sup>154</sup>

No caso brasileiro, e para os países “coloniais e semi-coloniais”, o “terceiro período” podia também significar a continuidade das “revoluções nacionais-libertadoras”, no entanto, após o VI Congresso da IC, perdeu-se a perspectiva de “revolução nacional-libertadora”, que foi vista no contexto de “guerra inter-imperialista”, ou seja, as burguesias nacionais somente lutam contra um imperialismo para submeterem-se a outro. Caberiam, portanto, aos comunistas destes países, avançar na “revolução nacional-libertadora”, rompendo com a burguesia nacional e buscando a hegemonia no processo revolucionário. A palavra de ordem é transformar a guerra inter-imperialista em guerra civil e revolução socialista.

---

<sup>153</sup> Relatório de Palmiro Togliatti ao XIII Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista, 1934, apud. PROCACCI, G., *A “luta pela paz” no socialismo internacional às vésperas da Segunda Guerra Mundial*, in. HOBBSBAWN, E., *História do marxismo*, vol. VI, p. 281.

<sup>154</sup> BUKHARIN, N., Discurso de conclusión del camarada N. I. Bujarin sobre la situación internacional y las tareas de la IC, em POYRAZIAN, Maria Teresa (trad.); *VI Congreso de la Internacional Comunista, segunda parte, informes e discusiones*, p. 94.

Em 1934, Prestes, juntamente com Fernando Lacerda e Sinani, que na realidade era G. B. Skalov, membro do Comitê Executivo da IC e chefe do secretariado para a América Latina da IC<sup>155</sup>, escreve um libelo intitulado *A luta contra o prestismo e a revolução agrária e anti-imperialista*, onde a linha sectária do PCB é reafirmada e o prestismo é mais uma vez condenado. O texto é dividido em três partes, cada uma de autoria de um destes acima; a primeira parte, redigida por Fernando Lacerda, que havia se retirado do comitê executivo do PCB, para participar do VII Congresso da IC, por motivos de saúde e por não ser um “proletário autêntico”, analisa especificamente o prestismo:

Entre essas concepções não proletárias [no seio do proletariado do Brasil] o prestismo é sem dúvida nenhuma, a mais forte, tenaz e expandida. (...)

O prestismo não é a simples admiração ou confiança cega na pessoa de Luiz Carlos Prestes. É toda uma ideologia que tem suas origens na mentalidade pouco segura e firme da pequeno-burguesia.(...)

As duas características principais do prestismo são a falta de confiança nas massas proletárias e camponesas (...) e a falta de fé na capacidade do proletariado para dirigir essa revolução (...) para entregar essa direção às “elites” aos “heróis” ou “cavalheiros de esperança.”<sup>156</sup>

A aliança entre o proletariado e a pequena burguesia é vista por Fernando Lacerda como algo necessário para a luta comum, porém, apesar desta necessidade, a pequena burguesia é vista com desconfiança, como um aliado que carrega a traição na sua própria constituição de classe, perigo que é potencializado pela presença de elementos pequeno burgueses nas fileiras do próprio Partido Comunista:

A aproximação ao proletariado de largas massas pequeno-burguesas empobrecidas, favorece a aliança necessária para a luta comum, contra os senhores de terras e imperialistas (...). Mas, o simples empobrecimento das massas pequeno-burguesas, não as liberta das concepções falsas, próprias de sua classe de origem. Elas se juntam ao proletariado, cheias de todas essas concepções e vão, assim, reforçar as ideologias pequeno-burguesas que ainda existem nas fileiras proletárias<sup>157</sup>.

Após definir a característica de classe do prestismo, Lacerda faz um breve histórico de sua constituição, para exemplificar como se deu a “traição” dos líderes tenentistas à causa revolucionária e para justificar o rompimento entre Prestes e o

---

<sup>155</sup> WAACK, W., *Camaras*, p. 62.

<sup>156</sup> PRESTES, L. C.; LACERDA, F.; SINANI, *A luta contra o Prestismo e a revolução agrária e anti-imperialista*, p. p. 7 – 10.

<sup>157</sup> *Ibid.* p. 10.

prestismo que, segundo a ótica comunista, persistia não apenas independente de seu inspirador, mas em oposição a este. Lacerda utiliza os exemplos do Brasil, do México e da China, países idênticos segundo a concepção da IC. O exemplo da China é interessante, pois demonstra a mudança da linha do PCB após o VI Congresso da IC, pois, como exemplificamos acima, Prestes, entre 1927 e 1928, era saudado como o “Chang Kai Chek brasileiro”:

Os exemplos do México e da China, onde a revolução anti-feudal e anti-imperialista, foi traída pelos caudilhos pequenos-burgueses, Calles e Chang-Kai-Chek, são provas evidentes dessas verdades marxistas-leninistas.

(...) Os dirigentes pequenos-burgueses da Coluna, tomaram a frente dos desejos de luta das massas. Mas, eles se aliaram, desde logo, a elementos como Izidoro, Távora, João Alberto e outros que só participaram do movimento para freá-lo e levá-lo a outros fins (...) Formaram “Ligas de Ação Revolucionárias”, para combater a direção proletária das massas pelo PCB. (...) Enquanto que a parte mais honesta da Coluna, ou vacila, ainda em se por sob a direção proletária, confundindo sempre golpes de “elites” com a verdadeira revolução, ou como Prestes e alguns companheiros, busca compreender, assimilar a ideologia marxista-leninista, combatendo o prestismo, pondo-se a serviço do proletariado e de seu partido.<sup>158</sup>

A linha política então em vigor era a de defesa da URSS e de preparar a insurreição armada, ainda sob a égide do VI Congresso da IC. Dentro desta perspectiva, a pequena burguesia brasileira era vista como, além de inimiga de classe, inimiga da existência da URSS, aliando-se naturalmente com as potências imperialistas, que segundo esta ótica, se preparavam para invadir militarmente a URSS. A luta contra a pequena burguesia e pela insurreição das massas, era também uma luta pela defesa da URSS:

A feudal-burguesia brasileira, sob a pressão da crise e das lutas inter-imperialistas pela dominação exclusiva do Brasil, prepara febrilmente novos golpes armados, carnificinas internas, guerras exteriores, como se prepara para acompanhar a invasão imperialista na URSS. (...) E vale-se especialmente das concepções prestistas no seio das massas afim de afastá-las das suas lutas e do PCB.

(...) Mas, a onda avança assim mesmo. Não tem esperado que o prestismo desapareça do seio do proletariado e que este possa consolidar seu partido marxista. Porém por isso mesmo essa onda tarda e se transforma em insurreição. (...)

Da mesma forma que o avanço da onda revolucionária se vai fazendo, apesar das debilidades do PCB, ela pode, de um momento para outro, chegar a lutas revolucionárias mais profundas pondo na ordem do dia a conquista do poder pelas massas. (...)

Não é à toa que nesta hora histórica que atravessamos, se nota uma mobilização enorme no seio da pequeno-burguesia. São elas esquerdas, com linguagem e simpatia

---

<sup>158</sup> Ibid., p.p. 14 e 15.

marxistas comunistas, que se formam dentro dos partidos e grupos pequenos-burgueses ligados aos Miguéis Costas, Waldomiros, Parreiras, Rabellos, Baratas, etc.<sup>159</sup>

Não deixa de ser interessante notar que estes nomes citados irão aderir no ano seguinte à ANL e marchar juntamente com o PCB na organização e execução do levante armado. Agildo Barata nesta época, estava na véspera de se filiar ao PCB. Lacerda inicia, na parte seguinte, a descrição das tarefas imediatas da militância comunista no sentido de preparar o levante popular, ligando-o à luta dos camponeses e dos cangaceiros, que eram vistos, dentro de uma perspectiva romântica, como grupos de resistência armada contra os opressores dos campos e das “nacionalidades” oprimidas, conforme a ótica que a IC tinha da realidade brasileira:

Formar em sua empresa local de trabalho, células do Partido Comunista, da FJC [Federação da Juventude Comunista], grupos ou Comitês de ação e vigilância do Comitê anti-guerreiro. Realizar em cada empresa, sindicato, fazenda, engenho, a mais sólida frente única com todos os companheiros de trabalho, para a luta diária em defesa de seus menores desejos. Unir essas lutas entre si com a dos camponeses, apoiar as lutas dos cangaceiros, fortalecer a aliança operária e camponesa (...) Apoiar e defender as lutas dos negros, índios, e mais nacionalidades oprimidas do país, pelo direito de autodeterminação, de formar seus governos e Estados próprios, inclusive de separar-se.<sup>160</sup>

A parte desta obra redigida por Luiz Carlos Prestes analisa a guerra civil de 1932, como já vimos acima, enquadrando-a na visão de conflito inter-imperialista. Prestes complementa esta análise questionando sobre a popularidade deste conflito:

Diante da realidade brutal da luta armada, esta não foi propriamente impopular; contou, pelos dois lados, com o apoio não só da pequena burguesia das cidades e dos campos, mas também, das camadas mais atrasadas dos semi-proletários dos campos e do proletariado industrial. (...) Dizer simplesmente que a luta armada foi impopular é subestimar a influência ideológica burguesa sobre as massas trabalhadoras do Brasil. (...) A experiência que as massas vão ganhando com essas lutas, assim como a sua própria radicalização, serão os elementos fundamentais que farão impopulares as novas lutas inter-imperialistas (internas e externas).<sup>161</sup>

Apesar de Prestes colocar-se contra este conflito, considerando que as massas trabalhadoras foram a ele arrastadas pela demagogia dos chefes pequenos burgueses - entre eles Miguel Costa é o mais criticado - é de se notar que a experiência insurrecional adquirida pela massa trabalhadora neste conflito é vista como uma consequência positiva deste confronto, pois estaria preparando a massa para sua radicalização e para tornar impopular novos “conflitos inter-imperialistas”. Prestes condena a “luta inter-imperialista”, porém, para ele, está é

---

<sup>159</sup> Ibid., p.p. 17-20.

<sup>160</sup> Ibid., p. 24.

<sup>161</sup> Ibid., p. 34.

positiva enquanto conflito armado. O motivo principal de se esclarecer as massas para este fato também está enquadrado na linha de defesa da URSS:

Se não estudarmos com atenção suas maneiras de enganar as massas, se não desmascarar-mos praticamente os seus agentes trotskistas, miguel-costistas, “prestistas”, etc., amanhã, com a mesma facilidade, as massas serão arrastadas à luta armada internacional, a luta armada contra a URSS<sup>162</sup>.

Feitas essas ressalvas, Prestes analisa os dois lados em conflito em dois capítulos intitulados “Do lado de São Paulo” e “Do lado de Getúlio”. Esta análise que se segue, não se detém nas elites que compunham cada lado ou na potência imperialista que os controla; seu interesse é analisar os grupos esquerdistas e militares que estavam presentes em cada lado, a fim de classificá-los como cúmplices do imperialismo e da “feudal-burguesia” brasileira.

Do lado de São Paulo, estariam compondo os “sindicatos amarelos e anarquistas”, que iludiram o proletariado paulista, arrastando-o a este conflito graças à debilidade dos sindicatos revolucionários, aqueles que estariam ligados ao PCB. Desse modo: “O proletariado de S. Paulo guiado por tais chefes, foi levado a crer, por tanto, que sua situação melhoraria com a vitória da burguesia e senhores de terras em S. Paulo”<sup>163</sup>

Entre esses “chefes”, os trotskistas seriam os maiores responsáveis pela “traição”; segundo Prestes, foram estes “os grandes propagandistas da consigna da Assembléia Constituinte”.<sup>164</sup>

Dentre os antigos companheiros de Prestes, é debitada a Miguel Costa, com a sua “demagogia comunista”, a maior responsabilidade pela “traição”; para Prestes Miguel Costa:

Durante esse tempo, soube adotar as mesmas consignas da burguesia: convocação imediata da Assembléia Constituinte, autonomia de S. Paulo, etc. e contando com fortes núcleos no interior de S. Paulo e no prestígio incontestável dentro da Polícia Militar, não fez nada contra a luta armada.<sup>165</sup>

Entre os elementos que Prestes classifica como “os satélites de Miguel Costa” está incluído Pedro Mota Lima, os anarquistas de São Paulo, o Partido Socialista Brasileiro e o “tenente” Cabanas. Os outros “tenentes”, que faziam parte do Clube 3 de Outubro, também são severamente criticados por Prestes, acusados por este de serem “os maiores

---

<sup>162</sup> Ibid., p. 37.

<sup>163</sup> Ibid., p. 42.

<sup>164</sup> Ibid., p. 43.

<sup>165</sup> Ibid., p. 45.

propulsores da mobilização de massas em defesa de seu governo [de Getúlio].”<sup>166</sup> Dentre os “tenentes” que lutaram ao lado do governo, Juarez Távora é considerado o mais importante - ministro da agricultura, ditador do nordeste, chefe e dirigente da mobilização das massas em defesa do imperialismo americano. Prestes aproveita o ataque que faz a Juarez Távora, para louvar Lampião e o cangaço, que a IC considerava como milícias camponesas de resistência:

Que fez Távora nesses dois anos e tanto de ditadura ? Seus interventores, que fizeram pelas massas trabalhadoras do Norte ? Só há uma resposta a isso: a campanha de esmagamento de Lampião que ainda não venceram, como dificilmente vencerão, porque Lampião, embora de forma espontaneista, falsa e desorientada, luta contra o feudalismo dominante e conta por isso com a simpatia das massas pobres dos campos do Nordeste.<sup>167</sup>

---

<sup>166</sup> Ibid., p. 47.

<sup>167</sup> Ibid., p.p. 48 e 49.

## II – União

### 2.1 - A Frente Única:

Após a tomada do poder pelos nazistas na Alemanha, em março de 1933, iniciou-se uma reformulação na linha política até então seguida pela IC: os sociais democratas já não eram mais o inimigo a ser combatido, pelo contrário, a aliança dos comunistas com eles era necessária para combater um inimigo muito mais ameaçador, começou a se constituir o que viria a se denominar de “Política de Frentes-populares”; no entanto, esta retificação não aconteceu imediatamente, foi somente em meados de 1934 que começaram a surgir os primeiros questionamentos à linha do VI Congresso.

Entre novembro e dezembro de 1933, realizou-se o XIII Pleno do Comitê Executivo da IC, neste pleno, apesar de já ocorrer sob o impacto da ascensão do nazismo na Alemanha, a linha do VI Congresso não sofreu qualquer alteração, de acordo com o relatório de Palmiro Togliatti, secretário geral do PC da Itália, ao pleno, as deliberações do VI Congresso continuavam a ser a “nossa linha fundamental”<sup>168</sup>. A orientação de Frente Única pela base se expressa, no caso brasileiro, da seguinte maneira:

Vós, operários dos sindicatos dirigidos pelos anarquistas, trotskistas, trabalhistas, católicos, etc., formai uma frente única na base com os operários comunistas que vos aceitarão de braços abertos. Rompei com os vosso líderes fura-greves!<sup>169</sup>

No caso do XIII Pleno, confirmou-se o comportamento do Partido Comunista da Alemanha que, diante da ascensão do nazismo, recusou-se a negociar qualquer aliança com a Social Democracia, aprovou-se uma resolução em que os partidos comunistas deveriam ater-se à tática de frente única pela base, a ser realizada “malgrado e contra a vontade dos chefes traidores da social-democracia”<sup>170</sup>. Logo após a ascensão do nazismo, o Comitê Executivo da IC aprovou uma resolução, em 1º de abril de 1933, considerando a instauração da ditadura nazista como “a conseqüência da política social-democrata de colaboração com a burguesia, durante todo o período de existência da

---

<sup>168</sup> PROCACCI, G., *A ‘luta pela paz’ no socialismo internacional às vésperas da Segunda Guerra Mundial*, p. 279, in HOBBSBAWN, E. (org), *História do Marxismo*, vol. VI.

<sup>169</sup> *Contra as manobras de esquerda, pelo reforçamento do Partido Comunista.*, 26/12/1932, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>170</sup> Apud. DASSÚ, M., *Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista*, in HOBBSBAWN, E. (Org.), *História do Marxismo*, vol. VI, p. 294.



República de Weimar” e considerando a derrota da democracia burguesa um passo à frente no sentido da revolução proletária.<sup>171</sup>

Para a IC, neste momento, a ascensão do nazismo era a demonstração de que o capitalismo entrava na sua fase final, pois o fascismo nada mais era do que a face mais violenta (e pura) do capitalismo, daí em diante poderia se esperar o início de uma fase de guerras e revoluções que, inevitavelmente, levariam o capitalismo à sua crise final: restava ao movimento comunista estar preparado para transformar a “inevitável” guerra imperialista em guerra civil e revolução socialista. Nas palavras de Togliatti:

Somos hoje um grande exército que luta pela paz. Até quando nossa luta pela paz poderá continuar – e continuará -, não podemos prevê-lo, ninguém pode prevê-lo. Talvez um ano, talvez mais, talvez alguns meses. É preciso estar pronto a cada momento.<sup>172</sup>

Tal declaração se inseria na concepção de “terceiro período” que a IC mantinha ainda neste momento: a crise mundial provocada pela quebra da bolsa de Nova York, em 1929, que continuou se aprofundando nos anos subsequentes e atingiu seu auge entre 1932 e 1933<sup>173</sup>, seguida do colapso das instituições democráticas na Europa e a ascensão do fascismo, serviram para confirmar, aos olhos dos comunistas, a grande crise sistêmica que o capitalismo atravessava, crise esta a mais grave vivida pelo sistema capitalista até hoje, que alimenta nos dirigentes da IC a esperança de que fosse a definitiva. Neste quadro, as concepções da IC a respeito do “terceiro período” nunca pareceram tão corretas.

A linha do XIII Pleno, que nada mais era do que a reafirmação do VI Congresso, manteve-se como a linha adotada pelo PCB até meados de 1934, o Boletim Interno do Comitê Central do PCB, de junho de 1934, dedica-se a explicar a linha de Frente Única, política oficial do partido; neste boletim apela-se para que os militantes do PCB procurem unir-se aos trabalhadores ligados aos sindicatos anarquistas, socialistas e até trotskistas, concitando os seus adeptos a “cessar temporariamente, isto é, enquanto durar a luta,

---

<sup>171</sup> Ibid., p. 293.

<sup>172</sup> *Relatório de Palmiro Togliatti ao XIII Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista, 1934*, apud. PROCACCI, G., *A ‘luta pela paz’ no socialismo internacional às vésperas da Segunda Guerra Mundial*, em HOBBSAWN, E., *História do marxismo*, vol. VI, p. 282.

<sup>173</sup> No caso brasileiro, um índice da evolução desta crise pode ser visto no preço da saca de café, a principal fonte de divisas do país. Em outubro de 1929, às vésperas da quebra da bolsa de Nova York, a saca de dez quilos de café custava 33.500,00 réis na bolsa de Santos, o mesmo preço desde julho de 1928. Durante todo o ano de 1930 a mesma saca de dez quilos custou em torno de 21.000,00 réis, preço que sofreu uma forte queda após o mês de abril de 1931, estabilizando em torno de 15.000,00 e mantendo esta cotação durante todo o ano seguinte (apesar da guerra civil). A partir de meados de 1933 o preço voltou a cair chegando à sua menor cotação no mês de outubro deste ano, 12.000,00 réis, ou quase um terço de seu valor em 1928. Fonte: DULLES, J. F., *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. p.p. 436, 437.

todos os ataques e se unam em um só bloco, formando uma só Frente Única, contra o inimigo comum”<sup>174</sup>.

O inimigo comum, deveria ser a Ação Integralista Brasileira - AIB, fundada em outubro de 1932, com rápido crescimento entre as massas e contando com a conivência do governo federal. O crescimento da AIB resultou em iniciativas dos grupos de esquerda brasileiros contra esta, especialmente em São Paulo onde, por iniciativa dos trotskistas, inicia-se uma união da maior parte dos militantes de esquerda, representados pelo PCB, pela Liga Comunista Internacionalista (ou os trotskistas, Mário Pedrosa, Plínio Melo, Aristides Lobo, entre outros), pela Federação Operária (anarquista) e pelo Partido Socialista Brasileiro (liderado pelo “tenente” João Cabanas e pelos anti-facistas Francisco Frola<sup>175</sup>, Antonio Picarolo). O ponto alto desta união foi um episódio que ficou conhecido como “a batalha da Sé”, quando em outubro de 1934, os militantes da esquerda uniram-se (talvez pela primeira e última vez) para atacar o comício de comemoração ao segundo aniversário da AIB, na praça da Sé, em São Paulo.

No entanto, o “inimigo comum” a qual se refere o Boletim, não é diretamente especificado, o boletim se refere a ele como “inimigo comum de classe e seu governo”, ou seja, o PCB adere à Frente Única para combater, na visão de seu Comitê Central e não na de seus militantes paulistas, o que ele sempre definiu como “feudal-burguesia” e não um movimento direitista específico.

A tarefa da Frente Única, além de combater o “inimigo comum” era, para o PCB, uma forma de solapar as outras lideranças de esquerda através de sua base, objetivo mencionado logo no enunciado deste boletim:

A tática de Frente Única, é uma arma de grande eficiência para fazer todos os tapeadores mostrarem na luta seu verdadeiro semblante, o que realmente eles querem, as manobras e planos para enganar as massas para melhor servirem aos seus amos.<sup>176</sup>

Ou de uma maneira mais específica:

Através da luta em Frente Única, o operários dos partidos, sindicatos e organizações que formarem na mesma terão a oportunidade de ver e sentir concretamente a posição dos seus dirigentes (...); demonstrarão toda a traição dos chefes e dirigentes dos sindicatos

---

<sup>174</sup> PCB, Boletim Interno do Comitê Central, junho de 1934, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>175</sup> Francisco Frola era um deputado antifascista italiano adversário de Mussolini, em função disto foi cassado e fugiu do país refugiando-se no Brasil em 1926. No país dedicou-se à militância antifascista, principalmente colaborando nos círculos antifascistas de imigrantes italianos em São Paulo. O PCB nos seus documentos, se refere, na maior parte das vezes, à Frola como “conde Frola”.

<sup>176</sup> PCB, Boletim Interno do Comitê Central, junho de 1934, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

amarelos, ministerialistas e anarco-sindicalistas, dos socialisteiros, demagogos e caudilhos de todas as correntes, os trotskistas, etc.<sup>177</sup>

Os militantes comunistas paulistas, que celebraram a união das correntes de esquerda contra o integralismo, são severamente criticados neste boletim:

Graves erros cometemos ultimamente em São Paulo (...). Em vez de procurarmos os organismos de base do Partido Socialista, as suas secções de bairro, para lhes propor a Frente Única, aceitamos Frola, Cabanas e Cia., como se fossem realmente representantes das aspirações dos operários enganados que seguem o tal Partido Socialista. (...) Declarávamos que as organizações em Frente Única tinham que “se submeter” às decisões da maioria. Isto é entregar o Partido, a JC e as organizações revolucionárias de mãos atadas às manobras dos trotskistas Aristides Lobo, Mario Pedrosa, Livio Xavier, Plínio Melo, dos socialisteiros tipo Cabanas, Frola e de todos os demagogos e tapeadores.

O boletim coloca em suas palavras de ordem a necessidade dos militantes que aderirem à Frente Única que “não assumam o compromisso de se submeter a uma maioria que toma posições de capitulação e de colaboração frente ao inimigo do proletário”; na verdade, a preocupação de evitar a decisão da maioria demonstra em primeiro lugar uma fraca penetração do PCB em São Paulo, em relação às outras correntes de esquerda no meio sindical e também a pouca confiança que o Comitê Central do PCB tinha em relação aos seus militantes de São Paulo.

A posição deste boletim é a mesma encontrada num informe de “Alonso” ao Bureau Sul Americano, em maio de 1934. Neste informe critica-se a tendência das outras correntes de esquerda em qualificar o integralismo e não o fascismo pura e simplesmente, como o inimigo a ser combatido, tendência esta derivada, segundo o informe, do afã de considerar o Brasil como um país capitalista:

Os “esquerdistas”, socialistas e trotskistas desarmam ideologicamente o proletariado e as massas trabalhadoras na luta contra o fascismo, identificando este com o Integralismo e sem demonstrar a possibilidade do surgimento de outros bandos fascistas ao serviço de outro imperialismo, ou de outro grupo feudal-burguês. É aí um dos aspectos da ideologia contra-revolucionária do trotskismo no Brasil. Seu afã de considerar o Brasil como país capitalista, conduz a não ver a realidade de que cada um dos grupos feudal-burgueses podem criar seus bandos de terror fascista.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> Ibid.

<sup>178</sup> A situação brasileira e as tarefas do PCB – A crise e a penetração imperialista, informe do camarada

A discussão para a formação da Frente Única em São Paulo é também criticada neste documento, feita, segundo este, “com grandes erros oportunistas”, sofrendo “as graves conseqüências dos desvios direitistas do seu secretário regional”. Um dos motivos encontrados para a proliferação do oportunismo, especialmente em São Paulo, “é a liquidação completamente insuficiente dos diversos desvios no passado partidário. A discussão dos erros de Astrojildo, Brandão (...) foram objeto de documentos do BSA, mas o PCB propriamente dito, não discutiu até a base, estes desvios”. Astrojildo Pereira e Otávio Brandão são classificados como “direitismo oportunista”. Melhor avaliação não obtém Cristiano Cordeiro, outro dos fundadores do partido:

Em Recife, como o Comitê Regional do ponto mais importante do nordeste, terceiro ponto de concentração do p. [partido], não podemos falar ainda de uma organização partidária propriamente nossa. A influência de Cristiano Cordeiro não é só no seio do proletariado, mas nas próprias fileiras do Partido é fortíssima. (...) o companheiro Mau foi enviado lá por indicação do BSA, para organizar uma escola partidária, mas a impressão da direção é que este camarada ainda não capitulou totalmente diante de seus erros passados e que faz concessões perigosas aos elementos mais ligados a Cristiano Cordeiro.<sup>179</sup>

O tenentismo também é visto neste relatório como inimigo: João Alberto teria feito “no seu jornal *A Nação* (...) uma apologia ao regime fascista na Alemanha, na Itália e outros países. (...) A ala esquerda dos ‘tenentes’ tem representantes de uma demagogia esquerdista desenfreada”. O Partido Socialista do “tenente” Cabanas em sua composição social “não é de um partido operário, mas de uma força tipicamente feudal burguesa”. Um dos pontos do seu programa, “lutar pela unidade nacional” é associado com a plataforma do Clube 3 de Outubro e de Góes Monteiro:

Não é necessário destacar a semelhança do primeiro ponto do programa que é, precisamente a unidade nacional, com a palavra de ordem lançada por Goes Monteiro e não duvidamos que os socialistas brasileiros não vacilarão, num momento dado, de prestar seu apoio “socialista” ao programa militar fascista de Goes Monteiro.<sup>180</sup>

Aparentemente, neste momento o PCB estava completamente afastado do tenentismo de esquerda e nesta situação, haveria pouco ambiente para os “tenentes”

---

Alonso, perante o BSA, em maio de 1934, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>179</sup> Ibid.

como Costa Leite, Silo Meirelles ou Trifino Correia militarem no Partido Comunista; porém, neste período estes já estavam entre os seus quadros buscando ativamente a adesão de outros militares para as linha partidárias. Agildo Barata revela que, em 1934, já fazia parte do PCB:

A Assembléia Constituinte, eleita em 1934, decretou a anistia política ampla para todos os militares afastados de seus cargos. Nesta época eu já estava ligado ao PCB e sua direção julgou conveniente minha volta imediata às fileiras do Exército.<sup>181</sup>

A adesão de Agildo Barata, segundo ele, foi conseguida por iniciativa de um militante do setor militar do PCB, identificado por este como “meu velho companheiro, o antigo ‘tenente’ C. L. que então já estava ligado ao PCB de cujo setor militar fazia parte”<sup>182</sup>.

Em 1º de agosto de 1934, o jornal *A Classe Operária* anunciava a inscrição de Prestes no PCB, segundo depoimentos do próprio Prestes, sua adesão sofreu resistência da direção do Partido, ainda comprometida com a política de proletarização, teria sido necessário a intervenção de Manuilsky que, correspondeu-se com o PCB a fim de solicitar a inscrição de Prestes, sendo que esta solicitação foi recusada por três vezes, até que num ato de força, Manuilsky impôs ao Partido a filiação de Prestes. Segundo a versão do próprio Prestes, sua filiação se resolveu da seguinte maneira: “O desfecho das negociações foi muito simples: Manuilsky deu um soco na mesa e disse que eu entraria no partido de qualquer jeito. Miranda não teve como fugir à determinação do Comintern”.<sup>183</sup>

Esta versão é aceita como verdadeira por boa parte da literatura: a este respeito, Paulo Sérgio Pinheiro usa este depoimento de Prestes para narrar sua entrada no Partido<sup>184</sup>; também de acordo com esta versão, estão Edgard Carone<sup>185</sup>, que se baseia não no depoimento deste à Dênis de Moraes e Francisco Viana, mas em entrevista que realizou pessoalmente com Prestes; baseada também em entrevista pessoal com Prestes, Marly Vianna<sup>186</sup> confirma esta versão, completando-a com a informação de que a ex-mulher de Fernando Lacerda, Cina, que estava em Moscou, manifestou-se

---

<sup>180</sup> Ibid.

<sup>181</sup> BARATA, A., *Vida de um revolucionário*, p. 226.

<sup>182</sup> Ibid., p. 228.

<sup>183</sup> MORAES, D.; VIANA, F., *Prestes: Lutas e autocríticas*, p. 58.

<sup>184</sup> PINHEIRO, P. S., *Estratégias da Ilusão*, p. 287.

<sup>185</sup> CARONE, E., *Brasil: Anos de Crise (1930 – 1945)*, p. 213.

<sup>186</sup> VIANNA, M., *Revolucionário de 35*, p. 94

pessoalmente ser radicalmente contra a adesão de Prestes<sup>187</sup>. Paulo Cavalcanti<sup>188</sup> utiliza-se do depoimento de Prestes a Moraes e Viana, porém nos dá uma informação extra: “Não fosse o testemunho insuspeito do próprio Prestes, continuaríamos a ignorar as circunstâncias que o trouxeram às fileiras do PCB”.

De qualquer maneira, mesmo mantendo a linha do VI Congresso da IC, “social-fascismo” e “terceiro período”, a situação internacional muda substancialmente quando fica evidenciada a característica agressiva do expansionismo alemão; tal acontecimento faz com que as grandes potências ocidentais revejam sua posição em relação à URSS e iniciem uma significativa aproximação diplomática. Em novembro de 1933, o governo norte-americano finalmente reconhece o Estado soviético; ainda em agosto deste ano a Internacional Socialista (continuadora da II Internacional) adota uma postura acentuadamente mais esquerdista do que a que vinha seguindo até então, condena o reformismo, lança um apelo pela colaboração dos socialistas revolucionários com todos os comunistas (sem excluir o trotskismo) e adota uma posição próxima à da IC, neste momento que “em face do avanço fascista, a classe operária só tem como opção a luta direta pelo poder”<sup>189</sup>. Esta tentativa de aproximação é acompanhada pelos partidos socialistas da França e da Espanha, que passam a admitir uma unidade de ação com os partidos comunistas de seus países.

Apesar dos sinais de aproximação vindos dos partidos socialistas, a posição da IC continua a mesma até o mês de maio de 1934, quando o *Pravda* publica um artigo onde considera perfeitamente admissível ao Partido Comunista da França propor uma unidade de ação com os dirigentes socialistas. A partir de então inicia-se um onda de alianças entre os partidos comunistas e socialistas: em julho é firmada a aliança na França, em setembro os comunistas e socialistas italianos se aliam, em setembro o PC da Espanha adere às Alianças Operárias.<sup>190</sup> Este processo de aproximação entre os partidos comunistas e socialistas coincide com a firmação de um pacto de assistência mútua entre França e a URSS e com o ingresso desta na Liga das Nações, em setembro de 1934.

Durante as reuniões da comissão preparatória ao VII Congresso da IC, em junho de 1934, George Dimitrov<sup>191</sup> levanta a questão de que:

---

<sup>187</sup> Ibid., p. 327.

<sup>188</sup> CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi, 3º volume, Nos tempos de Prestes*, p. 235.

<sup>189</sup> CLAUDÍN, F., *A crise do movimento comunista*, vol. 1 p. 158.

<sup>190</sup> Ibid., p. 161.

<sup>191</sup> George Dimitrov: Líder comunista búlgaro, foi presidente de seu país entre 1944 até 1949, quando faleceu. Ficou mundialmente célebre após sua prisão na Alemanha, em 1933, acusado pelo incêndio do Reichstag (parlamento da Alemanha), e de sua defesa, conseguindo provar inocência. Após este julgamento transferiu-se para a URSS onde assumiu um posto no Comitê Executivo da Internacional Comunista. Durante o VII

É justa ou não a qualificação sumária da social-democracia como social-fascismo ? (...) Em vez de assumi-la exclusivamente como uma manobra para a derrota da social-democracia, sem sérias tentativas para a criação de uma efetiva unidade dos operários na luta, devemos transformá-la em fator real do desenvolvimento da luta de massa contra o avanço do fascismo (...). É necessário abandonar a posição segundo a qual só é possível dar vida à frente única pela base; e é preciso deixar de considerar como oportunismo qualquer orientação que se dirija também, simultaneamente, aos organismos dirigentes do partido social-democrata.<sup>192</sup>

Portanto, ao se iniciar o VII Congresso em agosto de 1935, mais de um ano após o início das reuniões da comissão preparatória, o clima de enfrentamento entre os partidos comunistas e os reformistas se encontrava, ao menos aparentemente, superado. No Brasil tal coisa se reflete no lançamento da Aliança Nacional Libertadora, que pretende ser uma frente ampla de todas as correntes contestadoras (com a evidente exclusão do trotskismo), chamando para si não apenas o que o PCB definia como “massa”, mas também os setores insatisfeitos da pequena-burguesia e do exército.

O VII Congresso aparentemente rompe de maneira definitiva com a linha até então adotada, o trabalho legal é valorizado e, ao menos no caso italiano, a participação de comunistas nas organizações fascistas de massa deveria ser explorada de maneira a se possibilitar a constituição de oposição interna à ditadura.<sup>193</sup> Tal assertiva se encontra também no informe de Dimitrov neste congresso:

Nos países fascistas, especialmente na Alemanha e Itália, onde o fascismo soube criar uma base de massas filiando violentamente a suas organizações os operários e demais trabalhadores, a tarefa principal consiste em saber combinar a luta contra o fascismo de fora com o trabalho para miná-lo por dentro nos órgãos e organizações fascistas de massas.<sup>194</sup>

No caso brasileiro esta orientação é observada na medida em que o PCB adere ao sindicalismo oficial, apesar do controle que o Ministério do Trabalho exercia sobre este.

A tônica do VII Congresso está expressa nos seu informe principal, intitulado “A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional Comunista na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo”, apresentado por Georgi Dimitrov, aparentemente de caráter moderado e liberal. Dimitrov prega em seu informe uma maior independência das

---

Congresso da IC, em agosto de 1935, fez o informe principal

<sup>192</sup> Apud. DASSÚ, M., *Frente única e frente popular*, op. cit.- p. 301.

<sup>193</sup> Ibid., p. 314.

<sup>194</sup> DIMITROV, G., *A luta pela unidade da classe operária contra o fascismo*, informe apresentado ante o VII

seções nacionais da IC, que deveriam encontrar sua própria linha de acordo com as particularidades de cada país:

a realização concreta da frente única nos diversos países se efetuará de diferentes modos e revestirá diferentes formas, segundo o estado e o caráter das organizações operárias, seu nível político, a situação concreta do país de que se trate, segundo as mudanças operadas no movimento operário internacional etc.<sup>195</sup>

A unidade de ação entre os comunistas e socialistas é enfatizada logo no início deste informe:

Não é evidente que as ações conjuntas dos filiados aos Partidos e organizações das duas internacionais – a Internacional Comunista e a Segunda Internacional – permitiriam às massas repelir o impulso fascista e aumentariam o peso político da classe operária ? (...) a poderosa frente única do proletariado exerceria uma enorme influência sobre todas as demais camadas do povo trabalhador, sobre os camponeses, sobre a pequena burguesia urbana, sobre os intelectuais. A frente única infundiria aos setores vacilantes fé na força da classe operária.<sup>196</sup>

A unidade de ação é apresentada como essencial não apenas na luta contra o fascismo, mas principalmente como pré condição para a tomada do poder pela classe operária:

A implantação da unidade de ação de todos os setores da classe operária, qualquer que seja o Partido ou organização a que pertençam, é necessária mesmo antes de se unificar a maioria da classe operária para a luta pela derrocada do capitalismo e pelo triunfo da revolução proletária.<sup>197</sup>

A criação da frente única, segundo o informe, deveria se basear na “criação de órgão de classe à margem dos partidos”, ou seja, por meio de um organização suprapartidária, nos moldes da ANL; esta organização deveria “abordar de maneira acertada todos os partidos e organizações que abarcam uma parte considerável de camponeses trabalhadores e as massas da pequena burguesia urbana”, em suma, “temos que acabar por completo com o menosprezo e a atitude depreciativa, que surgem

---

Congresso Mundial da Internacional Comunista, a 2 de agosto de 1935, p. 14.

<sup>195</sup> Ibid., p. 8.

<sup>196</sup> Ibid., p. 1.

<sup>197</sup> Ibid., p. 3.



com bastante freqüência em nossa situação, a respeito dos diversos partidos e organizações de camponeses, artesãos e de massas da pequena burguesia urbana”.<sup>198</sup>

Apesar deste tom aparentemente ameno, o informe deixa claro que, num governo de frente única, os limites da democracia burguesa deveriam ser ultrapassados, inclusive armando o proletariado: “Exigimos de todo o governo de frente única (...) que se realize determinadas reivindicações cardiais revolucionárias, consoantes com a situação, como por exemplo, o controle da produção, o controle sobre os bancos, a dissolução da polícia, sua substituição por uma milícia operária armada”.<sup>199</sup>

Dimitrov considera o governo de frente única uma transição, à qual deveria se seguir a verdadeira revolução; a unidade das correntes de esquerda não é vista aqui como um fim, mas apenas como uma imposição tática, que não exclui, de forma alguma, a insurreição armada e o assalto ao poder pelo partido comunista:

Salientamos a possibilidade de formar, sob as condições da crise política, um governo de frente única antifascista. Na medida em que este governo desenvolver uma luta real e verdadeira contra os inimigos do povo, conceder liberdade de ação à classe operária e ao Partido Comunista, nós, os comunistas, o apoiaremos por todos os meios e lutaremos na primeira linha de fogo como soldados da revolução. Mas dizemos francamente às massas: esse governo não trará a salvação definitiva. Esse governo não estará em condições de destruir a dominação da classe dos exploradores, e por esta razão não poderá eliminar definitivamente o perigo da contra-revolução fascista. Por conseguinte, é preciso preparar-se para a revolução socialista! Só e exclusivamente o poder soviético trará a salvação!<sup>200</sup>

Dimitrov conclui seu informe fazendo uma crítica ao sectarismo que estava presente nos partidos comunistas, porém ressaltando que esta crítica não poderia servir também aos “oportunistas de direita”. A frente única deveria servir para arregimentar as massas sob a influência da social-democracia para que estas se desiludissem de seus líderes e abandonassem as esperanças reformistas. Em momento algum se poderia perder de vista a perspectiva revolucionária e a implantação de um governo socialista baseado nos *soviets*:

Lutando de modo mais resolutivo por extirpar e superar os últimos vestígios do sectarismo enfatuado, temos que fortalecer por todos os meios nossa atenção vigilante e nossa luta contra o oportunismo de direita e contra todas as suas manifestações concretas, não

---

<sup>198</sup> Ibid., p. 12.

<sup>199</sup> Ibid., p. 26.

esquecendo que o perigo deste oportunismo crescerá à medida que se for desenvolvendo uma ampla frente única. Já existem tendências para rebaixar o papel do Partido Comunista nas fileiras da frente única e reconciliar-se com a ideologia social-democrata. Não se deve perder de vista que a tática da frente única é um método para persuadir praticamente os operários social-democratas da justeza da política comunista e da falsidade da prática reformista, e não uma reconciliação com a ideologia e a prática social-democrata. A luta eficaz por estabelecer a frente única exige de nós ineludivelmente uma luta constante dentro de nossas próprias fileiras contra a tendência de rebaixar o papel do Partido, contra as ilusões legalistas, contra a orientação para o espontaneísmo e o automatismo, no que diz respeito à liquidação do fascismo, como no que se refere à consecução da frente única contra as menores vacilações, chegando o momento da atuação decisiva.<sup>201</sup>

O informe de Dimitrov, portanto, não exclui de maneira alguma a insurreição armada e o “desmascaramento” dos sociais democratas e dos próprios membros dos partidos comunistas considerados oportunistas. Neste caso, a insurreição armada de novembro de 1935 no Brasil não é, de maneira alguma, uma contradição à nova linha política adotada no VII Congresso da IC. O informe de Manuilski sobre o VII Congresso, apresentando ao PC da URSS entre 4 e 6 de setembro é bem mais incisivo neste sentido.

Manuilski nega neste informe que tivesse havido uma virada na linha política da IC em relação ao seu congresso anterior, pelo contrário, considera que a Frente Única, apregoada pelo VII Congresso é a continuidade do congresso anterior, sendo que os acordos de cúpula entre os partidos comunistas e socialistas não poderiam ser compreendidos a não ser como uma necessidade tática<sup>202</sup>, uma vez que as possibilidades do capitalismo se reorganizar e da classe operária voltar aos menos níveis de prosperidade anteriores à crise de 1929 são nulas.<sup>203</sup>

Da mesma maneira Claudín considera que o VII Congresso conserva a concepção do VI, apenas adaptando-a taticamente à situação emergencial de duas potências imperialistas agressivas ameaçando as fronteiras soviéticas – a Alemanha e o Japão.<sup>204</sup>

Claudín baseia sua tese na narrativa de dois historiadores soviéticos, B.M. Leibson e K. K. Shirinia, de que a “viragem” da IC, nos anos 1934-35, resultou da iniciativa de

---

<sup>200</sup> Ibid., p. 28.

<sup>201</sup> Ibid., p. 40.

<sup>202</sup> DASSU, M., *Frente única e frente popular*, op. cit., p. 331.

<sup>203</sup> MANUILSKI, D. S., *O triunfo do socialismo na URSS e seu significado histórico mundial*, informe de Manuilski ao VII Congresso da IC, in. *Fascismo, democracia y frente popular – VII congreso de la internacional comunista*, p. 384.

<sup>204</sup> CLAUDIN, F., *A crise do movimento comunista*, op. cit., p. 174.

seus próprios dirigentes, especialmente Dimitrov e contou com o consentimento de Stálin, tendo em vista o perigo que ameaçava a URSS, porém este teria exigido que:

a viragem tática se impusesse sem a crítica das concepções anteriores (...). Toda a linha geral dos últimos dez anos deveria continuar sendo considerada como justa – unicamente as direções das seções nacionais (entre elas, a alemã) cometeram erros na sua aplicação.<sup>205</sup>

Não é por outro motivo que a consigna central do VII Congresso, apresentada no informe de Palmiro Togliatti é “ a luta pela paz e a defesa da União Soviética”, expressa da seguinte maneira:

Consciente de las aspiraciones más profundas de las masas y de los intereses vitales de toda la humanidad, la Internacional Comunista se coloca a la cabeza de la cruzada por la defensa de la paz de la Unión Soviética. La consigna de la paz se convierte en la lucha contra la guerra, en nuestra consigna central.<sup>206</sup>

A concepção de luta pela paz, subordinada à defesa da União Soviética, não descarta, como vimos acima, a possibilidade de um conflito armado, conflito este que seria o derradeiro do sistema capitalista; neste sentido, caberia ao movimento comunista estar preparado para transformar o conflito mundial iminente, em guerra civil revolucionária:

“Transformar la guerra imperialista en guerra civil”, esto quiere decir, ante todo, que habrá manifestaciones revolucionarias de masas”. Estas manifestaciones serán tanto más posibles y más amenazadoras para la burguesía si nosotros hemos conseguido penetrar profundamente entre las masas y ligarnos a ellas, luchando por la defensa de la paz, antes de que empiece la guerra, luchando por la paz, que es la más profunda aspiración de los trabajadores.<sup>207</sup>

O trecho citado por Togliatti foi extraído do VI Congresso da IC, o que dá um bom indício de que a linha política deste congresso é realmente mantida, adaptando-se somente a imposição da nova realidade política europeia.

---

<sup>205</sup> Ibid., p. 162.

<sup>206</sup> TOGLIATTI, P., *La lucha contra el fascismo y la guerra*, in. *Fascismo, democracia y frente popular – VII congreso de la internacional comunista*, p. 321.

<sup>207</sup> Ibid., p.322.

## 2.2 - A restauração da hierarquia militar

Alguns acontecimentos no Brasil contribuíram para criar no país condições muito próximas daquelas que a IC contemplava na realidade europeia, para a qual formulou sua nova linha e que contribuíram sobremaneira para preparar o terreno para uma aproximação de vastos setores das camadas urbanas com o Partido Comunista.

Após a Revolução de 30, a participação dos “tenentes” no governo foi sendo gradativamente reduzida. Apesar dos “tenentes” não constituírem a maioria da oficialidade e de terem escassa penetração no alto comando das forças armadas, suas iniciativas insurrecionais durante quase todo os anos vinte proporcionou-lhes um grande prestígio entre a população urbana do país, sendo que no desenrolar dos acontecimentos de 1930, os “tenentes” tiveram participação ativa nas conspirações e nos enfrentamentos armados decorrentes da revolução. Como resultados, após a revolução os “tenentes” ocupavam cargos de grande relevância dentro do poder público, João Alberto tornou-se interventor em São Paulo, Miguel Costa foi o comandante da Força Pública paulista, Juraci Magalhães foi para a interventoria da Bahia, assim como Ari Parreiras foi para a do Estado do Rio, Pedro Ernesto assumiu a interventoria do Distrito Federal e Juarez Távora tornou-se ministro da agricultura e exerceu grande influência em todo o nordeste do país, o que lhe granjeou o apelido de “vice-rei do norte”. A importância da participação tenentista na Revolução de 30 não deixava de ser reconhecida pelos próprios, como narra o “tenente” Nelson de Melo, veterano da rebelião em São Paulo em 1924, e interventor no Estado do Amazonas entre 1933 e 1935, em depoimento à Fundação Getúlio Vargas:

É preciso saber que o Getúlio, não desceu ao Catete de asas brancas. Ele veio pelas nossas mãos, veio pelas nossas armas. Assim que ele chegou aqui.

(...) Foram os tenentes que tomaram a liderança na Revolução de 1924 e na Revolução de 1930. Quem se sobressaiu em 1930 foram os tenentes, em todo o Norte, em Minas e no Rio Grande do Sul também. Não é que tenham feito tudo sozinhos, mas dirigiram. João Alberto e outros fizeram o movimento junto com os políticos, com Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha.<sup>208</sup>

No entanto, consolidado o governo revolucionário de 30, o alto-comando do exército e a elite latifundiária iniciaram a retomada de seu antigo prestígio junto ao poder. Não demorou muito para que a elite paulista, representada pelo Partido Democrático

(vencedor da revolução de 30) e Republicano Paulista (teoricamente o grande derrotado desta revolução), se rearticulasse e esquecesse as velhas diferenças passando a atuar conjuntamente contra o interventor federal, João Alberto, que mantém-se por apenas oito meses no poder paulista, de 3 novembro de 1930 a 24 de julho de 1931, ficando completamente isolado e sendo substituído por outro interventor, Laudo Ferreira de Camargo, bem mais amigável às velhas oligarquias paulistas. O rompimento do Partido Democrático com João Alberto se dá logo no início de sua interventoria: em 24 de março de 1931, o PD lança um manifesto rompendo publicamente com o interventor:

[João Alberto] Tão pouco adestrado no ofício de estadista quão valoroso nas artes da guerra, não só não compreendeu nosso gesto nem cumpriu a promessa feita de afastar certos elementos reputados inconvenientemente à cordura e tranqüilidade geral, senão que tem aproveitado a estes em vários postos e imprimindo ao governo deplorável orientação.(...)

A “Legião Revolucionária”, chefiada pelo secretário da Segurança [Miguel Costa], cuja finalidade aparente é “assegurar a obra revolucionária de reconstrução do país”, mas cuja a finalidade real é o açambarcamento perpétuo das posições oficiais, a propaganda de idéias subversivas, de ditadura permanente, a guerra ao Partido Democrático e a morte do civilismo, constitui perigo contínuo para as finanças e organização do Estado. (...)

A rica e civilizada unidade da Federação de ontem, hoje presa de guerra, amanhã terra desbaratada, não passa na hora presente de campo revoltado, em que semeadores funestos praguejam as lavras, nelas plantando as ervas daninhas da anarquia administrativa, da Babel política, do fanatismo liberticida, das incursões da Internacional de Moscou, da megalomania do desperdício e do enxovalho de seus nomes e tradições.<sup>209</sup>

Em 28 de abril, membros do Partido Democrático, com o apoio de alguns oficiais da Força Pública, descontentes com as tendências esquerdistas de seu comandante, Miguel Costa, iniciaram um levante para depor João Alberto e Miguel Costa, levante que contou com a conivência do Comandante da 2ª Região Militar, que inclui São Paulo, o General Isidoro Dias Lopes, que a despeito de seu passado como comandante geral da Coluna Costa-Prestes, fazia oposição à interventoria paulista. O levante foi rapidamente sufocado, com a prisão de mais de 200 revoltosos e a substituição de Isidoro Dias Lopes por Góes Monteiro no comando da 2ª RM.

---

<sup>208</sup>ROCHA LIMA, V. (coord), *Getúlio, uma história oral*, depoimento de Nelson Melo, p. 203

<sup>209</sup> PARTIDO DEMOCRÁTICO, *O Partido Democrático à nação*, 24/03/1931.

Os partidos Democrático e Republicano Paulista continuaram unidos e desta maneira entraram no conflito armado de 1932, permanecendo unidos após sua derrota, quando lançam uma chapa única às eleições para a Assembléia Constituinte de 1934, obtendo uma vitória acachapante, elegendo 18 deputados e obtendo 167 mil votos, contra 35 mil do Partido Socialista (composto principalmente pelos “tenentes” aliados do poder em São Paulo), que elegeu somente 3 deputados. Os outros partidos (o Partido da Lavoura, do Professorado Paulista e a Ação Integralista Brasileira, que teve somente 968 votos) não elegeram nenhum representante para a Assembléia Constituinte<sup>210</sup>.

A Constituição de 1934 também foi decepcionante para os “tenentes”, a composição da Assembléia Constituinte era majoritariamente conservadora e, apesar de algumas leis de seu agrado serem aprovadas, como a transformação das reservas minerais e quedas d’água em “propriedade distinta da do solo para efeito de exploração”, sendo que seu aproveitamento “ainda que de propriedade privada, depende da autorização ou concessão federal”<sup>211</sup>, estas concessões foram ainda normatizadas pelos códigos de Águas, 10/07/1934, e de Minas, 28/06/1934, assinados pelo ministro da Agricultura Juarez Távora.

Diversas leis sociais e direitos individuais e trabalhistas também foram aprovados pela nova Constituição, como “proibição de diferença salarial para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil”, salário mínimo, jornada de 8 horas, proibição de trabalho de menores de 14 anos, repouso semanal e férias remuneradas<sup>212</sup>. Entretanto, a efetivação destes direitos não aconteceu na prática, sendo progressivamente criados dispositivos legais para burlar estes direitos, como por exemplo a Lei de Assiduidade, que vinculava o direito a férias remuneradas à assiduidade do trabalhador, quanto à proibição de trabalho de menores de 14, tal coisa de fato jamais aconteceu neste país.

Apesar dos avanços, o caráter geral da Constituição de 1934 foi federalista e conservador. Desagrando vários setores da esquerda e do tenentismo, sendo que de parte dos tenentes ligados ao Clube 3 de Outubro, a própria realização da constituinte já era mal vista, manifestando-se publicamente contra a sua convocação considerada um “triunfo das velhas máquinas ou mesmo das máquina novas, construídas de peças velhas e pela mesma técnica”<sup>213</sup>. O Clube 3 de Outubro ainda conseguiu impor ao Congresso

---

<sup>210</sup> CORONE, E., *Brasil: anos de crise (1930-1945)*, p. 86.

<sup>211</sup> CONSTITUIÇÃO de 1934, artigos 118 e 119.

<sup>212</sup> CONSTITUIÇÃO de 1934, artigo 121.

<sup>213</sup> MAYER, J., BENJAMIM, C., Verbete sobre Miguel Costa, em BELOCH, I.; ABREU, A., *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, p. 982.

Constituinte a figura do Deputado Classista, indicado pelas federações profissionais, numa amostra das concepções corporativistas que o Clube tinha da sociedade.

O Partido Comunista lançou uma chapa à Assembléia Constituinte: “Trabalhador ocupa teu posto”, seu único candidato a obter uma votação expressiva foi Cristiano Cordeiro, recebendo um total de votos que seria o suficiente para ser eleito, porém duas urnas de Recife foram injustamente anuladas, fazendo que Cristiano Cordeiro deixasse de atingir o coeficiente para ser eleito<sup>214</sup>. Apesar de participar das eleições, utilizando a legenda, já que como PCB não era possível concorrer, o Partido mantinha uma posição estritamente antiparlamentar; Cristiano Cordeiro, após um comício no teatro Santa Isabel, recebeu críticas de um dirigente nacional que estava presente por ele não ter incluído na sua plataforma a “formação de *soviets* de marinheiros, soldados, operários e camponeses”.<sup>215</sup> O único representante comunista na Constituinte foi o portuário catarinense Álvaro Ventura, eleito numa vaga de suplente de deputado classista.

O alto comando do exército também iniciou um movimento para a “limpeza” dos quadros militares de seus elementos indesejáveis, neste sentido, a guerra civil de 1932 contribuiu muito para o afastamento dos “tenentes” do poder e a sua substituição pelos oficiais superiores. É o que diz o depoimento do general e ex “tenente”, Nelson Melo ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas:

Antes da Revolução um oficial do exército que fosse a São Paulo, ou ao Rio Grande, era talvez um hóspede incômodo, ao passo que, depois, fomos os donos mesmo. É verdade que a hierarquia ficou um pouco subvertida, mas a Revolução de 1932 restabeleceu-a, porque os coronéis que não tinham sido revolucionários comandaram as tropas contra São Paulo.<sup>216</sup>

Apesar do posição pró governo da quase totalidade dos “tenentes”, o comando das tropas governistas durante a guerra civil foi obviamente desempenhado pelos oficiais superiores que, embora não havendo tomado uma posição definida na derrubada do governo Washington Luiz, tiveram uma posição majoritariamente governista. Tal afirmação é corroborada pelo veterano na Coluna Costa-Prestes, o general Osvaldo Cordeiro de Farias:

---

<sup>214</sup>DEL ROIO, M., *A Classe operária na revolução burguesa*, p. 221.

<sup>215</sup>CORDEIRO, C., entrevista concedida a Ricardo Noblat, *Jornal do Comércio*, Recife, 12/08/1979, p. 17, op. cit..

<sup>216</sup>ROCHA LIMA, V. (coord), *Getúlio, uma história oral*, depoimento de Nelson Melo, p. 205

Se não houvesse o movimento de 32, nós poderíamos ter atravessado naquela época uma fase muito difícil. Mas 32 deu um sentido de volta à hierarquia, porque elementos que tinham sido contra 30 tomaram posições bem definidas a favor do governo.<sup>217</sup>

Outro general, ex “tenente”, que corrobora tal informação, Antonio Carlos Murici, também em depoimento ao CPDOC, completa informando que o mesmo ocorria no lado paulista, o que já seria de se esperar, pois o movimento paulista era diametralmente anti-tenentista, apesar de que alguns jovens oficiais da Revolução de 30, como Agildo Barata, aderiram à causa constitucionalista, defendida pelos paulistas.

A revolução veio novamente colocar os chefes nos seus postos porque houve comando. Em 30, a tropa veio comandada por tenentes e capitães, em 32, por generais e coronéis. Dos dois lados. Então houve uma retomada da disciplina em ambos os lados. A gente sente que aí já houve estrutura, que a estrutura militar já começou a funcionar. A Revolução de 32 ensejou o enquadramento dentro da hierarquia.<sup>218</sup>

O comandante militar da Revolução de 30, o General Góes Monteiro, a partir de 1933 inicia uma ofensiva no sentido de restabelecer a hierarquia militar e afastar os elementos indesejáveis a esta: em agosto deste ano declara não ser político e fala em “limpar o Exército daqueles que não têm vocação militar”; em novembro afirma que “o Exército tem de retornar à sua finalidade”; em maio de 1934 troca cartas ásperas com Pedro Ernesto onde demonstra a intenção de não permitir propaganda política nos quartéis.<sup>219</sup>

Antes mesmo de iniciar seu esforço pela “limpeza” das forças armadas, Góes Monteiro, ainda quando comandante da 2ª Região Militar, entrou em confronto com Miguel Costa em 1932, quando este recusou-se a apoiar o novo interventor, Pedro de Toledo, designado em março deste ano numa tentativa de Vargas para pacificar os partidos Democrático e Republicano Paulista. Góes acusou Miguel Costa de ser comunista, contrário aos militares, conspirador e principal obstáculo à concórdia no Estado, acusou também a Legião Revolucionária de ser a responsável pela ruína do Partido Democrático, pelo afastamento do general Isidoro Dias Lopes e pela demissão dos últimos três interventores federais. Afirmou ainda:

---

<sup>217</sup>Ibid., depoimento de Osvaldo Cordeiro de Farias, p. 205.

<sup>218</sup>Ibid., depoimento de Antonio Carlos Murici, p. 205.

<sup>219</sup>CARONE, *Brasil: anos de crise (1930-1945)*, p.89.



Foram estes grupos que não pensam no bem da pátria, internacionalistas como são, que agora se arrogam o papel de defensores do Brasil. Nós estamos aqui para defender o Estado e a unidade do território nacional e, se cairmos, os brasileiros vingarão a nossa morte.<sup>220</sup>

### 2.3 - A Batalha da Praça da Sé

Em outubro de 1932 surgia a Ação Integralista Brasileira, AIB, que logo se tornou a principal organização de cunho fascista brasileira. Radicalmente antiliberal, com uma estrutura rigidamente hierarquizada, experimentou um rápido crescimento, chegando a contar, em 1936, com entre 600 mil e um milhão de adeptos.<sup>221</sup> Logo a AIB obteve uma boa adesão de militares e de elementos ligados ao governo, conseguindo certa influência política; entre os militares que aderiram à AIB encontravam-se o então capitão Olímpio Mourão Filho, autor do Plano Cohen – plano forjado, em 1937, de um novo levante comunista, utilizado por Vargas como justificativa à instauração do Estado de Guerra e posteriormente do Estado Novo – e o General Newton Cavalcanti, que substituiu o “tenente” Ari Parreiras na interventoria do Estado do Rio, em 1935.

A AIB se estruturava de maneira para-militar, todo o integralista entre 16 e 60 anos que se inscrevia nas forças integralistas, era incorporado às milícias, que se constituíam de maneira hierarquizada a partir de grupos de dez elementos (decúrias), que iam se compondo sucessivamente em terços, bandeiras e legiões. As milícias, além de servirem para organizar desfiles, desenvolviam treinamento militar com treinamento “técnico, tático e moral” e elaboração de planos de combate<sup>222</sup>.

A ameaça do integralismo foi um dos grandes propulsores da unidade de ação das esquerdas brasileiras entre o final de 1934 e 1935. Será o enfrentamento contra um comício integralista em São Paulo a primeira grande ação conjuntas das esquerdas brasileiras. No início de 1933, por iniciativa dos trotskistas, inicia-se a discussão para a criação de uma Frente Única Antifascista, que terá seu manifesto de lançamento em junho daquele ano.

Uma reunião é realizada no dia 25 de junho, na sede da Legião Cívica 5 de Julho, onde a Frente Única Antifascista é oficialmente lançada; aderem imediatamente a esta frente o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Socialista Italiano, o Grupo Socialista Giacomo Matteoti (onde militavam Antonio Picarollo e Francisco Frola), a Legião Cívica 5

---

<sup>220</sup> MAYER, J.; BENJAMIM, C., *Miguel Costa*, op. cit., p. 981.

<sup>221</sup> TRINDADE, H., *Verbete sobre Integralismo*, em BELOCH, I.; ABREU, A., - *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, p. 1621.

de Julho, Liga Comunista Internacionalista, União dos Trabalhadores Gráficos e os jornais *O Homem Livre*, *A Rua*, *A Plebe* e *A Lanterna*<sup>223</sup>. Estes dois últimos jornais, juntamente com a Federação Operária de São Paulo, participaram da reunião de fundação e colaboraram ativamente com a Frente Única Antifascista, porém recusaram-se a fazer parte desta por motivos de coerência doutrinária, já que como anarquistas se opunham radicalmente a qualquer organização com objetivos políticos-partidários<sup>224</sup>.

Os comunistas de São Paulo, que foram convidados para a reunião de fundação mas se recusaram a comparecer, somente vão aderir à Frente Única Antifascista três meses depois, de maneira independente do Comitê Central do Partido e irão receber diversas críticas deste, acabando por retirarem-se da Frente no final de janeiro de 1934, porém vários comunistas de São Paulo continuaram a militar na Frente Única Antifascista de forma individual<sup>225</sup>.

A principal ação desenvolvida pela Frente foi a organização do enfrentamento ao comício integralista de 7 de outubro na Praça da Sé, em São Paulo, que comemorava o segundo aniversário da AIB e reuniu cerca de dez mil pessoas. A ação foi planejada militarmente tendo no “tenente” Cabanas seu principal estrategista, então no posto de tenente-coronel da Força Pública paulista. Também participou da elaboração da estratégia de enfrentamento o capitão da marinha Roberto Sisson, membro do Partido Socialista, porém com íntimas ligações com o PCB, especialmente sua ala militar e Euclides Krebs, veterano da Coluna Costa-Prestes.

Por intermédio de Roberto Sisson, os comunistas foram convencidos a participar do enfrentamento com os integralistas, após diversas reuniões, envolvendo os líderes da Liga Comunista Internacionalista com o secretário regional do PCB, Hermínio Sacchetta, concordou-se que o PCB não se submeteria a direção da Frente, mas estaria presente à praça da Sé.<sup>226</sup> O PCB, ao aderir, tentou causar a impressão de que não estava à reboque de outros grupos políticos e divulgou uma convocação a todos estes grupos para que comparecessem à Praça da Sé no dia 7 de outubro, conforme apareceu no jornal *A Platéia*, do dia 4:

O Secretariado do Comitê Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil dirigiu ontem à noite um convite ao Partido Socialista, ao Partido Trabalhista, à Liga Comunista

---

<sup>222</sup> Ibid., p.1626.

<sup>223</sup> ABRAMO, F., *Frente Única Antifascista, 1934-1984*, p. 18; CARONE, E., *Brasil: anos de crise (1930-1945)*, p.155.

<sup>224</sup> ABRAMO, F., op. cit., p. 19.

<sup>225</sup> Ibid., p. 31.

<sup>226</sup> Ibid., p.p. 44, 46.

(trotskista), à Coligação dos Sindicatos Proletários do Brasil, aos Sindicatos Autônomos, à todas as organizações populares antiguerreiras, antifascistas e estudantes para uma demonstração sob a bandeira da frente única, de combate ao fascismo, à guerra e à reação conservadora, no próximo domingo.<sup>227</sup>

Cabanas dividiu os membros da Frente de acordo com a sua filiação política, ficando os trotskistas na rua Benjamim Constant, os anarquistas agrupados entre o relógio da Praça e a rua Wenceslau Brás e outros grupos se concentraram em pontos na rua Sen. Paulo Egídio, rua Sen. Feijó e na rua Anita Garibaldi, completando o cerco à praça. Além destes grupos, Cabanas teria designado pessoalmente 40 atiradores<sup>228</sup>. Fúlvio Abramo, que participou pessoalmente dos planejamentos, confirma que Cabanas teria proposto postar atiradores em alguns prédios juntos à praça, porém afirma que esta sugestão foi recusada por mais de noventa por cento dos presentes.<sup>229</sup> Segundo Edgard Carone<sup>230</sup>, Cabanas teria ainda designado o melhor destes atiradores para visar Plínio Salgado; Eduardo Maffei<sup>231</sup> conta que os atiradores receberam ordens de Cabanas e do general Miguel Costa para atiraram apenas sobre os integralistas, evitando a todo custo matar alguém.

De qualquer maneira, o que há de importante para o escopo desta dissertação, neste evento que ficou conhecido como “A batalha da Praça da Sé” é, em primeiro lugar, que os comunistas aderiram à Frente Única de maneira individual, independente da direção do Partido sendo posteriormente criticados por esta, de acordo com a linha política ainda vigente do VI Congresso da IC e de seu XIII Pleno, que manteve esta linha. O PCB foi, de certa maneira, arrastado pelos acontecimentos, sendo que uma união oficial entre os comunistas e trotskistas era altamente improvável. Além deste fato, é interessante notar a forte presença de militares na Frente Única Antifascista, muitos destes veteranos do tenentismo dos anos vinte que, após um curto período de participação no governo, rompem com este e passam a militar ativamente na oposição, na qual têm predomínio no Partido Socialista, procurando unificar a ação das esquerdas e rumando cada vez mais para a esquerda.

É de se notar que durante a “Batalha da Praça da Sé”, os soldados da Força Pública Paulista se dividiram entre os dois grupos que se enfrentaram, sendo que algumas versões que surgiram no dia sobre o que teria sido o estopim do confronto é de

---

<sup>227</sup> *A Platéia*, 04/10/1934

<sup>228</sup> MAFFEI, E., *A morte do sapateiro, a saga dos anos 30*, p.p. 79-84.

<sup>229</sup> ABRAMO, F., *op. cit.*, p.45.

<sup>230</sup> CARONE, E., *op. cit.* p. 162.

<sup>231</sup> MAFFEI, E., *op. cit.*, p. 80.

que este se deu principalmente entre os guardas da Força Pública, metade deles admiradores apaixonados por Miguel Costa e João Cabanas, dois verdadeiros mitos da Força Pública, metade composta por anticomunistas e fascistas declarados e por policiais da recém-formada Polícia Federal, instituição que se dirigia a diminuir a independência das Forças Públicas Estaduais:

A batalha continuou, cada vez mais forte. A fuzilaria partia de todos os lados, numa confusão incrível, que facilitou, posteriormente, várias interpretações. A primeira, que surgiu no local mesmo dos acontecimentos, foi a de que houvera um acerto de contas entre os policiais da Segurança de São Paulo e da Polícia Federal, recém-criada, cujos poderes centralizadores forjados para retirar das instâncias estaduais a relativa independência de que gozavam (...). Há fortes indícios de que algo pelo estilo possa ter ocorrido, pois o número de agentes policiais feridos e mortos foi percentualmente muito mais alto para uma refrega que juntava milhares de pessoas e que empregou dezenas de milhares de projéteis.

A outra versão é a de que a Força Pública de São Paulo tinha forte tendência a seguir o rumo que lhes indicavam o coronel Cabanas e o general Miguel Costa, os quais teriam influído sobre o seu comportamento contrário aos integralistas no próprio dia 7, pouco antes e durante os primeiros momentos da luta. É sabido que a Força Pública de São Paulo teve momentos em que o controle da ideologia da corporação fugiu aos donos do poder. Muitos de seus membros sofreram, em diversas oportunidades, pesados castigos por defender opiniões políticas e ideológicas até contrárias ao governo.

Personagem e testemunha ocular dos acontecimentos da Praça da Sé, inclino-me a admitir que ambas as interpretações das causas da ocorrência de percentual tão expressivo de policiais atingidos têm algo de real.<sup>232</sup>

As reações da polícia paulista contra as manifestações da Frente Única Antifascista demonstram que o controle exercido por Miguel Costa e João Cabanas na corporação era apenas parcial, além da forte penetração de simpatizantes do integralismo nos seus quadros. Alguns comícios da Frente foram dissolvidos sob carga de cavalarianos da Força Pública, como por exemplo no dia 25 de janeiro de 1934, no Largo da Concórdia. Além desta repressão policial, Fúlvio Abramo narra também um atentado à bala realizado por um agente da polícia contra João Cabanas, no dia seguinte ao comício no Largo da Concórdia, quando este se dirigia a uma conferência de Francisco Frola na União dos Trabalhadores Gráficos. Em seguida ao atentado, a sede da União foi

---

<sup>232</sup> ABRAMO, F., *Frente Única Antifascista, 1934-1984*, p.p. 62, 63.

invadida pela polícia, que levou presa a totalidade dos presentes na reunião, inclusive o coronel Cabanas.<sup>233</sup>

#### 2.4 - A Aliança Nacional Libertadora

Ao final do ano de 1934, a situação política no país estava bastante radicalizada, a maior parte dos agrupamentos políticos em atividade eram de caráter nitidamente antiliberal, a pequena burguesia urbana se encontrava diante de opções políticas diametralmente opostas e inconciliáveis: de um lado, o fascismo representado pelo movimento integralista, de outro, a esquerda estava caminhando resolutamente para posições mais radicais, sendo que os “tenentes” dissidentes apoiavam plataformas bastante audaciosas, favoráveis às posições dos comunistas sobre a nacionalização das empresas multinacionais e a reforma agrária. Do lado do governo, que também era muito pouco apegado ao liberalismo, o segundo lado era, ao menos no momento, muito mais incômodo.

Nesta conjuntura, ao final deste ano inicia-se a preparação, pelo ministro da Justiça, Vicente Rao e o líder do Governo na Câmara dos Deputados, Raul Fernandes, com as bênçãos do exército, da redação da Lei de Segurança Nacional, também conhecida como “Lei Monstro”, que criava dispositivos legais para que o Presidente de República pudesse exercer poderes ditatoriais, atingindo principalmente aos sindicatos e movimentos de esquerda e também dando especial atenção aos militares envolvidos com movimentos políticos. A Lei de Segurança Nacional – LSN estipulava como crime:

Artigo 1º - Tentar diretamente e por fato, mudar, por meio violento, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida.

Pena - reclusão por 6 a 10 anos aos cabeças e por 5 a 8 anos aos co-réus.

Art. 4º - Será punido (...) aquele que (...) aliciar ou articular pessoas (...)

Art. 9º - Instigar a desobediência coletiva ao cumprimento da ordem pública.

Art. 10º - Incitar militares, inclusive os que pertencem a polícias, a desobediência à lei, ou a infringir de qualquer forma a disciplina, a rebelar-se ou desertar.

Pena - 1 a 4 anos de prisão.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrerá quem:

Distribuir ou procurar distribuir entre soldados e marinheiros quaisquer papéis, impressos, manuscritos (...) em que se contenha incitamento à disciplina.

---

<sup>233</sup> Ibid., p.p. 30, 31.

(...) Artigo 30 - É proibida a existência de partidos, centros, agremiações ou juntas de qualquer espécie que visem à subversão, pela ameaça ou violência, da ordem política ou social.

(...) Artigo 33 - O oficial das forças armadas que praticar qualquer dos atos definidos como crimes nesta lei, ou se filiar, ostensiva ou clandestinamente a partido, centro, agremiação ou junta proibida de existência no artigo 30 será, igualmente, afastado do cargo, comando ou função militar que exercer.

(...) Artigo 40 - São inafiançáveis os crimes punidos nesta lei, cujo máximo de pena foi prisão celular ou reclusão superior a um ano.<sup>234</sup>

Apesar de conter vários dispositivos que contrariavam a recém-promulgada Constituição de Julho de 1934, como limitar o direito a opinião e manifestação, assim como impedir o uso de *habeas corpus* para os crimes previstos nesta lei, a LSN, apresentada em 26 de janeiro de 1935, passou aceleradamente pelas diversas comissões da Câmara Federal, sendo aprovada pela maioria dos deputados e promulgada em 4 de abril de 1935.

A LSN causou os mais diversos protestos de vários setores da política nacional, especialmente da esquerda e do tenentismo, gerando várias manifestações contrárias, o que também serviu para estimular uma unidade de ação das esquerdas, que deste de janeiro de 1935 já se articulavam em torno da Aliança Nacional Libertadora - ANL, que era a opção do PCB à Frente Única Antifascista, organizada por iniciativa dos trotskistas. Rapidamente a ANL causou o esvaziamento da Frente Antifascista; um dos motivos mais fortes para tanto foi o anúncio da inscrição de Prestes no PCB, em agosto de 1934, o que fez com que o PCB recebesse um grande número de filiações de vários dos simpatizantes prestistas civis e militares, ampliando em muito a composição social do Partido e seu peso político. Um grande contingente militar ingressou no PCB, seguindo o exemplo de Prestes, filiação que também foi auxiliada pela insatisfação salarial que agitava as forças armadas no início de 1935 e pelo trabalho de penetração nos quartéis que o Partido vinha há tempos realizando, com a publicação de jornais dedicados às forças armadas, como o *União de Ferro - órgão do PCB nas Forças Armadas*, que circulava desde o início dos anos 30.

Outro motivo para que a ANL causasse o esvaziamento da Frente Antifascista era que, enquanto esta última limitava-se a buscar uma aliança dos setores de esquerda contra um inimigo comum definido, a Ação Integralista Brasileira, a ANL tinha uma plataforma bem mais ampla: além de se constituir como uma frente contra o integralismo,

dedicava a maior parte de seu discurso contra o governo classificado como fascista - principalmente porque este já dispunha de dispositivos de força para controle da sociedade, a Lei de Segurança Nacional, além de impor uma organização corporativa ao país, com a instituição de representantes classistas no parlamento e no judiciário e com os sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho - e contra a ameaça das empresas estrangeiras à soberania nacional. Estes pontos programáticos atraíram vastos setores militares, principalmente a dissidência tenentista do governo federal.

Em seu manifesto-programa a ANL reivindicava o “cancelamento das dívidas imperialistas; a nacionalização das empresas imperialistas (...) o direito do povo manifestar-se livremente; a entrega dos latifúndios ao povo (...), a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem”<sup>235</sup>.

A princípio, a ANL não se apresentava como uma opção ao poder, mas como um movimento amplo, de caráter nacionalista e democrático. A maioria de seus fundadores não tinha ligação direta com o PCB, seu presidente, o capitão da marinha Herculino Cascardo, veterano das revoltas de 1924 quando comandou a revolta no couraçado *São Paulo* e interventor federal no Rio Grande do Norte entre julho de 1931 e fevereiro de 1932, em momento algum foi filiado ao PCB, apesar de suas convicções anti-fascistas. Seu secretário-geral, o também capitão da marinha Roberto Sisson, também “tenente”, não era oficialmente ligado ao PCB, mas ao PSB, apesar de ter grande proximidade com os militares filiados ao Partido Comunista, no entanto, Sisson filiou-se a este partido após a anistia de 1945, porém rompeu com este dois anos mais tarde, por discordar da sua linha política. Também fazem parte do seu Diretório Nacional os capitães Amorety Asório e Trifino Correia, o Major Carlos da Costa Leite e os civis Walfredo Caldas, Abgar Bastos, Francisco Mangabeira, Manuel Venâncio Campos da Paz, Benjamim Soares Cabello e Horácio Valadares. A maior parte destes não era filiada ao PCB.

No entanto o PCB, ao fundar a ANL, apesar de mudar substancialmente seu discurso político, eliminando deste várias concepções do VI Congresso da IC, abandonando o ataque à pequena burguesia e a plataforma de “Frente Única pela base”, não abandonou em momento algum a perspectiva insurrecional de tomada do poder, nem tampouco alterou substancialmente a análise da realidade baseada na concepção de “terceiro período”. Um documento confidencial do Bureau Sul Americano enviado ao PCB, depositado no arquivo da IC, datado do início de 1935 mostra que, apesar de num primeiro momento a IC viu a necessidade de se evitar uma postura mais radical do PCB,

---

<sup>234</sup> *Coleção das Leis do Brasil*, 1936, p.p. 36-43.

este debería estar preparado para, num momento oportuno e próximo, partir para a insurreição armada:

En la etapa actual de la lucha es mejor no plantear abiertamente el problema de los Soviets no admitiendo en el momento actual la escisión en la Alianza alrededor del problema de los Soviets, pero formando en la práctica en las localidades, en el curso de los combates de masa en ascenso (...) comités que pueden convertirse en lo sucesivo en Soviets.

(...) El frente único debe pasar inmediatamente a la creación sobre una amplia base de la autodefensa revolucionaria y el armamiento e instrucción militar de los obreros y campesinos por todos los procedimientos posibles. El Partido Comunista debe pasar inmediatamente a la formación de destacamentos obreros, de piquetes de huelga y también centuplicar su trabajo entre los soldados para la creación de células comunistas y el reforzamiento de los órganos de frente único en el Ejército. (...)

Es necesario también cesar con el lanzamiento de huecas frases sobre la hegemonía del proletariado, conquistando ésta en la práctica mediante la decidida realización de los procedimientos tácticos antes mencionados encaminados a la organización y cohesión de las masas obreras y campesinas y de todos los posibles aliados de la revolución burgués-democrática alrededor del PC.<sup>236</sup>

Da mesma maneira que a IC considerava a derrubada do governo Vargas como uma etapa necessária no processo da revolução “agrária de massas”, a aliança com a pequeno burguesia, era também um necessidade tática, sendo que num segundo momento, o PCB debería estar preparado para a inevitável traição em que a pequena burguesia necessariamente iria cometer, neste sentido o partido debería aproveitar a aliança com a pequeno burguesia, porém, procurando isolá-la politicamente, neste mesmo documento encontramos exemplos desta postura tática:

El frente único debe asegurar el carácter revolucionario de masa del movimiento, aislando sistemáticamente de las masas a aquellos agrupamientos burgueses, que solamente bajo la presión de las amplias masas, de palabra, siguen a la Alianza, esperando en realidad, de lograr el desvío de las masas del camino revolucionario, de debilitar la Alianza mediante la lucha interna, obligarla a vacilar, obstaculizando de esta manera su llegada al poder. (...)

Compactar a los aliados de la revolución popular alrededor del PC, luchando efectivamente por la influencia decisiva del proletariado tanto en el seno como fuera de la Alianza, criticando las vacilaciones, oscilaciones, la incosecuencia de los “caudillos”, grupos y

---

<sup>235</sup> ANL, *A Aliança Nacional Libertadora ao povo brasileiro*, 1935. Asmob/Cedem.

<sup>236</sup> Documento confidencial do Bureau Sul Americano, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.



partidos pequeno burgueses, orientandolos hacia la revolución, hacia el apoyo de lacha de los obreros y campesinos, aislando inteligentemente de las masas a los elementos nacional-reformistas, aprovechando su influencia y sus ligaciones con las masas.

(...) El Partido de prever lo inevitable de los reagrupamientos de las fuerzas de clase con el ascenso de la revolución agraria, debe preparar al proletariado y al campesino a la defensa de la revolución contra las traiciones inevitables por parte de los elementos nacional-reformistas burgueses que se habian adherido en el momento actual al movimiento, aislandolos de las masas, sin desde luego forzar este proceso en la etapa actual de la lucha.<sup>237</sup>

A necessidade de isolar os grupos pequenos burgueses e os elementos nacionais-reformistas se aplica também aos trotskistas, elementos indesejáveis à ANL; o documento critica a aproximação ocorrida no ano anterior entre elementos do PCB e os trotskistas, na formação da Frente Antifascista em São Paulo. A IC debita à Astrogildo Pereira, que já se encontrava desligado do PCB, a maior responsabilidade pelo desvio que constituiu a aliança entre PCB e trotskistas:

Antes del retorno de la delegación brasilera de la Conferencia, que habia planteado correctamente y con éxito el problema sobre la creación del frente popular, los compañeros de Brasil se habian manifestado en diciembre de 1934 conjuntamente con los trotskistas contrarevolucionarios y con algunos renegados con un llamamiento al frente único.

Los trotskistas junto con el más canallesco renegado Astrogildo y con el grupo de Miguel Costa, al cual están estrechamente ligados, se esforzarán por llevar a desprendimientos prematuros, a ascisiones, a métodos aventureros, encubriendo con "frazes izquierdista" la política de apoyue al golpe de estado, mediante el putchismo y la directa provocación (...) nosotros debemos desenmascarar sistemáticamente con flexibilidad, gradualmente aislar y desplazar la elite trotskista y a los renegados de tipo Astrogildo de la Alianza, conquistando pacientemente a los tipógrafos que los siguen.<sup>238</sup>

Apesar de Miguel Costa ter aderido à ANL, sendo um de seus líderes em São Paulo, a IC, via Bureau Sul Americano, via o velho comandante da Coluna Costa-Prestes com desconfiança, orientando o PCB para estar preparado para as vacilações entre a revolução popular e o possível golpe de estado que a IC previa estar se preparando no Brasil:

---

<sup>237</sup> Ibid.

<sup>238</sup> Ibid.

En la realidad Miguel Costa vacila bajo la presión del ascenso de masas entre el apoyo a la Alianza Nacional Libertadora y el apoyo al golpe de Estado, que preparan los agrupamientos reaccionários terratenientes-burgueses en interés y con apoyo del imperialismo inglés contra el gobierno Vargas. (...)

Una gran importancia tendrá la intervención a este respecto de Luiz Carlos Prestes. Miguel Costa intenta por todos bs medios de ligar una vez más su nombre con el nombre de Prestes. La intervención de Prestes (...) debe prevenir los intentos de escisión, desmascarar las vacilaciones de Costa entre la Alianza antimperialista popular revolucionária y entre los agrupamientos latifundistas que apoyam al imperialismo.<sup>239</sup>

O documento aqui analisado mantém também a mesma avaliação da realidade brasileira a partir da concepção de disputa inter-imperialista entre os imperialismos americano e britânico. Também, vendo o país sob a ótica soviética, considera a questão do racismo e das populações indígenas como nacionalidades reprimidas, a que a revolução nacional libertadora deveria conceder o direito a autodeterminação. O documento recomenda também que o PCB se ligue mais intimamente à luta dos camponeses, criando “ligas camponesas” e intensificando suas ligações com os cangaceiros, que eram vistos como guerrilhas camponesas.

A idéia de se tentar um levante armado no Brasil, que Prestes sempre teve em mente, desde seus tempos na Coluna, já estava sendo articulada na URSS entre Prestes e seus auxiliares próximos, a IC e o PCB, pelo menos desde 1934, quando foram enviados para o Brasil elementos de “elite” da IC e do IV Departamento do Estado Maior do Exército Vermelho, que correspondia à Inteligência Militar soviética<sup>240</sup>, tais como o dirigente comunista alemão Arthur Ewert (Henry Berger), que pouco antes ocupava o posto de representante da IC na China (alma gêmea do Brasil, segundo a concepção da IC de países semi-coloniais), Rodolfo Ghioldi, dirigente do PC argentino e do Bureau Sul Americano, que transferiu-se temporariamente de Montevideú para o Rio de Janeiro<sup>241</sup>, Pavel Stuchevsvi (León Jules Vallée), agente da Inteligência Militar soviética<sup>242</sup>, juntamente com sua esposa, além do especialista em explosivos Jonny de Graaf e do especialista em rádio, o americano Victor Allen Baron. O último membro do comando da insurreição a ser enviado para o Brasil foi o próprio Prestes, no início de 1935, acompanhado de sua segurança e futura esposa Olga Benário, que também servia a Inteligência Militar soviética<sup>243</sup>.

---

<sup>239</sup> Ibid.

<sup>240</sup> WAACK, W., *Camaradas*, p. 100.

<sup>241</sup> CARONE, E., *Brasil: anos de crise (1930 – 1945)*, p.205

<sup>242</sup> WAACK, W., *Camaradas*, p. 105.

<sup>243</sup> Ibid., p 94.

A organização da insurreição foi discutida em outubro de 1934, em Moscou, durante a realização da III Conferência Comunista da América Latina. Participaram desta conferência o secretário geral do PCB, Antonio Maciel Bonfim (“Miranda”), ex-sargento e participante da extinta Liga de Ação Revolucionária de Prestes, Lauro Reginaldo da Costa (“Bangu”), Fernando Lacerda, José Caetano Machado, que desde 1932 estudava estratégia de guerrilha<sup>244</sup> e Elias Reinaldo da Silva (“André”), todos membros do Comitê Central do PCB que haviam sido enviados à URSS a fim de representar o Partido no VII Congresso da IC. Além destes, estava presente o “tenente” Silo Meirelles, Prestes e o Comitê Executivo da IC. Aprovou-se a decisão de preparar a insurreição armada para o primeiro semestre de 1936.<sup>245</sup>

Após esta conferência, Silo Meirelles foi enviado à Pernambuco, que se esperava ser um dos principais focos da insurreição e onde deveria dirigir militarmente o movimento, juntamente com Caetano Machado, que dirigiria o Comitê Regional de Pernambuco durante a insurreição. Ao chegar em Recife, Meirelles procurou Cristiano Cordeiro, apesar deste já se encontrar afastado da militância partidária, a fim de comunicar-lhe a decisão do III Congresso Comunista Latino Americano. Cristiano Cordeiro relata este encontro em seu depoimento à Ricardo Noblat:

Um dia, em fins de 1934, eu estava ao lado da minha filha Olina que morria de tuberculose quando, inesperadamente, chegou o Silo Meirelles. (...) Espantei-me quando o Silo contou que ele e mais dez integrantes da direção do PCB, inclusive o Prestes, reunidos em Moscou, haviam decidido fazer uma revolução. Para isso – vim a saber depois – eles tinham se baseado em relatórios com informações fantasiosas sobre a realidade política do Brasil, enviados por Antônio Bonfim Maciel (sic) (Miranda), então secretário-geral do partido. Fiz ver a Silo que era um absurdo que se tomasse uma decisão daquela em Moscou e não no Brasil. Argumentei que não havia condições entre nós para que um movimento comunista saísse vitorioso. Citei Lenin quando escreveu sobre as revoluções na América do Sul e disse-lhe que o correto seria uma política inteligente de aliança com a parte progressista da burguesia nacional. Mas não fui escutado. Afinal, quem era eu para sê-lo? (...)

Não participei do movimento “aliancista” de 35 e até mesmo a polícia, que ainda assim me prendeu, reconheceu isso. Ela tinha exemplares de um jornal editado pelo comitê regional do PCB que me criticava por ter me mantido alheio ao movimento e até me chamado de “Madalena Arrependida”. Mas eu não fora um desertor não, fora um dissidente, sem me desligar do partido mas usando o meu direito de crítica.<sup>246</sup>

---

<sup>244</sup> CARONE, E., *Brasil: Anos de crise (1930 – 1945)*, p. 210.

<sup>245</sup> DEL ROIO, M., *A Classe operária na revolução burguesa*, p. 274.

<sup>246</sup> CORDEIRO, C., entrevista concedida a Ricardo Noblat, *Jornal do Comércio*, Recife, 12/08/1979, p. 17, op. cit..

As informações fantasiosas transmitidas por “Miranda” a que se refere Cristiano Cordeiro, também são citadas por Prestes, que atribui ao então secretário-geral do Partido a maior parte da responsabilidade pela decisão de tentar a insurreição armada. Em depoimento concedido aos jornalistas Dênis de Moraes e Francisco Viana, Prestes afirma:

O processo avançava e nós imaginávamos que o governo estava com os dias contados. Engano. Na verdade as informações que tínhamos eram falsas. O Miranda mentia. Ele dizia: “Temos grande influência nas forças armadas no Rio”. Não era tanta assim. Na verdade, havia um clima de grande ebulição nos quartéis. Aliás, era muito mais fácil construir o partido nos quartéis do que nas fábricas. Pode parecer paradoxal, mas não era assim. Isso porque, depois do movimento de 30, estabeleceu-se grande anarquia nas Forças Armadas. Mas havia uma falha: o trabalho não era feito no sentido de organizar os soldados para apoiar o movimento operário. Era um trabalho meramente agitativo. (...) Bem, a questão militar era apenas uma das mentiras contadas por Miranda. Havia outras. Ele dizia que o partido tinha grande influência no movimento operário. Chegava a dizer que os postes da Light estavam todos minados, aguardando apenas a deflagração do levante para que todos fossem pelos ares. Era um elemento fantasioso. Depois é que eu vim descobrir que ele era um nacionalista, um patrioteiro, um pequeno burguês que pensava ser a revolução uma coisa fácil. (...) Eu até hoje não renego 35. Miranda – este sim, o maior responsável pelo levante – o renegou: foi preso e passou a colaborar com a polícia.<sup>247</sup>

A despeito dos informes fantasiosos que “Miranda” fornecia, é em nossa opinião absolutamente inimaginável que um movimento com as dimensões do levante de novembro de 1935, que contou com longa preparação e com o apoio direto da IC, que deslocou para o país alguns de seus principais quadros, fosse inteiramente baseado nos informes de uma única pessoa. Tal versão, além de nos parecer incongruente, mascara o fato de que Prestes e seus auxiliares próximos, desde o tempo da Coluna, já tinham em mente o levante armado. Tanto assim que o próprio Prestes, em depoimento à Edgard Carone, confessa ter, no mesmo dia em que recebeu as informações fantasiosas de “Miranda”, escutado outro membro da direção do Partido, que também estava presente na mesma reunião com “Miranda”, Prestes e Manouilsky, secretário-geral da IC, que negou todas as informações de “Miranda”, porém Prestes estava muito mais inclinado a dar ouvidos ao secretário-geral do PCB, e nem sequer checkou qual a versão mais correta:

---

<sup>247</sup> MORAES, D.; VIANA, F., *Prestes: Lutas e autocríticas*, p. 69.

Quando ele [Miranda] tratou do assunto militar exagerou tanto que o companheiro Elias dos Santos [provavelmente refere-se à Elias Reinaldo da Silva, “André”, que estava presente a esta reunião e usava o cognome de “Souza”], que é portuário de Recife, um homem honesto, acabou protestando. Mas, como não sabia como travar uma luta, deu um caráter pessoal à luta. Ali parecia uma luta dele contra o Miranda. Saiu perdendo nestas condições. Mas ele queria retificar muitas coisas que Miranda havia dito sobre a influência do partido nas Forças Armadas, porque eram exageradas. Participei de todas elas [reuniões], ouvindo, e a impressão que eu tive era de quem estava falando a verdade era o Miranda e que o outro estava lutando contra o Miranda de uma maneira pessoal.<sup>248</sup>

No arquivo da IC, que se encontra microfilmado no CEDEM, encontramos um dos relatórios de “Miranda”<sup>249</sup> datado de 18 de novembro de 1934, sob o pseudônimo de “Queiroz”, onde ele faz uma detalhada descrição, 13 páginas, das forças armadas brasileiras, exército, marinha e polícias militares, desde o total de efetivos de cada uma: “O exército no Brasil tem um pouco mais de 50.000 homens, (...) A marinha (...) 8.000 homens (...), polícia militar ao todo 50.000 homens”. Além do número de efetivos, o relatório informa também a distribuição destes efetivos nas “armas”: infantaria (13.000 homens em 13 regimentos de infantaria e 12.000 em 30 batalhões de caçadores), cavalaria (10.000 em 15 regimentos), artilharia (5.000 em 10 regimentos), engenharia (3.500 em 5 batalhões), aviação (2.000 homens, 600 aviões “mais de 40 % dos aviões tem defeitos”), além de quantificar os efetivos do “Batalhão de Guardas” (1.200 homens) e da Escola Militar do Realengo (1.000 alunos).

Além de quantificar os efetivos das forças armadas, “Miranda” informa ainda a localização das unidades, dos grupos de artilharia da costa e das fabricas de munições, pólvoras e arsenais. Além dos dados quantitativos, “Miranda” informa a composição social e racial destes efetivos:

Pode-se calcular em 70% a porcentagem de elementos camponeses no exército (...) a oficialidade do exército em sua grande maioria são filhos de pequenos burgueses, (...) a maioria do exército e da marinha é formada por elementos do Norte e Nordeste do Brasil, e de caboclos, mulatos e pretos; (...) os policiais militares são compostos em 90% de elementos que terminam o serviço no exército, ficam sem emprego e são obrigados pela miséria a se oferecerem para servir nestas polícias, (...) A oficialidade da marinha é

---

<sup>248</sup> Depoimento de Luiz Carlos Prestes a Edgard Carone, em CARONE, E., *Brasil: anos de crise (1930 – 1945)*, p. 294.

<sup>249</sup> BÓNFIM, A. M. [QUEIROZ], *Brasil: Exército e marinha de guerra*. 18/11/1934, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

menos pequeno burguesa e mais aristocrática do que o exército e gente de cor negra não pode ser oficial da marinha.<sup>250</sup>

A parte mais interessante do relatório, e onde se encontram os exageros, refere-se à disciplina no exército, tendências políticas de seus contingentes e, principalmente, sobre a penetração do PCB nos seus efetivos. Quanto à disciplina militar, “Miranda” esboça um quadro caótico, onde a hierarquia é mantida a duras penas:

Os oficiais fazem muito esforço para manter a disciplina; os rigores são cada vez mais fortes, mas a disciplina se desagrega. Todo oficial exigente demais torna-se ridículo, e perde toda a autoridade, e os soldados terminam lhe negando a continência em massa. Os golpes de estados, as lutas armadas, as demagogias que vão se realizando para o soldado, desagregam cada vez mais as forças armadas. Um tenente demagogo “revolucionário” muitas vezes no exército tem mais prestígio do que um coronel ou general. Os elementos “esquerdistas” dominam muito no exército, e muitos oficiais têm força não como oficial, mas pela simpatia que conquista com a demagogia e camaradagem.<sup>251</sup>

Além da ênfase exagerada na desagregação da disciplina militar, que neste momento estava sendo restaurada, não deixa de ser interessante que, apesar da nova postura aliancista do PCB, os oficiais de tendência esquerdista são aqui chamados de demagogos “revolucionários”, sendo que também a palavra esquerdista aparece entre aspas neste relatório. A mobilização política do exército tem um espaço especial neste relatório, “Miranda” afirma que “as forças armadas no Brasil estão muito politizadas devido às lutas políticas e golpes que têm tomado parte desde o Império” e não deixa também de destacar a crescente influência do PCB nos quartéis: “de cinco anos para cá se multiplicam as lutas sob nossa direção”.

A partir daí, “Miranda” apresenta uma situação militar que mesmo o leitor mais cético tomaria por uma situação pré-revolucionária:

Os soldados, sobretudo do exército, no Brasil, são muito queridos pelo povo, e muitas vezes se negam a atirar contra o povo e a fazer reação. Sobretudo no Norte, é comum e tradicional até para certos batalhões, nunca negarem armas ao povo, nos dias de grandes lutas. Assim aconteceu em Outubro de 1931 em Recife [levante do 21º BC], em 1931 em Terezina [levante do 25º BC] e em muitos outros lugares. Em outubro de 1931 em Recife, os soldados distribuíram armas ao povo, mataram os oficiais, e resistiram a

---

<sup>250</sup> Ibid.

um fogo intensíssimo durante 3 dias e depois foram vencidos, mas o povo os estima ainda mais, como heróis, sobretudo os operários. Soldados e operários lutaram ao grito de “morra o rico!”

Temos uma influência cada vez mais crescente, no exército sobretudo, e também na marinha e na polícia.

A nossa influência é de 70% no exército, depois das desilusões crescentes dos soldados nos demagogos e esquerdistas, e depois da entrada de Prestes no Partido, pois este camarada tem um enorme prestígio em todas as forças armadas. Esta nossa influência se caracteriza a medida que organizamos as lutas pelas reivindicações dos soldados, que organizamos a massa dos soldados e elevamos o nível político das nossas organizações partidárias no Exército, Polícia, Marinha.

Entre Exército, Polícia e Marinha tínhamos em julho de 1934, mais de 45 células e alguns comitês de lutas. Destas 45 células mais de 30 no exército, (no Rio, só no exército temos 16 células), e depois polícias umas 12 e o resto marinha (4). OS centro onde temos mais força são Rio, S. Paulo, Nordeste, Minas, Rio Grande do Sul, Campo Grande.<sup>252</sup>

A verdade é que, mesmo que as informações fornecidas por “Miranda” fossem fantasiosas, havia realmente um clima de radicalização no ar, as Forças Armadas encontravam-se divididas e a insatisfação nos quartéis era grande, motivada ainda mais pelo baixo soldo que recebiam os praças, além do processo de afastamento dos “tenentes” de esquerda que estava ocorrendo desde 1932. As posições políticas tanto do governo quanto da maior parte da oposição tinham um cunho estritamente antiliberal e algumas manifestações aconteciam, alguns enfrentamentos entre o próprio exército, criando um clima de situação pré-revolucionária.

Um caso célebre: em novembro de 1935, durante uma greve dos ferroviários da Great Western, em Recife, os soldados do 29º Batalhão observavam um piquete próximo ao quartel, onde os ferroviários interromperam uma linha com mulheres e crianças deitadas nos trilhos, quando chegou o tenente Lauro Leão de Santa Rosa, conhecido integralista, com uma granada de mão em punho, ordenando aos soldados que atirassem contra os manifestantes. Os soldados não apenas se recusaram, como deram vivas ao exército nacional e aos soldados. O tenente Santa Rosa, furioso, começou a atirar e a tropa respondeu, iniciando um tiroteio, até que uma bala atingiu a granada de mão que estava no bolso do tenente, destravada, pronta para ser utilizada, causando uma explosão que fulminou imediatamente o tenente.<sup>253</sup>

---

<sup>251</sup> Ibid., p.10

<sup>252</sup> Ibid., p. 12

<sup>253</sup> VIANNA, M. A., *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, p. 220.

Ainda que ocorressem enfrentamentos entre as tropas e um clima de divisão e hostilidade mútua entre os militares, marcado pela divisão entre prestistas e integralistas, há uma grande distância entre o PCB liderar alguns quartéis em movimentos reivindicatórios ou em demonstrações de solidariedade a alguma greve operária e esperar que esta mesma tropa fosse, por influência de Prestes ou quem quer que seja, tomar o quartel, marchar contra o palácio do Catete e derrubar o governo. Na realidade, os militares prestistas e integralistas, apesar de se constituírem como grupos expressivos e estarem em evidência entre a população civil, não constituíam de maneira alguma a maioria da tropa, que continuava fiel à hierarquia militar e ao governo.

De toda forma, a ANL, ao menos em seus primeiros meses, até a decretação de sua ilegalidade em julho de 1935, conseguiu empolgar vastos setores da sociedade, crescendo rapidamente até tornar-se uma força a ser considerada no quadro político brasileiro. Apesar de conseguir a adesão de grande parte da sociedade civil, foi entre os militares que a ANL mais se destacou. Um grande contingente de militares aderiu e participou ativamente da Aliança, seus líderes eram quase todos advindos do movimento tenentista e em boa parte dos manifestos e documentos produzidos por ela se fazia a menção ao tenentismo. Seu presidente, Herculino Cascardo, além de participante das revoltas tenentistas dos anos 20, fora também segundo vice-presidente do Clube 3 de Outubro e a própria sede da ANL se situava no mesmo local onde houvera sido a sede desta agremiação tenentista<sup>254</sup>. Numa carta de Prestes ao “tenente” Trifino Correia, dirigente da ANL em Minas Gerais, citada por Paulo Sérgio Pinheiro, a Coluna e o tenentismo são a todo tempo citados como antecedentes da revolução que estaria por vir:

Como era inevitável, estamos novamente juntos e nas barricadas do povo, levando novamente a bandeira de Siqueira Campos, que João Alberto, dois outros tenentes, tantos outros tentaram enlamear, quando se afogaram nos atoleiros getulianos, a saber, os grupos tenentistas que em sua maioria de lideranças aderiram à revolução de 1930. (...) Meu caro Trifino, aproxima-se afinal a vitória real da revolução. Dentro em breve expulsaremos, de fato, os exploradores estrangeiros e veremos vitoriosa a causa pela qual morreu o nosso grande Siqueira. Mais um grande e apertado abraço, extensivo a todos os velhos companheiros da Coluna.<sup>255</sup>

Não é por acaso que o manifesto que lança a palavra de ordem “Todo o poder à ANL” e que inicia a divulgação oficial, por parte da ANL, da intenção de tomar o poder por

---

<sup>254</sup> PINHEIRO, P. S., *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil 1922 – 1935*, p. 273.

<sup>255</sup> *Ibid.*, p. 280.



via insurrecional, foi lançado justamente no dia 5 de julho, aniversário dos levantes de 1922 e 1924 e a principal data no calendário tenentista. O manifesto está repleto de referências ao fato, já em suas primeiras linhas a data, 5 de julho, é evocada:

A todo o povo do Brasil ! Aos aliancistas de todo o Brasil!

5 de julho de 1922 e 5 de julho de 1924. Troam os canhões de Copacabana. Tombam os heróis companheiros de Siqueira Campos! Levantam-se, com Joaquim Távora, os soldados de São Paulo e, durante 20 dias é a cidade operária barbaramente bombardeada pelos generais a serviço de Bernardes! Depois... a retirada. A luta heróica nos sertões do Paraná! Os levantes do Rio Grande do Sul! A marcha da coluna pelo interior de todo o país, despertando a população dos mais ínvios sertões, para a luta contra os tiranos, que vão vendendo o Brasil ao capital estrangeiro.<sup>256</sup>

O manifesto se dirige a todo o povo brasileiro, independente de corrente ou partido político “que queiram lutar contra a implantação do fascismo no Brasil”, mas faz um especial apelo ao oficiais das Forças Armadas, sempre mencionando o movimento tenentista e remetendo às lutas do exército, no século passado, pela abolição da escravidão:

Às classes armadas – Com a Aliança ficarão os melhores oficiais das forças armadas do país, todos aqueles que serão incapazes de conduzir seus soldados contra os libertadores do Brasil e muitos dos quais já demonstraram, em lutas anteriores, que ficarão com o povo contra o imperialismo, o feudalismo e o fascismo. Como antes de 1888, os militares jamais se prestarão ao papel de capitães-do-mato, a serviço do imperialismo e seus lacaios no país. Com a Aliança estarão todos os heróicos combatentes dos movimentos armados que se sucedem no país, desde 1922.<sup>257</sup>

Na parte final do manifesto, Prestes faz o apelo à luta armada, à tomada do poder, lançando a palavra de ordem “Todo o poder à ANL”, inspirada diretamente na consigna da Revolução Russa de 1917 “Todo o poder aos soviets”:

Como o poder chegará às mãos do povo – Mas o poder só chegará às mãos do povo através dos mais duros combates. O principal adversário da Aliança não é somente o governo podre de Vargas, são, fundamentalmente, os imperialistas aos quais ele serve e

---

<sup>256</sup> PRESTES, L. C., Manifesto da ANL, 5 de julho de 1935, em, *A Platéia*, 6/07/35.

<sup>257</sup> *Ibid.*

que tratarão de impedir por todos os meios, a implantação de um governo popular revolucionário no Brasil. Os mais evidentes sinais da resistência que se prepara no campo da reação já nos são dados pelos latidos da imprensa venal vendida ao imperialismo. A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se, ativamente, para o assalto.

“A idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas.” Cabe aos seus chefes organizá-las e dirigi-las.

Um apelo – População trabalhadora de todo o país! Em guarda, na defesa de seus interesses! Venha ocupar o seu posto com os libertadores do Brasil! (...)

Brasileiros! Todos vós que estais unidos pela idéia, pelo sofrimento e pela humilhação de todo Brasil! Organizai o vosso ódio contra os dominadores transformando-os na força irresistível e invencível da Revolução brasileira! Vós que nada tendes a perder, e a riqueza imensa de todo Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil da guerra do imperialismo e dos seus lacaios! Todos à luta para a libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário.

Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora.<sup>258</sup>

O anúncio da radicalização da ANL teve duas conseqüências imediatas: a primeira foi a decretação de sua ilegalidade por parte do governo, baseada na Lei de Segurança Nacional. Outra conseqüência, ainda mais grave, foi que o manifesto de Prestes pegou de surpresa aos próprios membros da Aliança, que não apoiaram a postura insurrecional de Prestes e começaram a debandar da ANL, debanda que foi intensificada ainda mais com a decretação de sua ilegalidade. A partir daí, a ANL passou cada vez mais de um movimento amplo com cunho antifascista a se tornar uma mera máscara do PCB, que ficou restrito aos seus militantes e ao militares prestistas que, apesar de há um ano atrás fossem os grandes inimigos do partido, de uma hora para outra constituíram sua base.

Alarmado com o erro tático que considerou ser o tom insurrecional do manifesto de Prestes, Miguel Costa rompe formalmente com a ANL, em agosto, enviado a Prestes uma carta, dando os motivos de seu rompimento e criticando os rumos que tomava a ANL:

Você, naturalmente pouco informado, supondo que o movimento da ANL tivesse tanto de profundidade como de extensão, lançou seu manifesto, dando a sua palavra de ordem de “todo o poder à ANL”, brado profundamente revolucionário, subversivo, aconselhável aos momentos que devem preceder à ação. Grito que deveria, para estar certo, ser respondido pela insurreição. No entanto, aí estão os fatos: veio o seu manifesto, veio o fechamento da ANL e este movimento popular que parecia à primeira vista ter tomado o país não reagiu nem com duas greves organizadas... Mas, se você tivesse, em vez de

pregar o assalto ao poder, recomendado a mais viva congregação em torno da Aliança, não se teriam precipitado os acontecimentos.<sup>259</sup>

## 2.5 - A Revolução

Apesar de estar se preparando ativamente para a insurreição, o Partido foi atropelado pelos acontecimentos em Natal, onde até as vésperas do levante estava na interventoria Mario Câmara, um “tenente” ligado aos setores mais à esquerda do tenentismo, dirigindo no Rio Grande do Norte uma agremiação política chamada Aliança Social Nacional, que mantinha relações com a ANL. Entretanto, o interventor foi derrotado nas eleições por um elemento ligado às velhas oligarquias representadas pelos Partidos Republicanos, Raul Fernandes.

A Aliança Social procurou impedir a posse do novo governador, procurando articular levantes contra este no mês de outubro. Para tanto, o criador da Guarda Civil, João Café Filho, tentou articular-se com a ANL, que permaneceu neutra.<sup>260</sup> O novo governador então iniciou um processo de afastamento dos elementos ligados à Aliança Social e à ANL, dos postos estratégicos da administração estadual.

De início, o novo interventor dissolveu a Guarda Civil composta por 400 homens, a maior parte destes ligados à Aliança Social e à ANL que, porém, não foram desarmados e começou a expulsar da Brigada Militar todos os elementos que militavam nestas agremiações. Ao mesmo tempo, o exército iniciou a expulsão dos soldados do 21º BC comprometidos com a ANL - este batalhão após rebelar-se em 1931 em Recife fora transferido para Natal - no dia 22 de novembro, véspera da eclosão do levante, 46 soldados do 21º BC foram excluídos e, segundo algumas testemunhas, alguns destes soldados excluídos foram esbofeteados por oficiais por terem protestado. Tal acontecimento criou um clima de revolta na tropa.

No dia 23 de novembro, às 14 horas, o comitê regional do Rio Grande do Norte foi avisado pelo secretário da célula militar do 21º BC, o sargento Quintino Clementino de Barros, posteriormente membro do Governo Revolucionário Provisório do Rio Grande do Norte, que o batalhão iria levantar-se neste dia, às 18 horas e que os soldados contavam com o apoio do PCB. Tal aviso pegou o diretório regional do Partido completamente

---

<sup>258</sup> Ibid.

<sup>259</sup> DEL ROIO, M., *A classe operária na revolução burguesa*, p. 297

<sup>260</sup> VIANNA, M., *Revolucionário de 35: Sonho e realidade*, p. 185

desprevenido, o comitê regional tentou adiar a eclosão do levante, porém a única coisa que conseguiu foi mudar o horário do movimento para às 20 horas<sup>261</sup>.

Apesar do Partido ter sido pego de surpresa, a insurreição conseguiu obter sucesso, alastrando-se rapidamente: em poucas horas os soldados rebelados do 21º BC, conseguiram tomar sua guarnição, o quartel da Força Pública, que se rendeu após 14 horas de tiroteios, o esquadrão de cavalaria e a casa de detenção, onde foram libertados todos os presos. Tomada toda a cidade de Natal, o interventor conseguiu evadir-se e refugiou-se num navio de guerra mexicano que se encontrava ancorado no porto.

Posteriormente, o Partido renegou ao sargento Quintino, considerando-o um agente provocador e o acusando de ter traído o movimento. Após tomarem a capital, um pelotão de aproximadamente 40 homens marchou para o interior, a fim de alastrar a insurreição, tomando sete municípios vizinhos.

O início da insurreição em Natal pegou o PCB totalmente de surpresa: ainda em novembro, antes da insurreição, a direção nacional do Partido, preocupada em perder o controle dos acontecimentos no Nordeste, chamou ao Rio de Janeiro dirigentes nordestinos, entre eles José Praxedes de Andrade e João Lopes, membros do Comitê Regional do Rio Grande do Norte, que receberam ordens expressas de não desencadear nenhum movimento armado.<sup>262</sup> O PCB foi atropelado pelos acontecimentos em Natal, tendo aderido ao movimento.

Na noite do dia 23, os soldados governistas que ainda resistiam no 21º BC transmitiram um telegrama ao comando da 7ª Região Militar, em Recife. O cabo telegrafista que recebeu a mensagem era ligado à ANL e antes de enviá-lo ao Comandante da 7ª RM, levou-o ao conhecimento do sargento Gregório Bezerra, que imediatamente comunicou ao secretariado do PCB. Uma reunião foi realizada, contando com a presença de Gregório Bezerra, Silo Meirelles, Caetano Machado e Pascácio Fonseca. Caetano Machado insistiu na deflagração da rebelião para o dia seguinte, 24 de novembro, em solidariedade à insurreição em Natal; Silo Meirelles defendeu que se deveria informar à Direção Nacional antes de se iniciar qualquer movimento, aguardando instruções; Gregório Bezerra insistiu que a deflagração do movimento no dia 24, um domingo, dificilmente teria condições de sucesso, pois normalmente as tropas eram dispensadas após o expediente do sábado, só retornando na segunda feira de manhã, portanto os quartéis estariam praticamente desertos. Além de não poder contar com o

---

<sup>261</sup> Secretariado Nacional do PCB, *A insurreição de novembro (especialmente Natal)*, agosto de 1936. Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>262</sup> VIANNA, M., op. cit., p. 187.

grosso da tropa, a adesão da Força Pública também estava dificultada, uma vez que o seu comandante, o coronel Muniz de Fariaz, militante do PCB, no momento se encontrava no Rio de Janeiro. Apesar de todos os fatos em contrário a opinião de Caetano Machado prevaleceu.

Sob o comando dos tenentes Lamartine Coutinho, que era parente dos comunistas históricos Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho e Alberto Bomílcar Besouchet, que foram convocados às pressas algumas horas antes do levante, o 29º BC foi tomado; porém, no calor da batalha para se dominar o quartel, cometeu-se um erro infantil: esqueceram de cortar as linhas telefônicas e os militares governistas rendidos puderam tranqüilamente entrar em contato com o comando da 7ª RM comunicando o início do levante.

O levante no Recife não logrou o mesmo sucesso que o de Natal, sendo debelado no dia seguinte; enquanto neste último o setor militar atropelou a organização partidária, em Recife ocorreu o inverso: o Partido na ânsia de apoiar o levante em Natal, atropelou aos seus aderentes militares. Nos dois casos ocorreu alguma adesão popular e várias armas foram distribuídas à população civil que acompanhava os acontecimentos, porém a adesão popular foi muito menor do que a que o Partido esperava e nem poderia ser diferente, uma vez que as coisas ocorreram tão inesperadamente, que não deu tempo para organizar uma participação civil mais ativa. Em Natal distribuí-se armas e fardas militares para os civis que quiseram aderir. Meses mais tarde a Direção Nacional do PCB lamentava-se da maneira “anárquica” com que foram distribuídas as armas: “foi tal a anarquia que até mesmo elementos integralistas conseguiram armas para sabotá-las, naturalmente.”<sup>263</sup> A participação popular manifestou-se com mais intensidade na realização de vários saques ao comércio, saques estes que o PCB procurou evitar de todas as maneiras, concitando a população civil a respeitar aos pequenos comerciantes, realizando confiscos entre os grandes lojistas e atacadistas e comprometendo-se a indenizar alguns comerciantes pobres que tiveram seus comércios saqueados.

Em Recife também ocorreu distribuição de armas à população civil, porém sem a mesma intensidade de Natal. Segundo o tenente Lamartine, “o pessoal civil armado por nós, andava pelos bares, bebendo, namorando, de conversa fiada!”<sup>264</sup> Gregório Bezerra, após tomar praticamente sozinho o QG da 7ª RM, saiu à rua na esperança, frustrada, de encontrar os operários que o Partido havia se comprometido a engajar. Fez um pequeno comício aos grupos que se aglomeravam nas sacadas dos prédios vizinhos concitando-

---

<sup>263</sup> Secretariado Nacional do PCB, *A insurreição de novembro (especialmente Natal)*, agosto de 1936. Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>264</sup> VIANNA, M., op. cit., p. 225.

os a pegar em armas, ao que foi muito aplaudido porém, para sua decepção, o apoio conseguido não passou destes aplausos.<sup>265</sup>

No Rio de Janeiro, onde entre os dias 21 e 23 de novembro o Partido havia realizado um pleno da Direção Nacional, que considerava a situação brasileira pré-revolucionária, porém ainda não seria o momento para iniciar a insurreição<sup>266</sup>. Nem tinha terminado esta reunião e o levante já se iniciava em Natal. A direção do partido e da ANL somente ficou sabendo do início do levante no dia 24, à noite. O início da insurreição pegou ao comando revolucionário inteiramente desprevenido e ao Partido despreparado para iniciar um ação imediata.

Prestes convocou o comando revolucionário, composto por “Berger”, “Vallée”, Ghioldi e “Miranda”, que decidiram marcar o levante no Rio de Janeiro para a madrugada do dia 27, sobrando pouco mais do que 24 horas para preparar o que deveria ser a revolução nacional libertadora, que deveria convocar e organizar uma greve geral revolucionária, vários motins urbanos e o levante das unidades militares na capital federal, além de vários outros Estados.

Mais uma vez remetendo-se à sua formação tenentista, Prestes enviou correspondência a alguns antigos companheiros de Coluna, a fim de solicitar seu apoio à revolução que iria acontecer na madrugada do dia seguinte. À Newton Estillac Leal enviou um bilhete pedindo seu apoio: “Vamos de qualquer maneira à luta aqui no Rio e eu conto inteiramente contigo. O prestígio de teu nome poderá diminuir de muito a quantidade de sangue derramado. Peço, por isso, para te entenderes com o Alcedo [major Alcedo Cavalcanti, instrutor da Escola do Estado Maior do Exército] e o dr. Pedro Ernesto [prefeito do Rio de Janeiro, veterano da Coluna]. Se for possível, esta noite ainda poderemos nos encontrar.”<sup>267</sup> Estillac Leal não aderiu e participou do bombardeio das tropas legalistas ao 3º Regimento de Infantaria.

Para Trifino Correia, que servia no 10º BC em Ouro Preto e que deveria ser o responsável para iniciar o levante no Estado de Minas, enviou também um bilhete no dia 26: “Estamos frente à Revolução. Aqui não podemos esperar mais de dois ou três dias. Conto com a tua energia e decisão no sentido de dirigir a Revolução em Minas.”<sup>268</sup> Trifino Correia não chegou a receber o bilhete, o mensageiro foi preso antes de chegar ao seu destino e Trifino foi preso no mesmo dia 26.

---

<sup>265</sup> BEZERRA, G. *Memórias, 1ª parte*, p. 242

<sup>266</sup> VIANNA, M., *op. cit.*, p. 240.

<sup>267</sup> *Ibid.*, p.248

<sup>268</sup> PORTO, E. B., *A insurreição de 27 de novembro*, relatório da Polícia Civil do Distrito Federal, 1936, p. 33

No Rio Grande do Sul, onde Carlos da Costa Leite, subcomandante da guarnição militar em Bagé deveria comandar o levante nos três Estados do sul e Roberto Morena dirigia o setor sindical do Partido, não aconteceu nenhum levante porque sequer chegou qualquer instrução do Rio de Janeiro. Costa Leite foi um dos principais conspiradores do movimento, sendo responsável pelo desvio de armamentos da guarnição militar de Bagé e o envio de 30 quilos de pólvora ao Rio de Janeiro, para a confecção de bombas.

Antes de ser transferido para o sul, sendo afastado do curso da Escola do Estado Maior do Exército, Costa Leite ainda entrou em contato com vários oficiais do exército, a fim de ganhá-los para a revolução. Neste sentido depuseram os então capitães Canrobert Pena Lopes Costa e José Athayde da Silva: o primeiro afirma ter sido convidado por Costa Leite a revoltar o Forte do Pico, o qual comandava.<sup>269</sup>

A insurreição no Rio limitou-se ao 3º Regimento de Infantaria, comandada pelos capitães Alvaro de Souza, José Leite Brasil e Agildo Barata, que encontrava-se preso neste regimento, vindo do Rio Grande do Sul e à Escola de Aviação no Campo dos Afonsos, sob o comando dos capitães Socrátes Gonçalves da Silva e Agliberto Vieira de Azevedo. Quando o 3º RI, se levantou, a insurreição em Natal e Recife já haviam sido debeladas, o país estava sob estado de sítio e todos os quartéis estavam em prontidão; mesmo assim, o levante que se iniciou às 2 horas da manhã do dia 27 conseguiu dominar o quartel. A missão atribuída por Prestes ao 3º RI era absolutamente impraticável: eles deveriam, após dominar o quartel, dividir-se em 3 grupos: o primeiro deveria dirigir-se ao arsenal da marinha e impedir qualquer desembarque, o segundo deveria dominar os quartéis da polícia militar e da polícia especial e ao terceiro caberia a missão de tomar o palácio do Catete, sede do governo federal.<sup>270</sup>

Ao Partido Comunista, restava a missão de, com uma brigada constituída de 140 pessoas, levantar a cidade, tomar a Central do Brasil, a Light e o arsenal da marinha.<sup>271</sup>

O governo federal soube aproveitar-se dos levantes dos dias 23, 24 e 27, conseguindo capitalizar para si a simpatia de todos os setores de centro e de direita que, estimulados por manchetes alarmistas em quase todos os jornais, horrorizaram-se com a hipótese de uma revolução comunista no país e voltaram-se para o governo federal. No dia 25 de novembro, o senado federal aprovou o estado de sítio e concedeu ao presidente o direito de prorrogá-lo; logo depois o estado de sítio foi equiparado à estado de guerra,

---

<sup>269</sup> Ibid., p. 66

<sup>270</sup> BARATA, A., *Vida de um revolucionário*, p. 261.

<sup>271</sup> VIANNA, M., op. cit., p. 250.

ficando o governo com a prerrogativa de ignorar todos os direitos constitucionais e dando ao presidente da República plenos poderes.

Seguiu-se um período de repressão brutal, que o governo aproveitou para encarcerar não apenas a todos os participantes do movimento que conseguiu prender, como muitos líderes políticos que sequer tinham relação com a ANL ou até que se opunham a esta, caso de Edgard Leuenroth, José Oiticica, Cristiano Cordeiro, entre tantos. Entre 25 de novembro de 1935 e 15 de março de 1936, a polícia realizou um total de 3.047 prisões, a grande maioria de militares, 2.146, sendo 66 oficiais, 196 aspirantes, sargentos e graduados e 1.884 soldados.<sup>272</sup>

No entanto, as prisões foram feitas de forma tão arbitrária, que possibilitou a soltura da maioria dos detidos: entre os 901 civis presos, 586 foram libertados em pouco tempo, entre os militares este índice foi maior ainda, entre os 2.146 presos, 2.058 (96%) foram soltos.<sup>273</sup> No total, de acordo com estatísticas do *Correio da Manhã*, entre 25 de novembro de 1935 e 31 de maio de 1937, foram presos 7.056 civis e militares sendo soltos, neste mesmo período, 6.052 pessoas.<sup>274</sup>

A brutalidade da repressão policial concentrou-se principalmente sobre os civis e soldados, a tortura foi amplamente empregada, porém, segundo Sobral Pinto, o “tenente” Filinto Müller não permitiu que se torturassem presos militares.<sup>275</sup> De fato, as notícias de torturas a militares são menos freqüentes que aos civis, se restringindo ao não oficiais, nestas pessoas utilizou-se dos mais variados métodos de tortura, sendo empregados espancamentos, canos de metal e de borracha, alicates e até maçaricos, além de outros expedientes.

A onda repressiva se estendeu durante todo o ano de 1936; em 15 de julho deste ano é criado um tribunal de exceção, o Tribunal de Segurança Nacional, que poderia agir independente de qualquer processo legal, inclusive condenando sem a presença do acusado. Entre setembro de 1936, quando iniciou suas atividades, até o fim de 1937, o TSN condenou 1.420 réus, civis e militares. Os juízes do TSN eram indicados diretamente pelo presidente da República; normalmente a escolha recaía sobre os magistrados reconhecidamente mais anticomunistas. Além disto, cabia ao réu apresentar somente até cinco testemunhas, que deveriam comparecer independente de notificação judicial, espontaneamente, ou seja, num período de aberto terror policial, os acusados deveriam

---

<sup>272</sup> KAREPOVS, D., *Nos subterrâneos da luta (um estudo sobre a cisão no PCB em 1937 - 1938)*, p. 47

<sup>273</sup> *Ibid.*

<sup>274</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10/07/1937

<sup>275</sup> CARONE, E., *Brasil: anos de crise (1930 - 1945)*, p. 247.



encontrar alguém que estivesse disposto a depor a favor de um comunista, arriscando-se de livre vontade a ser classificado como simpatizante do comunismo.

## 2.6 – De capitão Virgulino à capitão de indústria

Após o fracasso da insurreição de novembro de 1935, a linha política do PCB não mudou imediatamente, durante a maior parte do ano de 1936 o Partido continuava acreditando na possibilidade de sucesso de uma nova insurreição. Ainda em fevereiro de 1936, em um artigo aparecido em *A Classe Operária*, intitulado “Começou a Revolução”, o Partido demonstrava um grande otimismo pelo sucesso da revolução que, em novembro, estaria apenas se iniciando:

O insucesso imediato, desta vez, dos levantes revolucionários não significa o fim da luta revolucionária. Pelo contrário, este insucesso momentâneo exige de nós a continuação de uma preparação ainda mais decidida para a luta revolucionária, a liquidação de todas as fraquezas e insuficiências, a ampliação da frente popular, dela expulsando ao mesmo tempo os elementos traidores (...) desenvolvimento das lutas dos operários e camponeses, na mais ampla base de suas reivindicações diárias, apoio enérgico e decidido às colunas revolucionárias armadas de guerrilheiros, no Nordeste, e a formação de nova colunas do movimento libertador e revolucionário noutros pontos convenientes do país.<sup>276</sup>

A única mudança verificada na expectativa insurrecional do Partido seria a transferência do eixo da ação revolucionária dos grandes centros urbanos para o interior, especialmente no Nordeste, onde as condições de subsistência eram bem mais precárias do que no resto do país, além das tradições de apadrinhamento e clientelismo em torno das oligarquias locais estarem bem mais enraizadas, relações de apadrinhamento estas que constituíam, ao olhos dos comunistas, a demonstração concreta da existência do feudalismo no Brasil.

As esperanças do Partido recaíam sobre os cangaceiros, vistos pelo PCB como “uma forma primitiva e espontânea de revolta do elemento camponês” que “ofendidos ou prejudicados pelo onipresente senhor feudal (...), fizeram justiça com as próprias mãos e viram-se dessa forma obrigados a cair no cangaço para evitar os rigores da reação feudal”.<sup>277</sup> O que faltava a estes cangaceiros, na visão do Partido, era “uma finalidade

---

<sup>276</sup> *A Classe Operária*, São Paulo, fevereiro de 1936.

<sup>277</sup> *As lutas dos guerrilheiros*, junho de 1936, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

política definida que faz com que muitas vezes ele procure apoio em outros feudais para combater seus inimigos pessoais”.

O Partido julgava ser perfeitamente possível e desejável converter os cangaceiros para a sua causa, mesmo admitindo que estes não tivessem, ao menos pelo momento, preocupações em relação à dominação feudal ou imperialista, admite inclusive que “tais grupos de guerrilheiros, ainda pequenos, esparsos, com ação política ainda débil, asseguram sua subsistência à custa do inimigo que são os elementos contra-revolucionários ligados ao aparelho policial e aos exploradores do povo.” Ainda segundo o PCB, “o fato de que esses grupos de guerrilheiros são obrigados a assegurar sua manutenção à custa dos grandes proprietários terras mais reacionários (...) é utilizado pela imprensa para encobrir o conteúdo da revolta que os leva à luta.”

Para o PCB, neste período, a luta dos cangaceiros representava a continuação da revolução nacional libertadora iniciada em novembro de 1935. De acordo com o documento visto aqui, intitulado *As lutas dos guerrilheiros*, de junho de 1936:

A insurreição de Novembro foi o início dos grandes combates. As guerrilhas são uma das formas de seu prosseguimento. A ANL tem pois grandes tarefas visando fortalecer, coordenar e organizar novos grupos e criar o apoio e solidariedade da população oprimida aos valentes guerrilheiros.<sup>278</sup>

A tarefa principal aqui apresentada era a de aproximar-se dos cangaceiros, procurado convencê-los de que “o seu lugar está ao lado dos revolucionários e contra a reação que sempre os reprimiu”, elevar o seu nível de simples revoltado para o de revolucionário consciente, ou nas palavras do documento, iniciar um “processo de politização e elevação de nível de consciência de classe que tem que seguir para transformar-se [de cangaceiros] em guerrilheiros nacional libertadores”.

A presença de grupos de guerrilheiros, que se constituíam como uma nova Coluna Costa-Prestes e a hipótese de que o interior nordestino passava por um momento pré-revolucionário, era não apenas defendida pelo PCB, como admitida pela própria IC, que, no início de agosto de 1936, publicava em seu órgão oficial, *La Correspondance Internationale*:

A imprensa se põe a falar de “ampliação do banditismo”, de “crescimento dos bandos armados nos territórios do Norte e do Centro”, etc... Mas mais tarde soubemos da

---

<sup>278</sup> Ibid.

verdade. A coluna de insurretos que se retirou quando as tropas governamentais tomaram Recife e Natal, fiel às glórias e tradições da coluna de Prestes, fez mais de 2000 quilômetros e encontra-se atualmente nas proximidades da cidade de Golla, no centro do Brasil.<sup>279</sup>

Enquanto a perspectiva de revolução ficava cada vez mais distante, o PCB procurava reorganizar-se; apesar do profundo golpe sofrido com a derrota da insurreição de 1935 e da repressão continuada durante todo o ano seguinte, foi o setor militar do Partido quem sofreu as maiores baixas: a grande maioria dos presos políticos de 1935 e 1936 era de militares. O setor sindical do Partido, uma vez que por ter sido atropelado pelos acontecimentos de novembro de 1935 e não conseguindo participar de maneira direta nas insurreições, não se expôs tanto como o setor militar, conseguindo preservar a maioria de seus quadros. No caso nordestino, relata Gregório Bezerra:

Devo dizer que o Partido, em geral ficou intacto. À exceção de Silo Meirelles, Caetano Machado e Mota Cabral, que estavam presos, a maioria da direção nada sofrera. Muitos elementos que eram do Partido e foram presos logo foram libertados, pois nada se apurou contra eles, nem a polícia os conhecia como comunistas. Na caserna, onde maiores foram os danos, ficou uma grande parte de sargentos, cabos e soldados, que também não foram descobertos, além dos que foram presos e depois soltos, porque nada fora apurado contra eles. Da polícia, apenas o Tenente Cunha e meia dúzia de soldados foram presos; a maioria ficou incólume. Praticamente, o setor operário do Partido nada sofreu como organização. As organizações de base, distritais e de zona também quase nada sofreram. O Partido no Nordeste, em geral, ficou intacto. Só o setor militar, no Exército, foi duramente atingido.<sup>280</sup>

Também vários componentes da Direção Nacional, como “Bangu” [Lauro Reginal do Rocha], “Martins” [Honório de Freiras Guimarães], “Tamandaré” [Osvaldo Costa], “Abóbora” [Eduardo Ribeiro Xavier] e “Tampinha” [Adelino Deícola dos Santos], conseguiram escapar à repressão. Em vista disto, “Bangu”, que passou a ocupar o posto de secretário-geral em substituição a “Miranda”, que fora capturado, resolveu transferir a direção do Partido para o Estado de Pernambuco, realizando sua primeira reunião ali em junho de 1936 e depois para a Bahia, onde a onda repressiva havia sido menos intensa, e o partido estava mais preservado. Lá chegando, enviaram “Abóbora” para a URSS a fim

---

<sup>279</sup> MARTINEZ, R. A., *Revolution communiste n° 2 au Brésil*, *La Correspondance Internationale*, Paris, 1/08/1936, Apud, KAREPOVS, D. *Nos subterrâneos da luta*, p. 98. Não nos foi possível localizar nenhuma cidade chamada Golla, no interior do país.

<sup>280</sup> BEZERRA, G., *Memórias, primeira parte: 1900 – 1945*, p. 250.

de se encontrar com os líderes ali exilados e buscar instruções para adequarem-se à nova situação.

O motivo para a transferência da Direção Nacional para o Nordeste era, além de preservá-la da onda repressiva no Rio de Janeiro: “Escolhemos o Nordeste em vista da correlação de forças ser favorável à reorganização de nossas forças com vistas a novas lutas decisivas dentro de breve prazo”. O Nordeste era visto como “o elo mais fraco da cadeia inimiga” onde, considerava-se, era possível retomar os preparativos para uma nova insurreição.<sup>281</sup>

De fato, durante sua permanência em Pernambuco a direção do Partido ainda alimentava ilusões sobre a perspectiva de insurreição a curto prazo. Após sua primeira reunião em Recife, redigiu-se um documento intitulado “Preparemos a próxima vitória”, onde avaliou-se o levante em Natal, considerando que os erros cometidos foram ocorridos no decorrer da luta armada, não na sua concepção:

Não somente a existência da ANL e o seu programa foram espalhados para os quatro pontos do país, o que já é de enorme alcance para a revolução, como também a questão da luta armada pelo poder como saída revolucionária para a crise foi colocada de uma forma tão vigorosa e com tanta decisão que calou profundamente no espírito do povo. O povo ficou sabendo que a ANL é sua organização de luta antiimperialista e qual o caminho a seguir. (...)

Não temos tempo a perder. Precisamos tocar para frente as lutas armadas no interior, continuar a preparação e direção das greves, demonstrações e lutas parciais, aproveitando o curto prazo que nos resta para reerguer nossas forças, corrigir nossas debilidades e voltarmos o quanto antes a dar o golpe final neste regime apodrecido.<sup>282</sup>

Em agosto, um nova investida da polícia pernambucana faz com que o Comitê Central se mude para Salvador. Com isso inicia-se também uma mudança na perspectiva de vitória da revolução a curto prazo, o Partido passa a dar mais importância à luta pela volta da normalidade institucional brasileira, à criação de uma aliança com os setores políticos da burguesia descontentes com o governo federal e desiste da concepção de que os cangaceiros poderiam ser convertidos em guerrilheiros revolucionários em curto prazo:

---

<sup>281</sup> Conforme a carta que “Abóbora” levou à IC, em outubro de 1936, apud. Karepovs, D. *Nos subterrâneos da luta*, p. 82

<sup>282</sup> *Preparemos a próxima vitória ! Apreciações em torno da insurreição do Rio Grande do Norte*, junho de 1936, Arquivo da Internacional Comunista.

A principal causa das debilidades das guerrilhas é a falta de um trabalho no campo que tenha levantado massas camponesas em luta por suas reivindicações imediatas. Essa velha falha de nosso Partido precisa ser corrigida se quisermos verdadeiramente alastrar o sertão com guerrilhas e não é evidentemente trabalho para poucos meses. Todos os informes que recebemos originalmente sobre a existência e as ligações e probabilidades de ligação imediata com grupos de supostos guerrilheiros, desvaneceram-se em nuvens de fumaça, e baseavam-se muito sobre a idealização dos grupos de cangaceiros. É necessário dizer-se a verdade para que VV. aí não fiquem contando, como nós contávamos antigamente, com uma série de coisas que não existiam ainda e que darão trabalho para que se constitua.<sup>283</sup>

A tarefa principal, para o momento, era concentrar-se na luta contra o governo de Getúlio Vargas, identificá-lo com o integralismo, buscando para isso recriar uma frente única, que não deveria aparecer com este nome, pois o termo “frente única” estava diretamente relacionado com o comunismo. Assim como também a campanha pela libertação imediata de todos os presos, deveria doravante ser chamada de campanha pela anistia geral.<sup>284</sup>

Esta mudança de perspectiva aparece numa circular dirigida à todos os militantes do Partido, de agosto de 1936 onde, apesar de ainda considerar a existência de “14 colunas de guerrilheiros” no Nordeste, “que sustentam a bandeira da Revolução em marcha”, faz uma diferenciação das tarefas dos militantes partidários nos centros urbanos e no centro-sul do país que, ao invés de procurar recriar condições para uma nova insurreição, deveriam lutar pela formação de uma frente única com os elementos liberais da burguesia:

A nossa tarefa principal, no momento, é a de unir as forças liberais, democráticas e progressistas do país e todas as correntes de oposição a Getúlio numa ampla frente popular, cujo objetivo seja um governo que restaure as franquias constitucionais, dê liberdade imediata e anistia ampla a todos os presos políticos, civis e militares (...). Esse governo não será, evidentemente, “um governo popular nacional revolucionário com Prestes à frente”, não será um governo da ANL, que não faz questão fechada de nele participar. Mas, deverá ser um governo que nos abrirá perspectivas do governo popular nacional revolucionário, pois dará liberdade de pensamento e propaganda às massas populares e ataques dos “gravatas de couro” [generais]. Em fins do ano passado a palavra de ordem de “Todo o poder à ANL” era perfeitamente justa e correspondia inteiramente às exigências da situação. Esta, porém, se apresenta hoje bastante diversa. (...) Por isso, aquela palavra de ordem deve ceder lugar, até que uma nova situação se

---

<sup>283</sup> Carta do SN do PCB a Caros camaradas. 24/09/1936. Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

apresente, à palavra de ordem contida na declaração feita a 1º de maio por [Hercolino] Cascardo: apoio a todo o movimento ou governo que se comprometa a restaurar as franquias constitucionais. (...) Seremos pelo governo popular nacional revolucionário na medida em que soubermos pelo governo de transição preconizado pela fórmula Cascardo.<sup>285</sup>

A partir do segundo semestre do ano de 1936, o Partido inicia uma revisão em sua postura insurrecional: o levante popular, aos poucos, foi deixando de ser encarado como uma possibilidade a curto prazo. A mudança da perspectiva insurrecional partiu da IC que, em um relatório de seu Departamento de Quadros, de março de 1936, revisa o levante de novembro de 1935, criticando os erros cometidos em função de deficiências na organização partidária, falta de controle sobre os seus quadros, forte infiltração policial mesmo na cúpula dirigente, criticando inclusive a visão fantasiosa que o Partido tinha da realidade: “a luta pela legalidade do Partido é substituída por verbalismo revolucionário, o real por frases de efeito nos comícios e na imprensa”.<sup>286</sup> O relatório recomendava ao PCB uma completa revisão em sua orientação:

A nosso ver, o partido, em lugar de falar em luta armada e todo o poder à Aliança Nacional Libertadora, tem de reconstituir seu trabalho, colocar seus quadros em organizações de massa e por em prática uma linha de ação legal, utilizando uma linguagem que não sirva de pretexto para a polícia. A questão atual é preservar os quadros de modo que escapem aos golpes da reação, o que é difícil no momento, devido a uma avaliação equivocada da realidade.

Aos poucos, o Partido foi abandonando a perspectiva de tomar o poder e a consigna de “todo o poder à ANL”; as bandeiras que o Partido passou a levantar foram a anistia e a luta contra o fascismo. Esta última já era ostentada desde 1934, porém cresceu imensamente em importância dentro do discurso partidário, especialmente por dois motivos: o primeiro, a luta contra o fascismo era um fator de unidade entre todos os setores políticos de oposição ao governo federal; o ódio ao integralismo, apresentado como um sucursal da Alemanha nazista no país e portanto a ponta de lança de uma ameaça estrangeira, que parecia extremamente real à maior parte dos setores politizados da sociedade. Além disso, desde o início do ano 1935, quando surge a Lei de Segurança Nacional, o governo Vargas inicia uma aproximação com a Ação Integralista Brasileira,

---

<sup>284</sup> KAREPOVS, D., *Nos subterrâneos da luta*, p. 101.

<sup>285</sup> SN do PCB, *A situação do país e nossas tarefas imediatas (Circular a todos os comitês regionais, locais e células)*, agosto de 1936. Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

que mantém representantes em postos de destaque da administração pública. O Partido inicia então uma política de suavização das críticas aos políticos liberais, principalmente aqueles que são adversários da AIB. Em setembro de 1936 o Secretariado Nacional do PCB lança um documento congratulando-se com os governadores da Bahia, o “tenente” Juracy Magalhães, e de Santa Catarina, Nereu Ramos, que fecharam as sedes da AIB em seus estados.<sup>287</sup>

A tarefa principal a ser adotada era “aproveitar os atuais acontecimentos para levantar em todo o país uma campanha contra o fascismo, tanto ideológico quanto de organização.” Neste sentido, os militantes do Partido deveriam “organizar em todo o país centros ou comitês de apoio à ação enérgica dos governadores da Bahia e Santa Catarina” e “mostrar claramente ao povo como o governo Getúlio e a maioria dos governos estaduais compactuam direta ou indiretamente com o integralismo e com esse processo de traição infame à nossa pátria.”

Ao mesmo tempo em que o Partido deveria apaziguar as críticas aos políticos liberais, apoiando qualquer ação vinda das câmaras federais ou estaduais contra o integralismo, o confronto contra a AIB deveria ser intensificado “e levar a massa a realizar por suas próprias mãos as medidas indicadas, impedindo a realização de assembléias integralistas, invadindo as sedes não fechadas e destroçando-as. Interromper toda reunião de integralistas”. O combate ao governo Vargas passava necessariamente pela associação deste com o fascismo.

Ainda que reconhecendo a necessidade de trabalho “legal e semi-legal,” o Partido, pelo seu setor militar, continuava a considerar a importância e a necessidade do trabalho conspirativo, principalmente junto ao exército. A iminência de um golpe militar era dada como certa e, em outubro de 1936, é lançado um documento dirigindo-se à ala militar com instruções de qual deveria ser a posição tomada frente ao golpe, considerado iminente pelos seguintes motivos:

A ofensiva do Getúlio contra os direitos e as garantias das classes armadas, a redução de seus efetivos, etc., aumentam a fermentação existente nos meios militares. (...)

Esses e outros fatores fizeram surgir, crescer e se avolumar cada vez mais, no seio das forças armadas, uma corrente formada por elementos das mais diferentes tendências políticas, disposta a lutar em defesa dos direitos, da honra e da dignidade dos militares do Brasil, tão brutalmente espezinhados pela camarilha governante.

---

<sup>286</sup> WAACK, W., *Camaradas*, p.303

<sup>287</sup> Mobilizemos todas as forças para deter o avanço do fascismo !, Secretariado Nacional do PCB, setembro de 1936, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

Essa corrente de militares de diversas tendências vê na implantação de uma Ditadura Militar, um meio de resolver, não só os problemas das forças armadas, como a situação de opressão e de miséria das massas populares.<sup>288</sup>

A tarefa apresentada aos militares aliancistas era a de participar ativamente da conspiração, evitando a todo o custo que essa fosse conduzida pelos “generais reacionários”; o movimento golpista era visto como de interesse do imperialismo que, na ótica comunista, já perdera a confiança na capacidade de Vargas em manter o controle sobre a sociedade: “o movimento pela ditadura militar convém aos imperialistas, mas pode ser transformado num movimento de cunho popular”. Dentro desta perspectiva, aos militares aliancistas apresentavam-se cinco tarefas:

Ele poderá [o movimento pela ditadura militar], entretanto, ser transformado num movimento de cunho popular, democrático, se:

- 1) Dentro dele, os aliancistas se organizam de maneira independente e desenvolvem a máxima atividade (...) como para se tornarem a principal força dirigente do movimento.(...)
- 2) Se os elementos notoriamente reacionários, como Newton Cavalcanti, Pantaleão Pessoa e cia, adeptos professorados do Integralismo, que também se dizem partidários da Ditadura Militar, forem habilmente excluídos dos postos de direção do movimento armado e habilmente neutralizados.
- 3) Se a direção da luta armada couber aos militares ou generais partidários da Democracia, anti-integralistas, aliancistas ou simpáticos à ANL.
- 4) Se os militares aliancistas compreenderem e procurarem, desde já, garantir a máxima participação do povo na luta e trabalharem neste sentido em harmonia e em colaboração com os organismos dirigentes civis da ANL.
- 5) Se os elementos civis e políticos que participam da conspiração forem forçados pela pressão do movimento popular e dos militares aliancistas a levantar desde já, publicamente uma bandeira de reivindicações mínimas populares.

A crença de que se articulava um golpe militar para depor o governo Vargas também estava presente no informe que “Abóbora” fez à IC, quando da sua ida à URSS:

Alguns oficiais e civis, descontentes com a política de Vargas, começaram a organizar “Comitês Revolucionários” para preparar um golpe de Estado. Tais comitês são dirigidos por oficiais e civis que são contrários ao fascismo, mas ao mesmo tempo são por uma ditadura. Fomos convidados para participar, mas colocamos como condições a anistia

---

<sup>288</sup> Qual deve ser a posição da ANL e dos militares aliancistas em face do movimento pela ditadura militar ?, Diretório Estadual da ANL, Porto Alegre, outubro de 1936, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.



para os prisioneiros, as liberdades democráticas e a legalidade da Aliança Nacional Libertadora. Mas, até o momento de minha partida, a primeira reunião para discutir nossa proposta não havia sido realizada.<sup>289</sup>

O PCB sustenta a hipótese de apoiar um golpe de Estado, baseado na convicção de que, naquele o momento, a luta de massas era insuficiente; ao mesmo tempo, o Partido se reportava à Revolução de 30, para se prevenir do isolamento que tinha assumido naquele momento, referência esta que caracteriza bem a influência ideológica do tenentismo sobre o discurso oficial do PCB. Os militantes do Partido deveriam abandonar as ilusões democráticas, que só serviriam para abrir caminhos para outra derrota do proletariado.<sup>290</sup>

No entanto, a partir do final de 1936 o discurso insurrecional do PCB é, aos poucos, abandonado em função da perspectiva de sucesso de um novo levante armado encontrar-se cada vez mais distante. O Partido representado pela ANL, passa a adotar um discurso legalista, atacando o governo federal menos como um “governo de traição nacional” do que como um governo que se encontra na ilegalidade; este ataque baseia-se na defesa da Constituição de 1934, que fora inteiramente desvirtuada pela Lei de Segurança Nacional e pelo Tribunal de Segurança Nacional, considerados contraditórios ao artigo 113 da Constituição, que regulamentava os direitos e garantias individuais.

Ao mesmo tempo, dado o avanço do expansionismo alemão, que ameaçava as fronteiras de vários países europeus e que tinha nos movimentos fascistas em vários países uma cabeça de ponte, a crítica ao imperialismo americano tem uma revisão, o Partido passa a apoiar o pan-americanismo e a realização de uma conferência inter-americana em Buenos Aires, em novembro de 1936, é festejada pela direção nacional da ANL, que se encontrava nos presídios, através de correspondência de seu secretário-geral, Roberto Sisson, ao presidente da conferência de Buenos Aires e ao presidente dos EEUU Franklin Roosevelt.

Na primeira carta, Sisson faz uma apologia à doutrina Monroe (América para os americanos), vista como uma garantia da democracia no continente, e não como uma imposição imperialista, como era vista anteriormente. Esta imposição seria não a aplicação da doutrina, mas a sua degeneração:

---

<sup>289</sup> *Information du délégué du Parti communiste du Brésil*, 05/01/1937, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>290</sup> KAREPOVS, D., *Nos subterrâneos da luta*, p. 111.

Fiel ao monroísmo em sua pura fonte democrática e progressista, inspirado que foi na necessidade de defesa da causa da emancipação republicana contra os golpes da Santa Aliança, o povo brasileiro não deseja que essa doutrina se desvirtue e degenere num instrumento de hegemonia de qualquer dos imperialismos que disputam entre si os mercados e as matérias primas.<sup>291</sup>

A ANL se apresenta como defensora da ordem republicana que, no Brasil se encontrava sob ameaça por um governo inconstitucional a serviço de potências européias e, principalmente, da Revolução de 1930, da qual o governo não era, segundo a ANL, representante:

recusamos à delegação do governo do Sr. Getúlio Vargas autoridade bastante para opinar e decidir em nome da República dos Estados Unidos do Brasil (...) o governo que se faz representar pela embaixada que o Sr. José Carlos de Macedo Soares chefia, é um governo fora da lei, tendo surgido dum insurreição contra cujo os postulados logo se voltou.(...) Acresce a essa incompatibilidade jurídica e de ordem moral, que impede a um governo de confessos agentes de uma potência européia imiscuir-se numa assembléia que pretende se reunir sob a égide da doutrina originária de Monroe.<sup>292</sup>

O que irá marcar a definitiva viragem na política do PCB, da crença na instalação de guerrilhas no Nordeste para a definitiva perda das esperanças na insurreição popular será a chegada, em dezembro de 1936, de Elias Reinaldo da Silva, “André”, vindo da URSS, de onde trazia instruções para a nova política que deveria ser seguida pelo Partido, a fim de reverter os “erros esquerdistas” no trabalho do PCB e da ANL, unificar a oposição e impulsionar a mobilização das forças anti-Vargas, defender a democracia e barrar o avanço do fascismo. “André”, “Bangu” e “Martins”, em dezembro de 1936, redigem um documento que consubstancia a nova posição a ser adotada pelo PCB, intitulado *A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes*.

O documento, que serviu como base teórica para a linha política do Partido até a década de 40, inicia fazendo um balanço dos erros cometidos no passado recente e aponta, neste sentido, para as “falhas esquerdistas cometidas no trabalho da ANL”; para o erro do PCB ao tornar-se hegemônico na Aliança. No lugar de dirigí-la deveria “aderir e apoiar a ANL, como fez, e com os demais partidos que estivessem de acordo com o seu programa, em igualdade de condições com estes.”<sup>293</sup> O erro cometido foi o de:

---

<sup>291</sup> SISSON, R., *Carta ao presidentes da Conferência Inter-americana da Paz*, 25/11/1936, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>292</sup> Ibid.

<sup>293</sup> *A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes*, dezembro de 1936, Arquivo da

restringir a frente única, afastando dela a burguesia nacional e grandes setores reformistas da pequena burguesia e do proletariado. E dessa forma impedindo a ANL de se desenvolver e de ser o bloco de classes necessário para dirigir e levar até a vitória a Revolução Nacional Libertadora, ao mesmo tempo que facilitava as provocações que visavam apresentar a ANL apenas como uma fachada do PCB.<sup>294</sup>

Após descrever os erros na aplicação da linha política do Partido, criticando também a “subestimação do trabalho do campo” e o fato da ANL deixar de “dedicar atenção séria à mobilização em torno das reivindicações econômicas de cada fábrica, usina, bem como de cada camada social”, o documento passa a caracterizar a situação econômica e política do Brasil, enfatizando seu caráter de semi-colônia, onde “todos os pontos fundamentais da economia brasileira estão, direta ou indiretamente, dominados pelos imperialismos.” A estes imperialismos interessa “manter os países que domina, como o Brasil, na categoria de países produtores de matérias-primas e consumidores de seus produtos manufaturados.”

O documento dentro desta perspectiva alerta para o fato de que interessa ao imperialismo manter a economia brasileira baseada na agricultura: os trustes internacionais do petróleo mantêm interferência constante no Departamento Mineralógico do Ministério da Agricultura, no sentido de impedir que o país explore seus poços já localizados em Riacho Doce (Alagoas) e em Lobato (Bahia), petróleo “que é de importância fundamental para a criação de uma indústria pesada e para a defesa do país”, assim como as jazidas de minério de ferro, de carvão mineral e do “aproveitamento da enorme fortuna que representam as inúmeras quedas de água existentes no país.”

Nesta perspectiva, o que falta ao Brasil é a realização de sua “revolução democrática burguesa”: a proclamação da República, em 1889, “foi somente um início logo travado e neutralizado pela influência preponderante do imperialismo e de seus aliados feudais, que continuavam a predominar no novo governo”.

A partir daí, o documento procura esmiuçar quais seriam “as forças motrizes da Revolução” e afirma que “o que não vimos com clareza até hoje é que a burguesia nacional também é oprimida pelo imperialismo que a impede de se desenvolver. (...) O fato de que a burguesia nacional em sua maioria é anticomunista não impede que ela seja revolucionária contra o imperialismo (...). Nosso maior erro tem sido não reconhecer a existência de uma burguesia nacional e negar que ela seja revolucionária na etapa atual.”

O grande erro cometido pelo Partido nos anos anteriores a este documento é o de que:

Nós sempre partimos do ponto de vista falso de termos medo dos aliados, medo de perder a “hegemonia do proletariado” e, por isso, restringimos a participação das classes que devemos e podemos mobilizar para a luta contra o imperialismo, mobilizando apenas os elementos que aceitam a hegemonia porque são simpatizantes do comunismo. Esse erro nos impediu até hoje de mobilizar as forças necessárias para conseguir a correlação favorável à Revolução. Não compreendemos que a hegemonia do proletariado não se impõe de antemão, mas se conquista no decorrer das lutas.<sup>295</sup>

O objetivo do PCB, para o momento, é lutar pela revolução democrático-burguesa, libertar o país do jugo colonialista e possibilitar sua expansão industrial e de seu mercado interno, a fim de constituir um proletariado numeroso e consciente de sua missão histórica. A necessidade básica para o momento é compreender que:

é perfeitamente absurdo falar-se em ditadura do proletariado ou em construção do socialismo num país atrasado como o nosso e em que o proletariado, ainda não está senão em processo de formação como classe consciente de sua missão histórica, sem que primeiro tenhamos rompido as cadeias da opressão e exploração imperialista, desenvolvimento maior da indústria nacional. (...)

Somente realizando as tarefas da Revolução Nacional Libertadora marchando com a burguesia nacional e a pequena burguesia das cidades e dos campos para liquidar as travas da dominação imperialista do país é que o proletariado acelerará o processo de seu próprio desenvolvimento e se tornará capaz de levantar a bandeira da Revolução Socialista com perspectivas de vitória.<sup>296</sup>

A tarefa era abandonar o discurso insurrecional e sectário, integrar a política nacional por meio também dos meios institucionais, participando ativamente da campanha eleitoral que estava marcada para o início do ano de 1938:

Precisamos participar ativamente da campanha [eleitoral], mantendo a fórmula Cascardo e apoiando qualquer candidato que esteja disposto à aplicação da Constituição de 34 e etc.

---

<sup>294</sup> Ibid.

<sup>295</sup> Ibid.

<sup>296</sup> Ibid.

- 1 – Restabelecimento, respeito e aplicação da Cons. de 34 e revogação das emendas. Suspensão do estado de guerra, respeito às imunidades parlamentares, revogação do tribunal infame, etc.
- 2 – Anistia ampla e reintegração de todos os demitidos civis e militares por questões políticas.
- 3 – Medidas eficientes para o desenvolvimento da indústria nacional.<sup>297</sup>

A nova linha política do Partido, que ficou conhecida como bangusista, não foi aceita imediatamente e nem sem provocar conflitos internos no PCB: o ano de 1937 ficou marcado, na história do Partido, pelo rompimento entre o Secretariado Nacional, dirigido por “Bangu”, “Martins” e “André” e o Comitê Regional de São Paulo, liderado por Hermínio Sachetta e Heitor Ferreira Lima, que denunciou a nova linha política como um “desvio direitista”. O conflito irá terminar com a expulsão de grande parte da direção regional de São Paulo, o que contou com a colaboração da IC que, através das transmissões radiofônicas da Hora de Moscou, na voz de Laura Brandão, acusava os dissidentes paulistas de “fração trotskista”<sup>298</sup>. A linha política “bangusista” irá determinar toda a atividade partidária até pelo menos a ofensiva policial de 1940, mais intensa do que a de 1935/36 e que liquidará com praticamente toda a direção do Partido.

De qualquer maneira, esta nova linha política tem vários pontos de encontro com o tenentismo à medida que o Partido luta pela realização de uma “revolução burguesa” no país, contra a dominação estrangeira, pela exploração dos recursos minerais nacionais tendo como objetivo a defesa nacional e contra a elite agrária do país. Não é à toa que o documento termina concitando o Partido a manter a “fórmula Cascardo”; vale dizer que Herculino Cascardo, veterano dos levantes tenetistas de 1924, não era membro do Partido e que tanto “Martins” como “Bangu”, antes de se filiarem ao PCB, foram aderentes, em 1930, da Liga de Ação Revolucionária de Prestes.

Se o levante de 1935 pode ser considerado como a última insurreição tenentista, como o faz Paulo Sérgio Pinheiro<sup>299</sup>, é preciso ter em mente que a derrota do levante, não significa que o tenentismo tenha desaparecido, se bem que desde 1932 encontrava-se em decadência como projeto político, muito menos perdido espaço dentro do discurso do PCB. O rompimento definitivo entre os ideários comunista e tenentista ainda estava para acontecer.

---

<sup>297</sup> Ibid.

<sup>298</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 164.

<sup>299</sup> PINHEIRO, P. S., *Estratégias da Ilusão*, p. 309.

### III – O rompimento

#### 3.1 - Estado Novo

Paralelamente à virada na linha política do Partido, o governo federal, pressionado por sua base parlamentar, arrefeceu aos poucos a repressão política, sem porém suspender o estado de guerra, que perdurou até junho de 1937. A partir do final do ano de 1936 inicia-se a movimentação política para a sucessão presidencial, marcada para janeiro de 1938.

Em janeiro de 1937 também os governadores dos Estados iniciaram as articulações para indicar os candidatos à sucessão presidencial: o primeiro a anunciar sua candidatura foi o então governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, que contou com o apoio de Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul. O segundo candidato a surgir foi o paraibano José Américo de Almeida, com o apoio de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

O PCB passou grande parte do ano discutindo o apoio a um dos dois candidatos: enquanto o Secretariado Nacional optou pelo apoio incondicional à José Américo, a dissidência paulista procurava vincular seu apoio à adesão por parte de um dos candidatos ao programa mínimo do Partido: anistia geral e legalização do PCB, exigência naturalmente inútil. Após um período de oscilação, o CR de São Paulo, opta por Armando Sales, em vista deste representar, juntamente com Flores da Cunha e com setores oposicionistas da Bahia e de Pernambuco, um bloco anti-getulista. Esta divisão nas orientações do Secretariado Nacional e Comitê Regional de São Paulo servirá como uma das justificativas da guerra interna no Partido, que culminará com a expulsão de parte do Comitê Regional de São Paulo.

No entanto, Getúlio, ainda antes de suspender o estado de guerra, já estava articulando, juntamente com o alto comando militar, sua permanência no poder. Enquanto negociava com os governadores os apoios às candidaturas, incumbiu, ainda no final de 1936, o consultor da República, Francisco Campos, de preparar uma nova constituição<sup>300</sup>, trabalho que contou com a colaboração do ex-ministro da justiça Vicente Rao e que foi apresentado a Plínio Salgado, de quem Getúlio houvera incumbido Francisco Campos de buscar apoio para o golpe, em setembro de 1937.

---

<sup>300</sup> MALIN, M.; PENCHEL, M., Verbete sobre Francisco Campos, em BELOCH, I.; ABREU, A., *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, p. 577.

Antes de dar o golpe de estado, Getúlio necessitava de duas coisas: primeiro, neutralizar a oposição dos governadores de Pernambuco, Lima Cavalcanti, Bahia, Juracy Magalhães, São Paulo, Armando Sales e principalmente do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que desde o início de 1935 houvera rompido com o governo federal. Flores da Cunha contava com uma brigada militar de 6000 homens, além de uma milícia civil de 20.000 homens, além disso, importara armamentos clandestinamente da Tchecoslováquia, incluindo tanques e metralhadoras antiaéreas<sup>301</sup>. Além disso, Flores da Cunha havia postado grande parte de seu efetivo militar na divisa com o Estado de Santa Catarina, preparando-se para resistir a uma intervenção militar no seu Estado.

Silo Meirelles conseguiu fugir da prisão e juntamente com Trifino Correia, que em janeiro de 1937, também fugira, foram acolhidos por Flores da Cunha, sendo que Trifino, não apenas recebeu proteção do governador gaúcho, como este ainda concedeu-lhe o comando dos corpos provisórios na divisa com Santa Catarina. Em meados deste ano o governo federal preparou-se para intervir militarmente no Rio Grande do Sul: primeiro concentrou um poderoso efetivo militar em Santa Catarina, na divisa com o Rio Grande do Sul, depois destituiu o comando do 3º Exército, sediado neste Estado, substituindo o general Lúcio Esteves, aliado de Flores da Cunha, pelo general Manuel Cerqueira Daltro Filho, comandante do destacamento militar postado em Santa Catarina.

Em setembro, o governo federal utilizou-se dos parlamentares estaduais do Rio Grande do Sul que lhe eram fiéis para tentar, sem sucesso, o *impeachment* do governador. Em 5 de outubro, a polícia conseguiu efetuar, em Porto Alegre, a prisão de Trifino Correia e Silo Meirelles, comprometendo ainda mais a posição do governador. O golpe final foi dado em 14 de outubro, quando o governo federal conseguiu federalizar o comando da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Sem condições de reagir a uma intervenção federal, Flores da Cunha renunciou em 17 de outubro, partindo para um exílio de cinco anos no Uruguai. Com o afastamento de Flores da Cunha, estava aberto o caminho para a realização do golpe de estado.

A segunda tarefa a ser realizada por Getúlio antes do golpe era encontrar uma justificativa: neste sentido, utilizou-se de um plano fantasioso, redigido na Ação Integralista Brasileira, pelo então capitão Olímpio Mourão Filho, que nesta época era chefe do serviço secreto da AIB. O plano - batizado por Gustavo Barroso, com o sugestivo nome de Plano Cohen, não por acaso um sobrenome judaico - a princípio foi redigido para o *Boletim de Informações* da AIB, mas não foi utilizado por esta revista. Mourão

---

<sup>301</sup> KELLER, V.; CAMARINHA, D., Verbete sobre Flores da Cunha, em BELOCH, I.; ABREU, A.,

mostrou este plano à seu padrinho de casamento, o ministro do Supremo Tribunal Militar, general Alvaro Mariante, que levou este documento ao general Gois Monteiro. Em sua defesa, numa sindicância militar em 1956, Olímpio Mourão afirma que o general Gois Monteiro divulgou o suposto plano como sendo elaborado em Moscou pela IC e que Mourão, ao se dirigir ao gabinete de Gois Monteiro pedindo explicações recebeu ordens de permanecer em silêncio.

De qualquer maneira, o Plano Cohen foi amplamente divulgado pela imprensa com grande sensacionalismo. Entre os pontos do plano constava a eliminação de “cada oficial suspeito à revolução” e dos sargentos “com prestígio na tropa, quer por sua inteligência e preparo, quer por sua valentia”. A agitação nos meios proletários e estudantis deveria ser “insuflada aos nossos simpatizantes não suspeitos e aos indivíduos fáceis de ser explorados pela sua ardência e pela ignorância.” O plano também “refere-se (...) à necessidade de uma campanha de intriga no Exército para o seu ‘desprestígio e confusão no seio das classes armadas’”; vê a necessidade de “lançar o Clero contra o Integralismo” e de colaborar com a maçonaria, porém não às claras, para não fornecer “armas ao integralismo perante os católicos que não toleram a maçonaria”. Criar um “comitê dos Incêndios” com a função de atear fogo a várias casas de família a fim de “obrigar o Corpo de Bombeiros a agir em vários pontos tornando-se inútil como força militarizada para a defesa da ordem”. “As massas deverão ser conduzidas aos saques e às depredações, nada poupando para aumentar cada vez mais a sua excitação e devem ser mesmo conduzidas a um sentido nitidamente sexual a fim de atraí-las com facilidade.” Por fim, “todavia, tão importantes quanto estes, serão os reféns, que em caso de fracasso parcial servirão para colocar em cheque as autoridades. Em caso de fracasso, os reféns deverão ser fuzilados.”<sup>302</sup>

Por mais mirabolante e fantasioso que possa parecer, somente após 1945 é que veio à tona a falsidade deste plano; sua divulgação, em 30 de setembro, contribuiu para criar um clima de pânico entre os políticos e a elite, o que permitiu a Getúlio aprovar um novo estado de guerra no dia seguinte e após liquidar o último foco de resistência, Flores da Cunha, em 10 de novembro foi decretado o fechamento do congresso e a promulgação da nova constituição, que ficou conhecida como Polaca, em referência não apenas à constituição da Polônia, que teria servido como fonte inspiradora, mas ao apelido que as prostitutas tinham nesta época.

---

*Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, p. 1022

<sup>302</sup> CARONE, E., *A segunda República – 1930 – 1937*, p.p. 68-72



O único protesto apresentado foi o dos governadores de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti e da Bahia, Juracy Magalhães, que renunciaram a seus mandatos.

Outro fator que foi utilizado para criar um clima de terror entre a elite, foi a exploração da portaria do recém-empossado ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, que em seu primeiro ato como ministro, a 7 de junho, ordenou a soltura de 408 presos políticos que não tinham processo formado. Este episódio ficou conhecido como a “macedada” e foi utilizado para desencadear uma intensa campanha contra os comunistas. Foram soltos pela macedada, entre outros, Maurício de Lacerda, Osvaldo Costa, João Mangabeira, Alcedo Cavalcanti, Nemo Canabarro Lucas, Roberto Morena, Apolônio de Carvalho, David Capistrano, Dinarco Reis. Isto, somado à conclusão da pena de 10 meses imposta à Herculino Cascardo, Roberto Sisson e Carlos Amoreti Asório, possibilitou a reorganização da ANL, no exílio, no Uruguai, onde já se encontrava foragido Carlos da Costa Leite.

Ao implantar o Estado Novo, termo que foi utilizado pela primeira vez pelo ditador português Oliveira Salazar, no início da década de 30, Getúlio Vargas encontrou pouca resistência, contando com apoio geral do exército e de boa parte da elite política, a despeito do fechamento da Câmara Federal. Mesmo de parte de vários líderes tenentistas o Estado Novo foi festejado, não apenas por “tenentes” comprometidos com o governo federal, como Juarez Távora ou João Alberto, mas inclusive Herculino Cascardo - que fora libertado após cumprir a sua pena em setembro de 1937 - enviou um telegrama à Getúlio felicitando-o pelo golpe e expressando sua convicção de que a Revolução de 30 havia retomado “seu curso glorioso”.<sup>303</sup>

De fato, apesar de instituir um governo de tendências nitidamente fascistas, o Estado Novo realizou em boa parte o projeto tenentista, instituindo um governo discricionário, que intervém diretamente na economia, seja por meio dos diversos departamentos criados para este fim, como o Instituto do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool, do Cacau etc., seja empenhando-se diretamente na implantação da grande indústria siderúrgica nacional e iniciando os estudos para a exploração do petróleo. O Estado Novo, com sua legislação trabalhista, estabeleceu forte tutela sobre os sindicatos e com a criação da Justiça do Trabalho e das Juntas de Conciliação, levou o conflito trabalhista para o âmbito e controle do Estado.

Acima disto tudo, o Estado Novo irá reduzir em muito o poder das oligarquias locais, não apenas pelo fechamento da Câmara Federal, mas também pela destituição de

---

<sup>303</sup> LEMOS, R.; Benjamim, C.; Verbete sobre Herculino Cascardo, em BELOCH, I.; ABREU, A., *Dicionário*

vários governos estaduais, substituídos por interventores fiéis ao governo federal e em muitos casos estranhos às elites estaduais; fechamento de todas as Assembléias Estaduais, abolição dos impostos inter-estaduais, centralização da burocracia administrativa, com a criação do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público – e a eliminação da autonomia dos Estados. Quando, num gesto simbólico, Getúlio Vargas queima as bandeiras estaduais num evento solene, de certo modo realizou uma velha aspiração do tenentismo.

Apesar de contar com o apoio e colaboração dos integralistas, após a instauração do Estado Novo estes tornaram-se desnecessários ao regime, uma vez que o clima de radicalização política que Getúlio ajudou a fermentar e que serviu-lhe como justificativa ao golpe já estava resolvido; e que integralismo continuava a se expandir, transformando-se de aliado, em ameaça. Decepcionando aos integralistas, que esperavam que após o Estado Novo - do qual já estavam informados com antecedência - que fossem chamados para compor o novo ministério, Getúlio decreta o fechamento da Ação Integralista Brasileira, que havia se convertido em partido político, juntamente com todos os outros partidos políticos, em 3 de dezembro.

Imediatamente, os integralistas começaram a conspirar para a derrubada de Getúlio, com o apoio de políticos liberais tais como Otávio Mangabeira e o coronel Euclides Figueiredo, comandante das tropas paulistas durante a guerra civil de 1932, Flores da Cunha e Júlio de Mesquita Filho. Após uma tentativa frustrada em 11 de março de 1938, um assalto ao Palácio do Catete é tentado em 11 de maio, sob o comando militar geral de Belmiro Valverde, médico, veterano do tenentismo e com a ação comandada pelo tenente Severo Fournier, que fora ordenança do coronel Euclides Figueiredo durante a guerra civil de 1932. Com o fracasso do levante, os dois últimos são presos, recebendo julgamento sumário do TSN. Plínio Salgado e outros líderes integralistas conseguem fugir, refugiando-se no exterior.

### 3.2 - União Nacional

Após a repressão aos integralistas, parte da direção do PCB passou a ter esperanças de que o governo federal pudesse se desfazer de seus elementos reacionários e promover reformas sociais no país; esperanças estas aumentadas pela certeza de que, na composição do governo se encontravam elementos de tendências

políticas diversas, fascistas e democratas, que aderiram ao Estado Novo menos por convicção ideológica do que por horror ao comunismo. Este ponto de vista, combinado com a nova linha do Partido de se aliar à “burguesia nacional” a fim de realizar a “revolução democrático burguesa” fez com que o PCB iniciasse uma nova tática política que, praticamente irá perdurar de meados de 1938, até a cassação dos mandatos dos deputados comunistas em 1947.

Essa nova linha política, denominada “União Nacional”, porém, não será encaminhada de maneira contínua, sofrerá revisões e algumas mudanças bruscas de orientação, mesmo mantendo o mesmo nome. Grosso modo podemos definir quatro fases distintas da aplicação da nova tática, por vezes completamente diversas entre si:

1- A primeira fase desta nova política se inicia após a repressão ao levante integralista de maio de 1938, quando o Partido após perder as esperanças em uma revolução armada a curto prazo busca atrair os setores considerados democráticos do Estado Novo, em particular o ministro Osvaldo Aranha, a fim de isolar os setores fascistas, também defendendo o pan-americanismo, com apoio à conferência pan-americana e à doutrina Monroe.

2 - Essa linha política será totalmente revista após a assinatura do Pacto de Não Agressão, entre a URSS e a Alemanha, em agosto de 1939 e faz com que o Partido mude radicalmente seu discurso pan-americanista: os Estados Unidos são apresentados como potência imperialista que domina completamente a economia e a política nacional e deseja arrastar o Brasil para a guerra. Este novo ponto de vista faz com que se interrompam as tentativas de aproximação com a “ala democrática” do Estado Novo, uma vez que seus representantes eram declaradamente pró americanos. As críticas ao fascismo são amenizadas e o Partido assume um discurso anti-guerra, apontando a Segunda Guerra Mundial como um conflito inter-imperialista, ao qual as potências imperialistas tentavam arrastar o Brasil. A postura adotada diante do conflito era a de manter a neutralidade brasileira. No entanto, a linha política do Partido continua a ser denominada de União Nacional.

3 - Com a invasão alemã à URSS, em junho de 1941, este discurso é abandonado, a guerra deixa de ser um conflito inter-imperialista e passa a ser uma luta ideológica, onde se defrontam as nações democráticas contra a barbárie, representada pelo Eixo. A grande comoção nacional provocada com o afundamento de vários navios brasileiros por submarinos alemães faz com que o Partido abandone definitivamente o seu discurso anti-Estado Novo e passe a manifestar seu apoio incondicional ao governo

federal, que ao declarar guerra ao Eixo, faz com que praticamente todos os líderes comunistas exilados voltem ao país e se entreguem voluntariamente às autoridades, a fim de deixar claro seu apoio irrestrito ao governo nesta hora de comoção nacional.

4 – Após a guerra, com a democratização do país, a anistia geral e a legalidade do Partido, o apoio ao governo continua explícito, com o Partido inclusive se engajando numa campanha continuísta, defendendo a realização de uma assembléia constituinte, com Getúlio no poder. Esta política ficou conhecida como “queremismo”, abreviação de “queremos Getúlio”, à qual o PCB não apenas se engaja, como é um dos principais organizadores. Essa política, no entanto, causará sérias dissidências partidárias, culminando com o rompimento definitivo e afastamento de inúmeras lideranças históricas do PCB, inclusive de grande parte de seus militantes oriundos do tenentismo. Com a deposição de Getúlio e eleição de Dutra, ferrenho anti-comunista, o Partido passa a defender intransigentemente a ordem estabelecida, a fim de evitar a campanha anti-comunista, que apresentava o PCB como um partido subversivo, sucursal de uma potência estrangeira, e que articulava-se para colocá-lo novamente na clandestinidade. A fim de contrariar estas especulações, o Partido passa a defender a ordem, procurando impedir, sem sucesso, a realização da maioria das greves realizadas neste período.

A primeira fase da nova linha política está expressa num relatório de “Bangu”, que assina como “Arnaldo”, à IC, datado de junho de 1938. O relatório começa com um relato do golpe de estado de novembro de 1937 que, segundo o relato, teve a colaboração da Gestapo (polícia secreta alemã), que teria redigido o Plano Cohen e teria como objetivo perpetuar Vargas no poder, evitando a vitória, dada como quase certa, de José Américo nas eleições marcadas para janeiro de 1938. José Américo, segundo o relatório, contava com o apoio “da maioria do povo e das forças tenentistas, outubristas e nacional-libertadoras, sem dúvida, num pleito livre, seria sagrado nas urnas presidente da República.”<sup>304</sup> Considerando como certa a vitória deste candidato, as “forças reacionárias” passaram a conspirar, tendo para isso a colaboração do outro candidato, Armando de Sales Oliveira, que acusava José Américo de ser o “candidato de Moscou”.

Assim temos que Getúlio, a 10 de novembro, apoiando-se no ministério (menos Macedo Soares, que preferiu renunciar, entrando em seu lugar o fascista Francisco de Campos, e Odilon Braga, Ministro da Agricultura, substituído por Fernando Costa, elemento mais ligado à lavoura cafeeicultora paulista) na maioria dos governadores e na quase totalidade dos altos chefes militares com postos decisivos de comando, por um lado, e, por outro

---

<sup>304</sup> Relatório de “Arnaldo”, pelo BP do PCB, ao Prezados Camaradas, junho de 1938, Arquivo da

na base de promessas, visando conseguir o apoio e a benevolência das forças econômicas fundamentais, desfechou o golpe de Estado inspirado pelo integralismo e a ala reacionária, a serviço do bloco fascista internacional.

Para ter o apoio, ou a benevolência dos tenentes e outubristas nacional-democratas, manteve, na nova Constituição outorgada, suas reivindicações principais sustentadas por eles no seio da Assembléia Constituinte e, em grande parte, inscritas na Constituição de 1934.

Visando o apoio, ou pelo menos a neutralidade do proletariado manteve quase intacta a legislação social-trabalhista, cassando, porém, o direito de greve e instituindo, na nova Carta Constitucional, o sistema corporativo.<sup>305</sup>

O Estado Novo é visto como um estado pré-fascista, que visa perpetuar Vargas no poder e evitar a ascensão das forças democráticas e anti-imperialistas no país. Porém, o relatório admite que, para fazê-lo, Getúlio foi obrigado a buscar o apoio de vários setores nacionalistas, particularmente do tenentismo e manter na Constituição as conquistas trabalhistas da Revolução de 30 e da Constituição de 34. Dentro desta perspectiva, a tarefa do Partido é procurar forçar o governo a salientar o lado nacionalista e trabalhista do Estado Novo e isolar seus elementos reacionários:

Todas essas medidas já enumeradas e outras com que Getúlio quer argamassar seu “Estado Novo”, sua “Democracia Autoritária”, ao lado de outros decretos-lei referentes a certos pontos nacionalistas e reformistas da sua carta Constitucional, se contrariam os interesses de muitos elementos, atirando-os na oposição e nas conspirações, entretanto, também atraíram muitos mais elementos de influência popular em todos os setores e vem mantendo as massas populares numa expectativa benévola em face de seu governo.

Diante desta situação concreta e verídica, achamos inteiramente justa nossa tática de mobilizar as massas para a luta pelo cumprimento das promessas feitas, das reformas decretadas e a decretar por Getúlio, desde que consultem os interesses atuais do povo e da Nação, ao mesmo tempo em que combatemos todo o conteúdo fascista e reacionário da carta de novembro.<sup>306</sup>

Nessa perspectiva, o Partido deveria abandonar a palavra de ordem de “derrubada imediata de Getúlio”, corrigindo seus “desvios esquerdistas”, aproximando-se da burguesia nacional, dos elementos democráticos dentro do governo e da oposição:

---

Internacional Comunista/Cedem.

<sup>305</sup> Ibid.

<sup>306</sup> Ibid.

Fixamo-nos como palavra de ordem não “a derrubada imediata de Getúlio”, porém a de “um governo democrático”, procurando isolar Getúlio do integralismo, do fascismo em geral e da ala reacionária do seu próprio governo. (...)

O jogo das contradições internas e externas por um lado, e por outro a pressão popular, pouco a pouco, forçaram Getúlio a se afastar da órbita do bloco fascista internacional (...) e a se aproximar do bloco democrático, principalmente dos Estados Unidos.<sup>307</sup>

O marco desta virada de Getúlio em relação ao integralismo, e das “forças democráticas” em relação à Getúlio foi a repressão ao levante integralista de maio de 1938, que abriu espaço no governo federal para os elementos anti-fascistas e democráticos:

O povo acolheu com viva simpatia a ação do governo contra o integralismo e seus aliados (...) se ele se desvencilhar totalmente da ala reacionária e seguir uma política conseqüente nacional-democrática, terá, sem dúvida, um total apoio das massas como jamais um governo teve ainda no Brasil. (...)

Em face desses movimentos fascistas e reacionários, nós não temos vacilado em dar todo o apoio à ala democrática do governo que começou a se cristalizar com a entrada de Oswaldo Aranha no Ministério e de vários interventores anti-fascistas e democratas nos Estados, propondo-nos a apoiar o próprio Getúlio, desde que ele se dispusesse a iniciar e a prosseguir a luta anti-fascista. (...)

Depois do golpe integralista de 11 de maio, com o nosso apoio aberto à luta contra o nazi-integralismo, que Getúlio, por força das circunstâncias, foi obrigado a iniciar publica e abertamente, o movimento de massas contra o fascismo, ganha corpo novamente em todos os setores populares.<sup>308</sup>

Após apresentar estes princípios, o documento narra, de seu ponto de vista, a crise interna recém-acontecida no interior do Partido, com a dissidência paulista liderada por Hermínio Sachetta e Heitor Ferreira Lima, que são classificados como “sabotadores trotskistas”, que foram expulsos do Partido, possibilitando o “abandono completo dos processos e métodos ‘esquerdistas’ e esculhambatórios empregados no passado” e a aplicação de uma tática de não combater em bloco os inimigos, mas utilizar as contradições internas existentes entre eles, buscando aliados em todos os setores possíveis. “Visamos, assim, unir todas as forças possíveis da oposição ou do próprio governo atual”.

---

<sup>307</sup> Ibid.

<sup>308</sup> Ibid.

O documento faz também uma crítica aos erros cometidos no passado, inclusive pela ANL, causados pela postura sectária:

Nosso erro consistiu em ficarmos de fora do movimento sindical legal, combatendo em bloco a legislação trabalhista, em vez de, de dentro, com a massa, lutar pela aplicação da parte que interessa ao proletariado. (...)

Nas outras organizações de massa, para frisar a forma em que não queremos mais trabalhar a fim de não repetir os grosseiros erros do passado, citaremos apenas, como exemplo, os métodos empregados em dois momentos diferentes no tempo com relação a duas organizações de frente única: o Bloco Operário Camponês de 1928-29 e a Aliança Nacional Libertadora de 1935. Com o temor de que essas organizações se desenvolvessem tanto que viessem a absorver ou substituir o Partido Comunista, agimos nelas de tal forma sectária e exclusivista que elas não puderam ter a amplitude desejada e necessária. Entretanto, o erro fundamental não foi essas organizações em si, tentarem absorver ou substituir o PCB. Este é que, na realidade, absorveu-as e substituiu-as.<sup>309</sup>

Finalmente, o documento analisa as condições do processo revolucionário brasileiro, salientando a postura adotada em dezembro de 1937, de abandono da perspectiva revolucionária de curto prazo e defendendo a realização da “etapa democrático-burguesa”, criticando a postura anterior de se criar guerrilhas camponesas no Nordeste:

No processo da Revolução Democrático-Burguesa, que é o caráter da nossa Revolução a realizar agora, começamos pela etapa nacional anti-imperialista e não pela etapa agrária, seu lógico desenvolvimento. Por isso, nossa primeira tarefa (...) é unir, em primeiro plano, todas as forças interessadas na libertação do país do jugo imperialista e não apenas as forças interessadas na Revolução Agrária.

(...) E é claro que o caminho para atingir isto não é inicialmente o das guerrilhas camponesas. Insistimos sobre isto, porque é aí que se manifestam, precisamente, as divergências de companheiros dirigentes presos com a atual direção.<sup>310</sup>

Quando essa nova linha política chega a Prestes no presídio, ele não a adota de imediato, e jamais perdoará a então direção do Partido pelas críticas aos “grosseiros erros” cometidos pela ANL; após a anistia, praticamente toda esta direção irá cair em desgraça no Partido. Enquanto esteve à frente do PCB, Prestes não aceitou críticas ao

---

<sup>309</sup> Ibid.

<sup>310</sup> Ibid.

movimento de novembro de 1935, numa avaliação feita 19 anos após, durante o IV Congresso do PCB, em 1954, Prestes afirmará:

A insurreição de 1935 foi derrotada, esmagada pela reação, mas constituiu a mais alta manifestação do sentimento antifascista de nosso povo, foi fator decisivo que impediu a completa fascistização do Brasil e sua total entrega aos bandos assassinos do hitlerismo. Se bem que as condições objetivas fossem favoráveis ao triunfo da revolução, fomos derrotados porque o Partido Comunista não se achava ainda à altura das necessidades do momento.<sup>311</sup>

Prestes, utilizando o cognome de “Domingos José”, manterá com o Secretariado Nacional uma troca de correspondências, entre 1938 e 1939, na qual irá fazer severas críticas à nova linha política. Essa troca de correspondência é citada no relatório de “Bangu”:

Domingos José – Pegamos ligação com D. José (P.), com quem temos mantido correspondência (segue cópia de suas cartas). Ele mantém-se ainda na orientação de 1935 com referência ao caráter da revolução, luta de guerrilhas etc. Isto se explica pelo fato de que ele esteve tanto tempo isolado do PC e quase que do mundo. Como é natural, a nossa atitude para com ele tem sido, e será, de aceitar todas as opiniões justas (em alguns pontos ele tem razão), mas procurar convencê-lo, com toda a calma e paciência dos erros de 35 e de que a orientação atual não é uma simples questão de manobra em face de uma nova situação criada ou de uma nova correlação de forças, mas uma revisão da linha estratégica.<sup>312</sup>

A troca de correspondência entre Prestes e o PCB, realizou-se, segundo o depoimento de “Abóbora” à polícia, entre março de 1938 até fevereiro de 1939, que era feita graças à “convivência de presos por crimes comuns e de funcionários da Casa de Correção”. Esta correspondência teria se encerrado em virtude da transferência dos demais presos políticos para Fernando de Noronha, os quais eram responsáveis pelo repasse da correspondência ao exterior<sup>313</sup>. Nas correspondências que Prestes fazia chegar ao Partido, demonstrava continuar na expectativa de que um movimento camponês pudesse vir a se tornar em curto prazo uma revolta armada:

---

<sup>311</sup> PRESTES, L. C., “Informe de balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil”, em *Problemas*, nº 64, Rio de Janeiro, dezembro de 1954, p. 87.

<sup>312</sup> *Ibid.*

<sup>313</sup> KAREPOVS, D., *Nos subterrâneos da luta*, p. 250.



Nas condições brutais de exploração e opressão em que vive o nosso camponês, qualquer luta contra o senhor feudal, pelas menores reivindicações econômicas, pode transformar-se rapidamente em luta armada. O proletariado não poderá ser contrário às guerrilhas camponesas, muito ao contrário, deve tratar de dirigi-las e orientá-las pelo caminho conseqüente da Revolução.<sup>314</sup>

Quanto às críticas ao movimento de 1935, Prestes é incisivo em não aceitá-las, classificando-as de oportunismo e opinando que estas resoluções deveriam ser anuladas:

Aliás eu penso que anular tais decisões, críticas sobre o passado, é indispensável e urgente, porque tudo quanto há de crítica sobre a linha política do PC e da ANL no documento de agosto trespassa a tal maneira a oportunismo que a sua leitura me causou viva repugnância e profunda tristeza. Depois que li tal documento compreendi porque as mentiras dos “fracionistas” [a dissidência paulista] sobre a atitude da IC quanto à questão deles com o Partido, ainda conseguem abalar a opinião de muitos companheiros sinceros e honestos. Estou convencido de que qualquer operário revolucionário que leia com atenção as decisões de agosto, compreenderá imediatamente que “nunca, jamais, em tempo algum” a IC concordará com tanto oportunismo. Para defender a necessidade tática de unir-mos, hoje, com todos os que em nosso país queiram lutar contra o fascismo, não seria necessário escrever nenhuma das barbaridades que constam do documento de agosto.<sup>315</sup>

A despeito de sua resistência inicial, Prestes, em respeito à disciplina partidária, irá adotar a nova linha política, chegando a tentar conseguir aliados no presídio. Uma boa representação disso pode ser vista na correspondência trocada clandestinamente entre Luiz Carlos Prestes, preso na Casa de Correção do Rio de Janeiro e o tenente Severo Fournier, comandante do levante integralista de maio de 1938, para a qual contaram com a intermediação de algum carcereiro. Prestes, na primeira carta enviada, declara que inicia a correspondência com receio, por saber que Fournier era amigo de Belmiro Valverde, chefe militar do levante integralista, a quem Prestes desconfiava estar ligado à polícia. Esta desconfiança foi alimentada pela reação contrária ao convite que Prestes encarregara Carlos da Costa Leite de fazer a Valverde para este aderir à ANL: “Mas o ódio ao comunistas cegava-o completamente. E qual a razão deste ódio ? Será que algum brasileiro patriota poderá negar o desinteresse e o elevado patriotismo de homens

---

<sup>314</sup> Carta de Domingos José [Prestes] à Prezados camaradas, Rio de Janeiro, 08/06/1938 – Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>315</sup> Ibid.

com Costa Leite, Barata, Silo Meireles, e tantos outros?”<sup>316</sup>. Em função desta desconfiança, Prestes pede sigilo ao tenente Fournier.

O objetivo da primeira carta é a de buscar a confiança do tenente, a quem Prestes diz não acreditar que seja integralista, dizendo ser ele “digno, revoltado contra a tirania (...). Comparo-o mesmo aos meus bons companheiros de 1924”. Nesta primeira carta, Prestes faz um primeiro apelo à união patriótica, pelo que considera um objetivo comum:

Ora, nós, nacional-libertadores, não podemos compreender que na situação atual de nossa Pátria possam homens dignos e patriotas ser contra nós. Se isso acontece é porque algum mal-entendido nos separa e nosso dever é desfazê-lo. Os interesses do Brasil reclamam, hoje, mais do que nunca, a união de todos os brasileiros – única maneira de livrá-lo da tirania e de defendê-lo contra uma agressão estrangeira que se torna cada vez mais provável e ameaçadora.<sup>317</sup>

Prestes propõe o início de uma troca de correspondência, pedindo porém sigilo e cuidado: “Se me escrever, em vez de P. dirija o bilhete à Vila e adote também um pseudônimo”.

Na segunda carta, Prestes já se utiliza da expressão “União Nacional”, união que deveria ser realizada não mais em torno da ANL, mas de um programa comum, baseado em três pontos: Democracia, “escolha dos governantes pelos governados e absoluto respeito pelas liberdades populares”; Nacionalismo, “medidas práticas que assegurem a nossa emancipação econômica (como a criação de uma indústria pesada e efetivamente nacional) e que facilite a organização da defesa nacional; Bem-estar do povo, “redução do custo de vida e melhoria imediata da situação de miséria em que definha o nosso povo”<sup>318</sup>.

A democratização do país, não deixa de ser uma novidade, pois no início da década de 30, a democracia representativa e outras formas liberais de regime político, estavam longe de ser uma unanimidade no discurso político, sua defesa tem grande impulsão durante a luta contra o Estado Novo, que elimina o voto do sistema político nacional. O nacionalismo, na visão colocada nesta correspondência, é representado pela implantação da indústria pesada, ou seja, da siderurgia, sempre conjugando a industrialização com a defesa nacional; o caráter militar da indústria siderúrgica é mantido no discurso do PCB.

---

<sup>316</sup> PRESTES, L. C., Primeira carta ao tenente Severo Fournier, 30/11/1938, em *Problemas atuais da democracia*, p. 23.

<sup>317</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>318</sup> PRESTES, L. C., Segunda carta ao tenente Severo Fournier, *op. cit.*, p. 25.

É interessante que nesta carta também, esta União Nacional admite a própria aliança com o governo:

Estamos dispostos a apoiar qualquer governo que o proclame [o programa apresentado] ante o povo e que efetivamente, o execute. Nesta luta, meu amigo, não devemos ver os homens e apoiar até o próprio Getúlio se, amanhã, compreender a necessidade nacional de um tal programa, e quem lhe escreve isto é o homem que, pessoalmente, tem a Getúlio o mais justificado ódio: você deve saber que foi ele quem mandou entregar a Hitler minha dedicada companheira, em adiantado estado de gravidez.<sup>319</sup>

A proposta de União Nacional, incluindo o próprio Getúlio Vargas, porém, é aqui apresentada ressaltando seu caráter tático, o objetivo final é a capitulação deste: “Você é militar e sabe, portanto, que nem sempre convém atacar o inimigo de frente (...), principalmente quando a retaguarda do inimigo já recebeu os germes da decomposição”.

Na terceira carta, a nova linha política do PCB, de união com a “burguesia nacional” e revolução democrático-burguesa, aparece perfeitamente ilustrada. Prestes faz essa ilustração para explicar porque admitiu na sua última carta a hipótese de um apoio condicional a Vargas, o que gerou uma manifestação de decepção na resposta de Severo Fournier.

Aqui o essencial, no momento, é romper todos os freios que estão impedindo o nosso desenvolvimento capitalista, implantando democracia de verdade, pela primeira vez, em nossa Pátria, e dando um impulso ao seu progresso econômico e à cultura de nosso povo. Nós comunistas, dizemos, por isso, que a Revolução brasileira está, atualmente, em sua etapa democrático-burguesa. (...) E é por isso que no Brasil de hoje, só são adversários conscientes da democracia os grandes fazendeiros mais reacionários, que querem impedir o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola, e os agentes do capital financeiro, dos grandes banqueiros estrangeiros, em particular, no momento o imperialismo mais reacionário, o imperialismo fascista.<sup>320</sup>

Ainda nesta terceira carta, Prestes, para explicar os motivos de admitir um apoio a Getúlio, faz a seguinte afirmação:

Ante a alternativa de apoiar Getúlio e a de assistir de braços cruzados a uma aventura que nos poderá levar ao terror fascista e à invasão estrangeira, nenhum democrata poderia vacilar. Ante qualquer ameaça fascista, nós, aliancistas, procuraremos sempre, o

---

<sup>319</sup> Ibid., p. 25

<sup>320</sup> PRESTES, L. C., Terceira carta ao tenente Severo Fournier, op. cit., p. 30.

outro lado da barricada e apoiaremos Getúlio se ele também estiver do nosso lado, (...) nós nem por um instante deixaremos de lutar contra a atual tirania e que só apoiaremos ante medidas concretas, como anistia, convocação de eleições, suspensão da censura à imprensa, etc.<sup>321</sup>

A importância desse trecho é que não apenas vai ser a base do apoio irrestrito dado ao governo quando o Brasil decretou guerra ao Eixo, em 1942, como também dará coerência à cooperação entre o Partido Comunista e Getúlio Vargas em 1945, quando se iniciava a democratização brasileira, e que provocou uma grande crise interna no Partido. Não é por acaso que as cartas enviadas de Prestes para Severo Fournier fossem publicadas pelo PCB por meio da Editorial Vitória, sua editora, em 1947, pouco após a expulsão de vários quadros contrários à política de apoio irrestrito dado a Vargas em 1945.

Um último exemplo da primeira fase da União Nacional, ainda mais explícita do que os dois documentos citados acima, pode ser encontrado numa carta, interceptada pelo DOPS, do secretário-geral da ANL no exílio, o capitão Roberto Sisson, enviada de Buenos Aires em novembro de 1939, pouco depois do pacto de não agressão entre Alemanha e URSS a José Simões, elemento de ligação entre Sisson e o PCB desde 1934, quando Sisson ainda era filiado ao PSB. Sisson critica a antiga política anti-governista do Partido, considerando que esta nada mais fazia que fornecer armas aos inimigos e pondo em risco a própria vida de Prestes que, segundo Sisson, corria perigo:

Reputo a situação do Prestes, gravíssima, os fascistas infiltrados no governo, os demagogos e o alto clero, que com o clero estrangeiro só podem querer seu assassinio legal, a nossa idiota política anti-filintista só veio agravar o seu caso, não me assustem que sempre aparecerá um burro ou um traidor para vê-lo responsabilizado pelos crimes de 35, 36, 37, etc. Nós é que não podemos indicar este bode aprioristicamente e se o Filinto [Müller], inteligente como é, quiser apoiar a união nacional, viva! O que não podemos, jamais, é nos comprometer com alguém em posição fascista ou imperialista, aliás, com a situação atual da Alemanha o nazismo já não nos deve assustar, nem ele é apoio para nenhum brasileiro inteligente.<sup>322</sup>

O investigador do DOPS que procedeu a leitura desta carta certamente se surpreendeu com a hipótese de admitir até Filinto Müller na União Nacional, tanto que não resistiu e anotou na margem, ao lado deste trecho: “Estão sonhando”. É interessante

---

<sup>321</sup> Ibid., p. 32

<sup>322</sup> Carta de Roberto Henrique Faller Sisson a José Simões, Buenos Aires, 18/11/39, Fundo DESPS, Arquivo

neste trecho que, segundo a ótica de Sisson, a União Nacional teria como objetivo também a proteção à Prestes. Apesar de admitir a participação de elementos como Filinto Müller, Sisson não deixa de ressaltar que “o que não podemos, jamais, é nos comprometer com alguém em posição fascista ou imperialista”. O documento se enquadra num momento de transição entre as linhas políticas de antes e depois o pacto de não agressão, já admitindo que “o nazismo já não nos deve assustar”.

Sisson, apesar de declarar a necessidade de não se comprometer com ninguém em posição fascista, admite que a União Nacional poderia ser estabelecida nas bases de uma “ditadura republicana”, sendo que o que impediria a sua realização era tão somente a Constituição de 1937, que poderia ser perfeitamente substituída pela Constituição de 1934, com emendas. Neste sentido, Sisson irá freqüentemente encontrar-se com o embaixador do Brasil no Uruguai, Batista Luzardo, a fim de tentar conquistá-lo para a União Nacional:

Luzardo: estive com ele e ele me disse que o GG [Getúlio] vai ao plebiscito democrático em torno da constituição com emendas, eu disse que o maior erro de 10 de novembro [de 1937] foi a constituição, que uma ditadura tipo republicana ao redor de GG teria facilitado a união nacional das forças nacionais progressistas ao seu derredor, mas que os termos políticos da constituição, lei inatural, que não fora posto em execução, obrara como força apriorística, excluindo aprioristicamente desta arregimentação as forças que não podem aceitar, sobretudo a parte política da mesma. (...) sendo aconselhável a derrogação daquele evoluindo o Estado Novo para simples ditadura nacionalista do GG e a melhora da situação de Prestes, verificado por todos. (...) Enfim, apelei por seu intermédio ao Felinto [Müller], para que cesse a perseguição aos nacionais libertadores e apoiasse a união nacional.<sup>323</sup>

Sisson também não deixa de criticar a atuação do PCB durante e após 1935, especificamente por apresentar Prestes, líder da ANL, como comunista, atitude que teria afastado vastos setores da ANL isolando-a politicamente. Segundo Sisson, Prestes deveria ser apresentado como um líder nacional de todos os setores democráticos, classificando como “idiota” tê-lo apresentado como comunista:

Voltando ao P. [Prestes], a propaganda feita na época do assenso do P. por seus amigos comunistas por aqui foi idiota, apresentaram-no como comunista, com a política de união nacional, que os comunistas apoiam, P. em descenso, não é apoio para eles

---

do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>323</sup> Ibid.

nem para nenhuma força democrática (...). Ainda há poucos dias os comunistas do Uruguai, que nada podem fazer por P. neste momento, aclamaram-no como um dos líderes comunistas mundiais, verdadeiro convite à reação redobrada e furor em cima dele. (...) Enfim, creio, que somos nós os dirigentes nacionais libertadores brasileiros, que podemos fazer-lhe algo, contanto que P. deixe de ser o comunista e definitivamente passar a ser o que sempre deveria ter sido, qualquer que fosse a sua filosofia, o nacionalista, o nacional-progressista, o nacional-libertador, é assim que o povo brasileiro o quer e o ama, ele próprio não tinha o direito de se apresentar de outro modo (...). Prestes devia ser o homem de todos os partidos nacionais progressistas, o homem de todas as classes nacionais progressistas e o partido ou classe que o reivindicasse exclusivamente estaria fazendo divisionismo.

(...) Não é certo que os erros de 35 tenham sido da ANL em si, são dos comunistas e de P., principalmente, isso entre nós.<sup>324</sup>

A posição de Sisson, que admite a instalação de um ditadura republicana, é típica do período marcado pelo pacto de não agressão entre URSS e Alemanha, e a aceitação da ditadura, contanto que de caráter nacionalista é admitida em vários documentos da IC, neste sentido, em 1940, o dirigente comunista argentino, Ernesto Giudici, irá afirmar que muitos movimentos de libertação nacional aderiram à organização fascista pela mesma necessidade que, em outra esfera, obrigou o imperialismo alemão a adotar a forma fascista de luta para, no âmbito internacional, conquistar um lugar em um mundo dominada pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Giudici, vai mais longe afirmando que:

Neste caso imperialista, o fascismo é o transitório; o que vale, o que é o motor e norte, é o imperialismo que, por não ter uma cor política, em cada etapa ou tarefa adota a forma política que melhor convém aos seus interesses; ora democrática como na Inglaterra, ora fascista como na Alemanha<sup>325</sup>

Giudici acreditava, assim como a maioria dos teóricos marxistas ligados aos partidos comunista de então, que a libertação nacional dos países latino-americanos era o objetivo principal a ser alcançado, que e se a libertação nacional se daria pela via democrática ou ditatorial era uma questão secundária. Segundo Giudici, a via democrática para libertação nacional era possível no Chile, na Argentina e no Uruguai, porém não no Brasil.<sup>326</sup>

---

<sup>324</sup> Ibid.

<sup>325</sup> GIUDICI, E., Imperialismo e libertação nacional, em LÖWY, M. (org.), *O marxismo na América Latina, uma antologia de 1909 até aos dias atuais*, p. 159.

<sup>326</sup> Ibid., p. 162.

Sisson, que admite a instauração de uma ditadura nacionalista no Brasil, se insere, na carta acima citada, na perspectiva de revolução democrático-burguesa adotada pelo Partido após 1936, declarando ser, no atual momento, a pequeno burguesia a classe que mais pesa na revolução e o objetivo imediato desta revolução não seria a formação de um Estado democrático ou a conquista do poder pelo proletariado, mas a libertação nacional do imperialismo:

Proletariado: respondendo a uma dúvida de alguém digo de modo geral, que é o proletariado a classe mais revolucionária, motor da revolução, etc. porém, devido a sua situação nos países semi-coloniais, neles a classe que mais pesa na revolução é a pequeno-burguesia, à qual deve ser levada uma teoria revolucionária que sirva para coordená-la com fins imediatos da revolução anti-imperialista. (...) por razões de ordem subjetiva a hegemonia da ANL deve ser oferecida, formal e ostensivamente à burguesia nacional industrial, embora saibamos que ela não é capaz de dirigi-la. A ANL será dirigida pelos mais capazes com indiferença de classe, porém, geral, pequenos burgueses revolucionários. (...) Há um justo sentimento tenentista, composto de lealdade e sensibilidade um pouco heróicas, que tem grande valor em nossa revolução, a ANL incorpora a si este modo de sentir.<sup>327</sup>

Símbolo desta revisão sobre quem deveriam ser os quadros dirigentes da ANL, Pedro Mota Lima, que fora uma das vítimas da política de proletarização do Partido é reabilitado, passando a ser considerado como uma importante liderança:

Mota Lima: todos aqui aceitam em considerar que o [Pedro] Mota Lima como o dirigente nacional libertador do Prata, ele é um grande patriota, tanto ele quanto Barbosa [Melo], na miséria e perseguido pelo governo de sua pátria.<sup>328</sup>

Sisson aproveita ainda esta carta para manifestar-se contrário à inclusão de Armando Sales, e Flores da Cunha na União Nacional, o primeiro por estar “ligado de modo especial ao imperialismo americano” - ainda a respeito de Armando Sales, Sisson procura desfazer um boato, não identificando de onde teria surgido, de que ele teria aceitado dois mil dólares do ex-governador de São Paulo e encaminha a José Simões uma declaração desmentindo o boato em que “eu era acusado de haver recebido dinheiro americano” - quanto a Flores da Cunha, que assim como Armando Sales conspirava ativamente contra o governo federal, Sisson afirma ter rompido com este: “noutro dia,

---

<sup>327</sup> Carta de Roberto Henrique Faller Sisson a José Simões, Buenos Aires, 18/11/39, Fundo DESPS, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

quando estive em Montevideu, não visitei mais o Flores, que sei viver cercado dos integralistas.”

De fato, as autoridades brasileiras no Uruguai tinham especial cuidado em manter Flores da Cunha sob estreita vigilância. Seus movimentos são relatados constantemente pelos representantes do corpo diplomático brasileiro neste país, José Bernardo de Câmara Canto e Batista Luzardo. Num relatório de março de 1938, Câmara Canto informa que:

Livramento é ainda uma fortaleza florista. (...) O florismo é tão forte ali que já recomeçou a contrabandear.

Em todos os municípios fronteiriços com este país o Dr. Flores tem elementos na administração e não deve ser esquecido de que em todos eles foi escondido o armamento de que dispunham antes de 10 de novembro. (...)

Enfim, eminente Chefe, conspiram os floristas de mãos dadas com os comunistas.<sup>329</sup>

Flores da Cunha, que já estava envolvido em conspirações antes de seu afastamento do governo do Rio Grande do Sul, continuou nesta atividade após o exílio, com redobrada energia. Uma primeira aproximação de Flores da Cunha com o PCB já havia acontecido em 1937, quando o governador acolheu a Silo Meirelles e Trifino Correa, dando a este último o comando dos corpos provisórios na divisa com Santa Catarina. Além destes corpos provisórios, Trifino Correa organizou um Comitê Militar Revolucionário, que contou com a participação de outros militantes comunistas, como Dinarco Reis e Delcy Silveira<sup>330</sup>.

Ao se exilar no Uruguai, Flores da Cunha continuou a manter contatos freqüentes com os militares comunistas. Segundo os relatórios do embaixador Batista Luzardo, encontrava-se constantemente com os majores Carlos da Costa Leite, Alcedo Cavalcanti e com o capitão Nemo Canabarro Lucas, seus companheiros de conspiração, que pretendiam ir a “Madri em março, onde prestarão serviço ao seus patrões da Rússia Soviética”<sup>331</sup>

Entretanto, ida de boa parte dos militares comunistas brasileiros exilados na região do Prata para a guerra civil espanhola - praticamente todos participantes do grupo conspirador em torno de Flores da Cunha - e principalmente após os levantes integralistas de março e maio de 1938, que granjearam ao governo federal a solidariedade dos

---

<sup>328</sup> Ibid.

<sup>329</sup> Carta de José Bernardo de Câmara Canto à Getúlio Vargas, Montevideu, 13/03/1938, CPDOC/FGV.

<sup>330</sup> BATTIBUGLI, T., *A militância antifascista: Comunistas brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*, p.104



comunistas, estes começaram a se afastar de Flores da Cunha. A chegada de um grande número de exilados anti-Vargas ao Uruguai, principalmente integralistas, que logo passaram a conspirar também com Flores da Cunha, terminou por afastá-lo definitivamente dos comunistas. Tal como declara Roberto Sisson na acima citada carta à José Simões.

À medida que vários integralistas eram reabilitados pelo governo, como Barbosa Lima, que manteve uma atividade como informante das autoridades federais e com os comunistas de relações cortadas com ele (aliás Flores da Cunha, até 1937, era um ferrenho anticomunista, chegando a oferecer os 20000 homens de suas Brigadas para auxiliar na repressão ao comunismo após a insurreição de novembro de 1935), o ex-governador ficou praticamente isolado politicamente. Segundo os relatórios de Câmara Canto e Batista Luzardo estava “quase afastado das conspiratas, entregue ao jogo das corridas de cavalo, e das ‘quinielas’ [jogo de azar – Dic. Caldas Aulete]”<sup>332</sup>, em péssima situação financeira, tendo a sua internação relaxada, em 1941, retirando-se para a fazenda de seu irmão, no interior do Uruguai.

### 3.3 - Na Guerra Civil Espanhola

A partir do segundo semestre de 1937, vários militantes comunistas brasileiros, entre eles 14 militares, iniciaram sua saída do país rumo à Espanha, onde serviriam nas Brigadas Internacionais. Grande parte dos militares brasileiros era constituída por oficiais, envolvidos com o levante de novembro de 1935. O primeiro a chegar, em fevereiro de 1937, foi Alberto Besouchet, um dos comandantes militares do levante em Pernambuco que conseguiu fugir da repressão e não foi preso. Porém Besouchet, filiado ao PCB desde 1933, foi uma exceção entre os voluntários brasileiros: apesar de seu destacado papel no levante em Recife, ligou-se a vários trotskistas em São Paulo, e por meio de seus contatos com Mário Pedrosa na capital paulista e depois com Elsie Houston, em Paris, filiou-se ao POUM (Partido Obrero de Unificación Marxista), que constituiu um dos batalhões republicanos anti-stalinistas na Espanha.

Essa filiação já havia sido notada antes de seu embarque, pois, ao fazê-la, publicou um manifesto no jornal dos trotskistas brasileiros, *A Luta de Classe*, (o que constituiu praticamente numa declaração de morte à Besouchet), tanto que, ao chegar à Espanha, já era esperado através de um informe confidencial ao Departamento de

---

<sup>331</sup> Carta de Batista Luzardo a Getúlio Vargas, Montevideu, 26/02/1938, CPDOC/FGV.

Quadros do Partido Comunista da Espanha, que anunciava sua chegada e recomendava que “si es posible encontrarlo hay que detenerlo y tambien urge notificar todos los camaradas a fin de que no le permitan utilizar el nombre del Partido Comunista del Brasil.”<sup>333</sup> Em junho de 1937, foi apanhado e fuzilado logo após, juntamente com outros aderentes do POUM.

Entre os outros militares, todos eram filiados ao PCB, com a exceção do capitão Nemo Canabarro Lucas, veterano da Guerra do Chaco, entre 1932 e 1934, onde lutou como voluntário do lado paraguaio, contra os bolivianos e um dos organizadores da ANL no Rio de Janeiro, que estava em Montevideu até 1937, onde participou das conspirações de Flores da Cunha. Segundo os relatórios de Carlos da Costa Leite: “No comunista(...) Mentalidad pequeño burgueza, desconoce el marxismo. Muy trabajador. Si lo ganamos – una buena adquisición. Si lo perdemos del todo – un elemento peligroso.”<sup>334</sup>

Dentre os militares comunistas brasileiros o de patente mais alta, que exercia o cargo de maior responsabilidade junto ao PCB, era o então major Carlos da Costa Leite, que lá chegou em abril de 1938, juntamente com o tenente José Gay da Cunha e o sargento Hermenegildo de Assis Brasil, veteranos do levante de 1935 na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. A partida de Costa Leite do Uruguai, onde estava refugiado deste novembro de 1935, foi imediatamente relatada pelo embaixador brasileiro, José Bernardo de Câmara Canto, em março de 1938, à Getúlio Vargas.<sup>335</sup>

Costa Leite, a princípio, ocupou o posto de instrutor de artilharia em Figueiras, na Catalunha; posteriormente tornou-se comandante, com o posto de major, do destacamento militar do Ebro, comandou o batalhão de artilharia na campanha do Ebro, rio da região da Catalunha, onde se realizou uma batalha importante. Segundo os relatórios do Partido Comunista da Espanha: “Se trata de un camarada que en el Partido brasileño ha ocupado puestos de suma responsabilidad.”<sup>336</sup>

Além de exercer funções de comando e treinamento militar, Costa Leite também fornecia relatórios constantes sobre cada um dos militares brasileiros na Espanha: “Ahora hemos encontrado a un camarada de confianza el qual os conoce [a los camaradas brasileños] y nos ha dado informes sobre vuestra actividad pasada.”<sup>337</sup> Os informes de

---

<sup>332</sup> Carta de Batista Luzardo a Felinto Müller, Montevideu, 11/05/1941, CPDOC/FGV

<sup>333</sup> Comunicação confidencial de “Maria” (del SRI) ao CC del PCE – Departamento de cuadros, Valencia, Espanha, 24/01/1937, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>334</sup> Informação de Carlos da Costa Leite, Espanha, 16/04/1938, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>335</sup> Carta de José Bernardo de Câmara Canto à Getúlio Vargas, Montevideu, 13/03/1938, CPDOC/FGV.

<sup>336</sup> Correspondência de “Max” ao Estimado camarada Olaso, Barcelona, 16/08/1938, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>337</sup> Carta do Secretariado del Comité Central del PCE al Comité Provincial de Alicante, al compañero Claudio Ballesteros Gonzales [possivelmente Roberto Morena], Barcelona, 11/08/1938, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

Costa Leite enfatizavam a atividade partidária de cada um dos voluntários, descrevendo se este pertencia ao PCB ou se era “antifascista”, avaliando se este era um “bom quadro” ou “débil organicamente”. Alguns informes são extremamente elogiosos, como no caso de Apolônio de Carvalho, tido por Costa Leite como “Posiblemente el mejor de los militares brasileños en España.”<sup>338</sup> Outros nem tanto, como o referente a Eni Silveira: “Bueno pero no muy fuerte. No bastante sério. Le gusta mucho divertirse.”<sup>339</sup>

Costa Leite, numa carta de Dinarco Reis pedindo licença para dirigir-se a Barcelona, onde deveria realizar tarefas para o PCB, relacionadas com a propaganda de ajuda à Espanha na América do Sul, é identificado como fiador da veracidade de suas informações e como dirigente dos PC’s do Brasil, da Argentina e do Uruguai, usando na Espanha o cognome de “Ramón Bertrand”.

De parte do PCB, principalmente de seu representante na França, Homero de Freitas Guimarães, “Martins” ou “Castro”, como se identificava nesta época, havia uma expectativa de que, em breve, estes militares brasileiros na França seriam necessários no Brasil, em vista de que o Partido esperava que se iniciasse uma guerra civil no país por iniciativa dos integralistas. Neste sentido, escreve ao Partido Comunista da Espanha, solicitando o envio imediato de alguns dos voluntários. Neste caso, Martins escreve sobre José Homem Corrêa de Sá e Enéas Jorge de Andrade:

Tanto no caso de conquistarmos a anistia, como no de ser desencadeada no Brasil a guerra civil pelos fascistas, pediremos a devolução desse camarada de forma a que não prejudique o trabalho que estiver fazendo ahi.<sup>340</sup>

A maior parte dos militares brasileiros foi aproveitada como oficiais, primeiro por serem oficiais do exército brasileiro, depois porque o exército republicano espanhol estava extremamente carente de oficiais que, na sua maioria, passaram para o lado dos falangistas.

Outro oficial que também pertencia à direção da ANL, o major Alcedo Cavalcanti, também foi para a Europa quase ao mesmo tempo que Costa Leite, porém, ao chegar na França, em março de 1938, disse que os brasileiros já não podiam fazer nada pela República espanhola, pois a guerra estaria perdida, no que teve o apoio dos tenentes

---

<sup>338</sup> Opinion dada por el mayor Da Costa Leite en conversación com A. M. Elliot., 15/01/1939, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

<sup>339</sup> Ibid.

<sup>340</sup> Carta de “Castro” [Honório de Freitas Guimarães], Paris, 11/09/1937, Arquivo da Internacional Comunista/Cedem.

Celso Tovar Bicudo e Paulo Machado Carrion, tomando os três a decisão de retornar à América do Sul.

O gesto destes três oficiais foi recebido com grande repúdio pelo PCB e pelos brasileiros exilados no Prata. Um artigo em *A Classe Operária* qualificou os três de covardes, especialmente ao major Alcedo, chamado de traidor<sup>341</sup>. Para os comunistas brasileiros exilados no Prata, os três passaram a ser tratados como dissidentes.

Em setembro de 1938, atendendo à pressão da França e Inglaterra, o primeiro ministro da Espanha, Juan Negrin, em decisão que contou com a participação de Stálin, decidiu pela desmobilização das Brigadas Internacionais, que ocorreu oficialmente em 15 de novembro de 1938. A participação dos brasileiros na guerra civil, entretanto, continuou ainda durante alguns poucos meses. Após a queda de Barcelona, André Marty, comandante das Brigadas Internacionais, convocou alguns brasileiros, entre outros estrangeiros, para reorganizar a 15ª Brigada Internacional. Esta resistiu até fevereiro de 1939, quando a Catalunha foi tomada pelos falangistas. Após este fato, os brasileiros retiraram-se da Espanha e exilaram-se na França. O último brasileiro a permanecer na Espanha foi Roberto Morena, comissário político das Brigadas, permanecendo no último reduto da resistência republicana, Alicante, que caiu em 30 de março de 1939. Morena embarcou no último navio de refugiados, que já tinha zarpado, levando-o à bordo puxado por uma corda<sup>342</sup>.

Por este motivo, Roberto Morena foi o único brasileiro que não foi para a França, sendo confinado num campo de prisioneiros na Argélia de onde, após uma tentativa frustrada de fuga, foi enviado para a URSS, em agosto de 1939.

Os outros voluntários brasileiros passaram por três campos de prisioneiros na França até serem definitivamente internados no campo de concentração de Gurs, no sul do país. Neste campo de prisioneiros, os brasileiros conseguiram contato com o Partido no Brasil e com os exilados no Prata, por intermédio do Partido Comunista da França. No arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite, encontramos três cartas, datadas de 10 de junho e 27 de julho de 1939 e uma sem data, recebidas por Costa Leite no campo de concentração, enviadas pela direção da ANL no Prata. Por meio destas cartas, os demais voluntários presos em Gurs ficaram sabendo da situação política do país e da chegada dos primeiros voluntários brasileiros de volta ao país, entre eles Nemo Canabarro Lucas:

---

<sup>341</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 177

Vocês podem avaliar como vão as coisas em nosso país pela maneira como estão sendo tratados os companheiros que chegaram da Espanha. Os primeiros desembarcaram sem maiores obstáculos. O pessoal do Felinto [A Polícia Especial] esteve a bordo, segundo nos relata em longo informe o nosso Nelson [de Souza Alves], e impediu o desembarque de dois deles por duas horas. Nisso chega um grupo de militares que vai recebê-los, a todos ou a um deles, não sabemos se ao Canabarro. Abraços, alegria, e se faz o desembarque sem que os tiras intervenham mais. É possível, como esperavam vocês, que a chancelaria estivesse inclinada a conceder-lhes os documentos para sair da Europa [Osvaldo Aranha era o chanceler]. Mas a ala reacionária, que ainda não entregou os pontos, acaba de lavrar um ponto contra vocês. Telegrama da Havas, de anteontem, noticia a publicação de um decreto pelo qual se estabelece que “perderán la nacionalidad brasileña aquellos ciudadanos que acepten comisiones, empleos o remuneraciones de gobiernos extranjeros sin autorizacion del presidente de la República.” “El decreto – prosegue o telegrama – aclara que quedan comprendidos en él los ciudadanos enrolados en ejércitos extranjeros desde el 25 de abril de 1938, y aquellos que presten servicios militares en países extranjeros”.<sup>343</sup>

A perda da nacionalidade estava baseada no art. 116 da Constituição de 1937, que é citado neste decreto. Os “companheiros que chegaram da Espanha” citados nesta carta eram Delcy Silveira, Eny Antonio Silveira, Nelson de Souza Alves, Homero de Castro Jobim e Nemo Canabarro Lucas, que contaram com o auxílio do embaixador brasileiro na Espanha, Silveira Martins, que foi ao campo de Gurs retirá-los. Os voluntários brasileiros fizeram uma reunião e decidiram que retornariam primeiro os que não tivessem processo no Brasil. Delcy Silveira, ao chegar ao país, foi detido antes de desembarcar por dar uma entrevista ao jornal *A Crítica* atacando o Estado Novo e Getúlio Vargas. Passou alguns dias preso e foi solto com ordens de deixar o Rio de Janeiro. Como não era possível viajar naquele tempo sem um “salvo-conduto”, Delcy teve que retornar à polícia para pedir um. Nesta ocasião, contou com a ajuda de Trifino Corrêa, que já estava em liberdade e foi com ele à polícia reclamar o “salvo-conduto”<sup>344</sup>

Nas cartas, acompanha-se com bastante atenção às tensões internas no Brasil entre a “ala democrática” do governo, capitaneada pelo Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, pró-norte americana e a “ala reacionária”. Os voluntários brasileiros acreditavam que a chancelaria iria intervir a favor dos primeiros voluntários de volta ao

---

<sup>342</sup> ASMOB, *Memória de História, Vol. 3, Roberto Morena*, entrevista., p. 87.

<sup>343</sup> Carta de Barbosa Melo, Roberto Sisson e Pedro Mota Lima à Queridos amigos Costa, Gay, Dinarco, Quincas, Apolônio, Capistrano, Sá, Assis e demais companheiros, Buenos Aires, 10/06/1939., Arquivo Pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>344</sup> Depoimento de Delcy Silveira à Thais Battibuggi, em BATTIBUGLI, T., *A militância antifascista: Comunistas brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*, p. 263.

país, como está expresso na citação acima. A carta acima citada fala também das manifestações populares em apoio a uma missão de cordialidade norte-americana:

Em carta a nós, Zezé [José Simões] manda dizer-nos que a situação está bastante tensa entre as duas alas, que ele chama cariocamente o jogo do Fla-Flu. A viagem do general Marshall, como chefe de uma missão de cordialidade norte-americana, serviu de oportunidade para um verdadeiro plebiscito. Dois dias antes havia desembarcado a vaquinha da condessa Ciano [esposa do chanceler da Itália], recebida oficialmente, carro puxado a batedores, correndo entre a frieza geral da população, guardada por um espetacular serviço de polícia – como costumam andar os representantes do fascismo. A missão norte-americana, ao contrário, foi recebida com manifestações populares. O general esteve sempre em contato com o povo, que o saudava onde o encontrasse. Segundo a opinião dos companheiros brotenses, o “match” não deverá prolongar-se muito e não há possibilidade de empate. Ou vence Fla ou Flu continua desovando decretos infames.<sup>345</sup>

O rompimento entre o major Alcedo Cavanti e os demais exilados brasileiros é comentado nas correspondências. Mota Lima informa que Alcedo criou um “diretório provisório da ANL, negando autoridade à direção, que na sua quase totalidade é a mesma da fundação” e não reconhecendo Roberto Sisson como secretário geral da ANL.<sup>346</sup> O rompimento entre eles chegou a tal ponto que:

Alc. [Alcedo Cavancanti] se declara “ofendido” “perante os seus pares” e invoca a Sis. [Roberto Sisson] “uma ética de honra por imperativo da própria profissão” (...), desafiando-o para... um duelo. Isto e mais um documento subscrito pelo major [Alcedo], Carr. [Paulo Machado Carrión], Dinarte [da Silveira] e Antero, são coisas que pela linguagem provocadora, tipo “assalariados de Mosc. [Moscou]” e instrumentos do “imperialismo sov. [soviético] aliado ao imperialismo yankee de Roosevelt e ao imperialismo inglês”.<sup>347</sup>

Este rompimento também é comentado na carta de Pedro Mota Lima:

O pessoal que não seguiu com vocês – e com eles o Jean – está cada vez pior. Não quis reconhecer que Sissón continua sendo secretário geral da aliança [nacional libertadora]; não aceita a linha traçada por um pleno aliancista que deu plenos poderes ao sec. Geral

---

<sup>345</sup> Carta de Barbosa Melo, Roberto Sisson e Pedro Mota Lima à Queridos amigos Costa, Gay, Dinarco, Quincas, Apolônio, Capitrano, Sá, Assis e demais companheiros, Buenos Aires, 10/06/1939., Arquivo Pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>346</sup> Carta de Pedro Mota Lima à Costa Leite e demais companheiros., s/d, Arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>347</sup> Carta de R. Sisson, Barbosa Melo e Pedro Mota Lima à C. Costa Leite, J. Gay da Cunha, Dinarco Reis,

para resolver as questões surgidas no estrangeiro; de provocação em provocação, irritados, desesperados com o contraste da posição de vocês, vivem a fazer besteiras, sobretudo o nosso velho majorão [Alcedo Cavalcanti], carr. [Paulo Machado Carrión] e din. [Dinarte da Silveira]; franç. [Carlos Brunswick França], bic. [Celso Tovar Bicudo de Castro] e ant. [Antero] os acompanham friamente, mais por “solidariedade militar”... Pompeu [Thomas Pompeu Accioly Borges] firme conosco, lamentado os erros de todos e as dúvidas do cunhado [Eliezer Magalhães]. (...) Por que nós, que queremos unir a todos os setores democráticos e progressistas, insistimos com eles (...) no sentido de que se submetam à disciplina aliancista e acatem as resoluções dos companheiros que lá dentro tem mais elementos para dirigir-nos e são os que organicamente podem dizer-se dirigentes aliancistas. Imaginem que o major [Alcedo], carr. [Carrión] e e elie. [Eliezer Magalhães] se arvoraram, aqui de Bs. As. [Buenos Aires], em “diretório provisório” da ANL, negando autoridade à direção que na sua quase totalidade é a mesma da fundação.<sup>348</sup>

Os voluntários presos no campo de concentração participam do debate entre os aliancistas e dissidentes, por solicitação destes primeiros, mandando cartas aos dissidentes conhecidos manifestando apoio à direção da ANL e tentando demove-los de sua posição:

Se não lhes fechamos ainda a porta em definitivo, é mais em benefício deles e em atenção ao que já representaram para nós no passado. Concordamos em que vocês escrevam a Bicudo, França e a Eliezer. O primeiro tem uma posição meio séptica; ao segundo mandamos as palavras afetuosas de Gay e Dinarco, que produziram bom efeito; o terceiro tem muitas dúvidas, aproximasse muito mais do que os outros dos da posição de Alc., mas não aceita integralmente os pontos de vista deste, como por exemplo na questão do apoio a Roosevelt. Escrevam a cada um deles umas linhas de amizade e nós as faremos chegar imediatamente.<sup>349</sup>

O médico Eliezer Magalhães, irmão do “tenente” e ex-governador da Bahia, Juracy Magalhães, e participante dos planejamentos do levante de novembro de 1935, apesar de haver aderido a Alcedo, quando do seu rompimento com a ANL, em 1939, mantinha uma postura crítica em relação à este, observada nas cartas de Roberto Sisson, Barbosa Melo e Pedro Mota Lima aos brasileiros presos no campo de concentração de Gurs. Quando da

---

entre outros, Buenos Aires, 10/06/1939, Arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>348</sup> Carta de Pedro Mota Lima à Querido Costa e demais companheiros, s/d, Arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite. Esta carta também dá notícias do Rio de Janeiro, algumas pitorescas como: “a última ‘bola’ do nosso velho Rio brasileiro da Silva: a [ilegível] do tráfego pintou na avenida umas faixas brancas para os pedestres, e o carioca as classificou logo de ‘corredor polones’”, anotação manuscrita na margem da carta.

<sup>349</sup> Carta de R. Sisson, Barbosa Melo e Pedro Mota Lima à C. Costa Leite, J. Gay da Cunha, Dinarco Reis, entre outros, Buenos Aires, 10/06/1939, Arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

invasão da URSS à Finlândia, em novembro de 1939, Eliezer Magalhães foi o único dos aliancistas a subscrever um manifesto congratulando-se com o governo argentino por ter condenado esta invasão.<sup>350</sup>

Seu cunhado Thomaz Pompeu Accioly Borges, que se mantivera “firme” ao lado da direção da ANL, era considerado um não comunista pelos demais aliancistas, apesar de manter contatos freqüentes com os dirigentes do Bureau Sul-americano da IC e com demais dirigentes comunistas argentinos, sendo João Falcão, Pompeu era o único brasileiro não comunista com o qual ele podia manter relações de amizade, durante seu exílio em Buenos Aires.<sup>351</sup> Pompeu, por intermédio de seu cunhado Eliezer Magalhães, servia como um elemento de ligação entre a direção da ANL, os dissidentes e os oposicionistas liberais, como Armando de Sales Oliveira e Júlio de Mesquita Filho, que também se encontravam exilados.

Em julho de 39, Costa Leite envia, ainda do campo de Gurs, uma carta aos exilados manifestando seu integral apoio à direção da ANL e a seu secretário geral, Roberto Sisson, contra os dissidentes e manifesta também sua posição referente ao apoio ao governo federal:

A questão mais grave, porém, de dissidência está no “apoio ao Getúlio” (...).

Assim também estamos de pleno acordo em que devemos lutar no Brasil pela democratização do governo de Getúlio, desmascarando sua estrutura política e seus atos reacionários, mas indicando, apoiando e impulsionando com o máximo de energia a todas as medidas que venha a tomar contra o integralismo e a penetração alemã, japonesa, italiana, e exigindo, em coerência a estas medidas o afastamento do governo de Francisco Campos, Felinto Müller e seus elementos, convocação imediata de uma constituinte, liberdade sindical no campo e na cidade, anistia, siderurgia nacional, ajuda aos refugiados espanhóis.

Nossa questão não é de homens, é de programas e de princípios. Já é tempo de emancipar-nos das questões e de ódios pessoais como determinantes exclusivos de uma linha política. (...) Importa utilizar as atitudes presentes e seu lado positivo no sentido dos interesses nacionais e populares do momento.<sup>352</sup>

A Guerra Civil Espanhola foi antes de mais nada a realização armada da aspiração das esquerdas por uma grande frente internacional de combate ao fascismo; a luta contra o fascismo em qualquer parte do mundo foi a grande motivação que os voluntários das Brigadas Internacionais encontraram para lutar

---

<sup>350</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 199.

<sup>351</sup> FALCÃO, J., *O Partido comunista que eu conheci*, p. 168.

<sup>352</sup> Carta de Carlos da Costa Leite à Mota [Lima], [Brasil] Gerson, Barbosa [Melo], Ivan [Pedro Martins] e demais aliancistas. Campo de Gurs, França, 27/07/1939, Arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.



na Espanha. O espírito de luta contra o fascismo e contra a barbárie, que era um dos determinantes da linha política dos comunistas desde o VII Congresso da IC em 1935, encontra na Guerra Civil Espanhola sua realização. Neste sentido, ela será também um ensaio da Segunda Guerra Mundial, não apenas em termos bélicos, onde foram experimentadas pela primeira vez várias armas utilizadas na Segunda Grande Guerra, mas principalmente em termos ideológicos.

Além desta contribuição, a Guerra Civil Espanhola criou também um novo termo para o jargão comunista internacional, que nos anos seguintes se converterá praticamente numa palavra da moda: “Quinta Coluna”. Esta expressão foi criada ironicamente por um general franquista que declarou, num programa radiofônico, entre o final de 1936 e o início de 1937, que quatro colunas marchavam rumo a Madri vindas de quatro direções diferentes e que quando lá chegassem iriam se reunir à quinta coluna, que agia de dentro da cidade, preparada para abrir-lhes suas portas<sup>353</sup>. A luta contra a quinta coluna, expressão que designava aos espiões e agentes sabotadores a serviço do Eixo, será uma das principais bandeiras dos partidos comunistas. No caso brasileiro, esta expressão serviu para identificar tanto os integralistas, como os adversários do PCB na esquerda, especialmente os trotskistas.

#### 3.4 - Reviravoltas na linha política e queda do Comitê Central

A linha política do PCB a favor da aproximação com os “elementos democráticos” do governo federal e de apoio às conferências Pan-americanas de 1936 e 1938 trouxe resultados positivos ao Partido, possibilitando contatos mais amplos do que havia mantido até então com a oposição ao governo. Esta linha política chega a ser elogiada até mesmo pelo próprio DOPS, que vê um crescimento considerável do Partido em setores até então vedados à sua atividade:

A pseudo-solidariedade hipotecada pelo grupo comunista-militar da Casa de Correção, por ocasião do golpe integralista de 11 de maio, a afirmativa solene de colaboração ao Governo dos “nacionais libertadores” e de diversos membros encobertos do Partido, o apoio na solução dos grandes problemas brasileiros, na luta contra o fascismo, o nazismo e o imperialismo, foram gestos que conseguiram tocar muitos corações e demover consciências, até chegarem ao espírito de agora, quando quase ninguém mais acredita no perigo bolchevista.

E, no entanto, salvo em 1935, ele nunca foi tão forte e tão ameaçador, e, considerando certas circunstâncias, mesmo, pode-se dizer que sob alguns aspectos ele hoje se tornou mais perigoso que durante a insurreição de 27 de novembro, por isso que, revestido de

---

<sup>353</sup> BROWDER, E., *Victoria y post-guerra*, p. 44; HEMINGWAY, E., *A quinta coluna*, p. 6.

roupagens aparentemente inocentes, logrou penetrar em setores até então vedados à sua atividade.

(...) Ainda nesse particular, a ação do PCB vinha sendo de grande inteligência, sobretudo pela sua maneabilidade e facilidade de adaptar-se aos acontecimentos para deles tirar o maior proveito.<sup>354</sup>

O Relatório cita também o apoio dado à reação governamental em represália ao levante integralista e a tentativa do PCB em aproximar-se da “ala liberal” do governo:

Sobrevindo o “Putsch” de 11 de maio e as conseqüências legais contra os partidários de Sr. Plínio Salgado, o Partido não perdeu tempo e procurou tirar disso as maiores vantagens.

Coincidindo com esse acontecimento, foram dadas à publicidade certas tendências democráticas de alguns membros do governo. Aproveitando-se disso, o PCB passou a veicular, imediatamente, a existência de uma ala liberal em contraposição a outra, reacionária e fascista, tentando, desse modo, abrir uma brecha na frente governamental por onde pudesse meter uma cunha de separação, que só poderia conduzir à guerra civil.

Foi, então, que apareceu, ditada pelo BP [Bureau Político], a tática de “infiltração e desenvolvimento dos lados positivos do governo” e que consistia em dar todo o apoio à chamada ala democrática.<sup>355</sup>

Entretanto, no final de agosto de 1939, a Alemanha e a URSS assinam um pacto de não agressão que pegou de surpresa todos os militantes do PCB. Com a assinatura deste acordo, a linha política do Partido sofreu uma reviravolta, ficando o discurso antifascista, assim como o apoio ao setor democrático do governo, temporariamente abandonados. Tal mudança de posição é notada no relatório do DOPS:

Já então, os próprios acontecimentos europeus favoreciam seus desígnios e o Integralismo não mais aparecia como inimigo nº 1, e sim como um aliado a procurar-se.

(...)

Daí para cá o Partido abriu francamente suas baterias, e o novo regime passou a ser apontado como traidor à confiança da Nação.

O órgão oficial do Partido “A Classe Operária”, inúmeros manifestos, panfletos e volantes martelavam, insistentemente, nessa tecla, acusando o governo de vendido ao

---

<sup>354</sup> DESPS – Relatório apresentado ao Sr. Chefe de Polícia, Major Filinto Müller, pelo Delegado Especial de Segurança Política e Social, Capitão Felisberto Baptista Teixeira, setembro de 1940, p.p. 4, 7, ASMOB, fundo Catulo Branco.

<sup>355</sup> Ibid., p.11

imperialismo americano, de despótico e reacionário, procurando lançar o povo abertamente na Revolução.<sup>356</sup>

Também o pan-americanismo foi substituído pela resistência ao imperialismo norte americano. Em setembro de 1939 realizou-se, no Panamá, uma nova conferência pan-americana que estabeleceu uma zona neutra marítima, numa faixa de 300 milhas, a partir do litoral do continente. Essa conferência foi interpretada como um esforço de Roosevelt em promover uma atitude benévola em favor da Inglaterra e da França, segundo o PCB:

Foi em nome da “neutralidade” que eles [vossos amigos de Wall Street] levantaram o embargo para fornecer armas, munições e materiais de guerra aos provocadores da atual guerra imperialista, especialmente aos governos de Londres e Paris.<sup>357</sup>

Roosevelt, há pouco, era considerado um herói para o PCB; portanto como forma de justificar a radical mudança de avaliação em relação ao presidente dos EEUU, considerava-se que este é que tinha abandonado sua antiga posição democrática e se voltado para “as camarilhas fascistas e guerreiras de Wall Street”<sup>358</sup>. Quanto aos antigos “elementos democráticos” do governo, passaram a ser denominados como “elementos do atual governo ligados a Roosevelt e ao imperialismo anglo-francês”, que tinham resistido aos avanços do fascismo no Brasil, “tomam para si a bandeira fascista e anti-soviética”<sup>359</sup>. Os objetivos da conferência Pan-americana de 1939 eram assim definidos pelo PCB:

Quereis envolver o povo das Américas na carnificina, tomando-lhe carne, feijão, arroz, açúcar, banha, matérias primas para a indústria guerreira! Quereis assim preparar o caminho para vir tomar-lhes mais tarde os melhores dentre os seus filhos para servirem de carne de canhão na guerra imperialista e na cruzada anti soviética!<sup>360</sup>

Uma nova conferência, realizada em julho de 1940, em Havana, não contou com melhor avaliação. Essa conferência, na qual aprovou-se uma vaga resolução pela defesa da democracia continental, que foi interpretada pelos comunistas como uma arma nas

---

<sup>356</sup> Ibid., p. 16.

<sup>357</sup> BP do PCB, *Exmos. Snrs. da chamada “Conferência de neutralidade”*, janeiro de 1940, em DESPS – Relatório apresentado ao Sr. Chefe de Polícia, Major Filinto Müller, pelo Delegado Especial de Segurança Política e Social, Capitão Felisberto Baptista Teixeira, setembro de 1940, anexos, ASMOB, fundo Catulo Branco.

<sup>358</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 197.

<sup>359</sup> Ibid., p. 198

<sup>360</sup> BP do PCB, *Exmos. Snrs. da chamada “Conferência de neutralidade”*, janeiro de 1940, em DESPS – Relatório apresentado ao Sr. Chefe de Polícia, Major Filinto Müller, pelo Delegado Especial de Segurança Política e Social, Capitão Felisberto Baptista Teixeira, setembro de 1940, anexos, ASMOB, fundo Catulo Branco.

mãos dos governos reacionários para estrangular o movimento operário e o movimento de libertação nacional e como o sinal verde para a criação de uma força-tarefa para a conquista da América Latina.<sup>361</sup>

De parte dos exilados no Prata, sua política de união nacional sofreu alguns retoques; no entanto, continuou-se a buscar o apoio de elementos do governo, entre eles o embaixador Batista Luzardo, que era visto não apenas como um aliado a ser conquistado, mas como um possível futuro líder da União Nacional. Uma carta de Roberto Sisson endereçada a Brasil Gerson, que foi interceptada pela embaixada brasileira no Uruguai, demonstra esta preocupação, adaptada a nova linha política contra o imperialismo anglo-americano:

É necessário deste já, nos casos concretos, abrir fogo em pé de igualdade contra os imperialismos inglês e americano. A ofensiva deste, no Brasil, parece ser já um fato. A Standard obteve um aumento de \$ 150 [cento e cinquenta réis] por litro na gasolina! Enfim, não desprezem trabalhar o Luzardo nesse sentido, demonstrando toda a consideração que ele merece como nosso embaixador. Talvez que repetidas conversações metam em sua cabeça um pouco de anti-imperialismo.(...)  
Penso que o Luzardo é muito ambicioso. Isto não é mal e muitas vezes leva à revolução. Vocês inclusive, de acordo com a oportunidade, devem dar a entender que ele pode vir a ser um de nossos chefes. Porém isto seriamente. A união nacional é aberta.<sup>362</sup>

Em julho de 1940, Roberto Sisson envia uma carta ao embaixador Luzardo, pedindo que este envie a Getúlio Vargas sua proposta de união nacional, visando o incremento da produção industrial nacional, sob a planificação do Estado, independência do capital estrangeiro e aumento e modernização das forças armadas, “que garantirão a construção nacional e a defesa de nossa soberania”. Na visão de Sisson, a União Nacional deveria fundamentar-se sob o seguinte programa mínimo: “I – Liberdades democráticas; II - Convocação de uma Constituinte; III – Medidas preliminares concretas em prol da industrialização e defesa da soberania nacional.”<sup>363</sup>

Sisson, para dar uma prova de idoneidade, afirma que “desde 1936 os nacionais-libertadores não conspiram nem pretendem o monopólio do poder”, “desde então combatem os putsches integralistas e nazistas, e os golpes de estado.” Faz ainda uma menção ao tenentismo e uma defesa do regime representativo :

---

<sup>361</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 213

<sup>362</sup> Carta de Roberto Sisson a Brasil Gerson, Buenos Aires, 18/12/1939, CPDOC/FGV.

<sup>363</sup> Carta de Roberto Sisson a Batista Luzardo, Montevideú, 27/07/1940, CPDOC/FGV.

Apoiando a União Democrática Brasileira, o tenentismo e as forças solidárias com a candidatura José Américo, tudo fizemos para harmonizar esse setores políticos, unificando assim os defensores do regime representativo, ameaçado pela correntes fascizantes, sobretudo as do integralismo e do nazismo.<sup>364</sup>

A posição de Sisson, que representava a posição dos exilados no Prata, apesar de conter a nova linha anti-americana do PCB, mantém uma certa independência das orientações do Comitê Central, expressa na defesa do sistema representativo, na manutenção dos ataques ao integralismo e ao nazismo e na tentativa de se manter contatos com o governo federal, ou pelo menos com seus setores democráticos. De certo modo, estes documentos expressam um certo descompasso que começava a surgir entre os comunistas “ex-tenentes” exilados e o setor do Partido que ainda se mantinha ativo. Esse descompasso irá desaparecer após o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo, porém estas diferenças ficarão mais uma vez evidentes quando o PCB se reorganizar em 1945.

Entre a realização das duas Conferências Pan-americanas, de 1939 e 1940, o PCB sofreu seu mais duro golpe durante o Estado Novo: entre março e maio de 1940, após um paciente trabalho de infiltração e observação, a polícia conseguiu obter a identidade de “Bangu”, até então desconhecido da polícia e descobriu que ele utilizava uma antiga aliancista do Rio Grande do Norte, chamada Maria Joana de Oliveira, como elemento de ligação com o Partido. Um agente da polícia procurou Maria Joana dizendo trazer uma carta que deveria ser entregue à Lauro Reginaldo da Rocha, “Bangu”. Momentos após aceitar esta incumbência ela era presa, confessando seus contatos com “Bangu” e dando nome e endereço de outro contato do Partido, “Rita”.

A polícia manteve a casa de “Rita” em observação e deteve ali outro membro do Comitê Central, Elias Reinaldo da Silva, “André”. Interrogando Rita, a polícia ainda localizou outro membro do CC, Eduardo Ribeiro Xavier, “Abóbora”, que, preso, juntamente com sua mulher, tentaram a princípio resistir às torturas, porém acabaram cedendo, quando a polícia começou a torturar diante deles sua filha pequena. A confissão de “Abóbora” serviu para a polícia localizar e prender “Martins” e “Bangu”. Ainda numa acareação entre “Abóbora” e “Miranda”, que já estava preso havia quatro anos, a polícia ligou todos os membros do então Comitê Central do PCB - com exceção de “Tampinha”, que conseguiu fugir, foram todos presos - ao assassinato da namorada de “Miranda”,

---

<sup>364</sup> Ibid.

Elvira Cupello Calônio, mais conhecida pelo cognome de “Elza Fernandes”, em 1936, executada por suspeitas de ser informante da polícia.<sup>365</sup>

A descoberta do assassinato de “Elza Fernandes” foi aproveitada pela polícia numa campanha de imprensa onde se fez grande estardalhaço, principalmente com a publicação de bilhetes de Prestes, que sugeriam que a execução fora ordenada por ele e serviu para alimentar sobremaneira a campanha anticomunista e justificar a violência policial perante a “opinião pública”.

Como se não bastasse o desmanche quase completo do Comitê Central do Partido, em março de 1941 foi a vez do Comitê Regional de São Paulo, que já havia sofrido a perda de grande parte de seus elementos com a expulsão da dissidência paulista, liderada por Sacchetta e Heitor Ferreira Lima, em 1938 e a prisão do Comitê Regional em maio de 1939, incluindo a prisão de Carlos Marighella, entre outros. Em março de 1941, com a prisão de praticamente os últimos dirigentes comunistas em liberdade no Brasil, entre eles José Maria Crispim, Davino Francisco dos Santos e Domingos Brás, último membro do Comitê Central em liberdade, a direção do Partido foi completamente desbaratada.

As prisões de 1940 e 1941 deixaram o Partido praticamente acéfalo, sobrando uns poucos agrupamentos comunistas no Nordeste e em Goiás, onde a repressão era menos intensa do que no resto do país; porém, estes agrupamentos ficaram completamente isolados uns dos outros, sem condições de receber novas diretivas do Partido no país. Neste ambiente, cresceram muito em importância as transmissões radiofônicas da Rádio Moscou, em ondas curtas e os contatos que alguns dirigentes regionais conseguiam manter com o Bureau Sul Americano, sediado em Buenos Aires e com os exilados brasileiros na Argentina e Uruguai.

Em 22 de junho de 1941, outro acontecimento na Europa provocou mais uma vez uma revisão radical na linha política do PCB: rompendo com o pacto de não agressão, a Alemanha invade a URSS, um ato que foi batizado pelos alemães como “Operação Barbarossa”, numa alusão a um aristocrata alemão que ficou célebre pelo assassinato de suas esposas.

Este acontecimento faz com que o Partido retorne às suas posições de antes do pacto germano-soviético, ou seja, abandona o discurso que apontava o imperialismo anglo-americano como a principal ameaça à paz e o presidente Roosevelt é mais uma

---

<sup>365</sup> DESPS – Relatório apresentado ao Sr. Chefe de Polícia, Major Filinto Müller, pelo Delegado Especial de Segurança Política e Social, Capitão Felisberto Baptista Teixeira, setembro de 1940, p.p. 17 - 34, ASMOB, fundo Catulo Branco. SANTOS, D. F., A marcha vermelha, p.p. 479 – 484, DULLES, J. F., O comunismo no

vez reabilitado nos documentos comunistas. Em novembro de 1941, um repórter equatoriano, José Joaquim da Silva, trabalhando para um jornal chileno, conseguiu autorização pessoal de Filinto Müller para entrevista com Prestes na Casa de Detenção, onde travou com ele o seguinte diálogo:

- [Prestes] Lo primero es acabar con el nazi-fascismo, después ya veremos.
- Este concepto, sin embargo, no lo tenía el comunismo internacional hace seis meses.
- [Prestes] Eran otras las condiciones: lógicamente, tenían que ser distintas la estrategia y la táctica.
- Me parece que específicamente las condiciones no han cambiado: ayer, como hoy, se trataba de liquidar al hitlerismo.
- [Prestes] Sabe el señor lo que es la dialéctica ?
- Un poco, General...
- [Prestes] Pues bien. Yo, en libertad hace seis meses, habría atacado Roosevelt; en libertad ahora, lo defendería sin reservas.<sup>366</sup>

A questão que concedia coerência nestas mudanças súbitas de tática era a necessidade de defender a URSS. Nas palavras de Prestes: “El proletariado mundial, que no puede avanzar en la lucha revolucionaria sin afirmarse en la Unión Soviética”<sup>367</sup>. A defesa da URSS está expressa no informe final feito por Manuilski ao VII Congresso da IC:

Ayudar con todas fuerzas y por todos medios al fortalecimiento de la URSS, luchar contra los enemigos de la URSS. Tanto en las condiciones de paz como en las de una guerra dirigida contra la URSS, los intereses del fortalecimiento de la URSS, del reforzamiento de su poderío (...) coinciden plena e inseparablemente con los intereses de los trabajadores del mundo entero en su lucha contra los explotadores; coinciden con los intereses de los pueblos oprimidos y coloniales que luchan contra el imperialismo; determinan e impulsan el triunfo de la revolución proletaria mundial, el triunfo del socialismo en el mundo entero. Por todo esto la ayuda a la URSS, su defensa y la cooperación a su triunfo sobre todos los enemigos, deben determinar la acción de toda organización revolucionaria del proletariado, de todo verdadero revolucionario, de todo socialista y comunista, de todo obrero sin partido, de todo campesino trabajador, de todo intelectual y democrata honrado.<sup>368</sup>

Se o ataque alemão à URSS fez com que o PCB reformulasse a sua política anti-imperialismo norte-americano, o mesmo não se deu com suas expectativas em relação ao Estado Novo, pelo contrário, a volta da luta contra o nazi-fascismo fez com que o Partido intensificasse ainda mais sua pregação contra as tendências germanófilas vistas em Vargas e em seus principais generais, especialmente Dutra e Góis Monteiro. Um boletim editado por remanescentes do PCB no Rio de Janeiro, em 23 de agosto, analisa o ataque alemão, caracterizando-o como “o princípio do fim do nazismo e do fascismo” e cita declarações feitas por Vargas à imprensa argentina, onde teria dito que “a pressão nazista é alheia aos interesses do continente, e que a América é unânime em reconhecer tal perigo”<sup>369</sup>. No entanto, o boletim cobra que “o sr. Vargas precisa apoiar as suas palavras com fatos, adotando as medidas exigidas pela segurança continental”. Essas medidas incluiriam:

---

Brasil, p.p. 200 - 211

<sup>366</sup> SILVA, J. J., Entrevista com Luiz Carlos Prestes, Rio de Janeiro, 27/11/1941, CPDOC/FGV.

<sup>367</sup> Ibid.

<sup>368</sup> MANUILSKI, D.S., El triunfo del socialismo en la URSS y su significación histórica mundial, em *VII Congreso de la Internacional Comunista*, p. 492.

<sup>369</sup> PCB, A luta conta a agressão nazista e a política do Brasil, Rio de Janeiro, 23/08/1941, CPDOC/FGV.

Rompimento das relações [com os países do Eixo]; (...) intervenção nas empresas alemãs e italianas (...); prisão dos espões e agentes nazi-fascistas a começar por von Cossel, Dutra, Filinto, W. Bernardes, J. Inojosa, Xavier Filho, Lourival Fontes e dos elementos integralistas que querem entregar o Brasil à Alemanha e levá-lo à guerra contra as democracias; (...) intensificação das relações econômicas com os países democráticos, e com a União Soviética, e envio de auxílio à pátria dos trabalhadores na luta heróica.<sup>370</sup>

O boletim lamenta a fragilidade das defesas brasileiras, afirmando que o país estava, no momento, em situação pior do que durante a Guerra do Paraguai, quando havia ainda a possibilidade de “construir dezenas de navios”. Mais uma vez reforça-se a necessidade de se “montar a grande siderurgia, a fim de construir tanques, aviões, metralhadoras, fuzis, etc.” O boletim se encerra reafirmando a necessidade da união nacional e do pan-americanismo, porém subordina isso à democratização do país, à abolição da Constituição de 1937 e à anistia dos presos políticos.

Às vésperas do rompimento oficial das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo, a posição do PCB continuava a de pregar a união nacional, condicionada ao rompimento de Vargas com a “ala reacionária” do governo. Os documentos produzidos pelos comunistas mantiveram-se cobrando este rompimento do presidente da República; em um manifesto redigido às vésperas da Conferência dos Chanceleres, Roberto Sisson, em nome dos “nacionais libertadores” conclama “os democratas de todo o país e concita o governo a renunciar à sua política de vacilações.”<sup>371</sup>

A ênfase deste documento se encontra na denúncia da quinta coluna, que “continuam tanto mais perigosos quanto o governo permanece impassível ante a sua ação desagregadora”. Sisson adverte que “elementos graduados do ‘quinta-colunismo’ continuam até hoje ocupando posições chave no Governo”. Sisson reconhece que o governo tenha mandado uma nota se solidarizando com os Estados Unidos, recém-atacados pelo Japão, mas critica esta nota por conter “um apelo do povo para que evitasse ‘demonstrações perturbadoras da tranqüilidade necessária à vida e ao trabalho do País.’” Segundo este manifesto, “pretendeu-se com isso impedir que o povo brasileiro levasse por diante sua luta contra os ‘quinta-colunistas’”.

A tarefa principal é o engajamento no esforço de guerra, apresentada como uma luta ideológica entre “as forças que defendem a democracia e a liberdade” e “o perigo real que ameaça a liberdade e a cultura”; toda a atividade deveria estar subordinada ao esforço de guerra e à luta contra a quinta coluna. Seus elementos são citados nominalmente neste manifesto, que pede a demissão dos:

Ministro da Guerra, Gen. Eurico Dutra, do Ministro da Marinha, Alnte. Aristides Guilhem, do Chefe de Polícia, Major Filinto Müller, do Gen. Meira de Vasconcelos, dos Ten-Coronéis Afonso de Carvalho e Lima Figueiredo, dos Gens. Zenóbio da Costa, Gustavo Cordeiro de Farias e Cel. Canrobert (...). Demissão dos funcionários civis pró-eixo e anti-democráticos: Lourival Fontes, diretor do DIP, Fernando Costa, Interventor de São Paulo, notoriamente a serviço dos interesses japoneses, dos integralistas Gustavo Barroso, Raimundo Padilha, Heitor Moniz, Miguel Reale (teórico do integralismo, nomeado para o Dep. Administrativo de S. Paulo no dia 3/1).<sup>372</sup>

O manifesto conclama a participar da União Nacional políticos até então combatidos pelo PCB, entre eles Arthur Bernardes, Armando Sales e Borges de Medeiros, e também aos “autênticos líderes democráticos tenentistas e outubristas: Ari Parreiras, Eduardo Gomes, Oswaldo Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Juraci Magalhães, Seroa da Mota.” O manifesto tem um tom enfático, exigindo do governo tomadas de posições:

<sup>370</sup> Ibid.

<sup>371</sup> SISSON, R., A guerra chegou às Américas e se encontra às portas do Brasil., Montevideu, 10 de janeiro de 1942, DESPS, prontuário de Roberto Sisson, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, encontrado também no CPDOC/FGV.

<sup>372</sup> Ibid.



Os nacionais libertadores não se iludem e sabem muito bem que a luta contra o Eixo será dura e exigirá sacrifícios de todos os povos contra ele. O povo brasileiro está disposto a arrostar tais sacrifícios, mas não compreende que se queira combater o fascismo externo utilizando métodos internos de fascismo (...). O povo brasileiro exige, portanto, que sejam restabelecidos os direitos e garantias e devolvidas as liberdades democráticas que lhes foram arrebatadas.<sup>373</sup>

A prevenção em apoiar ao governo federal tinha sua razão: além do fato de vários generais do alto comando e de ministros terem franca simpatia pelo nazismo, como no caso do general Dutra, do ministro da justiça Francisco Campos, do diretor do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) Lourival Fontes, entre tantos outros, as relações comerciais com a Alemanha, desde o Estado Novo, aumentavam significativamente<sup>374</sup> e em 11 de junho de 1940 Getúlio faz, a bordo do encouraçado Humaitá, um discurso com evidente caráter antidemocrático e que teve grande repercussão no país que, em seu trecho mais conhecido afirma:

Atravessamos, nós, a Humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso do qual conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendiam os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era. Os povos vigorosos aptos à vida, necessitam seguir o rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis. (...) A ordenação política não se faz, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da Terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberais imprevidentes, da demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. À democracia política substitui a democracia econômica.<sup>375</sup>

Três dias depois desse discurso, as tropas alemãs ocupavam Paris e uma semana depois a França capitulava, tudo dava a indicar que a Alemanha iria vencer a guerra.

O alto comando das forças armadas era praticamente todo pró-Eixo; segundo Nelson Werneck Sodré, cada vitória da Alemanha na guerra era comemorada festivamente pelo Estado

---

<sup>373</sup> Ibid.

<sup>374</sup> As exportações do Brasil para a Alemanha, em percentual sobre o total, passam de 8,9 % em 1932 para 19,1 em 1938, os EEUU, principal parceiro comercial do Brasil vê sua participação neste período diminuir de 45,8 % para 34,3 %. Em relação às importações esta mudança é ainda mais acentuada, a Alemanha que respondia por 9,0 das importações brasileiras em 1932 chega a suplantar os EEUU em 1938, respondendo por 25,0 % das importações brasileiras, enquanto que os EEUU neste período vêm sua participação diminuir de 40,2 % para 33,4. Com o início da Segunda Grande Guerra a participação alemã na balança comercial brasileira diminui drasticamente, chegando a 2,2 das exportações e 1,8 da importações em 1940, quanto que os EEUU aumentam sobremaneira sua participação subindo para 42,3 % das exportações e 51,9 % das importações em 1940. Fonte GAMBINI, R., *O duplo jogo de Getúlio Vargas*.

<sup>375</sup> CARONE, E., *A Terceira República (1937 – 1945)*, p.p. 56, 57.

Maior das forças armadas<sup>376</sup>. Em 1939, num esforço para a modernização do exército o Brasil adquiriu armamentos junto à Alemanha. O navio que os transportava foi detido no caminho pelos ingleses, que se recusaram a liberá-lo. Tal atitude da Inglaterra fez com que Dutra solicitasse ao Governo Federal uma declaração de guerra à Inglaterra, naturalmente negada. O incidente foi diplomaticamente contornado e o navio foi liberado pelos ingleses.

A seleção de alunos para a Escola do Estado Maior, pré-requisito para atingir o generalato, passou a ser rigorosamente controlada, com a vida pregressa do candidato sendo cuidadosamente investigada por uma comissão secreta, que além de eliminar os que tinham opiniões ou vida pessoal suspeita, também recusava judeus, negros e pessoas oriundas de famílias humildes ou de pais separados.<sup>377</sup>

Além do mais, nos anos de 1940 e 1941 a repressão policial se intensificou consideravelmente, motivada pelas prisões dos membros do Comitê Central e do Comitê Regional de São Paulo, do PCB. O envolvimento dos membros do Comitê Central no assassinato de “Elza Fernandes” animou ainda mais as autoridades governamentais a intensificar a campanha anticomunista. Prestes foi julgado como mandante do crime e sua pena aumentada em mais 30 anos. Outro fator que contribuiu para o aumento da repressão era que, em decorrência dos EEUU tomarem posições mais nítidas a favor da Inglaterra na guerra, estes começam a pressionar os governos latino-americanos a se definirem ao lado dos aliados, o que fez aumentar ainda mais a divisão e a conseqüente disputa por espaço político, entre as alas “democrática” e “fascista” do governo.

O Governo Federal, empenhado em introduzir a indústria siderúrgica no país, utiliza-se das contradições políticas entre os Estados Unidos e a Alemanha, oscilando a cada hora entre um e outro, a fim de manter-se afastado do conflito o maior tempo possível, leiloando o apoio do Brasil entre as potências beligerantes em troca de financiamentos para a construção da Siderúrgica de Volta Redonda. As pressões americanas para mudar a posição do governo brasileiro aumentaram ainda mais. Interessados em estabelecer bases militares no litoral nordeste do país, pontos estratégicos para controlar o Atlântico Sul, o governo americano deu um ultimato de que se o Brasil não concedesse estas bases, os Estados Unidos as tomariam à força.<sup>378</sup>

Em janeiro de 1941 o governo brasileiro finalmente cedeu autorizando a instalação das bases norte-americanas em Belém, Natal, Recife e Fernando de Noronha; porém, sem que o setor pró-Alemanha do governo perdesse qualquer posição. A situação começou a mudar em dezembro de 1941 quando, antecipando-se aos americanos, o Japão ataca a base naval de Pearl Harbor, arrastando os Estados Unidos à guerra e com eles, o resto do continente. Em janeiro de 1942, na Conferência Internacional Americana de Ministros das Relações Exteriores, mais conhecida como Conferência dos Chanceleres, realizada no Rio de Janeiro, o Brasil anuncia formalmente o rompimento de relações diplomáticas com o Eixo.

O primeiro sinal do enfraquecimento político do setor pró-alemão do governo foi a saída de Francisco Campos do Ministério da Justiça, em setembro de 1941, substituído por Vasco Leitão da Cunha, elemento próximo a Osvaldo Aranha, que constituiu sua carreira pública no Ministério das Relações Exteriores. No dia 4 de julho de 1942, a União Nacional dos Estudantes, UNE, com o apoio de Osvaldo Aranha, promoveu uma passeata pró-Estados Unidos. Filinto Müller procurou impedir a realização desta passeata, entrando em conflito com

---

<sup>376</sup> SODRÉ, N. W., *História Militar do Brasil*, p. 278.

<sup>377</sup> *Ibid.*, p. 282.

<sup>378</sup> BASBAUM, L., *História sincera da República, de 1930 a 1960*, p. 122.

Leitão da Cunha, que colocou o chefe da polícia em prisão domiciliar. Este incidente causou a demissão de Müller, que encontrou acolhida no gabinete do general Dutra. Lourival Fontes também demitiu-se da diretoria do DIP, resultando em grande baixa para o setor “alemão” do governo. Müller foi substituído na chefia de polícia pelo coronel Alcides Etchegoyen, anti-fascista que, ao chegar ao quartel-general da polícia, encontrou os restos de uma ação dos homens de Filinto Müller, que queimaram vários documentos e destroçaram os móveis do escritório.<sup>379</sup>

### 3.5 - A Bahia, o coletivo e a “Sibéria Canicular Brasileira”

Após as ofensivas policiais de 1940 e 1941, o Partido Comunista viu-se atomizado em alguns núcleos de militantes, sem ligação orgânica uns com os outros. Dentre estes núcleos destacavam-se o Diretório Regional da Bahia, que não sofreu com as perseguições policiais, o Estado de Goiás, onde o interventor Pedro Ludovico não perseguia os comunistas, além do coletivo dos presos em Fernando de Noronha, transferidos em fevereiro de 1942 para Ilha Grande, a fim de dar lugar a uma base militar e o núcleo dos exilados em Buenos Aires e Montevideú, auto-intitulado diretório da ANL.

Na Bahia, os principais líderes do Partido constituíam-se de estudantes universitários, que tiveram grande participação na fundação da UNE, em 1938. Entre eles encontravam-se o estudante de Agronomia, Diógenes de Arruda Câmara, funcionário do Departamento Estadual do Trabalho, o estudante de Medicina Milton Caires de Brito e os estudantes de Direito Armênio Guedes, Rui Facó e João Falcão; posteriormente, uniram-se a estes os secundaristas Jacob Gorender e Mário Alves. Estes estudantes organizaram-se em torno da revista *Seiva*, fundada por eles em 1938 e dirigida por João Falcão. Esta revista, que evitava aparentar vínculos partidários, dedicava-se ao antifascismo e chegou a ter uma circulação de 2 a 3 mil exemplares, distribuídos em boa parte do país.<sup>380</sup>

Arruda Câmara, oriundo de uma tradicional família de latifundiários, dona de vários engenhos de açúcar, estabelecida em Pernambuco desde o séc. XVIII, era sobrinho do monsenhor Alfredo de Arruda Câmara, deputado federal por Pernambuco entre 1934 e 1937 e 1946 e 1970. Militante do PCB desde 1934, transferiu-se para a Bahia em 1936 como funcionário do Ministério do Trabalho. Rapidamente Arruda irá se destacar no Diretório Regional da Bahia, vindo a tornar-se um de seus principais dirigentes: será ele o grande vencedor nas disputas internas em torno da reorganização do PCB, entre 1942 e 1945, vindo a tornar-se seu principal dirigente, abaixo apenas de Prestes, dominando a vida partidária entre 1945 e 1958.

Em 1940, quando caiu o Comitê Central, as únicas baixas no Comitê Regional da Bahia foram a de Arruda Câmara e do advogado Aristeu Nogueira Campos, que militava no interior do Estado. Arruda ficou preso até o final de 1940, sendo libertado em função da polícia não conseguir encontrar nenhuma prova contra ele. Ao soltá-lo, impuseram-lhe a condição de deixar o Estado da Bahia imediatamente. Arruda, juntamente com Armênio Guedes, seguiu para São Paulo, onde pretendia reorganizar o Partido, sem porém entrar em contato com o Comitê Regional de lá, pois considerava-se que este Comitê estivesse completamente infiltrado pela polícia. O único militante com quem se encontraram era Milton Caires de Brito, recém-formado em medicina, que estava clinicando na capital paulista. Armênio Guedes e Arruda Câmara instalaram-se em Santo André e procuraram estabelecer ali uma Comissão Executiva Provisória<sup>381</sup>.

<sup>379</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 233.

<sup>380</sup> *Ibid.*, p. 189.

<sup>381</sup> FALCÃO, J., *O Partido comunista que eu conheci*, p. 79; DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 225.

João Falcão também saiu do Estado, em agosto de 1940, suspeitando estar sendo seguido pela polícia e dirigiu-se para São Paulo onde, ao contrário de Arruda, procurou contato com o secretário-regional Domingos Brás, único remanescente do antigo Comitê Central ainda em liberdade. Este instruiu Falcão a dirigir-se a Buenos Aires, a fim de encontrar-se com o Bureau Sul-americano; Brás desejava, assim, romper o isolamento que o PCB se encontrava em relação à IC.

Em Buenos Aires, Falcão encontrou-se com o recém-libertado Rodolfo Ghioldi, que passara cinco anos nas prisões brasileiras, após sua participação na organização dos levantes de novembro de 1935 e com Vitorio Codovilla, líder do PC argentino; os dois eram os principais dirigentes do Bureau Sul-americano. Na reunião, analisaram a situação brasileira e internacional, caracterizando a Guerra como um conflito inter-imperialista. Ghioldi recomendou que Falcão não mantivesse contato com nenhum dos comunistas exilados em Buenos Aires, em função de considerar que a cidade estava infestada de espões de Vargas.<sup>382</sup>

Ghioldi e Codovilla incumbiram Falcão de retornar à Bahia e reorganizar o PCB a partir do Nordeste, procurando aglutinar os militantes dos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Paraíba, visando a organização de um Secretariado do Nordeste. O Comitê Regional da Bahia teria sido o único organismo a ser credenciado junto à IC e deveria evitar qualquer contato com o Rio de Janeiro e com São Paulo, considerados pela IC como organismos infiltrados pela polícia.<sup>383</sup>

Ao retornar, Falcão tomou conhecimento da queda do Comitê Regional de São Paulo; debatendo isto e as recomendações do Bureau Sul-americano, os militantes baianos consideraram que seu Comitê Regional tornara-se o último organismo do Partido, que passaria a funcionar como Direção Nacional Provisória do PCB. Rapidamente, Falcão, utilizando do pretexto de acompanhar uma excursão da orquestra da Universidade da Bahia, empreendeu uma viagem pelos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, a fim de contatar os remanescentes do Partido nestes Estados e convocá-los para um encontro na Bahia, a fim de organizar o Secretariado do Nordeste. Em Pernambuco, o elemento de ligação de Falcão com o Partido foi o ex-secretário geral da UNE, Antônio Franca, que o apresentou ao Comitê Regional daquele Estado.

A reunião de formação do Secretariado do Nordeste aconteceu em dezembro de 1941; analisando a situação atual do Brasil, concluíram que não havia outro organismo do Partido funcionando em nenhuma outra parte do país, e que, em atenção à diretiva do Bureau Sul-americano, o PCB deveria ser reorganizado a partir do Nordeste, evitando-se qualquer ligação com Rio e São Paulo. O encontro chegou às seguintes resoluções:

- 1 – Preparar um documento através do qual mostremos que Getúlio está procurando realizar o mínimo do nosso programa e estranhando que ainda continue conservando detidos muitos de nossos companheiros;
- 2 – Movimento pró-criação da Liga Nacional contra o fascismo e a quinta coluna, em torno de elementos nacionais de reconhecido prestígio, que sejam antifascistas, elegendo o cônsul americano ou inglês como presidente de honra;
- 3 – Mudar a nossa luta no terreno teórico para o dos interesses nacionais e partidários;
- 4 – Mudar a linguagem escrita e falada;
- 5 – Realização de uma Conferência para constituição do Comitê Central, que terá um caráter provisório.<sup>384</sup>

O encontro definiu-se de acordo com a linha da “etapa democrático-burguesa da revolução nacional”, pela “União Nacional de todos os seguimentos da vida brasileira” e pela “defesa da pátria e combate ao inimigo comum da humanidade,

---

<sup>382</sup> FALCÃO, J., *O Partido comunista que eu conheci*, p. 106.

<sup>383</sup> *Ibid.*, p. 109.

<sup>384</sup> *Ibid.*, p. 138.

o nazi-nipo-fascismo”; esperava-se que a União Nacional de todos os setores da vida brasileira levasse inevitavelmente à derrocada do Estado Novo. Pouco tempo após esta reunião, Falcão tomou conhecimento de que assim que o representante pernambucano chegou à Recife, foi preso, levando à captura de vários militantes daquele diretório, assim como à descoberta, pela polícia, da constituição do Secretariado do Nordeste. Falcão imediatamente evadiu-se da Bahia, exilando-se em Buenos Aires. À caminho dessa cidade, passou por São Paulo, onde encontrou-se com Arruda Câmara que, interessado em ligar-se ao Bureau Sul-americano, acompanhou Falcão no seu exílio.

Durante a ditadura do Estado Novo, uma das principais formas de organização dos militantes comunistas era a constituição de coletivos nos presídios. Os coletivos eram formados pelos militantes comunistas presos, tendo uma direção que era periodicamente substituída por meio de eleições internas. Os coletivos além de representarem os presos comunistas perante a direção do presídio, encaminhando suas queixas e reivindicações, também exerciam tarefas de direção entre os comunistas presos, organizando atividades culturais, como a criação da “Universidade do Povo”, na qual os presos mais instruídos davam cursos que variavam de orientação política, até idiomas ou matemática, alguns destes cursos versavam sobre trabalho sindical e outros sobre técnicas militares.<sup>385</sup>

Com as constantes prisões dos membros do Comitê Central, especialmente com a ação policial de 1940/41, que deixou o Partido sem uma direção nacional, os coletivos converteram-se numa das principais células do PCB e dentre todos os coletivos destacavam-se os da Ilha de Fernando de Noronha e o da Ilha Grande. Em Fernando de Noronha, encontravam-se os principais dirigentes do Partido. A ilha, que até 1937 pertencia ao Estado de Pernambuco, passou à jurisdição do Governo Federal, a fim de servir como presídio. Os primeiros presos políticos, em sua maioria integralistas, começaram a chegar à ilha em novembro de 1938. À medida que saíam as sentenças do Tribunal de Segurança Nacional, foram chegando os presos comunistas. A primeira leva destes chegou no primeiro semestre de 1939, trazendo os presos de Recife, entre eles Gregório Bezerra e Caetano Machado. A partir daí ficaram constantes os envios de comunistas à Ilha, que chegaram a passar de trezentos elementos, na sua maioria militares.

Tão logo foram chegando, os comunistas se organizaram em um coletivo, que, apesar de revezar constantemente sua direção, era invariavelmente controlado pelos presos militares, dos quais Agildo Barata era o principal dirigente, apelidado pelos demais como “frasquinho de veneno”<sup>386</sup>, em função de sua forte personalidade. Agildo era chamado também por outros presos como “o ditador do Coletivo”<sup>387</sup>, pois apesar de ser considerado cordial em seus relacionamentos, mantinha os presos com “braço forte”.

Rapidamente o grupo de militares, liderado por Agildo, entrou em conflito com “Miranda”, ainda secretário-geral do Partido, que se viu vítima de uma campanha de difamação, sendo acusado de, por intermédio de sua namorada, Elvira Calônio, dar informações à polícia, versão que, apesar de infundada, ainda muitos anos depois era sustentada por Prestes, que o acusava de ter se transformado em colaborador da polícia<sup>388</sup>. Em carta enviada ao Partido às vésperas de ser transferido para Fernando de Noronha, “Miranda” lamenta uma sistemática campanha de “liquidação política e de certos transes e

---

<sup>385</sup> BATTIBUGLI, T., *A militância antifascista*, p. 88.

<sup>386</sup> SANTOS, D. F., *A marcha vermelha*, p. 440.

<sup>387</sup> Entrevista de Ilvo Meirelles à Jonh Foster Dulles.

<sup>388</sup> MORAES, D., VIANA, F., *Prestes: Lutas e autocríticas*, p. 69

injustiças as mais cruéis que tanto me atingem pessoalmente e me fizeram sofrer.”<sup>389</sup>

Após a destruição política de “Miranda”, um novo cisma surgiu entre os comunistas presos em Fernando de Noronha: depois de ajudarem na reconstrução de uma igreja colonial, o diretor do presídio, o coronel Nestor Veríssimo, ex-combatente da Coluna Costa-Prestes ofereceu um salário para os presos que trabalhassem na construção de um novo presídio. Imediatamente o coletivo, liderado por Agildo, se opôs ao trabalho e proibiu que os demais presos comunistas colaborassem. Tal decisão causou um grande desentendimento entre os presos, sendo que em torno de cem deles aderiram ao trabalho, no que foram apoiados pelo “queimado” “Miranda” e por Ilvo Meirelles, que alegavam que os militares se opunham ao trabalho por receberem um montepio, a que tinham direito, podendo sustentar suas famílias sem maiores problemas.

No início de 1942, a ilha de Fernando de Noronha foi requisitada para transformar-se em base militar e os presos transferidos para a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande, litoral do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1942, junto com os presos, foram transferidos o diretor do presídio o “tenente” Nestor Veríssimo e as tensões internas que já afloravam. Segundo Davino Francisco dos Santos, os comunistas na Ilha Grande dividiram-se em quatro grupos, que disputavam a influência sobre o Coletivo: o primeiro e mais forte era liderado por Agildo Ribeiro, “representando a ala mais cor-de-rosa do Partido, composta de aliancistas, comunistas de última hora e aproveitadores das guloseimas do patrão”; os outros grupos eram: o liderado pelo capitão Agliberto de Azevedo, um dos líderes da revolta de novembro de 1935 na Escola de Aviação Militar, que era “a síntese da ala militar vermelha daquela organização”, outro era liderado por Carlos Marighela, “composto de civis essencialmente comunistas” e o minúsculo, quase nulo, bloquinho de Caetano Machado, composto apenas de 4 a 6 elementos”.<sup>390</sup>

Agildo Ribeiro era ainda o líder comunista que mais se destacava, não tendo, até a chegada dos comunistas que estavam exilados no Prata, em setembro de 1942, ninguém que lhe disputasse o prestígio. No entanto não escapava de algumas provocações que eram feitas nos bastidores: numa delas, afixaram no “Jornal Mural” uma caricatura de um tenente comandando um pelotão e abaixo a seguinte inscrição: “Agildo esqueceu-se do momento em que o cabo Eneu lhe ofereceu o revólver na prisão [referência ao fato que Agildo estava preso quando estourou a revolta no 3º RI], um pouco antes da revolta do 3º Regimento? Agildo não deveria fazer isto... Gosto do moreno [Álvaro de Souza] porque ele é valente e vai fazer a Revolução com o proletariado.” A mensagem era uma insinuação de que o verdadeiro chefe técnico do levante no 3º RI fora o capitão Álvaro de Souza e de que Agildo lhe roubara os créditos pelo levante; Agildo ficou furioso com a caricatura, arrancando-a imediatamente e procurando descobrir quem foi o seu autor.<sup>391</sup>

Entre os outros líderes, destacava-se Agliberto Vieira de Azevedo, que era um tipo muito pouco sociável, conhecido por seu comportamento sisudo e pouco acessível. De acordo com Davino Francisco dos Santos “dentre todos os líderes, Agliberto era o que se destacava por sua austeridade moral. Tinha o título de ‘moralista’ entre os outros”. Quanto a Caetano Machado, “o conceito que os outros líderes faziam de Caetano era simples: ele era um boçal que só sabia dizer que estivera na Rússia, e nada mais.”<sup>392</sup>

<sup>389</sup> Carta de Antonio Maciel Bonfim, [Miranda, Adalberto Fernandes ou João] aos companheiros, 20/11/1938, anexada ao relatório do capitão Felisberto Batista Teixeira ao major Filinto Müller, Delegacia Especial de Segurança Pública e Social – DESPS, Rio de Janeiro, setembro de 1940.

<sup>390</sup> SANTOS, D. F., *A marcha vermelha*, p.469.

<sup>391</sup> *Ibid.*, p. 477.

<sup>392</sup> *Ibid.*, p. 447

O outro núcleo comunista em território nacional era o Estado de Goiás, onde o interventor Pedro Ludovico não apenas tolerava a presença dos comunistas em seu Estado, como os protegia e até encorajava que alguns deles fossem para lá. Mesmo mantendo esse comportamento indulgente, Pedro Ludovico foi o interventor que mais tempo permaneceu à frente de seu Estado, assumindo a interventoria logo após a Revolução de 30, mantendo-se como governador eleito em 1935 e, mesmo após o Estado Novo, continuou à frente do governo, novamente como interventor federal. Pedro Ludovico justificava sua indulgência com os comunistas dizendo que, na verdade, eles eram seus prisioneiros exilados na “Sibéria Canicular Brasileira”, dado o isolamento do Estado de Goiás.

Desde o início de seu governo, Pedro Ludovico entrou em conflito com a oligarquia dominante deste Estado, a família Caiado, que controlava praticamente toda a administração estadual e tinha íntimas ligações com a elite local. O interventor procurou isolar os Caiado por meio de dois expedientes: em primeiro lugar, fundou uma nova cidade, Goiânia, transferindo para lá a capital do Estado, que se localizava na cidade de Goiás; depois, começou a encorajar a mudança de elementos com formação técnica e acadêmica para residirem em seu Estado e ocuparem postos da administração pública, visando assim, criar uma nova elite local, sem ligações com os Caiado.

Dessa maneira, muitos militantes do PCB de outros Estados, que eram perseguidos no restante do país, recebiam uma acolhida mais do que amistosa de parte do interventor. Entre os comunistas que receberam guarida do interventor, destacam-se vários membros do diretório de Pernambuco, entre eles Cristiano Cordeiro, que tornou-se diretor da Biblioteca Pública de Goiânia, Lourival da Mota Cabral, que ocupou um posto no Serviço de Proteção ao Índio, Manoel Cavalcanti (“Ferro”), Epiphânio Bezerra, que foi nomeado prefeito de Paraúna por Pedro Ludovico, o médico Osvaldo Romeiro e os irmãos Francisco e Cildo Meirelles, também do Serviço de Proteção ao Índio e Silo Meirelles, na Fundação Brasil Central.

Cristiano Cordeiro, que havia sido deportado de Pernambuco em 1939, sobrevivia a duras penas na cidade de Santos, onde dava aulas em dois colégios e trabalhava como revisor no jornal *Diário de Santos*. Por intermédio do militante comunista Rubem Braga, Cordeiro conheceu o ex-deputado constituinte Domingos Velasco que, em 1941, o apresentou a Pedro Ludovico, que o contratou como professor da Universidade de Goiânia e diretor da Biblioteca Pública. Em Goiás, Cristiano Cordeiro não militou diretamente na organização do Partido Comunista, porém, constantemente era procurado pelos comunistas locais, que tinham nele um conselheiro.<sup>393</sup>

Silo Meirelles foi posteriormente para este Estado; preso até 1941, em função de um grave quadro de saúde, sua família conseguiu sensibilizar a João Alberto, seu amigo pessoal, que conseguiu a liberdade condicional de Silo. Em 1942 João Alberto fundou e dirigiu a Coordenação de Mobilização Econômica, órgão do Governo Federal com poderes de ministério, vinculado diretamente ao Presidente e que tinha poderes para fixar preços e salários e estabelecer metas de produção. Silo Meirelles foi chamado para trabalhar neste órgão. A Coordenação de Mobilização Econômica foi uma das matrizes do movimento que ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”. Segundo Pedro Ludovico:

A marcha para o Oeste foi justamente uma idéia do Getúlio. Foi num discurso, numa manifestação dele, no Rio de Janeiro, que ele falou da marcha para o Oeste. Ele achava que o Brasil devia crescer para o Oeste (...). A marcha para o Oeste era o futuro do Brasil. O Oeste compreendia o Estado de Minas, Estado do Mato Grosso, Estado de

---

<sup>393</sup> DAYRELL, E. G., *O PCB-GO: 1936-1948*, p. p. 147, 148; Entrevista de Cristiano Cordeiro à Ricardo Noblat, *Jornal do Comércio*, Recife, 12/08/1079

Goiás, grandes Estados, de muitas possibilidades; então o Getúlio teve aquela feliz idéia de lançar a marcha para o Oeste.<sup>394</sup>

Dentro deste espírito, João Alberto fundou, em 1943, a Fundação Brasil Central, entidade subordinada diretamente ao Presidente da República, com objetivos de exploração e colonização do Oeste brasileiro, especialmente a área delimitada pelos rios Araguaia e Xingu. Dente seus objetivos, estava compreendida a criação de campos de pouso para uma linha aérea entre o Rio de Janeiro e Manaus, a exploração dos recursos hídricos e minerais da região central do país e a pacificação dos índios xavante que, em 1941 ficaram célebres por massacrarem um engenheiro. A Fundação patrocinou algumas expedições ao interior do país, sendo notabilizada a expedição Xingu-Roncador, dirigida pelos sertanistas Orlando e Cláudio Vilas Boas. Desde o início, o Ministério da Guerra interessou-se pela Fundação, conseguindo que o Presidente da República determinasse a expedição Xingu-Roncador de interesse militar<sup>395</sup>, em função do caráter estratégico de se mapear as linhas de comunicação fluvial entre o norte e o sul do país. Silo Meirelles se engajou na Fundação Brasil Central, estabelecendo-se em Caiapônia, no interior do Estado de Goiás; além dele, também Hercolino Cascardo fez parte da Fundação.

### 3.6 - A volta à pátria

Em setembro de 1941, após passar dois anos prisioneiro em campos de concentração na França, chega a Buenos Aires o major Carlos da Costa Leite. Sua chegada é vista com apreensão pelas autoridades que, segundo seus informantes, o major:

chegando há dias dos EEUU, depois de ter lutado na Espanha ao lado dos vermelhos, disse que soube na USA, que o governo de lá confia de modo absoluto no Presidente Vargas... Ele já embarcou para B. Aires, onde vai substituir o Prestes como agente geral na América do Sul... Esteve aqui em reuniões com os maiores do partido, inclusive com o Roberto H. Sisson, etc., etc.<sup>396</sup>

De imediato a casa de Costa Leite passa a ser freqüentada pela maioria dos comunistas exilados: ali se hospedam Fernando Lacerda, que retornou da URSS em 1942 e Arruda Câmara, que causou péssima impressão a Rosa Meirelles; também Jorge Amado se hospeda lá, onde concluiu um de seu livros, *O cavaleiro da esperança*, biografia de Luiz Carlos Prestes que, antes de ser editada em língua portuguesa, teve algumas passagens suprimidas, como por exemplo quando se refere ao embarque de Olga Benário para a Alemanha, como “o presente de um pequeno ditador para um grande ditador”<sup>397</sup>

A oposição liberal também estava se reaglutinando em Buenos Aires, liderada por Armando de Sales Oliveira e seu cunhado Júlio de Mesquita Filho; aliados a estes estavam alguns dos dissidentes da ANL, principalmente o major Alcedo Cavalcanti, considerado “uma espécie de chefe do Estado Maior do Armando Salles”.<sup>398</sup> Apesar das ligações entre Alcedo e a ANL estarem rompidas e das críticas que Roberto Sisson fazia do comprometimento de Armando Sales com o imperialismo americano, a partir de 1942 ocorreu um ensaio de aproximação entre estes grupos.

Em 1942, Eliezer Magalhães preparou um encontro entre João Falcão e Júlio de Mesquita Filho, aliado de Armando Sales, a fim de aproximar as alas da oposição ao Estado Novo. Júlio Mesquita, que não sabia que Falcão era membro do PCB,

<sup>394</sup> DAYRELL, E. G., *O PCB-GO: 1936-1948*, p. 78

<sup>395</sup> Decreto-Lei 5801 de 8/09/1943, considera de interesse militar a expedição Roncador-Xingu. MEIRELLES, S., *Brasil Central* p.p. 28, 273.

<sup>396</sup> Carta de Raimundo Barbosa Lima ao sr. A. de Souza, Montevidéu, 28/09/1941, CPDOC/FGV.

<sup>397</sup> Entrevista de Rosa e Ilvo Meirelles a John Foster Dulles, 28/07/1979.

<sup>398</sup> Carta de Batista Luzardo ao Major Felinto Müller, Montevidéu, 11/05/1941, CPDOC/FGV.



aconselhou a este “que tivesse muito cuidado com os comunistas brasileiros, que estavam fazendo o jogo de Getúlio Vargas, em consequência da nova linha política de união nacional”<sup>399</sup>

João Falcão e Arruda Câmara chegaram a Buenos Aires, às vésperas do rompimento das relações entre o Brasil e o Eixo; rapidamente entraram em contato com Pedro Mota Lima e Carlos da Costa Leite, que consideravam ser os principais dirigentes brasileiros na região. Os quatro, mais Rodolfo Ghioldi e Vitorio Codovilla, os principais dirigentes do Bureau Sul-americano, realizaram uma série de reuniões para discutir a conjuntura política e as próximas tarefas; um pouco mais tarde, Fernando Lacerda, que retorna da URSS juntamente com Roberto Morena, se une a este grupo. Morena permanece muito pouco na Argentina, retornando logo ao Brasil, em fevereiro de 1942 e sendo preso juntamente com o tenente e veterano do levante de novembro de 1935, na Escola de Avião Militar, Benedito de Carvalho<sup>400</sup>, em 30 de março de 1942. Benedito de Carvalho, que houvera sido solto um mês antes por já ter cumprido toda a sua pena, ficou preso por mais doze dias, sendo solto logo após. Morena, porém, foi condenado a um ano de prisão, mas ao terminar este período, seu alvará de soltura foi negado por se tratar de um “elemento perigoso e sumamente nocivo à ordem política e social”, sendo libertado somente seis meses depois, em 29 de setembro de 1943<sup>401</sup>.

A posição do Brasil perante a guerra era o tema principal destas reuniões, esperava-se que não tardaria muito para o país manifestar-se neste assunto e tal manifestação abriria o caminho para o retorno à pátria; o consenso a que chegaram foi o de reforçar a palavra de ordem de união nacional em torno de Getúlio Vargas, contra o inimigo comum da humanidade, o nazifascismo, denunciando a quinta coluna e procurando conquistar paulatinamente as posições dos fascistas no governo, desmascarando-os perante a “opinião pública”. As orientações que Falcão recebera na sua primeira viagem a Argentina, procurar reorganizar o Partido no Nordeste, evitando qualquer contato com Rio e São Paulo, foram mantidas. Arruda apresentou-se a Ghioldi e Codovilla como o responsável pela reorganização do PCB em São Paulo.<sup>402</sup>

A deflagração da crise no Governo Federal em decorrência da passeata da UNE, em 4 de julho de 1942, que resultou na perda dos cargos de vários elementos identificados como da “ala reacionária”, fez com que os exilados passassem a discutir o seu retorno imediato ao país. Nas reuniões entre o exilados e o Bureau Sul-americano decidiu-se pelo retorno, sendo que em primeiro lugar deveriam voltar aqueles que não tivessem processo judicial formalmente aberto. João Falcão, que estava se preparando para uma viagem aos Estados Unidos a fim de encontrar-se com os opositoristas exilados lá, a maioria de não comunistas, entre eles Otávio Mangabeira, retornou ao Brasil.

Quando os primeiros navios brasileiros começaram a ser afundados pelos ataques dos submarinos alemães, em agosto de 1942, a posição dos comunistas sofreu sua última retificação, abandonando definitivamente qualquer condição para apoiar ao governo federal. Em nome dos demais exilados, Costa Leite procurou o embaixador do Brasil na Argentina, Rodrigues Alves, comunicando a intenção deles de retornar ao país e solicitando sua reinclusão nas forças armadas. O embaixador sugeriu que os exilados esperassem pela resposta do governo, porém eles resolveram não aguardar e retornar incondicionalmente ao país, lançando em 9 de setembro, um

---

<sup>399</sup> FALCÃO, J., O Partido comunista que eu conheci, p.p. 172, 173.

<sup>400</sup> Fundo DESPS, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, prontuário de Roberto Morena.

<sup>401</sup> Ibid.

<sup>402</sup> Ibid., p. 155.

manifesto “Ao povo e ao governo do Brasil”, onde explicam seus motivos, nos seguintes termos:

Brasileiros bem brasileiros, irreconciliáveis inimigos do eixo, do fascismo e de suas quintas colunas, solidários com o pensamento unitário de nosso povo, não poderíamos de modo algum abrir mão do dever e do direito de regressar ao Brasil neste momento a fim de acompanhar o governo na defesa da unidade, do progresso e da liberdade de nossa Pátria e da América. Assim, voltamos hoje, 9 de setembro, ao seio do povo brasileiro que conclamamos mais veemente que nunca a se reconciliar, a se unir e a se organizar incondicionalmente sob o comando do Presidente Getúlio Vargas contra o inimigo comum do Brasil, da América, da Nações Unidas, da humanidade<sup>403</sup>

O manifesto termina num estrondoso “Viva Getúlio Vargas!”, o que provocou indignação de Rosa Meirelles, mas conformava-se à nova linha política de apoio incondicional. Subscrevem este manifesto Roberto Sisson, Carlos Costa Leite, Antonio Bento Monteiro Tourinho, José Gay da Cunha, Ivan Pedro de Martins, Brasil Gerson, Rosa Meirelles, Mary Mercio Martins, Carlos Brunswick França, José Homem Correa de Sá, David Capistrano, José Andrade e Armando Cunha, grande parte deles veteranos da guerra civil espanhola. Ao chegarem ao Rio Grande do Sul, os exilados encontraram a polícia à sua espera na fronteira, sendo todos presos e conduzidos ao presídio da Ilha Grande.

Neste presídio, os comunistas que ali estavam também redigiram um telegrama/manifesto à Getúlio Vargas, em 21 de agosto, repudiando o ataque alemão, porém não mencionava nenhum apoio incondicional, pelo contrário, pedia a democratização, a anistia, o retorno dos exilados e a imediata decretação de guerra ao Eixo, abrindo fogo contra a quinta coluna instalada no governo:

Que ninguém se esqueça tão covarde atentado contra nossa soberania foi somente possível graças articulação criminosa espionagem eixista conivência integralismo traidor vg a mais rápida e democrática todo povo é o único meio impedir ação multiforme inimigos Democracia vg muitos ainda destacadas posições administrativas (...) pt Defesa Democracia não pode ser organizada só com aparelho estatal por mais poderoso que este seja pt Em sua própria essência vg para defender-se e subsistir vg Democracia necessita liberdade pt<sup>404</sup>

O telegrama é assinado por Agildo Ribeiro, Agliberto Vieira de Azevedo, Antonio Rodrigues Gouveia, José Medina Filho, José Caetano Machado, Antonio Soares de Oliveira, Jusé Gutman e Carlos Marighella, que eram os principais dirigentes do Coletivo da Ilha Grande. O telegrama antes de ser enviado foi apresentado ao diretor do presídio o “tenente” Nestor Veríssimo, que o considerou inábil e aconselhou Agildo a retirar alguns trechos considerados provocativos, como “Nós, presos anti-fascistas que seguimos Luiz Carlos Prestes”; segundo Davino Francisco dos Santos, “na Ordem Política e Social [DOPS] não quiseram, de começo, acreditar na autoria do malfadado telegrama. Julgaram ser obra de elementos contrários aos comunistas, para impedir a aproximação política destes com o governo, num momento propício a isto.”<sup>405</sup> O telegrama, de fato, estava defasado em relação às reuniões do Bureau Sul-americano, e em boa parte, não se baseava na mesma linha seguida no manifesto dos exilados; as diferenças entre estes dois grupos não ficariam somente neste ponto.

### 3.7 - A Reorganização

Quando retornou do Prata, em março, Arruda Câmara não perdeu tempo e ainda no primeiro semestre de 1942 procurou, no Rio de Janeiro, a Leôncio Basbaum, que conhecera em 1938 na Bahia, pedindo a ele que o colocasse em contato com um grupo de comunistas que ainda se mantinha na capital federal e

<sup>403</sup> Ao Povo e ao Governo do Brasil, Rivera, Uruguai, 9/09/1942, DESPS, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>404</sup> SANTOS, D. F., *A marcha vermelha*, p. 499.

<sup>405</sup> SANTOS, D. F., *A marcha vermelha*, p.p. 499, 500.

que se auto-intitulava Comissão Nacional de Organização Provisória – CNOP, formada por Amarílio de Vasconcelos, Maurício Grabois, pelos militantes paraenses foragidos Pedro Pomar e João Amazonas e pelos tenentes Ivan Ramos Ribeiro e Francisco Leivas Otero, veteranos do levante de 1935.

Arruda contou a Basbaum que tinha organizado o Partido em São Paulo, onde era o seu líder e que estava voltando de Montevidéu, após reunir-se com o Bureau Sul-americano, que lhe havia dado a autorização e força moral para reorganizar o Partido<sup>406</sup>. Posteriormente, Basbaum averiguou que esta história era falsa, que em São Paulo ninguém conhecia a Arruda. Também segundo João Falcão, as instruções do Bureau Sul-americano eram de reorganizar o Partido a partir do Nordeste e evitar qualquer contato com Rio e São Paulo.

Falcão, ao chegar em Salvador, publicou em *Seiva*, um editorial intitulado “União Nacional para a defesa da Pátria” e um artigo intitulado “Como a juventude deve lutar pela defesa da Pátria”, que já havia enviado de Buenos Aires, nos quais classificava a guerra como “guerra entre a liberdade e a civilização de um lado e a opressão de outro” e chamava a Conferência dos Chanceleres, em janeiro no Rio, como “um dos maiores acontecimentos históricos da humanidade”<sup>407</sup>. Na opinião de Falcão, nestes artigos “encontra-se definido o pensamento dos comunistas exilados no Prata, que assumiram a responsabilidade de falar pelo Partido num momento em que ele se encontrava esfacelado, perseguido e acéfalo.”<sup>408</sup>

Pouco tempo após retornar, Falcão foi procurado pelo novo dirigente do Comitê Regional da Bahia, o ex-cabo Giocondo Dias, um dos líderes do levante de novembro de 1935 no 21º BC em Natal, que o reincorporou a este comitê. Reunido com os demais membros da direção regional, Falcão analisou as novas orientações que recebera no Prata e os modos de colocá-las em prática:

Intensificar mais a agitação e estruturar todos os setores profissionais em organizações patrióticas(...). Ligar o trabalho sindical ao movimento antifascista com audácia, rompendo todo o preconceito antiestadonovista. (...) As constantes reuniões clandestinas deviam ser evitadas, porque as tarefas mais importantes, que eram as da luta contra o fascismo e pela união nacional, poderiam ser realizadas legalmente.<sup>409</sup>

Outro assunto discutido foi a existência da CNOP no Rio de Janeiro: Giocondo Dias ficou sabendo dela por intermédio de João Amazonas, que tinha passado por Salvador e por Jorge Amado, recém-libertado da Ilha Grande, que se retirou para a capital baiana. Souberam que a CNOP controlava no Rio a Liga de Defesa Nacional, tradicional associação dirigida por militares reformados, que apoiava o governo em prol do esforço de guerra e da união nacional, ‘porém eles iam mais longe: esse apoio era incondicional, para a guerra e para a paz.’<sup>410</sup>

Resolveram que não haveria nenhuma forma de relacionamento entre o diretório baiano e a CNOP, “decidimos não reconhecer a Comissão Nacional de Organização Provisória como organismo partidário e, muito menos, como direção nacional”.

Além do comitê baiano, havia outro agrupamento comunista que se oponha à linha política da CNOP, estruturado no Rio de Janeiro, em torno da revista mensal *Diretrizes*, fundada e dirigida por Samuel Wainer, em maio de 1938. Participavam do conselho editorial da revista, além de Wainer, Moacir Werneck de Castro, Jorge Amado, Rubem Braga e Carlos Lacerda, filho de Maurício e sobrinho dos dirigentes comunistas Paulo e Fernando Lacerda, que posteriormente foi expulso do PCB e rompeu com a revista; também colaboravam com esta revista

<sup>406</sup> BASBAUM, L., *Uma vida em seis tempos*, p. 178.

<sup>407</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 230.

<sup>408</sup> FALCÃO, J., *O Partido Comunista que eu conheci*, p. 178.

<sup>409</sup> *Ibid.*, p. 193.

<sup>410</sup> *Ibid.*, p. 222.

alguns comunistas históricos como Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro e também Silo Meirelles.

Samuel Wainer afirma em suas memórias jamais ter militado diretamente no PCB, a despeito da redação *Diretrizes* se constituir praticamente numa célula do Partido, o trabalho de aproximação entre este periódico e o Partido foi desempenhado por Otávio Malta, antigo militante do PCB que a partir do segundo número de *Diretrizes* foi enviado pelo Partido para o Rio com a incumbência de unir-se ao conselho editorial da revista e garantir para o PCB o seu controle.<sup>411</sup> Outro militante comunista presente no conselho editorial de *Diretrizes* desde 1938, Osvaldo Costa, também segundo Wainer, preocupou-se de que a revista “não deveria tornar-se porta-voz do PCB; o correto era defender a formação de uma frente política que unisse as forças democráticas.”<sup>412</sup>

Antes que o rompimento entre Wainer e Carlos Lacerda se tornasse definitivo, este último, que havia sido expulso do Partido, pediu para Wainer publicar um artigo de sua autoria pelo qual, tentando obter o perdão do Partido, aderiria à linha de União Nacional, pedindo apoio total e imediato ao governo. Porém, o conselho editorial de *Diretrizes* era contra o apoio incondicional à Getúlio Vargas e recusou o artigo, que acabou sendo veiculado na *Revista Acadêmica*, órgão de pequena circulação, não ajudando na reabilitação de Carlos Lacerda que, pouco depois disto, viria a se tornar o anti-comunista número um do país e inimigo jurado de Samuel Wainer e do Getulismo.

Enquanto o diretório da Bahia não reconhecia a CNOP, no Rio de Janeiro Arruda Câmara aprofundava sua ligação com esta agremiação; de acordo com Ilvo Meirelles, Arruda também era contra essa comissão, assim como todos os presos políticos<sup>413</sup>.

No início de 1943, Arruda passou a articular com a CNOP a realização de uma conferência nacional, que deveria ser o início da reorganização do PCB. Essa conferência foi realizada em agosto deste ano, no Estado do Rio, ficando conhecida como Conferência da Mantiqueira e que, talvez pelo isolamento que havia entre um grupo e outro, ou talvez pela desconfiança que envolvia todos os agrupamentos comunistas de que havia forte infiltração policial nos demais grupos, não teve a participação da maioria dos militantes comunistas, que somente ficaram sabendo da sua realização após esta ter acontecido. Esta conferência também indicou um novo Comitê Central, composto quase totalmente pelos membros da CNOP e pelo grupo baiano instalado em Santo André, sob o comando de Arruda, com a exceção de Prestes, eleito secretário-geral e de Carlos Marighela, eleito membro do Comitê Central *in absentia*.

Além de eleger o novo núcleo dirigente do Partido, a Conferência também teve como resoluções a classificação da guerra como uma luta de libertação dos povos oprimidos pelo fascismo, a união nacional incondicional em torno do governo, a luta pela anistia. Também teria condenado o “liquidacionismo”, ou seja, a postura de vários dirigentes que se opunham à realização desta Conferência, tachando-a de “tendência radicalmente anti-proletária, que visava privar do seu estado-maior o proletariado e colocá-lo a reboque da burguesia”. Concluíram também pela colaboração com os sindicatos tutelados pelo governo, procurando conquistá-los.<sup>414</sup>

Quando os ex-exilados chegaram ao presídio da Ilha Grande, foram recebidos por seu diretor, o “tenente” e coronel Nestor Veríssimo, veterano da Coluna Costa-Prestes, que servira no destacamento de João Alberto. Em função de terem se entregado voluntariamente e, principalmente, em função dos laços de lealdade pessoal que o diretor tinha aos seus colegas de tenentismo Costa Leite e Roberto Sisson, os membros deste

---

<sup>411</sup> WAINER, S., *Minha razão de viver*, p. 52.

<sup>412</sup> *Ibid.*, p. 54.

<sup>413</sup> Entrevista de Ilvo Meirelles a John Foster Dulles, Rio de Janeiro, 1/11/1968.

<sup>414</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 252.

grupo receberam as melhores acomodações e não ficaram confinados em uma cela. Não demorou muito para que se iniciasse uma grande tensão interna entre os presos, uma vez que o prestígio pessoal do major Carlos da Costa Leite - veterano e um dos líderes do tenentismo, dirigente do Partido, comandante de batalhão na guerra civil espanhola e considerado, ao menos para os agentes governamentais, o sucessor de Prestes para a América do Sul – era tão grande, ou até maior, que o do capitão Agildo Barata.

A primeira questão a ser levantada, que já não era novidade, era a do trabalho dos presos para a direção do presídio: o coletivo, comandado por Agildo, se declarou resolutamente contrário ao trabalho, porém logo que chegou, Costa Leite não apenas deu apoio aos presos que desejassem trabalhar, como ele mesmo se engajou na construção de uma estrada, ligando a colônia de Dois Rios até a praia de Parnaioca. A divisão entre os dois grupos, que ficaram conhecidos entre os presidiários como “Grupo do Agildo” e “Grupo do Costa Leite”, foi radical e chegou a extremos. Segundo Davino Francisco dos Santos, “Agildo assaltou o dinheiro que Costa Leite com seus companheiros trouxeram do Prata e deixou o grupo rival na mais negra miséria”. Davino também menciona que Agildo teria designado um certo Casimiro, que teria sido ajudante de ordem de Costa Leite na Espanha, a espalhar “uma infâmia tão grande contra Costa Leite que é impossível dizê-la aqui. Todos sabiam que aquilo não passava de infame calúnia, mas afirmavam que era verdade. O objetivo de Agildo era desmoralizar Costa Leite perante a ‘massa.’”<sup>415</sup> É difícil confirmar a veracidade desta afirmação, uma vez que além do depoimento de Davino - que antes de Costa Leite chegar à Ilha Grande já tinha rompido com o Partido e sido transferido para São Paulo e se baseia em notícias que teria recebido de seus companheiros que permaneceram em Dois Rios - não há outro relato que cite estes acontecimentos, além do que, não conseguimos encontrar ninguém que se chamasse Casimiro entre os voluntários brasileiros na guerra civil Espanhola, nem ninguém que tenha sido ajudante de ordens de Costa Leite.

O motivo desta divisão não se limitava unicamente à questão do trabalho, mas, principalmente, à discussão sobre a linha política a ser adotada pelo Partido e quem deveria estar à frente na sua reestruturação. Segundo Agildo:

O grupo de Costa Leite pregava o mais absoluto niilismo orgânico; exagerava as forças da ditadura, julgava impossível qualquer organização clandestina, pois a polícia nela se infiltraria e a destruiria; e exemplificava dizendo que a CNOP estava a serviço de Getúlio e da polícia.<sup>416</sup>

Porém, mesmo o “grupo de Agildo” se colocava contra a criação de organismo ilegais, e não reconhecia a CNOP nem a Conferência da Mantiqueira. Carlos Marighella, inclusive, recusou sua indicação para o Comitê Central eleito nesta conferência, por ser contrário a atividades clandestinas e a favor da reorganização somente em torno de atividades legais.<sup>417</sup> O “grupo de Agildo” lança, em julho de 1943, uma declaração onde manifesta sua posição e protesta contra uma dissidência no presídio que não reconhecia o Coletivo:

Em virtude de uma série de fatos ocorridos entre nós, provocados pela impertinência, insensatez política e falta de serenidade dos dirigentes que assinaram o telegrama de 29 de junho p.p. e que organizou lançou através de um manifesto provocador a chapa de oposição ao “coletivo”, e derrotada nas eleições do dia trinta do mesmo mês, nós abaixo assinados, constituídos de uma comissão pela maioria dos presos políticos anti-fascistas recolhidos a este presídio, e autorizados, nesta emergência, a falar em seu nome, declaramos de público que não nos subordinamos a imposição de nenhum grupo, facção, organização ou partido no diz respeito à orientação sobre a União Nacional<sup>418</sup>.

<sup>415</sup> SANTOS, D. F., *A marcha vermelha*, p. 522.

<sup>416</sup> BARATA, A., *Vida de um revolucionário*, p. 323.

<sup>417</sup> KONDER, L., *Os comunistas e a democracia*, p. 50

<sup>418</sup> Declaração de Agildo Barata, Carlos Marighella, e Antonio Tourinho, Ilha Grande, 5 de julho de 1943, Arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

Mais à frente, a declaração se manifesta contrária a qualquer organismo e organizações ilegais, dando apoio incondicional ao governo:

A União Nacional deve ser em torno do governo e nenhuma outra direção que senão o próprio governo deve prevalecer e, por isso, não reconhecemos, não apoiamos e estamos contra quaisquer organismos e organizações ilegais por ventura existentes ou pretendendo articular-se.

Constatando, pois, entre nós a existência de um grupo de velhos elementos que se constituíram, por conta própria, em direção, perseverando em aplicar todos os condenáveis métodos do passado e alimentando ainda a veleidade de impor-se como órgão agrupador e orientador de forças no seio da União Nacional, nós não só nos negamos a seguir tais “dirigentes”, senão que os apontamos como perturbadores da unidade nacional e com ele rompemos absolutamente tanto no que se refere à orientação política e métodos, como no que concerne aos nossos assuntos de vida interna. (...)

E, por fim, pondo-nos, mais uma vez, à disposição das autoridades do país, reafirmamos nosso apoio incondicional ao governo do presidente Vargas que conduz a pátria brasileira na guerra contra as potências do eixo, até a vitória final, ao lado das Nações Unidas.<sup>419</sup>

Em maio de 1943 um acontecimento na Europa atinge mais uma vez aos partidos comunistas em todo o mundo: numa reunião plenária, a Internacional Comunista resolve dissolver-se. Suas justificativas são: 1) A situação interna de cada país se complica e a solução dos problemas do movimento operário em cada um destes países impõe dificuldades insuperáveis para qualquer centro internacional; 2) a forma de organização para agrupar os operários, eleita pelo Primeiro Congresso da IC encontra-se caducada; 3) as tarefas dos partidos comunistas (união das massas populares contra o fascismo e organização do proletariado) podem ser realizadas de maneira mais fecunda pela vanguarda do movimento operário de cada país dentro dos marcos de cada Estado; 4) os comunistas, guiados pelas doutrinas dos fundadores do marxismo-leninismo nunca foram partidários de conservar formas caducas de organização<sup>420</sup>. Apoiados nestes postulados, o Presidium da IC propõe sua extinção, deixando sua última orientação:

En los países de la coalición antihitleriana el deber sagrado de las amplias masas populares y ante todo el deber de los obreros de vanguardia, consiste en apoyar por todos los medios los esfuerzos militares de los gobiernos de estos países para el más rápido aniquilamiento del bloque hitleriano y para garantizar la amistad recíproca de las naciones sobre la base de la igualdad de derechos.<sup>421</sup>

Os partidos comunistas deveriam submeter toda a sua atividade e debate político a um único objeto, o esforço de guerra. Esta orientação, que já estava implícita desde o segundo semestre de 1941, é reforçada com a dissolução. Em 1942, o dirigente americano Earl Browder já afirmava:

Desde el mismo momento que esta guerra global y nuestra participación en elle se hicieran inevitables, el Partido Comunista declaró su incondicional subordinación de todo problema al problema unico de ganar la guerra.<sup>422</sup>

O que está implícito na resolução da IC é a necessidade tática de afastar o fantasma da revolução socialista dos países capitalistas e com isso, tornar uma aliança com a URSS aceitável, o que, na prática, é o abandono da consigna dos VI e VII Congressos da IC: transformar a guerra imperialista em guerra civil revolucionária. O abandono da idéia de um único partido comunista internacional, no qual a IC é a sua vanguarda, é apresentado implicitamente por Stálin numa entrevista concedida à Agencia Reuter, em 28 de maio, na qual afirma que a dissolução “evidencia la mentira de los hitlerianos

<sup>419</sup> Ibid.

<sup>420</sup> El Presidium del CE de la Internacional Comunista propone a todos los partidos la disolución de la IC, Moscou, 15/05/1943, em La disolucion de la Internacional Comunistas, DIAP, p.p. 4-6, Fundo Astrojildo Pereira, ASMOB/CEDEM

<sup>421</sup> Ibid.

<sup>422</sup> BROWDER, E., Victoria y post-guerra, p. 72.

de que 'Moscó' trata de inmiscuirse en la vida de las otras naciones para 'bolchevizarlas.'"<sup>423</sup> A função da dissolução era a de facilitar a união de todos os povos amantes de sua liberdade num só campo internacional de luta contra a ameaça de dominação do mundo pelo hitlerismo.<sup>424</sup>

No Brasil, esse ato tem efeitos imediatos, fortalecendo a linha de união incondicional com o governo e de afastamento do apoio a reuniões clandestinas e organizações ilegais. O paradigma do reforço desta linha política é a entrevista concedida por Fernando Lacerda - que por não estar no país desde 1934 não foi preso juntamente com os outros ex-exilados - à revista *Diretrizes*, ainda em maio de 1943, antes da oficialização da extinção da IC, que ocorreu a 9 de junho.

Esta entrevista foi um claro desafio à censura e ao DIP. Wainer, por intermédio de

Jorge Amado, teve a iniciativa de procurar Lacerda. Segundo ele mesmo, esta foi uma iniciativa pessoal, sendo que vários membros da redação de *Diretrizes* procuraram dissuadi-lo desta idéia.<sup>425</sup> A realização desta entrevista é assim descrita por Wainer:

Mandei a Fernando Lacerda um questionário com as perguntas. Alguns dias depois, vieram as respostas por escrito. Pela primeira vez, um dirigente comunista falava a uma publicação da chamada imprensa burguesa brasileira. Resolvi que aquele texto não seria submetido à censura do DIP. Para evitar que algum funcionário das oficinas denunciasse ao DIP o que estávamos preparando, montamos uma edição falsa. Quando o expediente da gráfica se encerrou e só ficaram dois funcionários de confiança, trocamos a capa, substituímos páginas ocupadas por outros textos pelas declarações de Fernando Lacerda e concluímos a edição.<sup>426</sup>

A primeira questão colocada na entrevista era a respeito de como Lacerda interpretava a resolução da I.C., ao que ele respondeu:

A resolução do Komintern se origina de uma posição clara e compreensível. Tão clara e compreensível que eu - cuja a capacidade e experiência social e política estão muito abaixo da capacidade e experiência dos signatários da resolução aludida - eu, amando como amo nosso país e nosso povo, já havia tomado atitudes semelhantes, desde que o Brasil declarou guerra ao Eixo e aderiu ao bloco glorioso das Nações anti-hitleristas, chefiadas pela Inglaterra, Rússia, Estados Unidos e China<sup>427</sup>.

Mais adiante pergunta-se "qual deve ser atitude de um comunista brasileiro no momento atual?"

---

<sup>423</sup> Stálin contesta a la Agencia Reuter, 28/03/1943, em *La disolucion de la Internacional Comunista*, DIAP, p. 9.

<sup>424</sup> Ibid.

<sup>425</sup> WAINER, S., *Minha razão de viver*, p. 65.

<sup>426</sup> Ibid.

<sup>427</sup> Fernando Lacerda, Entrevista à revista *Diretrizes*, maio de 1943, em CARONE, E., *A terceira República*.

Desde que voltei ao meu país, sempre sustentei a mesma opinião. Na grave hora histórica que atravessa a humanidade e nossa querida pátria, não se pode tratar de recompor quaisquer organismos ilegais, respondeu o Dr. Lacerda, sublinhando bem a expressão “ilegais”. (...) A nossa atitude deve ser a de “cerrar fileiras ao lado do povo e do governo Vargas, para ajudá-los a reforçar a política de participação ativa do Brasil no esmagamento total das hordas eixistas e sua miserável quinta coluna. Devemos ajudar o governo a organizar a defesa nacional, a organizar a liquidação das quintas-colunas, a organizar a União Nacional.”<sup>428</sup>

Mais adiante, Lacerda explicita quais seriam as organizações desejáveis para o momento:

Hoje, as únicas organizações que favorecem nosso país e nosso povo - inclusive, sobretudo aos trabalhadores manuais e intelectuais do Brasil - são organizações abertas, amplas, legais, permitidas e autorizadas pelo governo de guerra ao eixo, ativamente dedicadas a mobilizar e organizar nosso povo, para ajudar esse governo a lutar contra o eixo, sua quinta coluna e anexos, isto é, contra todo especulador de guerra, explorador do povo, dos operários e trabalhadores dos campos.<sup>429</sup>

Além de propor a organização unicamente dentro das limitações da Constituição vigente, Lacerda faz ainda uma crítica aos militantes que procuravam a reorganização do Partido Comunista, esforço chamado por ele de “formalismo dogmático”:

Em minha opinião, todo e qualquer formalismo dogmático, simplista, ainda que coberto com a máscara de ‘defesa de pretensos princípios’, no que toca a velhos métodos de trabalho e organização, esquerdista; toda ‘crítica’ vazia, que não ajudasse a construção e consolidação da União Nacional anti-hitlerista, ao reforço popular e democrático do governo atual, a mobilização de todo o povo para criar aquilo que o presidente Vargas denominou de ‘mentalidade de guerra’ em minha opinião, repito, tudo isso só servirá para dar tempo e armas à quinta coluna eixista, contra a independência, e progresso do Brasil contra a liberdade democrática e bem estar de nosso povo.<sup>430</sup>

Após colocar sua opinião e assim criticar aos seus opositores, Lacerda procura demonstrar que a sua posição é a predominante entre os meios esquerdistas, procurando assim legitimá-la como consensual:

---

p. 502.

<sup>428</sup> Ibid.

<sup>429</sup> Ibid.



Quando cheguei ao Prata e ao Brasil tive o imenso prazer de verificar que a minha opinião era a mesma da maioria de patriotas anti-fascistas e antigos companheiros emigrados, presos ou, em liberdade.<sup>431</sup>

Apesar de em suas memórias Samuel Wainer afirmar que a entrevista foi feita por escrito, o artigo foi editado como se tratasse de uma entrevista pessoal, de modo a dar mais dramaticidade e apresentá-la como um “furo de reportagem”. O autor do artigo, antes de cada resposta de Fernando Lacerda, utiliza expressões como “respondeu ele sem um minuto de hesitação” ou, para citar os artigos publicados por Lacerda, na imprensa argentina é criada a seguinte situação: “Detendo-se alguns segundos para retirar de uma estante jornais argentinos em que publicara seu manifesto, em fins de agosto de 1942, o Dr. Fernando Lacerda retomou o fio da conversa”. Antes da conclusão da entrevista, as considerações finais de Lacerda são salientadas, usando-se a seguinte apresentação:

E, concluindo, o Dr. Lacerda, imprimindo a sua voz um tom ainda mais firme, disse:

- Sustento e sigo essa opinião, porque estou seguro de que é a única capaz de trazer a nosso país, na hora grave de hoje, a concórdia entre todos os patriotas e anti-fascistas quer se achem no governo, quer fora dele, a pacificação completa da família nacional - mediante a anulação praticamente executada dos resultados de divergências e lutas passadas - como a medida que selará, definitivamente a nossa União Nacional anti-hitlerista e o prestígio moral de nosso governo, no caminho honroso e digno que tomou, ao lado das Nações Unidas.<sup>432</sup>

A publicação foi um sucesso editorial, vendendo 20.000 exemplares<sup>433</sup>, esgotando-se no mesmo dia em que saiu publicada. Este artigo, porém, custou a Samuel Wainer 28 dias de prisão, sendo libertado somente graças à intercessão do então chefe de polícia, Alcides Etchegoyen, seu amigo pessoal, junto ao presidente Vargas, pois ficara sabendo que o ministro do Trabalho, Marcondes Filho, recomendara a transferência deste caso para o Tribunal de Segurança Nacional. Segundo Wainer, se isso ocorresse, ele seria condenado a no mínimo dois anos de cadeia.<sup>434</sup> A libertação de Lacerda ocorreu alguns dias após.

---

<sup>430</sup> Ibid.

<sup>431</sup> Ibid.

<sup>432</sup> Ibid.

<sup>433</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 242.

<sup>434</sup> WAINER, S., *Minha razão de viver*, p. 66.

De acordo com John Foster Dulles, a intervenção de Alcides Etchegoyen ocorreu devido ao fato deste militar anti-fascista gostar dos artigos publicados em *Diretrizes*, “que pareciam capazes de obrigar o Tribunal de Segurança Nacional a vencer sua relutância em julgar quinta-colunistas e fascistas”.<sup>435</sup>

Fernando Lacerda já se reunia diariamente na casa de Ilvo Meirelles desde pelo menos maio de 1943, com Roberto Sisson, Álvaro de Souza, Silo Meirelles, Raul Pedroso e com o coronel Antonio Muniz de Farias.<sup>436</sup> Esta posição de Fernando Lacerda, longe de ser repelida, foi adotada por grande parte dos militantes comunistas que se opunham à CNOP; como vimos acima, a totalidade dos presos na Ilha Grande, ao menos aqueles que se faziam representar pelo Coletivo de Agildo Barata e os que pertenciam ao “Grupo de Costa Leite”, se opunham à CNOP e ao seu projeto de reorganizar o Comitê Central do PCB. Todos estes militantes, Lacerda entre eles, defendiam a rearticulação do PCB em torno de instituições legais vinculadas ao esforço de guerra, como já se estava fazendo na Liga de Defesa Nacional, na Sociedade dos Amigos da América e na UNE, que eram todas entidades de caráter abrangente que, apesar da participação ativa dos comunistas, eram formadas por um amplo leque de políticos anti-fascistas.

Além de Fernando Lacerda, Jorge Amado também irá defender estas posições, publicando, em 2 de junho, no jornal *O Imparcial*, um artigo intitulado “Organismo ilegais, instrumentos da 5ª Coluna”.<sup>437</sup> Amado se solidariza com a posição de Lacerda e cita outra entrevista, também feita por Wainer para *Diretrizes*, com Flores da Cunha, que também retornou do Uruguai após a declaração de guerra do Brasil ao Eixo; nesta entrevista, Flores teria condenado qualquer atividade partidária neste momento de guerra. Amado conclui seu artigo referindo-se a Fernando Lacerda, afirmando que: “A posição dos comunistas ficou esclarecida de uma vez para sempre, através das palavras do seu mais autorizado líder brasileiro em liberdade.”

No início de 1944 Fernando Lacerda envia a Roberto Morena o rascunho de um longo documento de 16 páginas, intitulado *A propósito da organização da Vanguarda*, que pouco depois iria chegar a vários outros militantes do Partido com o título de *A propósito da organização de nossas forças*. Nesse documento, Lacerda propõe demonstrar três coisas: 1) “que, no terreno da organização não se deve repetir, como papagaio, o que está nos livros, sobre a necessidade de uma vanguarda proletária e popular”(…) 2) “que, não existindo partido organizado, ninguém poderia falar em dissolver ou não dissolver o partido e, sim, que se deve -responder à seguinte pergunta: deve-se ou pode-se hoje reorganizar o partido ilegalmente ?” 3) (….) “deve-se procurar hoje, novos métodos de trabalho e de organização, adaptados à situação política e orgânica do país e do partido.”<sup>438</sup>

Lacerda instrumentaliza sua argumentação afirmando que o marxismo é um guia para a ação, não um conjunto de dogmas, que certos princípios formulados por Marx e Engels, considerados intocados, podem e devem ser abandonados, modificados, revistos e usa como exemplo a questão da construção do socialismo em um só país. Segundo Lacerda, Lênin demonstrou que a construção do socialismo num só país não é somente possível, como é impossível a construção do socialismo em todos os países simultaneamente. Da mesma

<sup>435</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 242.

<sup>436</sup> DESPS, prontuário de Fernando Lacerda, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>437</sup> AMADO, J., “Organismos ilegais, instrumentos da 5ª Coluna”, em *O Imparcial*, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>438</sup> LACERDA, F., “A propósito da organização da vanguarda”, Arquivo Roberto Morena, ASMOB/CEDEM, p. 1.

forma, Stálin provou que não apenas o Estado pode persistir numa sociedade sem classes, que os comunistas de todo o mundo julgavam ser a URSS, como “este Estado armado e forte teria que persistir, mesmo quando a URSS construísse o comunismo”. Lacerda usa essa argumentação para demonstrar que os “princípios fundamentais só são fundamentais e intocáveis numa determinada etapa da evolução social da humanidade”.

Lacerda comenta o ato de dissolução da IC e afirma que deste ato os comunistas devem tirar as seguintes lições: a) “que nenhum comunista brasileiro deve aparecer dando ou recebendo linhas (...) para evitar que a quinta coluna eixista muniquista crie lendas a respeito”; b) “o ato da IC (...) desligou cada partido de toda obrigação, a respeito das decisões e resoluções tomadas, conjuntamente, nos congressos da IC, até a data de sua atual dissolução”; c) “cada comunista ou cada partido deve escolher formas e métodos de organização e de trabalho adequados à situação concreta e peculiar de seu país respectivo.”

Além da resolução da IC, os comunistas deveriam tomar as lições dos seus partidos irmãos, como “o dos Estados Unidos, forte de mais de 100.000 membros, organizados de forma leninista, com um líder como Browder, acaba de dissolver-se”; “o da Inglaterra, com cerca de 50.000 membros, se propunha, ainda antes da dissolução da IC, formar com o Partido Trabalhista um Partido único”; “o de Cuba, que tem 30.000 membros, mudou seu nome para Partido Socialista Popular.” E finalmente, “o do Chile, que possui 40.000 membros, 4 senadores, mais 15 deputados (...) e que está em ação de formar o Partido único, com o nome que se escolher.”

As condições do momento, segundo Lacerda, eram de que o Eixo estava fadado a uma derrota militar próxima; nessa situação, a Alemanha acena para as potências capitalistas uma saída diplomática, “sob o pretexto de que precisam todos os capitalistas abrir os olhos ante o avanço militar e político da URSS e dos comunistas”. O governo brasileiro ainda estava dominado pelos setores pró-fascistas, que tudo faziam para enfraquecer ou anular os atos anti-eixistas de ajuda às Nações Unidas. Entre os pretextos da quinta coluna está o perigo comunista; o exemplo mais próximo foi o recente golpe de Estado na Argentina, no dia 4 de junho, dado sob a bandeira do anti-comunismo. “Nesse sentido, no Brasil atual, tentar reorganizar ou criar organismos ilegais, como antigamente, é fornecer essa tábua de salvação ao inimigo (...) para dar armas a esse quinta-colunismo para fazer tudo o que facilite a permanência aqui de um regime fascistóide.”<sup>439</sup>

Lacerda levanta ainda mais três argumentos contra a reorganização imediata do Partido: o primeiro deles é de que antes de reorganizar o Partido, seria necessária “uma autocrítica individual e coletiva de nossos erros e falhas até essa data; e uma tal autocrítica é impossível hoje”. O segundo motivo é que “devemos impedir a todo transe que, dentro de nossas fileiras, se infiltrem o bando de aventureiros e carreiristas, de policiais e provocadores trotskistas abertos ou mascarados, (...) todo trabalho atual de organização, neste momento, poria fatalmente dentro do Partido esses corpos estranhos e indesejáveis.”<sup>440</sup> O terceiro ponto é decorrente de uma análise na qual “a maioria absoluta do campesinato e do proletariado são orientadas ainda cegamente por líderes das classes médias, nacional-reformistas e nacional-revolucionários (os chamados ‘tenentistas’)”. Dentro desta perspectiva, Lacerda considera que:

O “tenentismo” – mesmo os que já são tidos como “fracassados” – tem atos e atitudes anti-fascistas, patrióticas. (...)

---

<sup>439</sup> Ibid., p. 8.

<sup>440</sup> Ibid., p. 12.

É absolutamente impossível mobilizar grandes massas populares, neste momento, para o esforço de guerra, para a luta pelas garantias da Carta do Atlântico aqui, pelas liberdades democráticas e pela independência nacional, sem colocar esse “tenentismo” à cabeça; e o “tenentismo” tem pavor a “organismos ilegais”.<sup>441</sup>

Lacerda finaliza seu texto referindo-se ao discurso de Earl Browder em 12 de dezembro de 1943, no qual este previa um período de coexistência pacífica e cooperação entre o capitalismo e o comunismo, que se iniciava após a conferência de Teerã entre Roosevelt, Churchill e Stálin, que definiu a abertura da segunda frente na guerra na Europa e a cooperação entre URSS, Inglaterra e Estados Unidos e que deveria se manter no pós-guerra. Seguindo o exemplo de Browder, Lacerda conclui que o Partido deveria organizar-se em organismos amplos e legais, com diferentes nomes e:

Por conseguinte, a preparação da vanguarda proletária marxista no Brasil, atual, tem de ser feita, sobretudo, sobre a base da criação de uma amplíssima união nacional democrática, bloco de classes, em que participem desde os elementos mais conhecidos da direita conservadora (latifundistas e grandes burgueses anti-imperialistas e anti-feudais) até os comunistas, mesmo desorganizados ainda. Dentro dessa vasta organização nacional é que, então, trataremos de formar uma verdadeira vanguarda organizada segundo as teses fundamentais de Lenin.<sup>442</sup>

A resistência à CNOP e à Conferência da Mantiqueira não foi manifestada somente pelos militantes comunistas que concordavam com o apoio a Getúlio Vargas; um grupo de comunistas de São Paulo, que não conhecia, ou reconhecia Arruda Câmara, após a realização da Conferência, aglutinou-se em São Paulo, criando, no final de 1943, o Comitê de Ação, onde se uniram os fundadores do Partido, Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro, considerado “liquidacionista” e vários militantes paulistas, como Caio Prado Jr., Tito Batini, Paulo Silveira, entre outros. O Comitê de Ação de todos os grupos que, a partir do fim de 1943, começaram a disputar a primazia sobre o que ainda iria vir a ser o PCB, era o mais crítico em relação à união nacional e, ao menos segundo seus adversários, não aceitava Luiz Carlos Prestes<sup>443</sup>.

A proposta do Comitê de Ação, na qual participou o “liquidacionista” Silo Meirelles, era a de constituir uma frente de todos os opositores democráticos ao Estado Novo, que posteriormente iriam se constituir num amplo partido de esquerda. Aproximaram-se da oposição liberal e de representantes de outras correntes, que iam deste o liberalismo, encarnado nos remanescentes do velho PRP e pelo jornal *O Estado de São Paulo*, até socialistas. A partir de meados de 1944, estes opositores iniciaram a formação da União Democrática Nacional – UDN, nome proposto por Caio Prado Jr. Foram fundadores da UDN, entre outros, antigos “tenentes” rompidos com o governo, como Eduardo Gomes e Isidoro Dias Lopes, líderes políticos opositores do Estado Novo, Juracy Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti e Flores da Cunha, até políticos que eram tachados como trotskistas, como Febus Gikovate e Fúlvio Abramo. Apesar de, nos anos posteriores, a UDN representar somente os defensores do liberalismo econômico, constituindo-se no principal partido conservador do país, na sua origem ela tinha um caráter bem mais amplo, sendo o anti-getulismo seu fator de unidade.

A quase totalidade dos membros do que veio a ser denominada “corrente liquidacionista” manteve contatos com o Comitê de Ação; seu manifesto, onde pregava o esforço de guerra, a luta contra a sabotagem dos elementos fascistas que ocupam cargos de mando, pela supressão de todas as leis e medidas que restrinjam as liberdades públicas, é assinado por: Caio Prado Jr., Mauro de Alencar, Astrojildo Pereira, Benigno Fernandes, Heitor Ferreira Lima, Tito Battini, Mário Schenberg;

---

<sup>441</sup> Ibid., p.p. 13, 14.

<sup>442</sup> Ibid., p. 16.

<sup>443</sup> BASBAUM, L., Uma vida em seis tempos, p. 180.

também é assinado por lideranças políticas e militares que não pertenciam ao PCB, como: gal. Estilac Leal, cel. Aires de Azevedo, Herculino Cascardo, João Mangabeira, Hermes Lima. Porém, além destes, também assinam aqueles que são classificados como “liquidacionistas”, são eles: Roberto Sisson, Carlos da Costa Leite, Fernando Lacerda, Silo Meirelles, Ilvo Meirelles, Cristiano Cordeiro, Agnaldo Costa e Manoel Cavalcanti (Ferro).<sup>444</sup>

Os militantes comunistas estavam divididos não em torno daqueles que queriam acabar ou não com o Partido, mas entre os que reconheciam ou não a nova direção nacional, articulada na Conferência da Mantiqueira. A hipótese da existência de uma corrente “liquidacionista” é amparada pelo fato do secretário-geral do Partido Comunista dos Estados Unidos, Earl Browder, que tinha grande influência nos partidos latino-americanos, especialmente os de Cuba, Chile e México, haver proposto a extinção do seu partido, transformando-o numa associação política. Porém, tal iniciativa não ocorre antes de pelo menos dezembro de 1943, quando Browder numa conferência no dia 12 deste mês - prevendo um período de coexistência pacífica entre o comunismo e o capitalismo, resultante da colaboração no período de guerra, que forçou aos países capitalistas democráticos a reconhecer a URSS e aceitá-la como aliada – propõe que o Partido Comunista dos Estados Unidos deveria mudar seus rumos, aceitando que a expansão da economia americana se dá em uma base capitalista, abandonando a perspectiva revolucionária. Quando Fernando Lacerda propões a não reorganização do PCB, em maio de 1943, esta formulação teórica de Browder ainda não existia. Segundo Luiz Carlos Prestes o “liquidacionismo” de Lacerda correspondia à posição de Vitorio Codovilla “com quem ele havia conversado muito e com quem concordava que existiam policiais infiltrados em tudo que era clandestino no Brasil”<sup>445</sup>

Quando da realização da Conferência da Mantiqueira, a CNOP era um destacamento minoritário no Partido Comunista Brasileiro, não refletindo a opinião da grande maioria de seus militantes; o que legitimou sua atuação e decidiu para que esta se constituísse no novo núcleo dirigente do Partido Comunista foram dois documentos que Prestes fez chegar ao Partido Comunista em 1944, intitulados *Comentários a um documento aliancista aparecido nos últimos meses de 1943*, de 14 de março de 1944 e *A propósito da reorganização de nossas forças*, de 22 de maio de 1944. A troca de documentos entre Prestes e o Partido era possível graças à intermediação do diplomata Orlando Leite Ribeiro, antigo participante do tenentismo, com fortes laços de amizade tanto com Prestes quanto com Vargas, o que possibilitou-lhe manter contatos periódicos com o primeiro na prisão e superar a incomunicabilidade a que estava submetido.

No primeiro documento Prestes analisa o manifesto de lançamento do Comitê de Ação, que constituiu-se como uma reação à Conferência da Mantiqueira, por discordar radicalmente das suas decisões de apoio irrestrito a Vargas e da transformação da CNOP em direção nacional. Prestes declara ser “radicalmente contrário” à linha geral do documento, por esta lhe “parecer esquerdista e sectária, prejudicial à efetivação da

---

<sup>444</sup> CARONE, E., *Brasil: anos de crise (1930-1945)*, p. 334.

<sup>445</sup> CARONE, E., Entrevista com Luís Carlos Prestes, realizada em 24 de março de 1982, em *Novos Rumos*, nº

desejada e imprescindível unidade nacional”<sup>446</sup>. Mais adiante, Prestes diz não considerar “justo o combate ao Estado Novo num apelo, como este, à unidade nacional. Não poderão, por acaso, formar ao nosso lado na luta contra o nazismo todos aqueles que por ignorância, ou mesmo por interesse de classe, julgam necessários às condições específicas do Brasil os preceitos fundamentais da Carta de 1937”<sup>447</sup>.

Neste documento, Prestes considera que todo o esforço dos comunistas no momento deve se basear no esforço de guerra, no combate à quinta coluna e na campanha pela anistia, os comunistas não deveriam ter “vergonha nem medo de apoiar o governo, de estender a mão aos integralistas e pró-fascistas equivocados de ontem”<sup>448</sup>. Este documento, que em linhas gerais coincide em grande parte com as determinações da Conferência da Mantiqueira, chegou aos detentos na Ilha Grande e foi amplamente discutido por estes, sendo adotado como “cartilha” pelos membros do coletivo<sup>449</sup>, o que contribui em grande parte para o isolamento do Comitê de Ação e a confirmação da CNOP como direção nacional do Partido.

O segundo documento de Prestes *A propósito da reorganização de nossas forças*, surgido dois meses depois, comenta o documento de Fernando de Lacerda de mesmo título, analisado acima, que é apresentado da seguinte maneira:

Na análise que fazem é bem possível que haja muita coisa verídica, acertada e justa, mas sua linha geral é a mesma da do autor da entrevista citada, de maio de 1943, a *Diretrizes*. Quer dizer, é uma linha evidentemente oportunista e liquidacionista de pequeno-burgueses em pânico e sem perspectiva.<sup>450</sup>

Neste documento, a respeito de Fernando de Lacerda, Prestes indaga “autorizado por quem fala esse senhor em nome dos comunistas presos? Não mereceriam ao menos algum respeito?” Lacerda é completamente desautorizado a falar em nome do Partido e a sua tendência partidária sofre seu maior revés na disputa interna; a partir deste momento, as dissidências envolvendo o chamado grupo liquidacionista mudam de direção, boa parte deles acaba por se aliar à CNOP e irá ocupar cargos de responsabilidade dentro do Partido, sem porém participar do Comitê Nacional. O setor militar do “liquidacionismo” porém, continuará se opondo à tática política empregada pelo Partido, especialmente o adesismo encarnado no “queremismo” e posteriormente contra a candidatura Fiúza, terminando por romper definitivamente, em 1945.

---

33, 2000, encarte, p. 36.

<sup>446</sup> PRESTES, L. C. “Comentários a um documento aliancista aparecido nos últimos meses de 1943”, em *Problemas atuais da democracia* p. 45.

<sup>447</sup> - Ibid.

<sup>448</sup> - Ibid. p. 49.

<sup>449</sup> - Bezerra, Gregório – Memórias. Primeira parte 1900 – 1945 – p. 305.

<sup>450</sup> - Prestes, Luiz Carlos – A propósito da reorganização de nossas forças – in *Problemas atuais da democracia* – p. 61.

Apesar de entrar oficialmente no Partido Comunista somente em 1934, com o objetivo de organizar a insurreição militar-comunista de novembro de 1935 e de estar ausente das mobilizações comunistas deste então, principalmente pelo fato de passar grande parte de seu tempo na prisão, em regime de incomunicabilidade, Prestes era ainda um mito entre os comunistas, mito maior ainda do que fora em 1935, graças a sua longa prisão e aos acontecimentos trágicos envolvendo a extradição de sua esposa, Olga Benário, para a Alemanha. A palavra de Prestes tornou-se incontestável, principalmente pelo fato de que sua inclusão no Partido se dera por intervenção da Internacional Comunista, órgão no qual Prestes havia ocupado um posto no Comitê Executivo. A palavra de Prestes, mais do que a palavra do líder tenentista dos anos vinte, era a representação das determinações da Internacional Comunista para o Brasil e América do Sul. Enquanto representante mais gabaritado do movimento comunista internacional na América do Sul, a opinião de Prestes era inquestionável.

As críticas feitas por Prestes são sentidas por Lacerda que, pouco tempo após a divulgação do documento de Prestes criticando-o, envia outra carta para Roberto Morena, na qual mantém suas críticas à CNOP que, segundo ele: “em quase todos esses grupos e grupinhos de anti-fascistas firmes, há certo número de elementos suspeitos (aventureiros, carreiristas, até provocadores conhecidos da polícia nacional ou internacional)”<sup>451</sup>. Porém, Lacerda reconhece que:

Segundo tudo leva a crer, essa quinta coluna tem elementos provocadores dentro de diferentes grupos anti-fascistas e, mesmo, no seio do grupo que tem agora a seu favor advogados que tem de ser respeitados por todos nós.

Que, repetimos, esse grupo especial – o mais organizado deles – é reforçado por essa defesa, pelo apoio de amigos que desconhecem, de certo, o que há nele, visto como se encontram longe daqui e do nosso meio.

Que outro amigo, de alto valor para nós, dá uma justa opinião de que precisamos custe o que custar ter algo em ordem, garantido, como “fanal de esperança e esteio firme contra a reação”.<sup>452</sup>

As tarefas apresentadas nesta carta são: “unificar organicamente grupinho por grupinho existente, sobre a base de um trabalho legal, de massas, para a guerra”. Esta unificação, baseada no trabalho legal e na constituição de associações legais, teria que observar três cuidados essenciais:

1º) muita vigilância contra toda sorte de provocação e contra todo elemento suspeito; – 2º) fazendo o possível para salvar o maior número de elementos honestos e tradicionais, não hesitar em afastar temporariamente – indicando-lhe qualquer trabalho teórico ou prático a fazer – das discussões e da atividade responsável, dirigente, todo nome que possa aparecer como bandeira de divisão, quem quer que ele seja; – 3º) não atrapalhar com o trabalho de unificação a formação da citada União Democrática Nacional ampla. E, da mesma forma, não dar armas às provocações quintacolonistas a que nos referimos. (...)

Repetimos: preferir sempre trabalhos legais, em organismo legais (Liga [de Defesa Nacional], SAA [Sociedade dos Amigos da América], LBA, clubes de futebol, cooperativas, sindicatos, associações de todas as cores, etc.). Mas fazer um mínimo de trabalho ilegal necessário a coordenar toda essa ação legal; porém trabalho ilegal que não dê armas à provocação referida.<sup>453</sup>

Ao propor afastar das discussões todos os elementos que possam aparecer como bandeira de divisão “quem quer que seja”, além de questionar a validade da opinião de Prestes, que

<sup>451</sup> Carta de Fernando Lacerda a Roberto Morena, Rio de Janeiro, 15/06/1944, Arquivo Roberto Morena, ASMOB/CEDEM.

<sup>452</sup> Ibid.

<sup>453</sup> Ibid.

desconhece a situação atual visto que se encontra “longe daqui e do nosso meio”, Lacerda, ao invés de se submeter à opinião emitida por Prestes, tenta isolá-lo no processo de reorganização do PCB; irá porém fracassar nesta tentativa e em 1945 irá capitular perante o novo Comitê Central.

No início de 1945, as tendências internas do PCB já se articulavam em torno de duas propostas: a CNOP, que Prestes dizia ser o único grupo organizado do Partido<sup>454</sup> e os militantes comunistas, capitaneados pelo Comitê de Ação, que articulavam com os setores oposicionistas no intuito de criar um amplo partido de oposição, a princípio a UDN. O grupo denominado “liquidacionista” havia se desarticulado em 1944, após as cartas que Prestes divulgou da prisão. Victor Konder, em 9 de março de 1945, envia do Rio de Janeiro uma carta a Caio Prado Jr., onde narra “os últimos sucessos da articulação da UDN no Rio de Janeiro”, onde além da participação comunista na criação da UDN, também dá a entender uma fratura no chamado grupo “liquidacionista”:

Aquele nosso esforço unitário tornado premente pela necessidade da organização da UDN, teve, finalmente, um resultado concreto.

Ontem, dia 8, houve uma reunião decisiva, à qual compareceram além do Glauco [Pinheiro Meneses], representando nosso Comitê, o velho, o Ilvo e amigos, um representante do grupo Aliança, um do grupo Diretrizes, o Dionélio [Machado] e alguns líderes aliancistas, que até há pouco tempo, não aceitavam organização nenhuma e, inclusive, aproximavam-se do CNOP.

O primeiro resultado concreto da conversa foi uma representação única junto à UDN, apoiada por todos os grupos e pelos elementos esparsos. (...)

O pensamento predominante da mesma, desde já, é de que se deve criar um partido popular, tipo nacional-libertador, de preferência a um partido de classe nos velhos moldes. (...)

Não preciso frisar que ficou assentado que essa força será de oposição e participará da frente que é a UDN, apoiando, inclusive, assim que for oportuno, a candidatura do Eduardo [Gomes].<sup>455</sup>

O “velho” citado neste trecho é possivelmente Fernando Lacerda, que era tratado por esse apelido por vários militantes comunistas<sup>456</sup>. Quanto aos “líderes aliancistas que até há pouco não aceitavam organização nenhuma”, não nos é possível identificar; porém, no início de 1945, dois líderes que normalmente são associados ao “liquidacionismo”, Roberto Morena e Pedro Mota Lima, já estão próximos do grupo dirigente e assinam, em março de 1945, juntamente com Ivan Ramos Ribeiro, Maurício Grabois, Amarílio de Vasconcelos, entre outros, um manifesto intitulado “Por um governo de coalizão nacional”<sup>457</sup>. Neste documento considera-se que estava iniciando-se “a consolidação franca e estável, por um longo período, de relações internacionais de um novo tipo entre as três grandes potências”.

O documento prega que a nova fase de “união internacional dos povos para a paz” estava alicerçada pela cooperação política das três grandes potências, Inglaterra, Estados Unidos e URSS e baseava-se, ao mesmo tempo, “na cooperação das classes dentro de cada país, sob a forma política de União Nacional”; nesta nova situação, os comunistas tinham que rever “o conceito anterior que fazíamos sobre a marcha do imperialismo para o seu fim”. Tal situação, vista de acordo com a concepção do movimento comunista internacional, após a dissolução da IC, era possível graças à ascensão de uma nova espécie de capitalista:

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, assumiram a hegemonia política sobre os demais – e que podem mantê-la por um largo período – aqueles setores de capital financeiro que foram levados, necessariamente, a uma determinada posição, por assim dizer compreensiva diante da classe operária de seus países e diante dos povos

<sup>454</sup> MORAES, D.; VIANA, F., *Prestes: lutas e autocríticas*, p. 95

<sup>455</sup> IUMATTI, P. T., *Diários políticos de Caio Prado Jr.: 1945*, p. 37.

<sup>456</sup> FALCÃO, J., *O Partido comunista que eu conheci*, p. 239.

<sup>457</sup> PCB, *Por um governo de coalizão nacional – Carta pública a todos os anti-fascistas do país sobre a situação brasileira*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1945, Arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.



economicamente atrasados e dependentes. Esses setores constituem, agora, uma face definida, pacífica, democrática, do capital monopolista, em antagonismo com os grupos fascistas e pró-fascistas de Wall Street e da City. (...) Os trabalhadores dos grandes países capitalistas reagem diante dessa nova situação concordando em subordinar suas reivindicações socialistas permanentes ao interesse fundamental de levar até a saturação as novas possibilidades reais de pacífico desenvolvimento social progressivo, em cada país e no mundo.<sup>458</sup>

O aparecimento da burguesia “compreensiva”, uma novidade nas análises marxistas-leninistas jamais vista, condicionava uma mudança no rumo a ser tomado pelo movimento comunista, que não deveria mais combater o capitalismo, mas assegurar sua plena expansão, libertando as nações “do medievalismo econômico, cultural e político”. O Brasil, a partir desse momento, poderia “levar pacificamente a pleno desenvolvimento o ciclo mais importante de sua história – o ciclo de sua emancipação econômica.”

A condição única a realizar para nos lançarmos a tão grandioso objetivo, é que tais forças se congreguem, efetivamente, para o cumprimento dum grande programa de União Nacional.<sup>459</sup>

Dentro deste espírito de unidade nacional, o PCB, ou a CNOP em nome do PCB, via a possibilidade de se encontrar um “candidato único à Presidência da República”<sup>460</sup>, a perspectiva revolucionária é abandonada, substituída pela necessidade de expansão econômica, baseada na colaboração de classe:

Como expressão do pensamento de vanguarda da classe trabalhadora e do povo, compreendemos, não de hoje, que o futuro imediato de nossa Pátria não é o socialismo, e ainda menos o comunismo, mas a plena expansão de suas forças produtivas em base capitalista, sob a forma política democrático-burguesa.

O fato novo é que esse desenvolvimento deve correr, já agora, em quadro pacífico, baseado na cooperação dos trabalhadores, como classe independente, com os industriais, fazendeiros, banqueiros e comerciantes progressistas.<sup>461</sup>

Este documento encontra-se no arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite, o que não significa que concordavam com esta postura, muito pelo contrário, é significativo que, numa passagem na qual aparece: “o livre debate construtivo sobre a solução de nossos problemas fundamentais”, Rosa Meirelles fez logo após a frase “O livre debate construtivo” - que ela grifou - a seguinte observação manuscrita: “que não houve!”<sup>462</sup>

Em março de 1945, João Alberto assumiu a chefia de polícia do Distrito Federal, em substituição a Coriolano de Góis que, entre julho de 1944 e março de 1945, reativou a máquina repressiva policial efetuando a prisão de vários militantes de esquerda; porém, João Alberto iniciou uma fase de aproximação do governo com a esquerda, o que mais tarde foi visto por Caio Prado Jr. como uma manobra bem sucedida do governo para absorver a esquerda, com o objetivo de arregimentar novas bases políticas para a sua continuidade, uma vez que o apoio dos setores tradicionais e do exército já havia sido perdido. A esse respeito escreveu em seu diário, em setembro de 1945:

O motor principal do quererismo é João Alberto, que está em entendimentos permanentes com Prestes. Prestes quer a Constituinte. João Alberto o continuismo. Daí o acordo de ambos. (...)

Toda a [trama] parece mais clara. A sua figura central é João Alberto, que foi sem dúvida o mentor da aproximação Getúlio-Prestes. Isto vem de longe; acredito que João Alberto já pensava nisto nos idos tempos em que procurava ativamente os esquerdistas, inclusive eu (1944). Pretendia dar uma base de esquerda a Getúlio. Ligava-se a Prestes por intermédio de Orlando Leite Ribeiro. Prestes, obcecado por sua “linha justa”, caiu feito um pato. Obteve a liberdade e a legalidade do Partido Comunista. Mas isto em troca do serviço que prestaria a Getúlio. Acredito que agia meio inconscientemente, julgando tapear Getúlio, quando era ele o tapeado.<sup>463</sup>

<sup>458</sup> Ibid., p. 5.

<sup>459</sup> Ibid., p. 7.

<sup>460</sup> Ibid., p.13.

<sup>461</sup> Ibid., p.14.

<sup>462</sup> Ibid., p. 13.

<sup>463</sup> IUMATTI, P. T., *Diários políticos de Caio Prado Jr.*: 1945, p. 141.

Agildo Barata tinha opinião parecida em relação ao trabalho feito por Orlando Leite Ribeiro em envolver Prestes; segundo ele, Prestes considerava este diplomata como um “acaudilhado seu”:

Prestes, certa feita, me disse: “O Orlando tem todas as qualidades da patrulha da cavalaria: vai ao território inimigo, obtém informações e, sem deixar envolver-se volta às suas linhas com as informações colhidas.” O tom jactancioso com que Prestes se referia a seu antigo comandado é claro que não tinha muita base. Embora não pretenda diminuir o significado da amizade que Orlando nutria por Prestes, estou convencido que o “trabalho de patrulha de cavalaria” que Orlando realizava era muito mais a favor de seu novo comandante – Getúlio – sob cujo o fascínio se encontrava, do que a favor do antigo “Cavaleiro da Esperança” reduzido à condição de um presidiário ansioso por obter a liberdade a qualquer preço.<sup>464</sup>

A nova situação de Prestes, como um aliado declarado do governo, fez com que conseguisse algumas regalias, como trazer à sua presença Agildo Barata e Carlos da Costa Leite, que mantinham um estado de inimizade declarada e tentasse uma reconciliação; em março, Agildo foi transferido do presídio da Ilha Grande para a Casa de Correção, para ficar ao lado de Prestes. Esta Casa de Correção logo tornou-se um centro de peregrinação de um infundável número de simpatizantes, ansiosos por receber alguma orientação de seu líder inquestionável.

Em 16 de abril, finalmente Prestes foi solto, fazendo logo depois uma declaração pública onde dava apoio irrestrito a Getúlio Vargas e à CNOP que, segundo ele, agira com fidelidade e nas circunstâncias, encarnara de fato o PCB.<sup>465</sup>

A declaração de apoio de Prestes caiu como uma bomba entre os militantes comunistas. Fernando Lacerda, que no dia 1º de abril enviara um bilhete a Silo e Ilvo Meirelles e Carlos da Costa Leite, no qual desejava: “Que melhorem da saúde e de estado d’alma, ao contato da palavra querida do cavaleiro. E que, todos juntos o ajudemos a romper as ondas”<sup>466</sup>. No final deste mês, Lacerda capitulava perante as declarações de Prestes, dando “apoio integral à palavra de Prestes”:

Mais ainda: nessas explorações da palavra de Prestes há quem chegue ao cúmulo de fazer crer na existência de comunistas responsáveis que não estavam, nem estão de acordo com Prestes. (...)

Ora, os acontecimentos estão provando que agentes desses inimigos da democracia existem mesmo infiltrados entre os democratas sinceros das classes médias e da burguesia. É preciso que eles sejam descobertos e expulsos, para que os gloriosos destacamentos do antigo “tenentismo” do 5 de julho, dos valentes revoltosos de 1922, 1924, da Coluna Prestes, de 1930 (...) passem a se unir estreitamente e pacificamente.<sup>467</sup>

O desalento entre os partidários do Comitê de Ação foi geral; conforme Heitor Ferreira Lima, Prestes, antes de sua libertação, recebeu diversos emissários do Comitê de Ação que pleitearam a realização de uma conferência nacional para a rearticulação do PCB e para traçar os rumos a serem seguidos:

Prestes, no entanto, comprometido já com a CNOP, repeliu tal sugestão, sob a alegação de falta de tempo e, à nossa arguição de oportunistas, partidários de Bangu chefiarem aquele órgão, replicou que a sua simples presença nele modificava seu caráter. A resposta pareceu-nos, além de excessiva auto-suficiência, fuga a exame coletivo sério e amplo da situação considerada por nós primacial. (...) Ao ser libertado, com sua adesão, tornou oficial e definitivo o provisório que era a CNOP, lançando esta, então, as palavras de ordem: “Com Getúlio na paz e na guerra” e a “Constituinte com Getúlio”, ao que Prestes acrescentou, além de seu apoio aberto a Getúlio, a novidade de estar o imperialismo com os dentes quebrados, pedindo ainda aos trabalhadores para apertarem seus cintos, ante a miséria crescente que enfrentavam. Estabelecia-se e punha-se em prática, assim, todo um programa político-econômico para o novo PCB. Insatisfeitos permanecemos retraídos, frustrados. A euforia geral, entretanto (...) fez com que a

<sup>464</sup> BARATA, A., *Vida de um revolucionário*, p. 320.

<sup>465</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 268.

<sup>466</sup> Bilhete de Fernando Lacerda a Silo, Ilvo, Costa e famílias, Rio de Janeiro, 1/4/1945, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>467</sup> LACERDA, F., Apoio integral à palavra de Prestes, *Folha Carioca*, 30/04/1945, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

maioria de nossos companheiros, conquanto hesitantes, fossem participar da avalanche nascente. Bem poucos, como Batini, Agnaldo Costa, eu e outros, resistiram a tal impulso, não obstante o penosíssimo esforço que isso nos custasse.<sup>468</sup>

Caio Prado Jr. também anotou em seu diário a decepção sofrida com as declarações de Prestes:

Ao ser libertado, Prestes concedeu uma entrevista coletiva aos jornais. A sua posição de apoio ao governo causou tremenda decepção. (...) Em toda a oposição, que forma a maioria da opinião consciente do país, a decepção foi total. (...) Os comunistas se dividiram. A maior parte, mesmo quando opositorista, engole a seco, procura justificar Prestes. Mas está descontente, e sua ação se ressentido disto. A atividade partidária declinou nitidamente. Nos meios operários, a aceitação da linha de Prestes é geral, mas há vacilações. No fundo, ninguém sabe ao certo o que fazer. Um grupo numeroso de amigos e seguidores de Prestes discorda dele, e se afastou de qualquer ação (Silo e Ilvo Meirelles, Costa Leite, etc.) A CNOP está consagrada em Partido por Prestes. O desalento é geral.<sup>469</sup>

### 3.8 - Os renegados da revolução

Logo após sua soltura, Luiz Carlos Prestes hospedou-se, por dez meses, na casa de Leôncio Basbaum, onde recebia constantes visitas de políticos e militantes do PCB; tão logo Prestes assumiu o controle do Partido, iniciou um processo de depuração de seus elementos indesejáveis. De acordo com um relatório do DOPS, em 5 de maio Prestes recebeu os comunistas Abgvar Bastos e Miguel Costa Filho, que receberam a seguinte instrução: “É preciso não permitimos a intromissão dos elementos abaixo, no seio do nosso Partido: Tito Vezio Battini, Caio Prado Jr., Heitor Ferreira Lima, Jorge Amado, Paulo Zingg e Hermínio Sacchetta”<sup>470</sup>.

Battini, Caio Prado e Ferreira Lima eram membros do Comitê de Ação e destacados opositores da CNOP, o que justifica sua exclusão; Hermínio Sacchetta já havia sido expulso do Partido em 1938 e, após sua expulsão, aderido ao trotskismo; Paulo Zingg, era filiado à União Democrática Socialista, que se opunha à linha política do PCB, participando também do *Jornal de São Paulo*, dirigido por Sacchetta. Quanto a Jorge Amado, sua exclusão é curiosa pois, apesar de antes de 1944 Jorge Amado ser um opositor da CNOP, tendo inclusive sido hóspede de Carlos Costa Leite na Argentina, colaborado com a revista *Diretrizes*, onde assinou um artigo se solidarizando com a entrevista de Fernando Lacerda a esta revista em maio de 1943, após as declarações de Prestes, em 1944, Amado, como muitos outros opositores da CNOP, mudou de posição aderindo a linha vencedora. Inclusive, quando Jorge Amado visitou Prestes na cadeia este lhe agradeceu pela sua recém-lançada biografia, *O cavaleiro da esperança*, dando-lhe um afetuoso abraço e dizendo: “agradeço-lhe, sobretudo porque seu livro proporcionou a última alegria à minha mãe”<sup>471</sup>.

<sup>468</sup> LIMA, H. F., *Caminhos percorridos*, p. 275.

<sup>469</sup> IUMATTI, P.T., *Diários políticos de Caio Prado Jr.*, p. 74.

<sup>470</sup> IUMATTI, P.T., *Diário Políticos de Caio Prado Jr.*, p. 77.

<sup>471</sup> DULLES, J. F., *O comunismo no Brasil*, p. 267.

Possivelmente o que tornava Jorge Amado pouco confiável à direção do Partido era a sua participação no chamado “grupo Diretrizes”, constituído pelo conselho editorial deste periódico. *Diretrizes* também houvera se inserido na disputa interna partidária, Samuel Wainer relata esta inserção:

Nessa época, o Partido Comunista Brasileiro estava dividido em dois grupos. Um deles, liderado por Luís Carlos Prestes, aglutinava-se em torno de uma palavra de ordem: união incondicional com Vargas contra o Eixo. O termo *incondicional* tornava possível até mesmo a presença de integralistas. O outro grupo, reunido em torno de Agildo Barata, defendia a formação de uma frente política, a União Democrática Brasileira, menos abrangente. *Diretrizes* apoiava a tese da UDB.<sup>472</sup>

A tomada de posição de *Diretrizes* custou à revista a hostilidade da nova direção nacional do Partido, Wainer relata que, no início de 1945, quando foi visitar Prestes na cadeia, levado lá por Orlando Leite Ribeiro e Trifino Correia, foi asperamente recebido, tendo ouvido de Prestes que houvera voltado politicamente errado, referindo-se a uma viagem que Wainer acabara de fazer aos Estados Unidos. Pouco após este encontro o Partido ordenara aos seus militantes junto ao Sindicato dos Gráficos se recusassem a imprimir o periódico - então convertido em jornal diário - o que era feito nas oficinas do *Diário Carioca*.<sup>473</sup> Após a determinação deste boicote Wainer viu-se obrigado a vender o controle acionário do jornal, o comprador encontrado foi João Alberto, que aceitou a condição de Wainer de manter o mesmo conselho editorial, com Osvaldo Costa como diretor.<sup>474</sup>

Astrojildo Pereira, fundador do Partido, membro do conselho editorial de *Diretrizes* e uma das principais lideranças do Comitê de Ação, afastado da militância partidária desde 1931, foi readmitido no PCB; porém, teve que redigir uma autocrítica que foi publicada no jornal do PCB, *Tribuna Popular*, no dia 4 de julho de 1945, com o título de “Uma advertência aos intelectuais honestos”, onde purgava-se de sua participação na formação da UDN e pelo apoio à candidatura de Eduardo Gomes, fruto, segundo esta autocrítica, de sua “não participação no trabalho de massas que muitos comunistas e simpatizantes e mesmo alguns democratas não comunistas vinham fazendo com esplêndida tenacidade.”<sup>475</sup> Nesta autocrítica, Astrojildo praticamente pede perdão por ter

---

<sup>472</sup> WAINER, S., *Minha razão de viver*, p. 73.

<sup>473</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>474</sup> *Ibid.*

<sup>475</sup> PEREIRA, A., “Uma advertência aos intelectuais honestos”, em *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 04/07/45.

se oposto àquele que tornou-se o grupo dirigente do Partido, que supunha ser apenas uma pequena minoria:

Esse desligamento do trabalho prático entre as massas é que principalmente me impediu de assimilar o sentido e o conteúdo da política de “união nacional” (...).

Ao surgir a candidatura de Eduardo Gomes, pareceu-me chegada a oportunidade de se unificar, numa ampla organização de massas, todos os grupos e elementos de esquerda (...). Levei o meu pensamento às últimas conseqüências, manifestando a alguns amigos a opinião de que se deveria chegar ao extremo de uma ruptura violenta com aqueles – pequena minoria, supunha eu – que não aceitassem tal base de entendimento.

Dominava-me a convicção de que por esse processo poderiam as esquerdas – e em primeiro lugar os comunistas – tomar a vanguarda na luta pela democratização do país. Eu acreditava igualmente que dentro desse processo é que viria a cristalizar-se a organização do Partido Comunista, como cerne de todo o movimento. Mas não via nenhuma possibilidade imediata de sua reorganização em larga escala. Os fatos aí estão demonstrando que me enganei completamente.<sup>476</sup>

A idéia de se criar esta ampla organização de massas, que a princípio estaria vinculada à UDN, que representava nesta época a união de toda a oposição ao Estado Novo, foi também abraçada por Cristiano Cordeiro, um dos poucos membros do Comitê de Ação que não se enquadrou na nova situação partidária que, desde o final da década de vinte, era uma voz destoante no seio do PCB. Cordeiro em nenhum momento teve confiança no novo grupo dirigente do Partido, sendo tratado em vários momentos como um inimigo, especialmente na primeira metade da década de 30, quando foi afastado e em 1935, quando criticou a ANL.

Mesmo após a libertação de Prestes e suas declarações em favor de Getúlio e da CNOP, Cristiano Cordeiro manteve a iniciativa de criar um Partido amplo das esquerdas, que englobasse parte da oposição ao Estado Novo, porém mantivesse independência em relação à UDN. Em maio de 1945, Cordeiro, juntamente com os comunistas dissidentes Dionélio Machado e Alberto Passos, lança o Partido Popular Socialista – PPS, que visava “arregimentar, sob a bandeira de um socialismo cristão, todas as classes.”<sup>477</sup> O PPS, porém, não pretendia manter a independência em relação ao PCB, mas associar-se com ele. Neste sentido, sua criação não poderia ser realizada sem uma consulta prévia a Prestes, conforme declarou Cristiano Cordeiro ao jornal *O Popular*.

---

<sup>476</sup> Ibid.

<sup>477</sup> Entrevista de Cristiano Cordeiro, “Partido Popular Socialista”, em *O Popular*, Goiânia, 20/05/1945,

Como é fácil compreender, a consulta a Prestes se impunha, era mesmo um dever indeclinável de nossa parte. E como opinasse o grande líder popular pelo adiamento da iniciativa, porquanto ao seu ver – e estava certo – a questão da anistia deveria ser a magna questão do momento.<sup>478</sup>

Cristiano Cordeiro foi um dos muitos militantes comunistas que visitaram Prestes no presídio entre março e abril de 1945; em sua visita, Cordeiro, que estava na condição de presidente da Liga pela Anistia de Goiânia, aproveitou a oportunidade para denunciar a Prestes a infiltração de elementos do governo na CNOP, ao que Prestes disse-lhe que iria informar-se a respeito, coisa que Cristiano Cordeiro acha que não apenas não o fez como continuou tendo a certeza de que esta infiltração realmente existia e que posteriormente seria confirmada.<sup>479</sup>

O PPS, apesar de tentar estruturar-se nacionalmente, pouco conseguiu além do Estado de Goiás, onde praticamente todo o diretório estadual do PCB, localizado na antiga capital, Anápolis, aderiu ao novo Partido. Na tentativa de organizá-lo nacionalmente, foram enviados de Goiás Cristiano Cordeiro, Basileu Pires Leal e Walmir Florêncio, que fizeram contatos primeiro em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro, onde encontraram-se com o líder oposicionista goiano Domingos Velasco, que aderiu ao PPS, João Mangabeira, Chermont de Brito, Alberto Pasqualini, Evandro Lins e Silva entre outros. Quando as articulações para a estruturação do PPS estavam delineadas, a proposta foi levada ao conhecimento de Prestes e do Comitê Central, porém os emissários goianos tiveram como resposta que não seriam recebidos e que nem Prestes nem o Comitê Central apoiavam a idéia do PPS, considerado divisionista.<sup>480</sup>

Após a desaprovação de Prestes, o PPS não teve como se manter, sendo extinto em julho de 1945, após um pouco menos de dois meses de existência. Em 27 de julho o jornal *O Estado de Goiás*, órgão ligado ao PCB e dirigido pelo comunista Abraão Isaac Neto, informa que “o Partido Popular Socialista foi transformado, segundo nos informam, num Comitê Democrático Popular.”<sup>481</sup>

Enquanto o Partido desautorizava as iniciativas de criar uma frente oposicionista, ao mesmo tempo aderiu ao movimento queremista que se iniciou em março de 1945, no âmbito do Ministério do Trabalho, tendo entre seus criadores o ministro Marcondes Filho e seu chefe de gabinete, Segadas Viana, e obtendo o apoio do general Newton Estillac

---

arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>478</sup> Ibid.

<sup>479</sup> Entrevista de Cristiano Cordeiro a Ricardo Noblat, *Jornal do Comércio*, Recife, 12/08/1979, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>480</sup> Depoimento de Basileu Pires Leal, em DAYRELL, E. G., *O PCB-GO*, p.p. 174, 175.

Leal<sup>482</sup>. O queremismo teve sua grande expansão a partir da adesão do PCB, após a libertação de Prestes. A adesão ao queremismo causou o rompimento do ex-substituto de Prestes para a América do Sul, Carlos da Costa Leite que, a partir de julho se desligaria de toda a atividade partidária, engajando-se na criação da Associação Brasileira de Amigos do Povo Espanhol - ABAPE, entidade na qual participaram outros militares oriundos da ANL, como o capitão Roberto Sisson, militantes comunistas que permaneceram no Partido, porém eram vozes dissonantes em relação ao Comitê Central, como Moacir Werneck de Castro, um dos integrantes do “grupo *Diretrizes*” e militares nacionalistas. Seu presidente era o general Horta Barbosa, também presidente do Conselho Nacional do Petróleo, e tinha como objetivo buscar auxílio para os dissidentes espanhóis no exílio.

Porém Costa Leite continuou a manifestar simpatia por Prestes e pelo Partido; numa entrevista publicada em *Diretrizes* em 3 de julho, manifestou a esperança de que o comício de Prestes, no estádio do Pacaembu em São Paulo, que realizou-se no dia 15, representasse a união “não somente das chamadas ‘esquerdas’, mas de todo o povo brasileiro.”<sup>483</sup> Na entrevista, Costa Leite utiliza um tom bastante evasivo, não deixando clara realmente qual era a sua posição, porém dá um leve indício de rompimento ao elogiar a participação de Miguel Costa no comício do Pacaembu, chamando-o de: “íncrito comandante da ‘Coluna Invicta’”, não utilizando a denominação corrente entre os comunistas de “Coluna Prestes”.

Bem mais explícita do que Costa Leite, no dia 11 de julho, sua esposa, Rosa Meirelles, escreve um desabafo numa folha de papel que não pretendia enviar a ninguém, mas guardou consigo. Neste desabafo Rosa Meirelles faz, entre outras, as seguintes declarações:

Só um partido democrático me seduz, não aceito imposições fascistas. (...)

Democracia é uma vontade coletiva – não se pode confundir com capricho de um ditador.

Um tirano criminoso nunca poderá governar democraticamente, pois que na democracia não há lugar para ditador.

Não nos iludamos, não pensemos que teremos possibilidades de lutar pela democracia com um governo tipicamente déspota. (...)

---

<sup>481</sup> DAYRELL, E. G., *O PCB-GO*, p. 174.

<sup>482</sup> CALICCHIO, V., FLAKSMAN, D., verbete sobre “Movimento queremista”, em BELOCH, I., ABREU, A. A., *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*, p. 2337.

<sup>483</sup> “União de todos os anti-fascistas na luta pela democracia no país – O major Costa Leite fala, através da “Press Parga” sobre o palpitante problema”, *Diretrizes*, Rio de Janeiro, 3/7/1945, arquivo Roberto Morena ASMOMB/CEDEM.

Talvez venha a me cansar e abandonar a luta, mas por ora ainda me encontro como no princípio.

Lamentável que se procure impor conceitos falsos a quem não os merece.

Talvez ainda pior querer esconder crimes de quem ainda conserva as mãos manchadas do sangue de suas vítimas.

Revolução é para mim a razão de ser da minha vida, dediquei a Ela tudo que melhor possuía, somente com Ela continuam os meus compromissos.<sup>484</sup>

Rosa Meirelles sempre foi uma ferrenha anti-getulista - muitos anos depois, numa entrevista concedida a John Foster Dulles, Rosa Meirelles declarou que a única coisa boa que Getúlio já fez foi ter se matado<sup>485</sup> - quando Prestes inicia sua aproximação com o queremismo, ela não consegue admitir tal coisa, aliada ao fato de que Prestes endossava na direção do Partido jovens militantes muito pouco conhecidos, em detrimento dos antigos líderes comunistas, como Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro e de seus antigos companheiros de tenentismo e de ANL, como seus familiares Costa Leite, Silo e Ilvo Meirelles.

O queremismo causou grande número de rompimentos de militantes com o PCB, especialmente em São Paulo; o jornal *Diário de São Paulo*, órgão ligado aos remanescentes do integralismo, de 2 de setembro anunciava o rompimento de Afonso Schmidt e de Oswald Andrade. De acordo com este periódico, em função principalmente de discordâncias em torno da “linha justa”, de apoio a Getúlio.<sup>486</sup> No dia 29 de outubro os militares, alarmados com o crescimento do queremismo, com o apoio comunista a Getúlio Vargas e com a nomeação de Benjamim Vargas, seu irmão, para a chefia de polícia do Distrito Federal, resolveram depor o presidente, assumindo em seu lugar o ministro chefe do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Tal acontecimento pegou o PCB de surpresa, mas não modificou sua política de conciliação, evitando emitir qualquer posição oficial sobre a queda de Vargas.

O PCB também não modifica sua política de afastar gradualmente os militantes independentes ou contrários à CNOP dos postos de responsabilidade: Carlos Drummond de Andrade, então membro do conselho de direção do jornal do Partido, *Tribuna Popular*, lembra que no dia 7 de novembro foram excluídos sem explicações, deste conselho, além de seu nome os de Alvaro Moreyra e Dalcídio Jurandir.<sup>487</sup>

---

<sup>484</sup> Papel manuscrito por Rosa Meirelles, Rio de Janeiro, 11/7/1945, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>485</sup> Entrevista de Rosa Meirelles a John Foster Dulles, Rio de Janeiro, 28/07/1979.

<sup>486</sup> A CNOP abriu rombos nas casamatas do Partido Comunista com a sua política de capitulação perante a ditadura, *Diário de S. Paulo*, 2/9/1945, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>487</sup> ANDRADE, C. D., páginas de diário XIX, em *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20/05/1980, arquivo



Também em novembro, Leônidas de Resende declara apoio à candidatura de Eduardo Gomes, fazendo antes uma profissão de fé, declarando acreditar “na passagem inevitável da sociedade burguesa de alguns da minoria, para a sociedade comunista” e afirmando também que suas “simpatias são pelo Partido Comunista, mal grado a sua linha não de todo justa” porém “dividir votos nesta hora é servir à reação [esta passagem foi grifada pelo leitor] (ao quererismo e ao integralismo de mãos dadas)” “Nada de ‘quererismo’. Não devemos estender a mão a indignos traidores, mesmo quando se massacram democratas”.<sup>488</sup>

Vários comunistas lamentavam o apoio a Getúlio Vargas e o isolamento de Prestes, que concedeu à CNOP toda a direção partidária, excluindo a maior parte dos militantes comunistas. Em agosto de 1945, Caio Prado Jr. lamentava-se de que “Mas nada há a fazer. O hermetismo do Partido é total. O domínio da ex-CNOP é absoluto.”<sup>489</sup>

Mais complexo foi o rompimento entre Silo Meirelles e o Partido. Quando Prestes foi libertado, Silo Meirelles estava empenhado na criação da UDN e na campanha de Eduardo Gomes. Na esperança de conquistar Prestes para a ampla frente oposicionista que estava se formando, conseguiu organizar um encontro entre ele e Eduardo Gomes, no qual participaram também o próprio Silo, Juarez Távora e Tasso Tinoco. O único registro desse encontro é o depoimento de Prestes, que afirma que nele lhe foi proposto a participação num golpe militar para a derrubada de Vargas, o que teria sido prontamente rechaçado. Prestes também, a respeito de Silo, afirma que “naquele meado de década nada mais tinha do tenente impetuoso e revolucionário dos anos 20.”<sup>490</sup>

Silo Meirelles, após este fracassado encontro, não havia perdido ainda as esperanças em conquistar seu antigo companheiro de tenentismo e ANL. Entre o fim de agosto e o início de setembro, o PCB começou a perder as esperanças na realização da Assembléia Constituinte antes das eleições e começa a discutir a hipótese do lançamento de um terceiro candidato. Silo Meirelles acreditava ainda num entendimento entre o Partido e Eduardo Gomes e neste sentido, foi até São Paulo, onde estava Prestes, a fim de encontrá-lo para debater o assunto; ficou lá vários dias sem conseguir acesso ao seu antigo companheiro. Pouco após o seu retorno dessa infrutífera viagem, recebeu a seguinte carta de Agnaldo Costa:

Meu caro:

Segue o presente, quase somente para comunicar que nosso amigo [Prestes], terça feira, portanto, no dia seguinte à sua partida, telefonou ao Álvaro, por intermédio do Milton Caires de Brito, pedindo um encontro com você.

---

peçoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>488</sup> Resende, L., “Entre o oportunismo grosseiro e o idealismo comprovado, não hesito: estou convosco”, depoimento de Leônidas de Resende, recorte de jornal não identificado, novembro de 1945, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>489</sup> IUMATTI, P. T., *Diários políticos de Caio Prado Jr.: 1945*, p. 97.

Suponho que se trataria de um encontro sem qualquer caráter de urgência, pois não pediram para lhe mandar chamar aí.

Leonel com ele estava e, pelo que me contou, assim se poderia resumir a palestra:

- a) estava de acordo com a constituinte, pelas razões que você conhece;
- b) fiz-lhes ver que era necessário um entendimento com o Eduardo [Gomes], afim de se encontrar a saída para o 3º candidato, de vez que está admitindo o fracasso da constituinte perdida;
- c) alegando nosso amigo que o Eduardo cada vez mais caminhava para a reação, disse-lhe o Leonel que, para isso, ele estava concorrendo;
- d) fez-lhe ver que Eduardo representava os anseios da classe média e era um representante legítimo do tenentismo, estranhando que ele (P), representando o operariado, embora também fosse um produto do tenentismo, não procurasse realizar um entendimento com o Eduardo, para uma saída;
- e) parece, segundo impressão do Leonel, que se até princípios de setembro não viu a constituinte, o desejo de nosso amigo é a escolha de um 3º candidato (assim deu a entender, caso fracasse a constituinte);
- f) colocada a questão nestes termos, Leonel propôs ao Estilac [Leal] em contraposição a um candidato civil de nosso amigo, argumentando que não é razoável interromper a revolução iniciada em 1922 e concitando-o a dar a devida atenção à ação dos tenentes (argumentou que ele (P) não era mais que um tenente que havia voltado para o proletariado; João [Alberto], um que a Getúlio fora buscar no mesmo grupo; Eduardo, outro, que a pequena burguesia, a classe média fora buscar lá também);
- g) nosso amigo (P) ditava-nos analisando elogiosamente o Estilac, no meio de uma conversa para a escolha do 3º candidato. Eis um resumo, tão fiel quanto possível, empregando expressões do Leonel. Acredito que você dentro em breve será chamado.

Um beijo para Nena e Jaburu.[apelido dado aos filhos de Silo Meirelles]

Abraços afetuosos para você e Iracema.

Agnaldo.<sup>491</sup>

O lançamento do “terceiro candidato” foi a “gota d’água” que determinou o rompimento definitivo entre Silo Meirelles e Prestes. Entre o final de outubro e começo de novembro, Carlos Costa Leite, que já se encontrava afastado do Partido, recebeu um telefonema de um dirigente pedindo para que este conseguisse o contato entre Prestes e um antigo colega da Faculdade de Engenharia do Rio de Janeiro, que Costa Leite houvera cursado no início da década de 30. Tratava-se do antigo prefeito de Petrópolis e ex-diretor do DNER, Iedo Fiúza.

---

<sup>490</sup> MORAES, D., VIANA, F., *Prestes: lutas e autocríticas*, p.p. 103-105.

<sup>491</sup> Carta de Agnaldo Costa para Silo Meirelles, São Paulo, 14/09/1945, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

O lançamento da candidatura Fiúza, um obscuro burocrata ligado ao Estado Novo, a quinze dias das eleições, exasperou boa parte dos comunistas que se opunham à CNOP. Silo Meirelles, abandonando definitivamente a militância partidária, publica originalmente no *Correio de Uberlândia*, uma veemente carta aberta condenando a candidatura Fiúza e rompendo com Prestes; logo depois, esta carta aberta, que ficou conhecida como “carta de Uberlândia”, foi reeditada em vários outros periódicos. Esta carta, segundo Silo Meirelles, contém observações que este já pretendia fazer a Prestes desde abril deste ano, mas “não me foi dado, porém, até agora, essa oportunidade, e tenho sobradas razões de ordem subjetiva e objetiva, para admitir que não o seja tão cedo.”<sup>492</sup> São criticadas a aplicação da política de união nacional e a direção do Partido. Ao fazer essa crítica, Silo Meirelles remete-se várias vezes ao tenentismo, aos levantes de 22 e 24, apelando a Prestes que não se afaste das “forças populares dos dois 5 de julho, de cujo movimento viemos, você e eu, para a vida pública”. Silo Meirelles lembra que a política de União Nacional deixou à margem, “combatidos e desprezados”, os líderes populares oriundos desta geração: Miguel Costa, Herculino Cascardo, Maurício de Lacerda, Moreira Lima, Maurício de Medeiros, Amoreti Osório, Hermes Lima, Alcedo Cavalcanti, Leônidas de Resende, Newton Estilac Leal, Juarez Távora, Eduardo Gomes, Nelson de Melo, Osvaldo Cordeiro de Farias e Alcides Etchegoyen. Também são rememorados os militares da proclamação da República, Sena Madureira, Benjamim Constant, Deodoro e Floriano.

Que estranha política de união nacional é essa preconizada pelo PCB, que afugenta ou repele de seu grêmio tantos valores a começar pelos nossos amigos mais provados e combativos? (...)

Que estranha política de união nacional é essa que, junto com esses líderes afasta do seu seio setores populares enormes, aos quais eles estão muito mais ligados do que, com certeza, há de supor o empirismo primário de certos dirigentes improvisados que, de boa ou má fé, o rodeiam nesta hora? (...)

Que estranha união nacional é essa, dentro da qual, colaborando com você nas tarefas da direção do PCB não se vêem tantos dos mais velhos dirigentes, a começar por um dos poucos fundadores do partido – Cristiano Cordeiro (...)?

(...) em cujas filas não se pode encontrar mobilizada a maioria das inúmeras vítimas do famigerado artigo 177<sup>493</sup>.

---

<sup>492</sup> MEIRELLES, S., “Carta de Uberlândia”, *O Globo*, 28/11/1945, arquivo Roberto Morena, ASMOB/CEDEM.

<sup>493</sup> Artigo 177 da Constituição de 1937: “Dentro do prazo de sessenta dias a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados ou reformados de acordo com a legislação em vigor os funcionários civis e militares cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Governo, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime.”

(...) que vai se desdobrando sobre bases tão estreitas e sectárias, a ponto de permitir que as forças mais obscurantistas da reação, entre nós, achem ainda clima propício à sua rearticulação.

A direção do PCB é duramente criticada, acusada de revisionismo, do qual Prestes seria co-responsável:

A derrota militar do fascismo no mundo, não correspondeu de modo algum, à sua necessária derrota no plano político e ideológico. (...)

Na verdade, o Partido Comunista do Brasil, recém-estruturado à sombra quase exclusiva do prestígio do seu nome, fala sempre em união nacional. Mas, infelizmente, outra coisa não tem ele até agora feito, na prática, senão retardá-la ou mesmo impedi-la. (...)

Os mesmo fatores que geraram, na esfera do capital financeiro, a reação fascista pelo mundo afora, estão ainda bem vivos e atuantes, contrariamente, aliás, às teses de cunho revisionistas até certo ponto esposadas por você nestes últimos tempos. Longe de estar com os “dentes quebrados”, longe de ter se reduzido a vagos resíduos inofensivos do “capital colonizador”, o imperialismo rasga, desafiadoramente, nesta hora, aos olhos pasmados do mundo, a Carta do Atlântico (...).

Tudo era sistemática e caprichosamente feito, dia por dia, da parte do PCB, no sentido de empurrar, fosse lá como fosse, para o campo da reação, a candidatura Eduardo Gomes. (...)

Esse, como outros erros partidários, deu azo a que elementos reconhecidamente reacionários tivessem podido projetar-se como expoentes da UDN.<sup>494</sup>

A divulgação desta carta causou celeuma entre os militantes do PCB: Caio Prado Jr., anotou em seus diários que, embora a carta de Silo Meirelles contivesse muito de verdade, era inoportuna, pois serviria para dar armas à reação num momento grave para os comunistas. Caio Prado anotou também que Agnaldo Costa telegrafou a Prestes pedindo que “ouça o seu amigo Silo”, estando muita gente nesta posição.<sup>495</sup>

Neste telegrama, Agnaldo Costa lamenta a Prestes que os fascistas, derrotados na guerra, se reorganizavam no país, “agindo e caminhando despreocupados”, enquanto que os democratas caminhavam por “trilhas obscuras e perigosas”, absurdo em “grande parte determinado [pelo] contínuo desprezo [aos] aliados naturais”. Agnaldo Costa conclama Prestes a atender a Silo Meirelles e subscreve a sua carta.<sup>496</sup> Após enviar este telegrama, Agnaldo Costa mandou uma cópia deste, juntamente com uma carta a Rosa Meirelles, na qual informa sobre a carta aberta de Silo Meirelles:

---

<sup>494</sup> MEIRELLES, S., “Carta de Uberlândia”, *O Globo*, 28/11/1945, arquivo Roberto Morena, ASMOB/CEDEM.

<sup>495</sup> IUMATTI, P. T., *Diários políticos de Caio Prado Jr.: 1945*, p. 227.

<sup>496</sup> Telegrama de Agnaldo Costa a Luiz Carlos Prestes, novembro de 1945, cópia no arquivo pessoal de Rosa

Foi muito bem recebida por todos, exceto pelos da “linha justa”, tudo, porém, dito em caráter pessoal, não me tendo sido possível, até agora, obter declarações públicas dos que a receberam com satisfação. Coisas da época...

Alimento a esperança de obter mais alguns telegramas ao Prestes e, caso isso suceda, lhe remeterei as respectivas cópias. Caetano [Machado] está preparando o seu telegrama, uma cópia do qual amanhã, provavelmente, você receberá para publicar em *Diretrizes*.

Infelizmente quem me poderia auxiliar muito na divulgação da carta do nosso Silo (o Gal. Miguel Costa) acha-se no interior em propaganda eleitoral. Devendo retornar nos próximos dias. Logo que chegue o procurarei para tal fim.<sup>497</sup>

É de se notar a participação do semanário *Diretrizes*, então sob a direção de Osvaldo Costa, nesta polêmica, publicando todos os telegramas dos comunistas favoráveis à Silo Meirelles e Cristiano Cordeiro. Nesta mesma carta de Agnaldo Costa à Rosa Meirelles, este comenta que “Caetano Machado está preparando o seu telegrama, uma cópia do qual amanhã, provavelmente, você receberá para publicar em *Diretrizes*.” No ano de 1945, *Diretrizes*, com Osvaldo Costa à frente, participa da campanha eleitoral em favor da Esquerda Democrática, apoiando a candidatura de Hermes Lima para Deputado Constituinte.<sup>498</sup>

Além de muitos militantes comunistas, opositores da CNOP, apoiarem Silo Meirelles, este também recebeu a solidariedade de alguns líderes da antiga Aliança Nacional Libertadora, seu ex-presidente Herculino Cascardo, que assim como Silo Meirelles também trabalhava na Fundação Brasil Central, endossou a sua carta, declarando à imprensa que “Prestes e o Partido Comunista são os maiores responsáveis pela divisão das forças democráticas”.<sup>499</sup> Outro ex-membro da ANL e também funcionário da Fundação Brasil Central, o capitão José Leite Brasil, veterano do levante do 3º RI, em novembro de 1935 também solidarizou-se com a carta de Uberlândia.<sup>500</sup>

Glauco Pinheiro, um dos subscreventes do manifesto da UDN em março de 1945, no Rio de Janeiro, que houvera rompido com o Partido em 10 de novembro e retornado para Pernambuco, seu Estado de origem, também por divergências em torno da “linha

---

Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>497</sup> Carta de Agnaldo Costa a Rosa Meirelles, São Paulo, 27/11/1945, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>498</sup> LEAL, C. E.; FLAKSMAN, D., verbete sobre: “*Diretrizes*”, em, BELOCH, I., ABREU, A. A., *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*.p. 1103

<sup>499</sup> O Sr. Herculino Cascardo acusa o PCB de favorecer a volta ao país de um regime de opressão, *Diário de São Paulo*, 27/11/45; Importante entrevista do Sr. Herculino Cascardo sobre o tema da União Nacional, *Correio de Uberlândia* 1/12/45, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>500</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 30/11/45;*Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 1/12/45, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

justa”, manda também uma carta solidarizando-se com Silo Meirelles e observa: “Sei, por mim próprio, o que lhe custa e a tantos mais sermos forçados a divergir de Prestes (...)”.<sup>501</sup>

Pouco após a carta de Silo Meirelles e dos primeiros telegramas de solidariedade, Prestes escreve à *Tribuna Popular* condenando esses dissidentes que, segundo ele:

Tenho a dizer, apenas, que esses senhores estão há muito afastados do Partido Comunista e da classe trabalhadora, com a qual jamais quiseram identificar-se. (...) Aqueles senhores estão hoje, apenas, com os seus interesses pessoais, com seus negócios e, neste momento, servindo torpemente à reação que tenta mascarar-se através de seus nomes que um dia foram populares, porque estavam então com o Partido Comunista. Hoje são uns renegados e nada mais.<sup>502</sup>

Dentre os apoios recebidos por Silo Meirelles, os que resultaram na maior dissensão partidária, foram os dos militantes oriundos do Estado de Pernambuco que estavam refugiados em Goiás. Logo após a publicação da “Carta de Uberlândia”, Caetano Machado envia um telegrama a Prestes, subscrevendo a carta de Silo. Osvaldo Romeiro também se solidariza com Silo Meirelles, porém o apoio mais decisivo será o de Cristiano Cordeiro e Lourival da Mota Cabral, que não apenas se solidarizam com Silo como, após a resposta de Prestes publicada na *Tribuna Popular*, enviam telegramas aos pernambucanos Nilton Maia, Ilvo Meirelles, Alcedo Coutinho e Muniz de Farias, aos quais:

Pedimos prezados companheiros divulgação este telegrama conhecimento proletariado Nordeste que, estamos certos, não considerarão superficialmente, como transfuga, seus irmãos de ideal arrancados violentamente seio família e deportados da terra amada, amargurando ainda exílio sua coerência princípios e amor liberdade.<sup>503</sup>

O tenentismo, nesta época, encontrava-se já superado como força política, fruto dos esforços do exército pelo reforçamento da hierarquia pelo Estado Novo, que sepultou a autonomia dos Estados e alterou as estruturas locais de poder, superado com a incorporação dos “tenentes” – aqueles que não foram expulsos ou reformados - ao comando das forças armadas; pela continuidade da carreira militar dos “tenentes”, ou por sua incorporação ao aparelho do Estado. No entanto, a memória deste tenentismo é

---

<sup>501</sup> Diário de Pernambuco, 2/12/1945, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>502</sup> “Prestes desmascara os vacilantes, covardes e traidores a serviço da reação e do fascismo”, *Tribuna Popular*, 2/12/45, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>503</sup> “Solidários com Silo Meireles”, *Diretrizes*, recorte sem data, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

referida em vários momentos da polêmica entre Prestes e Silo Meirelles; este último declara numa carta a Rosa Meirelles:

Aqueles e outros porta-vozes da reação estadonovista refociliaram-se à larga, nos reiterados ataques que, ao longo destes últimos meses, Prestes e o PC fizeram ao tenentismo, à pessoa do Eduardo [Gomes], e – embora houvesse razões para tanto – não me consta que nenhuma boa alma, destas que hoje se horrorizam ou atemorizam ante os efeitos negativos (eles não são poucos...) da minha carta aberta, houvesse buscado fazer cessar os ditos ataques. Pelo contrário... Mas, deixemos isto de lado. Desde que me fiz materialista deixei de discutir religião... (...). Com a cumplicidade oportunista ou covarde de meu silêncio, não obstante o papel secundário que sempre me atribuí dentro da revolução brasileira, é que não consentirei que se leve o povo e as massas trabalhadoras para uma nova derrota, tipo 35. Ah, isso não! Farei o que estiver em minhas forças para evitá-la.<sup>504</sup>

Em Goiás se encontrava um dos principais núcleos de oposição à linha da CNOP, principalmente devido ao prestígio que Cristiano Cordeiro e Silo Meirelles tinham entre os militantes comunistas, também pela grande presença de “exilados” pernambucanos neste Estado, todos eles com relacionamentos pessoais com os dois dissidentes. A questão principal deste debate, longe de ser a liquidação ou não do PCB, girava em torno do projeto para a formação deste partido, que poderia se constituir legalmente como um partido monolítico, à sombra do prestígio de Luiz Carlos Prestes, ou, como queria o Comitê de Ação, numa ampla frente de massa. Ao final de 1945, o Comitê Central decidiu intervir no diretório de Goiás, mandando para lá um de seus mais prestigiados membros, o “tenente” e veterano da guerra civil espanhola, Dinarco Reis:

A primeira vez que eu fui ao Triângulo Mineiro, nós tivemos uma dificuldade, porque ia lá também, descia de Goiás, o pessoal do Comitê de Ação, sobretudo o Ferro. Esse comitê de Ação era um comitê ligado à orientação de Fernando Lacerda e lá em Goiás tinha muito prestígio o Silo Meirelles que funcionava nessa ocasião, já no Serviço de Proteção ao Índio. Ele colocou gente do Partido lá. Camaradas nossos que estavam desempregados, que saíam da prisão, mas, eles tinham uma linha diferente da linha da Conferência da Mantiqueira. De maneira que isso me deu um certo trabalho. Porque a primeira vez que fui a Uberlândia, eles não me aceitavam muito. Conversei, nós conversamos bastante, eu informei a eles, mas eles ficaram a examinar melhor a nossa linha e eles tinham, naturalmente, devido ao prestígio do Silo Meirelles, eles tinham muito respeito também pela linha do Comitê de Ação. Mas, depois, com a legalidade do

---

<sup>504</sup> Carta de Silo para Rosa Meirelles, Uberlândia, 8/12/45, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da

Partido, com a saída do Prestes, eles entraram em contato com o Prestes. Prestes, nessa ocasião já se sabe que ele se entrosou com a linha da Conferência da Mantiqueira. Então não houve mais problemas.<sup>505</sup>

Em 30 de janeiro de 1946, um pleno ampliado do Partido discutiu a expulsão de Cristiano Cordeiro, Silo Meirelles, Caetano Machado e Mota Cabral de suas fileiras, proposta redigida por Agostinho Dias de Oliveira que, segundo Paulo Cavalcanti, foi secundado em veemência por Otávio Brandão e Fernando Lacerda, presentes ao pleno. Alcedo Coutinho foi enviado pela direção à encontrar-se com Cristiano Cordeiro para convocá-lo à reunião que discutiria seu caso. Era proposta a Cristiano Cordeiro escrever uma confissão autocrítica, senão seria expulso, ao que Cordeiro teria respondido: “Mas autocriticar-me de que, Alcedo? Que fiz eu para arrepender-me?”<sup>506</sup>

Este pleno ampliado, que teve sua resolução publicada em *A Classe Operária* de 9 de março de 1946, onde se explicava que “o Partido é muitas vezes atingido pela infiltração de elementos diretamente influenciados pelo inimigo de classe, oriundos não só da classe média como também do proletariado”.<sup>507</sup> É por isso que era necessário manter no Partido a mais estrita vigilância de classe. O pleno lembra que no início da década de 40, após a liquidação da direção do Partido:

Nestes momentos em que mais necessária se tornava a existência de um Partido Comunista forte, antigos militantes, portadores de ideologias estranhas à classe operária, como Silo Meireles e outros, combatiam abertamente qualquer tentativa de reorganização do Partido, numa demonstração clara de sua traição ao movimento revolucionário.<sup>508</sup>

São analisados neste pleno os casos de Silo Meirelles, Caetano Machado e Cristiano Cordeiro individualmente; no caso do primeiro, a quem coube o maior espaço nas críticas, considera-se que:

Silo Meireles, incapaz de sentir as forças do proletariado e não vendo que as forças do capital mais reacionário receberam um duro golpe com a derrota militar do nazismo, o que abre possibilidades para “um novo período de desenvolvimento pacífico para todos os povos” coloca-se abertamente a serviço do que há de mais reacionário no mundo, ao afirmar que o imperialismo não está “com os dentes quebrados” (...).

---

Costa Leite.

<sup>505</sup> Depoimento de Dinarco Reis, em DAYRELL, E. G., *O PCB-GO*, p. 176.

<sup>506</sup> CAVALCANTI, P., *O caso eu conto como o caso foi*, 3º vol., p. 195.

<sup>507</sup> “A expulsão do Partido de oportunistas e traidores”, *A Classe Operária*, 9/3/1946.

<sup>508</sup> *Ibid.*



[A carta aberta] é apenas um episódio a mais na estrada dos crimes que esses elementos tem cometido contra o Partido do proletariado. (...)

Saindo da prisão, começa uma luta surda contra o Partido aconselhando uma política de braços cruzados, afirmando que o Partido só tem cometidos erros e que não adiantava a luta. Durante a furiosa reação de 1940-41, acovardado, passou a considerar policial todo aquele que tentasse reorganizar o Partido. Foi um dos esteios do liquidacionismo em 1942 e 43.<sup>509</sup>

Caetano Machado também é vítima de duras críticas:

Quanto a Caetano Machado, trata-se de elemento originário do anarquismo, que sempre se caracterizou pelas suas tendências pequeno-burguesas, tendências adquiridas num longo período de convívio direto com Cristiano Cordeiro, que influenciou decisivamente em sua formação. (...) Prova de sua atitude indisciplinada é a sua posição em face do levante militar de 1924. A posição do Partido naquela época era contra o movimento. No entanto Caetano não aceitou as resoluções do Partido e participou de um contingente organizado por Cleto Campelo em apoio àquele movimento. (...)

A mulher de Caetano Machado passou a trabalhar diretamente para a polícia, e apesar disso, sempre a defendeu, e posto em liberdade, voltou a viver com ela. Na prisão sua atitude era de conciliação com todos os inimigos e traidores do proletariado. Por saber que jamais voltaria ao Partido, adotou as teses liquidacionistas de Silo Meireles.<sup>510</sup>

Cristiano Cordeiro, apesar de não ter tanto espaço como Silo Meireles nas avaliações, tem críticas até mais severas, sendo visto como o mentor dos dois primeiros excomungados:

Como Silo Meireles, de quem foi orientador, Cristiano Cordeiro não rompeu com sua classe de origem – a pequeno-burguesia – e nunca se ajustou ao Partido. (...) Resistiu à proletarização do Partido, levada a efeito em 1929. (...) Em 1934, tendo sido escolhido como delegado do Estado de Pernambuco ao Congresso Nacional anti-guerreiro, à última hora pretextando doença de pessoas de sua família [sua filha estava morrendo de tuberculose] deixou de embarcar para o Rio, a fim de evitar contato com a direção do Partido. (...) Fugindo de seu posto de luta foi para Goiás, onde se refugiavam muitos oportunistas. Em 1941, favorável à liquidação do Partido participou do Comitê de Ação e foi fundador da União Popular Socialista contra o Partido. (...) Não pode ser considerado como um

---

<sup>509</sup> Ibid.

<sup>510</sup> Ibid.

revolucionário e sua conduta sempre se caracterizou como profundamente oportunista.<sup>511</sup>

São ainda criticados outros membros do Partido ligados a estes dissidentes:

A luta dos traidores e oportunistas como Silo Meireles, Cristiano Cordeiro, Mota Cabral, contra o Partido veio demonstrar como os elementos mais corrompidos que se infiltraram no movimento revolucionário, hoje desmascarados se solidarizaram com a sua traição. Assim apoiaram Silo Meireles: Antonio Franca, Agnaldo Costa, Glauco Pinheiro e outros traidores do movimento revolucionário do Brasil. (...)

É na célula e no trabalho de massa que os inimigos de classe, os carreiristas, os oportunistas, os que trazem para dentro do Partido ideologias estranhas à classe operária, os que ingressam no Partido visando debilitá-lo e dificultar a marcha, serão desmascarados perante o proletariado e o povo (...) forjemos uma couraça que defenda o nosso Partido das investidas dos nossos inimigos.<sup>512</sup>

É significativo que no mesmo número em que *A Classe Operária* publica a resolução do Pleno, de expulsão dos “traidores”, também se noticie a expulsão de Earl Browder do Partido Comunista do Estados Unidos, publicando na íntegra o documento de expulsão da Comissão Executiva do PCUSA.

Juntamente com a expulsão destes “renegados”, o diretório do Partido Comunista em Goiás sofre mais uma intervenção, a sede desta regional, que se localizava na cidade de Anápolis, dominada pelos partidários do Comitê de Ação, é transferida para Goiânia e seus membros, com a exceção de um único, que era fiel à Direção Nacional, Aluizio Crispim, são afastados. É enviado para este Estado mais um militante fiel à Direção Nacional de prestígio e veterano militar do levante de novembro de 1935, Francisco Leivas Otero, que assume a direção regional de Goiás e inicia um processo de expurgo regional.<sup>513</sup>

Em julho de 1946, outro militante ligado a Silo Meirelles e Cristiano Cordeiro rompe oficialmente com o Partido, Osvaldo Romeiro, enviando uma carta ao Comitê Estadual de Goiás onde explica seus motivos. Criticando Prestes e a CNOP, Romeiro também enviou uma cópia desta carta a Rosa Meirelles:

Já havia discordado da forma unilateral e sectária de como Prestes reorganizara o PCB, considerando “como verdadeiro partido” o grupo chamado CNOP que havia adotado

---

<sup>511</sup> Ibid.

<sup>512</sup> Ibid.

como lema, desde 1942, a estranha e comprometedora palavra de ordem de “apoio incondicional” ao governo Vargas. Apesar de considerar a tal CNOP como a arma secreta que Getúlio certamente utilizaria, como de fato utilizou, no momento adequado no sentido de impedir ou torpedear a formação de uma ampla frente única nacional e democrática, apesar de enxergar isso perfeitamente claro, resolvi reingressar no partido.<sup>514</sup>

As críticas mais duras são dirigidas a Prestes, acusado de fazer o jogo da ditadura e de transformar-se num caudilho, centralizador das decisões do Partido, impedindo a realização dos debates partidários:

Prestes porfiava, obstinadamente, em apoiar o governo Vargas e, conseqüentemente, toda a máquina do estado novo, simulando, aqui e acolá, ligeiras críticas despistadoras – meras cortinas de fumaça ou “peninhas para atrapalhar”, como no caso da anedota. Política falsa, de botar sal em carne podre, na ilusão de tirar vantagens momentâneas para o partido. (...)

Enquanto isso, dentro do partido, em nome da disciplina, veda-se toda e qualquer discussão ou crítica sobre o assunto, impondo-se, de cima para baixo, aquilo que se convencionou chamar de “linha justa” – a mais injusta e tortuosa das linhas. (...)

Prestes perdera a oportunidade, talvez única, de projetar-se como líder da grande maioria do povo brasileiro, líder do povo por cima das classes e dos partidos. Preferiu o lugar de líder de partido, e, como líder de partido, sectário. CNOP... (...)

“Ora, não há homens predestinados”, donos de intuições miraculosas e virtudes papalinas de infalibilidade e onisciência. (...)

A ciência marxista nega esse conceito. Não há homens iluminados e insubstituíveis. Os acontecimentos históricos brotam de relações necessárias e indispensáveis, na ocasião devida, dentro de condições específicas e determinadas.

O esquecimento de cousa tão simples gerou entre nós o fenômeno do prestismo que é a forma brasileira do caudilhismo sul-americano.<sup>515</sup>

Juntamente com a cópia desta carta, Osvaldo Romeiro envia a Rosa Meirelles uma carta dando mais explicações sobre os motivos de seu rompimento com o Partido: “Não estou de acordo com a tal da ‘linha justa’. Vejo quanto eu errei em ter reingressado nesse partido de aventureiros, oportunistas, acomodados e capitulacionistas”<sup>516</sup>. Romeiro autoriza Rosa Meirelles a tornar pública a carta enviada ao diretório estadual do Partido e

---

<sup>513</sup> DAYRELL, E. G., *O PCB-GO*, p. 193.

<sup>514</sup> Carta de Osvaldo Romeiro aos Senhores dirigentes do Comitê Estadual do PCB em Goiás, Pires do Rio, julho de 1946, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

<sup>515</sup> Ibid.

<sup>516</sup> Carta de Osvaldo Romeiro a Rosa Meirelles, Uberlândia, 10/10/1946, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

faz um autocrítica pessoal a respeito do “prestismo”, culpando por esse fenômeno aos Meirelles, porém parabenizando Rosa pela sua firmeza de princípios:

Somos os grandes culpados pelo “bluff” do prestismo, e sobretudo vocês Meireles que durante vinte anos, outra coisa não fizeram senão alimentar a mística do prestismo. (...) Conforta-nos ainda a atitude assumida por você, que era conhecida como a prestista nº 1 e que provou o contrário.<sup>517</sup>

A anistia de 1945 não significou o perdão aos militares excluídos das forças armadas por atividades políticas, foi somente em 1950 que começou-se a discutir a anistia a estes militares, sendo aprovada a anistia em janeiro de 1951, porém a lei de anistia facultava ao exército, marinha ou aeronáutica recusar a anistia, o que ocorreu à Roberto Sisson, recusado pela marinha. Agildo Barata e Trifino Correia, que mantiveram-se no Partido Comunista não retornaram ao exército, o primeiro foi vereador no Distrito Federal pelo PCB, em 1947, rompendo com o Partido em 1957 e o segundo chegou a eleger-se como suplente ao Congresso Constituinte de 1946, mantendo-se sempre próximo à Luiz Carlos Prestes.

Sisson também não rompeu de imediato com o Partido Comunista, inscrevendo-se oficialmente no Partido em 1945, porém afastou-se no início de 1948, não concordando com a linha política adotada a partir de 1947, após a decretação de ilegalidade do Partido, que após este fato abandonou a linha de União Nacional assumindo um discurso bem mais radical e sectário.<sup>518</sup>

O coronel Antônio Muniz de Farias a princípio manteve-se no PCB, sendo indicado candidato à deputado constituinte pelo Estado de Pernambuco, porém discordando da escolha de uma chapa preferencial determinada pelo Comitê Regional e afastou-se da militância partidária.<sup>519</sup>

Outro “tenente” que não rompeu com Prestes, foi Emigdio de Miranda, que não foi envolvido na insurreição de 1935 e não se desligou do exército, participando da Força Expedicionária Brasileira – FEB – na Segunda Guerra Mundial e chegando à patente de general.<sup>520</sup>

Ilvo Meirelles, a despeito do rompimento ocorrido entre seus irmãos e o Partido, em 1945, jamais abandonou a militância no PCB, sendo porém incluído entre aqueles que receberam a alcunha de “liquidacionista” após 1945, não conseguindo após esta data desempenhar novamente funções de responsabilidade no Partido, foi indicado candidato a deputado federal pelo Estado de Pernambuco nas eleições de 1945, conseguindo uma suplência, porém tal indicação ocultava uma exclusão, pois Ilvo Meirelles residia no Rio de Janeiro desde a década de 1910, sendo aquele Estado a sua base política, enquanto que em Pernambuco era praticamente desconhecido.

Entre os participantes do chamado “grupo do Costa Leite” constituído no presídio da Ilha Grande, entre os veteranos da Guerra Civil Espanhola, rompeu com o Partido em

---

<sup>517</sup> Ibid.

<sup>518</sup> COUTINHO, A.; BENJAMIM, C., Verbete sobre Roberto Sisson, em BELOCH, I.; ABREU, A. A., *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, p. 3213.

<sup>519</sup> BEZERRA, G., *Memórias – primeira parte: 1900 – 1945*, p. 319.

1945, solidariedando-se com Costa Leite, José Homem Correia de Sá. Nelson de Souza Alves e José Gay da Cunha que faziam parte do “grupo do Costa Leite”, retornaram ao Rio Grande do Sul, onde retomaram a militância no PCB, no entanto o primeiro após criticar a falta de democracia interna ficou isolado no Partido e o segundo foi oficialmente expulso em 1949.<sup>521</sup> O comandante do levante de 1935 no 3º RI, Alvaro de Souza, afastou-se também do Partido, porém não obtivemos maiores informações ao seu respeito.

Silo Meirelles e Carlos da Costa Leite foram reincorporadas ao exército após a anistia militar de janeiro de 1951, sendo ambos promovidos retroativamente ao posto de coronel, porém a vida militar destes dois após serem reincorporados foi bem mais discreta do que suas atividades durante a década de 1920, quando foram expoentes do movimento tenentista. Silo Meirelles teve mais sorte do que seu cunhado: graças a sua proximidade com João Alberto, conseguiu desempenhar algumas funções frente à Fundação Brasil Central, à qual esteve ligado até a sua morte, em 1957. Quanto a Carlos da Costa Leite, sua militância política fez com que fosse isolado nos meios militares, apesar de Costa Leite ter trânsito junto ao então ministro da guerra, Estillac Leal, seu companheiro dos tempos de tenentismo.

Após sua reversão ao posto de coronel, Costa Leite solicitou a Estillac Leal seu retorno à Escola do Estado Maior a fim de completar seu curso, o que lhe proporcionaria a oportunidade de tornar-se general; no entanto, após realizar uma consulta, Estillac teve que comunicar à Costa Leite que seu retorno ao curso da Escola do Estado Maior fora recusado pelos demais coronéis, que protestaram contra a presença de Costa Leite naquela Escola.<sup>522</sup>

Uma vez encerrada esta polêmica, sendo os opositores expulsos do Partido e praticamente eliminados do panorama político brasileiro, com o Partido sob total domínio de um único grupo político, a ex-CNOP, não apareceu, até 1957, nenhum outro grupo interno de oposição, não ocorrendo disputa pelo controle do Partido. No entanto, a afirmação de que entre 1942 e 1945, criou-se um grupo “liquidacionista” no seio do Partido continuou a ser utilizada nos anos posteriores, as dissidências internas que surgiram entre 1945 e o final da década seguinte foram muitas vezes associadas a este grupo pela Direção Nacional. Este expediente foi utilizado em 1952, quando José Maria Crispim foi expulso do PCB: apesar de não ter ligações com Fernando Lacerda ou Silo Meirelles, na resolução do Comitê Nacional que determinava sua expulsão, afirmava-se:

Na prisão, no período entre 1942 e 1945, tomou posição aberta contra a existência do Partido, formando ao lado dos elementos que caluniavam a direção nacional do Partido e que se opunham ao esforço organizado do proletariado pela derrota do Eixo nazifascista. Ao sair da prisão declarou por escrito reconhecer seus erros liquidacionistas, afirmando que a eles fora levado por “falta de compreensão do que é a disciplina consciente do Partido, do que é o centralismo e a democracia interna, por falta de compreensão do que é o Partido”, acrescentando que tudo era devido às influências pequeno-burguesas em sua formação e das quais não conseguira ainda livrar-se.<sup>523</sup>

Um ano mais tarde, o “liquidacionismo” e o “renegado e traidor Silo Meirelles” ainda eram lembrados pelo Comitê Central do Partido, num artigo comemorando os dez anos da realização da Conferência da Mantiqueira, assinado por Maurício Grabois e veiculado na *Voz Operária* de 28 de agosto de 1953, intitulado

<sup>520</sup> SODRÉ, N. W., *A Coluna Prestes*, p. 89.

<sup>521</sup> BATTIBUGLI, T., *A militância antifascista*, p. 178.

<sup>522</sup> Depoimento de Carlos da Costa Leite a John Foster Dulles, Rio de Janeiro, 13/10/1966.

<sup>523</sup> “O Comitê Nacional expulsa do PCB José Maria Crispim”, *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 29/02/1952.

“A Conferência da Mantiqueira, golpe mortal no liquidacionismo”. Neste artigo há uma associação entre o “liquidacionismo” e militantes militares que, segundo Grabois, constituíram uma “Ala Militar Revolucionária”, que estaria à serviço do Estado Novo:

O governo fascista de Vargas e sua política de bandidos apelavam para outros recursos a fim de atingir o Partido. Criaram uma organização nitidamente provocadora e policial, a “Ala Militar Revolucionária” com o objetivo de envolver os militantes pouco experientes e de menor nível político e ideológico em toda sorte de aventuras. Essa provocação foi prontamente desmascarada pelo Partido. No entanto, o plano principal da reação era golpear o Partido por dentro, impedir que ele se rearticulasse e desenvolvesse qualquer atividade política. Nessa tarefa infame teve um papel destacado o renegado e traidor Silo Meireles.

(...) Silo Meireles, sob o pretexto absurdo e inadmissível de que a atividade do Partido constituía uma provocação, combatia descaradamente o Partido e exigia a sua dissolução. Para Silo e os poucos elementos que o seguiam os comunistas deviam ficar na mais completa passividade e confiar na ação política dos chamados “tenentes”, como Eduardo Gomes, Etchegoyen e outros agentes dos imperialistas, dos latifundiários e da grande burguesia. Desse modo Silo e seus sequazes exigiam que a classe operária renunciasse a ter um partido político independente, que renunciasse a suas reivindicações políticas próprias, que ficasse a reboque da burguesia e dos latifundiários. Essa, em resumo, a “teoria” liquidacionista de Silo Meireles.<sup>524</sup>

Assim como José Maria Crispim, em 1952, também Fernando Lacerda, dois anos mais tarde, foi acusado de tentar extinguir o Partido durante os anos 1940. Na década de 1950, o Partido Comunista vivia seu momento de radicalização política pregando o boicote aos sindicatos legais e a criação de um sindicalismo paralelo, além de combater furiosamente o governo de Getúlio Vargas, que era acusado de títere do imperialismo norte-americano, o grande inimigo do movimento comunista internacional nos anos cinqüenta. Tal linha política foi expressa num manifesto de Prestes datado de 1950, que ficou conhecido como “Manifesto de Agosto”: o programa deste manifesto orientou a linha política do PCB até o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. O PCB, antes de realizar o seu IV Congresso, em 1954, abriu no jornal *Voz Operária* uma seção intitulada “Tribuna do IV Congresso”. Na edição de 6 de março, esta seção publicou um artigo de Fernando Lacerda intitulado “Cuidado com os delírios esquerdistas” que, segundo Raimundo Santos<sup>525</sup>, constituiu na única voz discordante da linha política do PCB a aparecer nesta “Tribuna do IV Congresso”. Neste artigo Lacerda critica a palavra de ordem então utilizada pelo Partido de “derrubada imediata de Vargas”, orientação errônea, fruto da má formação do Partido, da qual Lacerda admite ter colaborado:

Um Partido, como o nosso, vindo do anarquismo e do putchismo “tenentista”, é terreno fértil, sempre, às sementes viciadas de qualquer germezinho, pequeno que seja do sectarismo “esquerdistas” (...). Terreno e, que posso “falar de cadeira”, pois fui dos que mais incorreram em “febres” semelhantes, de 1931 a 1933.<sup>526</sup>

Lacerda assevera que esta tendência golpista do Partido não se escorava na realidade nacional, que a correlação de forças no momento era inteiramente desfavorável ao PCB e que este discurso nada mais fazia do que dar armas à reação que também pretendia derrubar Vargas, para por no seu lugar uma ditadura militar:

A realidade brasileira e a correlação de forças de classes existente, nesse começo de 1954, estão longe de tornar viável a derrubada imediate de Vargas, por uma revolução verdadeira, anti-feudal e anti-imperialista.

(...) O que há no Brasil atual, me parece, é uma atmosfera de golpes ou putchs de toda espécie..., nos meios governamentais e “oposicionistas” (...)

Entre os golpes que ameaçam o povo brasileiro, se conta o de um novo 29 de outubro de 1945. Isto é: - novo putch provocado por militares fascistas vendidos aos trusts americanos. (...)

<sup>524</sup> GRABOIS, M., “A conferência da Mantiqueira, golpe mortal no liquidacionismo”, *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 28/08/1953.

<sup>525</sup> SANTOS, R., *A primeira renovação pecebista*, p. 51.

<sup>526</sup> LACERDA, F., “Cuidado com ‘delírios esquerdistas’ na aplicação do programa do PCB”, *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 06/03/1954.

Se, pois, lançarmos como diretiva de ação imediata, a palavra de ordem de “derrubar Vargas”, nós não alimentaremos apenas as tendências e ilusões putchistas de certos democratas e patriotas e de importantes massas que os escutam. Nós faremos também o jogo dos laiaos dos ianques, dos Carlos toalha [Carlos Lacerda] e comparsas, e do próprio Vargas...<sup>527</sup>

Os acontecimentos no decorrer do ano de 1954, especialmente os episódios anteriores e imediatamente posteriores ao suicídio de Getúlio Vargas, em agosto, demonstraram a correção das advertências de Fernando Lacerda, porém ele será uma voz solitária entre os quadros do PCB. A reação não demorou, sendo que na maior parte das respostas publicadas na *Voz Operária* irá se associar Lacerda ao “liquidacionismo” e à José Maria Crispim. A primeira resposta, publicada em 13 de março, redigida por Maurício Grabois, salientará este aspecto:

A vida partidária de Fernando Lacerda é marcada por uma infindável sucessão de gravíssimos erros. Em momentos cruciais da luta revolucionária no Brasil suas posições, por estranha coincidência, sempre foram, na prática, contrárias aos interesses do Partido da classe operária e do povo. (...) Quem no Partido não conhece o que foi o liquidacionismo – tentativa criminosa, dirigida por Fernando Lacerda, para acabar com o Partido da classe operária no Brasil? (...) Quando o traidor Crispim se lançou contra o Partido, procurando dividi-lo, Fernando Lacerda mais uma vez pôs a mostra sua verdadeira face. Mantendo estreito contato com Crispim defendeu, aberta e calorosamente, junto à direção do Partido e no Pleno do C. N. de fevereiro de 1952, o renegado e traidor.<sup>528</sup>

Uma das respostas à Fernando Lacerda, publicada em 27 de março, de autoria de Altamiro Gonçalves e intitulada “A intangibilidade do Partido e o liquidacionismo de Fernando Lacerda”, ressalta a posição de Lacerda entre 1942 e 1945:

Por volta de 1942, Fernando Lacerda, além de lançar sua plataforma liquidacionista no jornal do Sr. Samuel Wainer<sup>529</sup>, dedicava uma particular atenção ao trabalho de proselitismo entre os militantes mais antigos que gozavam, ou que ele supunha gozarem, de prestígio, a fim de ganhá-los para os seus pontos de vista liquidacionistas. (...) O engano e a calúnia eram as armas dos liquidacionistas. (...) A calúnia juntava-se a mentira para iludir os que haviam deixado embotar sua vigilância revolucionária. “O que existe aí não é Partido, mas vários grupos que se dizem Partido, todos eles infiltrados de espíões e policia...” – diziam os liquidacionistas chefiados por Fernando Lacerda. Era a calúnia negra e sórdida, que colocava em pé de igualdade confidentes da polícia ou traidores como Miranda, Bangu, Xavier, Silo e Costa Leite, com homens de envergadura moral e de fidelidade comprovada como esses que hoje formam o núcleo dirigente do Partido.”<sup>530</sup>

O desfecho desta polêmica foi a exclusão da candidatura de Fernando Lacerda ao Comitê Central, que seria eleito no IV Congresso, um informe intitulado “A situação de Fernando Lacerda perante o Partido”, assinado por Luís Carlos Prestes - veiculado na *Imprensa Popular*, em 8 de maio de 1954 e reeditado em *Problemas*, nº 61, de setembro de 1954 e em *Voz Operária*, em 14 de agosto de 1954 - determina a exclusão de sua candidatura e recomenda ainda a expulsão de Lacerda do Partido. Neste informe não faltam referências aos desvios de Lacerda, especialmente no que se refere ao “liquidacionismo”

<sup>527</sup> Ibid.

<sup>528</sup> GRABOIS, M., “Fernando Lacerda e os imaginários ‘delírios esquerdistas’ do programa do Partido”, *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 13/03/1954.

<sup>529</sup> Na época em que se veicularam estes artigos, Samuel Wainer dirigia o jornal *Última Hora*, órgão de sustentação do governo Getúlio Vargas.

<sup>530</sup> GONÇALVES, A., “A intangibilidade do Partido e o liquidacionismo de Fernando Lacerda”, *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 27/03/1954. Outros artigos publicados na *Voz Operária* referentes à esta polêmica foram: Lucena, Arlindo Alves, “O camarada Fernando Lacerda, seus delírios e suas guinadas”, 10/04/1954; Carvalho, J. Quintino de, “Fernando Lacerda faz o jogo dos americanos”, 03/04/1954; Voloch, Adão, “O delirante liquidacionista Fernando Lacerda”, 27/03/1954; Oliveira, Agostinho Dias de, “Por que Fernando Lacerda não faz a auto-crítica?”, 06/03/1954; Amaral, Ubiratan do, “Onde está a auto-crítica do camarada Fernando Lacerda?”, 27/02/1954, os dois últimos foram publicados em resposta a um artigo anterior de Fernando Lacerda intitulado “Por um IV Congresso Nacional realmente de unidade e reforçamento de nosso Partido”, veiculado na *Voz Operária* de 06/02/1954, no qual Lacerda pede aos militantes do Partido: “primeiro: que, ao usar nosso direito de crítica a erros dos camaradas, quaisquer que eles sejam, não nos percamos em questões pessoais pequeninas, (...). Segundo: que cada um de nós, antes mesmo de criticar os outros camaradas, faça sua verdadeira auto-crítica.”

de 1942-45 e à defesa que Lacerda teria feito a José Maria Crispim, quando de sua expulsão em fevereiro de 1952. São citados neste informe três artigos redigidos por Fernando Lacerda e enviados à seção “Tribuna do IV Congresso” da *Voz Operária* e que não foram publicados, onde Lacerda teria feito sua defesa. Os títulos destes artigos são: “Esclarecendo dúvidas em torno de artigos meus”, “Minha falta de vigilância revolucionária diante do renegado Crispim”, “Erros antigos que dão lição ao presente” e “O liquidacionismo de 1942-1944 e minha posição”. Neste último, Lacerda, segundo Prestes, procura se inocentar do “liquidacionismo” afirmando ter sido envolvido nele por “elementos infiltrados” nas fileiras do Partido. Prestes cita um trecho deste artigo onde Lacerda teria afirmado:

Como resultado destas posições falsas eu dei, durante dois anos, armas aos liquidacionistas de todos os tipos a que me refiro atrás; em especial, facilitei a exploração do meu nome pelo pior grupo liquidacionista, o de Silo e Ilvo Meirelles, em suas intrigas e calúnias infames contra os mais honestos camaradas da CNOP.<sup>531</sup>

Segundo Prestes, os “liquidacionistas” eram “elementos que, infiltrados em nossas fileiras, quiseram aproveitar a situação que atravessava o Partido para ver se acabavam de vez com suas organizações”. O que, ainda segundo Prestes, pretendia o “bando liquidacionista” infiltrado no Partido era: “impedir o desenvolvimento do movimento patriótico pela participação do Brasil na guerra ao lado da União Soviética e pelo envio de uma força expedicionária para a Europa, movimento que era liderado pelo Partido Comunista.” Esta acusação já havia sido feita ainda em 1945 à Silo Meirelles, após a publicação de sua carta aberta de novembro de 1945. Prestes conclui em seu informe que a posição de Fernando Lacerda, entre 1942 e 1945, não foi fruto de um erro, mas uma política conseqüente de um inimigo de classe:

A defesa conseqüente dessa posição tipicamente nacionalista e anti-soviética tinha que levá-lo, como de fato o levou, à posição de chefe incontestado do bando liquidacionista. Não se trata, portanto, de posições falsas e equívocos inconscientes, mas de uma política conseqüente de um inimigo da classe operária, que com semelhantes idéias não pode evidentemente permanecer como membro de nosso Partido e em quem não podemos com razão contar.<sup>532</sup>

O “bando liquidacionista” também foi lembrado nos informes apresentados durante o IV Congresso, no informe de Prestes, publicado em *Problemas*, de dezembro de 1954, intitulado “Informe de balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil”, onde o secretário geral do PCB faz uma análise da trajetória do Partido desde seu último congresso, em dezembro de 1928, até o momento presente. O “liquidacionismo” de 1942-1944 é lembrado da seguinte maneira: “inimigos do proletariado que, infiltrados nas fileiras do Partido, pensam poder utilizar a situação para liquidar o Partido como organização independente da classe operária.”<sup>533</sup> Mais adiante Prestes analisa as lutas do Partido contra o que ele classifica como “sucessivas manifestações do oportunismo de direita e ‘esquerda’, manifestações todas da influência ideológica da pequena burguesia nas fileiras do Partido”, incluindo nessas manifestações do oportunismo o “liquidacionismo”, que segundo Prestes perdura de 1942 a 1945, enquanto que Fernando Lacerda situa este “liquidacionismo” entre 1942 e 1944:

Tivemos em 1942-45 os elementos francamente liquidacionistas que, infiltrados em nossas fileiras e tendo à frente Fernando Lacerda, quiseram aproveitar a situação que então atravessávamos para realizar seus objetivos criminosos. Sob o pretexto de que a luta contra o fascismo deveria ser empreendida exclusivamente pelo governo, esses

<sup>531</sup> PRESTES, L. C., “A situação de Fernando Lacerda perante o Partido – informe ao Comitê Central”, *Imprensa Popular*, 08/05/54.

<sup>532</sup> Ibid.

<sup>533</sup> PRESTES, L.C., “Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil”, *Problemas*, nº 64, Rio de Janeiro, dezembro de 1954, p. 88. - Cedem



elementos pregavam inicialmente o completo desaparecimento do Partido em benefício da união nacional para depois passarem, em sua maior parte, à conspiração golpista ao lado de conhecidos agentes do imperialismo norte-americano, visando sempre impedir o desenvolvimento do movimento patriótico pela participação do Brasil na guerra ao lado da União Soviética e pelo envio de uma Força Expedicionária para a Europa, movimento liderado pelo Partido Comunista. Utilizando todas as armas da injúria e da calúnia, difamando militantes e dirigentes do Partido, afirmando que todas as organizações do Partido estavam infiltradas de policiais, os liquidacionistas pretendiam a liquidação de todas as organizações ilegais do Partido e defendiam a tese de um futuro “Congresso das Esquerdas”, visando a formação de um movimento amplo de que pudessem participar conhecidos demagogos e agentes do imperialismo norte-americano, na verdade um partido burguês e nacional-reformista. A realização da Conferência da Mantiqueira (...) significou a derrota dos liquidacionistas.<sup>534</sup>

Neste informe, observa-se três coisas interessantes: a primeira delas é que ao contrário dos informes do Comitê Central até 1954, Silo Meirelles não é mais identificado como líder do grupo “liquidacionista”, papel que passou a ser desempenhado por Fernando Lacerda a partir de sua polêmica com o Comitê Central, publicada em *Voz da Unidade*. No entanto, Silo Meirelles é indiretamente citado quando Prestes se refere “à conspiração golpista ao lado de conhecidos agentes do imperialismo norte-americano”; estes agentes do imperialismo seriam João Alberto e Juarez Távora, que se reuniram com Prestes e Silo Meirelles em abril de 1945. Também é reafirmada a acusação de que os “liquidacionistas” se opunham ao engajamento de guerra, principal bandeira do Partido entre 1941 e 1945, defendida por todos os militantes partidários, inclusive os “liquidacionistas”. Um último dado interessante do informe de Prestes é que nele o Comitê de Ação é associado com o “liquidacionismo”, quando o secretário geral fala da organização do Congresso das Esquerdas e da “formação de um movimento amplo onde pudessem participar conhecidos demagogos e agentes do imperialismo norte-americano”. É neste sentido que Prestes situa o “liquidacionismo” entre 1942 e 1945, enquanto que entre 1944 e 45 os chamados “liquidacionistas” participaram do Comitê de Ação. A pedra de toque de todo esse discurso é o imperialismo norte-americano, inimigo principal nos discursos do Partido durante a década de cinquenta; desse modo, praticamente toda a oposição interna partidária na primeira metade da década de 1940 é associada com o “liquidacionismo”, no qual participavam “conhecidos agentes do imperialismo norte-americano”.

Após IV Congresso do PCB, as referências ao “liquidacionismo” começaram a desaparecer dos informes do Partido; na segunda metade da década de 1950 o Partido iniciou um processo de renovação de sua linha política e de seu Comitê Central, que culminou com o rompimento dos membros do Comitê Central constituído entre 1945 e 1957 com o Partido – Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar - e a saída destes em 1962 para formar um novo partido comunista, o PCdoB. Na renovação de 1957, alguns dos velhos dirigentes da primeira geração foram reabilitados, como Astrojildo Pereira, que passou a dirigir o órgão de discussão teórica do Partido: *Estudo Sociais*. As críticas aos desvios pequenos-burgueses feitas aos militantes mal enquadrados na linha política do Partido aos poucos foi entrando em desuso, substituída pela crítica ao culto à personalidade e ao “arrudismo”, ou o controle que Diógenes Arruda exerceu sobre o Partido entre 1945 e 1957.

Em 1976, o PCB reabilitou à Cristiano Cordeiro<sup>535</sup>, fazendo uma autocrítica de sua política interna durante o período que foi classificado como “arrudismo”, quando muitos dos antigos quadros do Partido foram expulsos ou marginalizados, porém o Partido jamais reviu a avaliação que fizera de Silo Meirelles ou de Carlos da Costa Leite, classificando seu rompimento como uma questão pessoal entre militares; no caso, um desentendimento entre Silo Meirelles e Luis Carlos Prestes.

---

<sup>534</sup> Ibid., p.p. 92, 93.

<sup>535</sup> CASTRO, F. A. C., Apresentação editorial à *Memória e história n°2: Cristiano Cordeiro*, p. 10.

A produção historiográfica ligada ao PCB relega a dissidência “liquidacionista” como um episódio menor da história do Partido, não aparecendo até a presente data nenhum estudo detalhado sobre o caso. Via de regra, os historiadores ligados ao PCB tem mantido a versão da existência de uma dissidência ligada a Fernando Lacerda e Silo Meirelles, que pretendia a extinção do Partido; o que diferencia um estudo de outro é que os participantes desta dissidência “liquidacionista” variam conforme a simpatia do autor por um ou outro personagem. Desta maneira João Falcão relata a existência do “grupo de Fernando de Lacerda”, do qual faziam parte Silo e Ilvo Meirelles e Carlos da Costa Leite, que “defendia a extinção do Partido e o apoio incondicional ao governo.”<sup>536</sup> Enquanto Falcão coloca estes militantes no “grupo de Fernando Lacerda”, situa Pedro Mota Lima como participante da CNOP. Em relação a Silo Meirelles, Falcão ao menos admite que ele “foi um dos mais brilhantes tenentistas do Brasil”.<sup>537</sup>

Enquanto Falcão exclui Pedro Mota Lima do chamado “grupo liquidacionista”, Francisco Inácio de Almeida contesta que Roberto Morena tenha “se aproximado do grupo de Fernando Lacerda, em 1943/44, pelo que foi apodado como ‘liquidacionista’ pela corrente que empalmou o PCB no imediato pós-guerra”.<sup>538</sup>

Edgard Carone também sustenta a existência de um grupo de Fernando Lacerda, “de alcance numérico menor”, no qual participavam Pedro e Paulo Mota Lima e que eram favoráveis “a que o PCB se dissolva como partido”.<sup>539</sup> Este trabalho de Edgard Carone data de 1982; nove anos depois, o mesmo Carone atualiza sua visão do “grupo liquidacionista” admitindo que “a tendência ‘liquidacionista’ de Fernando Lacerda é simpática para muitos” e que após 1944, os participantes deste grupo irão se associar com o Comitê de Ação.<sup>540</sup>

Moisés Vinhas, além de reafirmar a existência do “liquidacionismo”, informa que a CNOP teve que “enfrentar o ‘browderismo’”, ou “a onda inspirada pelo norte-americano Earl Browder (...) que, na esteira da dissolução da IC (...), propugnava a liquidação dos partidos comunistas e a diluição de seus militantes na frente única”<sup>541</sup>. Eliezer Pacheco dividiu os presos na Ilha Grande em dois grupos: o “liderado pelo ex-tenente Carlos da Costa Leite”, que “assumia uma posição liquidacionista, superestimando as forças repressivas” e o outro, que “organizava-se em torno de Agildo Barata, aceitava a autoridade de Prestes e inclinava-se a apoiar a CNOP. (...) Também entre os exilados vai grassar o surto liquidacionista, encabeçado por Fernando de Lacerda, Pedro e Paulo Mota Lima”<sup>542</sup>.

O historiador soviético Boris Koval, diretor adjunto do Instituto do Movimento Operário Internacional da Academia de Ciências da URSS, apresentou, em 1968, uma versão ainda mais negativa do “grupo liquidacionista”, que foi editada no Brasil em 1980, onde afirmava que:

No período da guerra, na direção do Partido, sentia-se forte influência da ideologia oportunista de direita. O grupo encabeçado por F. Lacerda desenvolveu no final de 1941 uma luta divisionista bastante ativa, exortando energicamente a renunciar a uma série de formulações de princípio. Em essência foi dado início à corrente liquidacionista. Em vários Partidos de outros países do hemisfério ocidental também surgiram correntes similares. Esta tendência oportunista personificou-se de modo mais claro no browderismo. (...) Foram sobretudo ativos na luta pela “reorganização”, ou mais exatamente, liquidação do Partido, Fernando Lacerda e os irmãos Meirelles, que em 1935 tomaram parte ativa nos combates revolucionários.<sup>543</sup>

<sup>536</sup> FALCÃO, J., *Giocondo Dias: A vida de um revolucionário*, p. 118.

<sup>537</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>538</sup> ALMEIDA, F. I., *Roberto Morena*, Perfis Parlamentares, nº 45, p. 48.

<sup>539</sup> CARONE, E., *O PCB: 1943 – 1964*, p. 02.

<sup>540</sup> CARONE, E., *Brasil: anos de crise (1930 – 1945)*, p.p. 325, 334.

<sup>541</sup> VINHAS, M., *O Partidão*, p. 74.

<sup>542</sup> PACHECO, E., *O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*, p. 179.

<sup>543</sup> KOVAL, B., *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*, p. 361.

Somente a partir dos anos 1980 iniciou-se uma revisão da concepção de “grupo liquidacionista”: Leandro Konder associa a posição deste grupo com o abandono da atividade clandestina e a favor da reorganização do Partido; porém, em torno de atividades legais. Konder inclui nos defensores dessa posição, Carlos Marighella, que em nenhum outro trabalho acadêmico é associado com o “liquidacionismo”.<sup>544</sup> Raimundo Santos, escrevendo sobre um momento posterior, indaga que:

O liquidacionismo de 1942-45, contra o qual teriam se insurgido os que depois vão constituir a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), embrião do futuro núcleo dirigente pecebista, oculta toda a história do “Comitê de Ação”, uma organização-mediação criada após as prisões de 1938 e 1939 que, não postulando a imediata reorganização partidária, vinha articulando formas de fazer política na delicada conjuntura e que chegou a ter grande influência política, principalmente em São Paulo<sup>545</sup>

Silo Meirelles e Carlos da Costa Leite saíram do Partido recebendo praticamente o mesmo tratamento de quando ingressaram: foram vistos como elementos de origem pequeno-burguesa, traidores em potencial. Mesmo muitos anos após os acontecimentos que levaram ao rompimento destes dois “tenentes” com o Partido Comunista, essa análise superficial e tendenciosa não foi alterada pela historiografia, em grande parte ligada organicamente ao PCB. Até hoje não há qualquer trabalho acadêmico que contemple a militância partidária destes expoentes do exército brasileiro durante os anos 1920 e dirigentes do Partido Comunista durante a década de 1930, mas que após 1945 encontraram-se marginalizados tanto no exército quanto no Partido, terminaram sua existência carregando a pecha de serem homens incômodos, pertencentes a uma época que já havia passado.

---

<sup>544</sup> KONDER, L., *A democracia e os comunistas no Brasil*, p. 50.

<sup>545</sup> SANTOS, R., *A primeira renovação pecebista*, p. 65.

## Conclusão.

O Partido Comunista do Brasil não percorreu um trajeto contínuo e retilíneo no período entre 1927 e 1945; nestes 18 anos a linha política do Partido mudou pelo menos três vezes, passando da luta contra qualquer opção política vinda da burguesia ou pequeno burguesia até o apoio incondicional ao governo ditatorial; também sua composição interna sofreu diversas alterações, com a expulsão de muitos dos antigos militantes e a filiação de novos personagens, advindos de grupos sociais anteriormente combatidos pelo Partido. A direção partidária também sofreu diversas mudanças, sendo todo o Comitê Central do Partido inteiramente alterado, mais de uma vez.

No entanto, há uma questão que percorre todo este período: as alianças políticas do Partido. Este é o debate central deste período e merecerá as maiores elaborações teóricas dos comunistas, seja para justificar a aliança de classes, seja para combatê-la. A discussão sobre a necessidade da criação de uma política de aliança de classes, que significava a unidade de ação entre as classes que o Partido pretendia ser o único representante - o proletariado urbano e os trabalhadores rurais - com grupos considerados, por esse mesmo partido, representantes da pequena burguesia, ou seja, os intelectuais, que durante a maior parte da história do PCB eram considerados como um extrato social definido, e os militares. Estes últimos os teóricos do Partido consideravam representarem dois estratos sociais distintos: os soldados, cabos e sargentos, eram vistos como “elementos da massa” ou seja, de origem proletária e camponesa; os oficiais eram vistos pelo PCB como oriundos e representantes da pequena burguesia, que encontravam no exército uma via de ascensão social. Porém, a avaliação que o Partido Comunista fazia destes militares mudava constantemente, acompanhando antes as orientações do movimento comunista internacional, encarnado na Internacional Comunista, do que a realidade política nacional.

Desta maneira, a visão que os comunistas brasileiros tinham sobre os grupos sociais representantes da pequena burguesia urbana não se mantinha inalterada por um longo tempo, mudando geralmente durante os congressos da IC. Nos quatro primeiros congressos, 1919, 1920, 1921 e 1922, ainda sobre a influência de Lênin, acreditava-se na necessidade dos partidos comunistas dos países economicamente atrasados, entre eles o Brasil, denominados no jargão comunista de semi-coloniais e coloniais, apoiarem os movimentos de libertação nacional, que eram na grande maioria dos casos encabeçados pelas burguesias nacionais. A missão dos partidos comunistas frente a estas burguesias

era de unir forças contra a dominação imperialista, porém mantendo a independência do Partido e criando condições para avançar o máximo possível as conquistas sociais e reformas econômicas advindas destes movimentos de libertação.

Com a morte de Lênin, em 1924, os rumos do movimento comunista internacional sofreram diversas mudanças, a linha política traçada para os partidos comunistas filiados à IC praticamente sofreu alterações a cada congresso. Estas mudanças eram determinadas sobretudo pela disputa pelo poder na URSS; o V Congresso, de 1924, ficou marcado pela luta pelo poder entre Stálin e Trotski, que defendiam concepções distintas sobre os rumos da revolução bolchevique e da política externa da URSS. Esta disputa desde o princípio pendeu para o lado de Stálin, que em contrapartida à tese de revolução permanente de Trotski - que via poucas possibilidades de triunfo de uma revolução socialista na Rússia, isolada no cenário mundial, sendo portanto necessária a manutenção do movimento comunista internacional com caráter revolucionário - lança a concepção de "Socialismo num só país", concepção que reafirmava a possibilidade do triunfo da revolução bolchevique na URSS, independentemente do movimento comunista internacional. Com o triunfo da tese stalinista, a IC aos poucos foi convertendo-se de um instrumento de propagação da revolução socialista no âmbito mundial, em um anexo da política externa soviética, passando a assumir a postura da necessidade primordial da defesa da URSS como garantia da continuidade do movimento comunista mundial. Em relação aos partidos comunistas filiados à IC, o V Congresso significou o final definitivo da independência que cada um destes partidos tinha na elaboração de sua linha política, contudo não propôs uma mudança significativa na concepção de aliança de classes entre os partidos comunistas, a burguesia e pequena burguesia nacionais.

Foi sob a orientação do V Congresso que o PCB iniciou sua aproximação do movimento tenentista que, apesar de, ao menos a princípio, não contemplar reformas sociais no país, mantinha alguns pontos em comum com a linha política do Partido, especialmente em relação ao inimigo a ser combatido e aos métodos de luta. Enquanto que para o Partido a tarefa principal, no âmbito da luta pela emancipação nacional, era a eliminação do que os comunistas consideram resquícios feudais, ou seja, o latifúndio monocultor, voltado para o mercado externo e a dominação política da aristocracia agrária, que se dava por meios tradicionais de paternalismo e compadrio - por exemplo, o voto de cabresto e o clientelismo. Por motivos distintos, o movimento tenentista considerava esta mesma aristocracia agrária como seu principal inimigo, porém os objetivos dos tenentes eram distintos, a eles interessava afirmar a posição do exército no

jogo político nacional e consolidar um Estado forte, onde não haveria lugar para o federalismo, ou seja, a independência que cada unidade da federação tinham em relação ao todo. Cada Estado possuía recursos e legislação próprias e contava com uma Força Pública, atual Polícia Militar, que constituía-se num exército particular de cada Estado, muitas vezes mais bem equipados e treinados do que o próprio exército nacional, como no caso da Força Pública de São Paulo, a maior do país que, além de muito bem equipada, recebera treinamento militar, dado, inclusive, pelo exército francês, por meio da missão francesa em 1906, doze anos antes que o próprio exército nacional recebesse a mesma missão.

Quanto aos métodos de ação, o comunismo e o tenentismo também estiveram muito próximos, uma vez que a atividade clandestina conspirativa era a principal característica de ambos os movimentos. Ainda podemos ver como ponto de unidade entre o comunismo e o tenentismo, o desprezo que ambos nutriam pela democracia representativa, considerada como um regime político viciado, preparado para manter no poder os mesmos grupos políticos que dominam a vida brasileira praticamente desde os tempos de colônia, ou seja, a aristocracia agrário-exportadora. Ambos os movimentos tinham como objetivo a conquista do poder por meio de uma insurreição armada.

A partir do VI Congresso da Internacional, em 1928, as resoluções do movimento comunista internacional sofrem repetidas e bruscas mudanças de orientação, vindo a chocar-se constantemente com a linha política do PCB e até mesmo com a sua composição interna. A tônica da linha política do VI Congresso da IC será oposta àquela até então seguida, que pregava a aliança tática com setores da pequena burguesia. Passa a pregar a linha de “classe contra classe”, avessa a qualquer cooperação, sendo os partidos comunistas, considerados pelo movimento comunista internacional como os únicos representantes legítimos dos trabalhadores urbanos e rurais. A mudança de orientação política encobria uma nova disputa interna na URSS, desta vez entre Stálin e Bukharin, que foram aliados contra Trotski e, posteriormente adversários. O Bukharinismo, que se mantinha na linha dos quatro primeiros congressos da IC, passa a ser associado com um desvio de direita e é combatido internacionalmente. Fruto desta disputa foi a política de proletarização dos partidos comunistas, na qual os dirigentes considerados de origem pequeno burguesa, especialmente os intelectuais, serão combatidos e excluídos das esferas superiores dos partidos.

No caso brasileiro, a aproximação que estava sendo levada a cabo com o movimento tenentista é interrompida e a direção do Partido, encabeçada por intelectuais

como Astrojildo Pereira, Otávio Brandão e Cristiano Cordeiro, cai em desgraça junto à IC e à sua representante na América do Sul, o Bureau Sul-americano, com os dois primeiros afastados do Partido e o último, marginalizado pela nova direção, cada vez mais subordinada à IC. Porém, numa primeira fase, entre 1928 e 1931, o PCB esboça alguma resistência, desempenhando um jogo dúbio com a IC. Sua direção é duramente criticada junto ao Bureau Sul-americano e praticamente todos os membros do Comitê Central do Partido são destituídos. O tenentismo, que antes era visto como um movimento pequeno burguês de emancipação nacional, passa a ser atacado como um adversário do movimento operário e seu líder, Luiz Carlos Prestes, que antes do VI Congresso era cortejado pelo PCB, passa a ser visto como um caudilho militar e um agente do imperialismo.

Enquanto o PCB assume esta postura em seus documentos oficiais, informalmente Astrojildo Pereira, transferido para São Paulo, ainda exerce grande influência sobre a direção do Partido e vários contatos são mantidos entre o Partido e os líderes do tenentismo, especialmente com Luiz Carlos Prestes, que em 1930 se aproxima do Bureau Sul-americano e passa a assinar manifestos rompendo com o movimento tenentista, utilizando várias expressões do jargão comunista.

Em 1931, Astrojildo Pereira é definitivamente afastado do PCB e sua direção se torna mais subserviente à IC, que mantém inclusive uma representante sua, Inês Guralski, intervindo ativamente junto às decisões da direção. Neste período, entre 1931 e 1934, o PCB se isola dos demais movimentos políticos brasileiros, especialmente os de cunho revolucionário ou reformista, iniciando uma luta aberta contra o prestismo, que era apoiado por muitos dissidentes do Partido. No entanto, a postura do movimento comunista, no caso brasileiro, continua contraditória pois, se de um lado o tenentismo – tanto o que aderiu ao governo quanto o que rompeu com a Revolução de 1930 – é insistentemente atacado, por outro, seu maior expoente, Luiz Carlos Prestes, é cortejado pelo Bureau Sul-americano e vai para a URSS onde, em 1934, assume uma cadeira no Comitê Executivo da Internacional Comunista. Exemplo desta contradição é o fato do Partido, neste período, ter à sua frente um militar de origem prestista, Antonio Maciel Bonfim ou “Miranda” que, porém demonstra resistência à filiação de Prestes - que se dá em agosto de 1934 - mesmo que vários oficiais do exército já houvessem aderido ao Partido nos anos anteriores, como por exemplo, Agliberto Vieira de Azevedo, Ivan Ramos Ribeiro e Dinarco Reis<sup>546</sup>, oficiais da aeronáutica que militavam no Partido pelo menos

---

<sup>546</sup> Partido Comunista de España, Comisión Central de Cuadros, Biografía de militantes: Dinarco Reis,

desde 1933 e que, em novembro de 1935, comandaram o levante na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos.

O movimento de novembro de 1935 foi o ponto culminante da unidade entre o comunismo e o tenentismo, que já se encontrava em franca decadência, dividido entre aqueles que aderiram ao governo federal e submeteram-se à hierarquia militar e aqueles que romperam com este e se voltam para seus antigos companheiros, que mantiveram-se afastados do movimento revolucionário de 1930; entre eles Luiz Carlos Prestes, Silo Meirelles, Carlos da Costa Leite e Emigdio de Miranda.

O movimento de novembro de 1935 porém, não seria possível sem uma nova mudança de rumo da linha política seguida pelo movimento comunista internacional, que permitisse aos partidos comunistas comporem com outros setores. É o início da política de Frentes Populares, preconizada no VII Congresso da IC, em 1934, e que vislumbrava a unidade de ação entre os partidos comunistas e setores esquerdistas da burguesia. No caso brasileiro, a Aliança Nacional Libertadora – ANL, é a consubstanciação da política de frente popular e colocou os dissidentes do tenentismo à frente do Partido Comunista Brasileiro.

Com o fracasso deste movimento, o PCB foi desestruturado em virtude das sucessivas ondas repressivas que anularam a direção nacional do Partido. Porém, contínuas mudanças na orientação política da Internacional Comunista também contribuíram para desorganizar ainda mais o Partido, que teve que fazer não poucos esforços para adaptar-se àquelas orientações cambiantes. Deste modo, entre 1934 e 1939, a tarefa principal de todo militante comunista era o combate ao fascismo, encarnado no Brasil pela Ação Integralista Brasileira. Entre 1939 e 1941 porém, período em que vigorou o pacto de não agressão entre a URSS e a Alemanha nazista, a pregação política dos partidos comunistas se voltou contra o imperialismo, especialmente os imperialismos britânico e norte-americano.

A partir da segunda metade de 1941, o discurso comunista sofreu mais uma súbita revisão com a invasão alemã à URSS; a partir de então, o fascismo volta a ser o pior inimigo do movimento comunista e todos os partidos comunistas se engajam no esforço de guerra: é o início da política de União Nacional, na qual todo apoio deveria ser dado aos governos que se envolvessem na guerra ao lado dos aliados. A guerra, que antes era vista como uma disputa imperialista entre as potências agressivas, européias passa a ser



vista como uma luta ideológica, onde se encontravam pólos opostos: de um lado, os povos democráticos e amantes da paz e de outro, o fascismo e a barbárie.

Pela primeira vez no discurso comunista, a consolidação do sistema democrático representativo é vista como uma tarefa e a aliança com amplos setores da sociedade é admitida. No entanto, a realização destas alianças estará na base das tensões internas do Partido Comunista durante sua reorganização, ao final da Segunda Guerra. O Partido viu-se disputado por dois grupos antagônicos que discordavam sobre o sentido da linha política de União Nacional. De um lado, formou-se a Comissão Nacional de Organização Provisória – CNOP, que pregava o apoio incondicional ao governo federal, empenhado no esforço de guerra. Fora da CNOP, a maioria dos militantes do Partido apoiava o esforço de guerra e era contrária à organização do Partido Comunista por meio de atividades clandestinas, defendendo a participação de seus militantes em todas as instituições de caráter político, legalmente constituídas e democráticas, como a UNE, cujo seu primeiro presidente, Antonio Franca, militava no PCB e foi expulso juntamente com Silo Meirelles, Cristiano Cordeiro, Caetano Machado e Lourival da Mota Cabral, em janeiro de 1946. Estes últimos eram membros desta segunda tendência partidária, e foram alcunhados como “liquidacionistas”.

O termo “liquidacionista” não era novo no jargão partidário; fora usado durante a “proletarização”, de 1929 a 1934, para definir todos os membros do então Comitê Central próximos à orientação de Astrojildo Pereira e Otávio Brandão, alcunhados de “oportunistas de direita”.<sup>547</sup> No final da década de 1930 o termo “liquidacionista” foi mais uma vez utilizado na obra que se tornou a leitura fundamental de todo o militante comunista, *História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS*, redigida por uma comissão do Comitê Central do PC da URSS. Nesta obra, utilizava-se o termo “liquidacionista” para designar os mencheviques, revolucionários russos mais à direita do que os bolcheviques, que “pretendiam liquidar, destruir o Partido clandestino revolucionário do proletariado.”<sup>548</sup>

Após a realização da Conferência da Mantiqueira, em agosto de 1943, vários militantes contrários à CNOP organizaram-se no Comitê de Ação, que teve sua maior força no Estado de São Paulo, contando com a adesão imediata dos antigos secretários gerais do Partido, Astrojildo Pereira e Heitor Ferreira Lima, além de Cristiano Cordeiro e Caio Prado Jr. O que decidiu a organização do Partido a favor da CNOP foi, principalmente, a palavra de Luiz Carlos Prestes, que considerava esta como o único

---

<sup>547</sup> *A Classe Operária*, 17/04/1930, ver página 53 desta dissertação.

grupo organizado dentro do Partido. Acreditava-se que o Comitê de Ação não aceitava a autoridade de Prestes, ao menos não tanto quanto a CNOP.

Prestes, neste período, exercia liderança incontestável sobre a maior parte dos militantes do Partido Comunista, especialmente entre os de origem militar, que na sua maioria aderiram ao Partido em apoio a Prestes. Estes militantes de origem militar relacionavam-se mais com Prestes do que com a direção do Partido e constituíam a parte mais decisiva de cada um dos grupos que se dividiam na disputa pelo Partido: entre os prisioneiros comunistas, os grupos mais destacados, constituídos entre as lideranças de Agildo Barata ou de Carlos da Costa Leite, eram compostos por militares, muitos deles oriundos do tenentismo. Também entre a CNOP os militares, que não eram oriundos do tenentismo mas tiveram participação destacada no levante de novembro de 1935, ocupam postos de importância. Destacam-se Francisco Leivas Otero e Ivan Ramos Ribeiro, filho do “tenente” Alfredo Ribeiro Jr. que, durante os levantes tenentistas de 1924, governou o Estado do Amazonas por um mês.

As discussões, entre 1942 e 1945, sobre a reorganização do Partido, se pautavam na dicotomia trabalho legal/trabalho clandestino e não na questão reorganização/extinção, como convencionou-se após 1945. Quando Prestes toma partido da CNOP, esta discussão é superada, uma vez que a via da reorganização clandestina torna-se vitoriosa. Os militantes que receberam a alcunha de “liquidacionistas” se dividem entre os dois grupos majoritários na disputa interna: aderem à CNOP Pedro Mota Lima e Roberto Morena, fiéis à orientação de Prestes; e o Comitê de Ação, que tem a adesão dos irmãos Meirelles, Carlos Costa Leite e Fernando Lacerda. Os debates passam então a girar sobre o sentido da política de alianças a ser seguida pelo Partido: o primeiro grupo se alia ao getulismo e o segundo se alia à oposição liberal, encabeçada pela União Democrática Nacional – UDN.

Porém, após a legalização do Partido, apesar da discussão sobre sua reorganização se encontrar superada, a versão do liquidacionismo ainda é reafirmada pelo Partido e pela produção historiográfica a ele ligada, passando a ser incluídos neste grupo a maior parte dos dissidentes do Partido Comunista. Neste sentido, o “liquidacionismo” torna-se um termo útil ao Comitê Central do PCB, que emprega este termo como forma de chantagear os militantes que criticam publicamente a linha política adotada pelo comitê central.

---

<sup>548</sup> Comitê Central do PC da URSS, *História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS*, p. 55

De parte dos “liquidacionistas” propriamente ditos, os irmãos Meirelles, Carlos da Costa Leite e Fernando Lacerda, o que se manifesta é a manutenção da linha política da Aliança Nacional Libertadora, na qual, com exceção de Lacerda, eles figuraram entre os principais dirigentes. Mantém-se a proposta de aproximar todos os movimentos políticos de cunho anti-fascista, com destaque para os líderes políticos oriundos do movimento tenentista, que é rememorado na maior parte dos escritos dos membros deste grupo. O objetivo final é a criação de um amplo partido político de esquerda, no qual esteja contemplada a maior parte das tendências de esquerda nacionais. A fundação da UDN, que a princípio se constituiu como um amplo movimento político de oposição ao Estado Novo, representou a possibilidade da realização do projeto dos “liquidacionistas”, que estão entre os fundadores deste partido.

A vitória da linha Cnopista, de apoio integral ao governo e afastamento das demais tendências esquerdistas, encobre uma opção partidária pelo isolamento face às forças políticas nacionais e uma aproximação ainda maior com o movimento comunista internacional. Embora a Internacional Comunista tenha se extinguido em 1943, continuava a se articular em torno do Partido Comunista da URSS que, entre 1943 e 1947, professa o início de um período de cooperação entre as nações e o fim da ameaça imperialista, visão que justifica a posição do PCB de apoio ao governo e de mantenedor da ordem, procurando evitar o início da maior parte das greves e associando seu nome a obscuros políticos oriundos do Estado Novo, como Ildo Fiúza em 1945 e Adhemar de Barros, em 1947.

No entanto, a fidelidade do PCB às orientações do movimento comunista internacional fez com que o Partido mudasse seus rumos em 1947, quando o período de cooperação pacífica entre URSS e EEUU termina e inicia-se o período conhecido como “guerra fria”. A partir daí, o Partido abandona sua linha política de ordem e tranqüilidade e passa a se inserir no contexto internacional, apontando o imperialismo norte-americano como o inimigo principal e, ao invés de tentar impedir a deflagração de greves, passa a tentar provocá-las, linha política que ficou conhecida como “greve no apito”. Evidencia-se, então, o isolamento político em que o PCB se colocou após a democratização de 1945, ficando à margem das forças políticas nacionais e não compondo com as demais tendências de esquerda.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Fúlvio; *Frente única antifascista: 1934 – 1984*, São Paulo, Cemap, 1984.

ALEMÁN, Homero (org.); *Fascismo, democracia y frente popular: VII Congreso de la Internacional Comunista, Moscú, 25 de julio – 20 de agosto de 1935*, México, Siglo Veintiuno, 1984.

ALMEIDA, Francisco Inácio de (org.); *Roberto Morena, Perfis Parlamentares 45*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1996.

ALMEIDA JR., Antonio Mendes de; Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas, em  
FAUSTO, Boris (org.), *História geral da civilização brasileira, vol. 10, O Brasil republicano (1930-1964)*, p.p. 225-255, São Paulo, Difel, 1986.

ARICÓ, José (org.); *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista, Córdoba (Argentina) Cuadernos de Pasado y Presente - 47*, 1973.  
ASMOB; *Memória e história, vol. 2, Cristiano Cordeiro*, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

BARATA, Agildo; *Vida de um revolucionário (memórias)*, São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

BARROS, João Alberto Lins de; *Memórias de um revolucionário*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953.

BASBAUM, Leôncio; *História sincera da República, vol. 3: de 1930 a 1960*, São Paulo, Alfa-Omega, 1991.

\_\_\_\_\_ *Uma vida em seis tempos (memórias)*, São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

BASTOS, Abguar; *Prestes e a revolução social*, São Paulo, Hucitec, 1986.

BATTIBUGLI, Thaís; *A militância anti-fascista: comunistas brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*, São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 2000.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (org.); *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930 – 1983)*, Forense universitária/FGV-CPDOC/Finep, 1984.

BEZERRA, Gregório; *Memórias, primeira parte: 1900 – 1945*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

BORGES, Vavy Pacheco; *Memória Paulista*, São Paulo, Edusp, 1997.

\_\_\_\_\_ *Tenentismo e revolução brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1992.

BROWDER, Earl; *Victoria y Post-Guerra*, La Habana (Cuba), Paginas, 1943.

CARONE, Edgard; *A Primeira República (1889 – 1930)*, Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.

\_\_\_\_\_ *A Segunda república (1930 – 1937)*, São Paulo, Difel, 1978.

\_\_\_\_\_ *A Terceira República (1937 – 1945)*, São Paulo, Difel, 1976.

\_\_\_\_\_ *Brasil: anos de crise (1930 – 1945)*, São Paulo, Ática, 1991.

\_\_\_\_\_ *O PCB: 1922 a 1943*, São Paulo, Difel, 1982.

\_\_\_\_\_ *O PCB: 1943 a 1964*, São Paulo, Difel, 1982.

\_\_\_\_\_ *O tenentismo*, São Paulo, Difel, 1975.

CARVALHO, Apolonio de; *Vale a pena sonhar*, Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

CARVALHO, José Murilo de; As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador, em FAUSO, Boris (org.); *História Geral da Civilização Brasileira, Vol. 9 – O Brasil Republicano (1889-1930)*, p.p. 181-234, Rio de Janeiro, Bertrand, 1990.

CAVALCANTI, Paulo; *Nos tempos de Prestes: O caso eu conto como o caso foi, memórias políticas*, 3º vol., Recife, Guararapes, 1982.

CLAUDÍN, Fernando; *A crise do movimento comunista*, 2 vols., São Paulo, Global, 1985.

COELHO, Edmundo Campos, *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

CUNHA, José Gay; *Um brasileiro na Guerra Civil Espanhola*, São Paulo, Alfa-Omega, 1986.

DASSÚ, Marta; Frente única e frente popular: O VII Congresso da Internacional Comunista, em HOBBSAWM, Eric J. (org.); *História do Marxismo*, vol. 6, p.p. 293-336, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

DAYRELL, Eliane Garcindo; *O PCB-GO: 1936 – 1948*, São Paulo, tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1984.

DEL ROIO, Marcos; *A classe operária na revolução burguesa – A política de alianças do PCB: 1928 – 1935*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

DINIZ, Eli; O Estado Novo: estrutura de poder – relações de classes, em FAUSTO, Boris (org.), *História geral da civilização brasileira, vol. 10, O Brasil republicano (1930-1964)*, p.p. 77-120, São Paulo, Difel, 1986.

DULLES, John W. F.; *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900 – 1935)*; Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

\_\_\_\_\_ *O comunismo no Brasil, 1935 – 1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

FALCÃO, João da Costa; *Giocondo Dias: A vida de um revolucionário*, Rio de Janeiro, Agir, 1993.

\_\_\_\_\_ *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues; A Força Pública do Estado de São Paulo, em FAUSO, Boris (org.); *História Geral da Civilização Brasileira, Vol. 9 – O Brasil Republicano (1889-1930)*, p.p. 235-256, Rio de Janeiro, Bertrand, 1990.

GALLISSOT, René; O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos, em HOBBSAWM, Eric J. (org.); *História do Marxismo*, vol. 8, p.p. 199-278, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOMES, Angela Castro (org.); *Velhos militantes: depoimentos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

GOMES, Ângela Maria de Castro; Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935), em FAUSTO, Boris (org.), *História geral da civilização brasileira, vol. 10, O Brasil republicano (1930-1964)*, p.p. 7-75, São Paulo, Difel, 1986.

HEMINGWAY, Ernest; *A quinta coluna*, São Paulo, Civilização Brasileira, 1986.

HOBBSAWM, Eric J.; *A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Instituto Astrojildo Pereira; *Memória e história, vol. 3, Roberto Morena*, São Paulo, Novos Rumos, 1987.

IUMATTI, Paulo Teixeira; *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*, São Paulo, Brasiliense, 1998.

- KAREPOVS, Dainis; *Nos subterrâneos da luta (um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-38)*, São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1996.
- KONDER, Leandro; *A democracia e os comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- KOVAL, B., *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*, São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
- LENIN, V. I.; *Lenine e a III Internacional*, Lisboa, Estampa, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Obras Escogidas*, tomo V: febrero de 1918 – abril de 1920, Buenos Aires, Editorial Cartago, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Obras Escogidas*, tomo VI: mayo de 1920 – marzo de 1923, Buenos Aires, Editorial Cartago, 1973.
- LIMA, Heitor Ferreira; *Caminhos percorridos, memórias de militância*, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LIMA, Valentina da Rocha (org.); *Getúlio: uma história oral*, Rio de Janeiro, Record, 1986.
- LÖWY, Michael (org.); *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MAFFEI, Eduardo; *A morte do sapateiro – a saga dos anos 30*, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Vidas sem norte: romance do tenentismo*, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- MALINA, Salomão; *Questões históricas e atuais do PCB*, São Paulo, Novos Rumos, 1986.
- MEIRELLES, Domingos, *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*, Rio de Janeiro, Record, 2000.
- MEIRELLES, Silo; *Brasil Central: notas e impressões*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1960.
- MORAES, Denis de; VIANA, Francisco; *Prestes: lutas e autocríticas*, Petrópolis, Vozes, 1982.
- MORAES, João Quartim; *A esquerda militar no Brasil, vol. 2, da Coluna à Comuna*, São Paulo, Siciliano, 1994.
- PACHECO, Eliezer; *O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*, São Paulo, Alfa-Omega, 1984.
- PEDRO, Antonio, *A Segunda Guerra Mundial*, São Paulo, Atual/Unicamp, 1987.
- PERALVA, Osvaldo; *O retrato*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1960.
- PEREIRA, Astrojildo; *Ensaio histórico e políticos*, São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922 – 1935*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- PORTO, Eurico Bellens; *A insurreição de 27 de novembro – Relatório*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936.
- POYRAZIAN, Maria Teresa (trad.); *VI Congreso de la Internacional Comunista, segunda parte, informes e discusiones*, México, Siglo Veintiuno, 1978.
- PRADO, Maria Lígia C.; *A democracia ilustrada (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*, São Paulo, Ática, 1986.
- PRESTES, Luiz Carlos; *Problemas atuais da Democracia*, Rio de Janeiro, Vitória, 1947.

PROCACCI, Giuliano; A “luta pela paz” no socialismo internacional às vésperas da Segunda Guerra Mundial, em HOBBSAWM, Eric J. (org.); *História do Marxismo*, vol. 6, p.p. 249-292, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RICUPERO, Bernardo; *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*, São Paulo, Editora 34/Fapesp, 2000.

RODRIGUES, Leôncio Martins; O PCB: os dirigentes e a organização, em FAUSTO, Boris (org.), *História geral da civilização brasileira, vol. 10, O Brasil republicano (1930-1964)*, p.p. 361-443, São Paulo, Difel, 1986.

RYAN, James G.; *Earl Browder: The failure of american communism*, Tuscaloosa (EUA), University of Alabama Press, 1997.

SAES, Décio A. M.; Classe média e política no Brasil: 1930 – 1964, em FAUSTO, Boris (org.), *História geral da civilização brasileira, vol. 10, O Brasil republicano (1930-1964)*, p.p. 447-506, São Paulo, Difel, 1986.

SANTOS, Davino Franciscos dos; *A marcha vermelha*, São Paulo, Saraiva, 1948.

SANTOS, Raimundo, *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*, Belo Horizonte, Oficina de livros, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck; *A Coluna Prestes: análise e depoimentos*, São Paulo, Círculo do Livro, 1982.

\_\_\_\_\_ *A história militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

SOFRI, Gianni; O problema da revolução socialista nos países atrasados, em HOBBSAWM, Eric J. (org.); *História do Marxismo*, vol. 8, p.p. 329-374, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

SPRIANO, Paolo; O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra:1938-1947, em HOBBSAWM, Eric J.; *História do marxismo*, vol. 10, p.p. 129-212, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

TÁVORA, Juarez; *Uma vida e muitas lutas, memórias, 2º vol. A caminhada no altiplano*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1976.

\_\_\_\_\_ *Uma vida e muitas lutas, memórias, vol. 1 da planície à borda do altiplano*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

TRONCA, Ítalo; O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda, em FAUSTO, Boris (org.), *História geral da civilização brasileira, vol. 10, O Brasil republicano (1930-1964)*, p.p. 337-360, São Paulo, Difel, 1986.

VENTURA, Maria Isabel Pinto (org.); *Os quatro primeiros congressos da Internacional Comunista*, vol. 1, Lisboa, Maria da Fonte, S/D.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes; *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

VINHAS, Moisés; *O partidão: a luta por um partido de massas (1922 – 1974)*, São Paulo, Hucitec, 1982.

WAACK, William; *Camaradas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

WAINER, Samuel; *Minha razão de viver: memórias de um repórter*, Rio de Janeiro, Record, 1987.

#### FONTES:

1) Centro de Documentação e Memória da Unesp – CEDEM:

1.1 – Arquivo da Internacional Comunista/Cedem

*A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes*, dezembro de 1936.

A situação brasileira e as tarefas do PCB – A crise e a penetração imperialista, informe do camarada Alonso, perante o BSA, em maio de 1934.

PRESTES, L. C., Ao proletariado sofrido das nossas cidades, *Manifesto de maio de 1930*.

*As lutas dos guerrilheiros*, junho de 1936.

BONFIM, A. M. [QUEIROZ], *Brasil: Exército e marinha de guerra*. 18/11/1934.

*Bureau Sudamericano de la Internacional Comunista al Comité Central y a los Comités Regionales del Partido Comunista de Brasil – Luiz Carlos Prestes ha hecho una declaración que, en varios aspectos, tiene gran importancia*,

Carta de “Castro” [Honório de Freitas Guimarães], Paris, 11/09/1937.

Carta de Domingos José [Prestes] à Prezados camaradas, Rio de Janeiro, 08/06/1938.

Carta do Secretariado del Comité Central del PCE al Comité Provincial de Alicante, al compañero Claudio Ballesteros Gonzales [possivelmente Roberto Morena], Barcelona, 11/08/1938.

Carta do SN do PCB a Caros camaradas. 24/09/1936.

Comunicação confidencial de “Maria” (del SRI) ao CC del PCE – Departamento de cuadros, Valencia, Espanha, 24/01/1937.

*Contra as manobras de esquerda, pelo reforçamento do Partido Comunista.*, 26/12/1932.

Correspondência de “Max” ao Estimado camarada Olaso, Barcelona, 16/08/1938.

Documento confidencial do Bureau Sul Americano.

Documento sem título datada de out. de 1931.

Informação de Carlos da Costa Leite, Espanha, 16/04/1938.

*Information du delégue du Parti communist du Brésil*, 05/01/1937.

Informe de Pierre a Reunião do Bureau Sulamericano da IC, 26/09/1929.

Mobilizemos todas as forças para deter o avanço do fascismo !, Secretariado Nacional do PCB, setembro de 1936.

Opinion dada por el mayor Da Costa Leite en conversación com A. M. Elliot., 15/01/1939.

PCB, Boletim Interno do Comitê Central, junho de 1934.

*Preparemos a próxima vitória ! Apreciações em torno da insurreição do Rio Grande do Norte*, junho de 1936.

PRESTES, L. C., Cópia de una carta de Luis Carlos Prestes dirigida en 2/3/31 a un c. de Pernambuco – Actitud del Partido Comunista contra L. C. Prestes”,

Qual deve ser a posição da ANL e dos militares aliancistas em face do movimento pela ditadura militar ?, Diretório Estadual da ANL, Porto Alegre, outubro de 1936.

Relatório de “Arnaldo” [Lauro Reginaldo da Rocha], pelo BP do PCB, ao Prezados Camaradas, junho de 1938.

*Resolução do Presidium do CC sobre as diretivas da IC*, 7/03/1930.

Reunião do Bureau Sulamericano da IC, 15/07/1929.

Secretariado Nacional do PCB, *A insurreição de novembro (especialmente Natal)*, agosto de 1936.



SISSON, R., *Carta ao presidentes da Conferência Inter-americana da Paz*, 25/11/1936.

SN do PCB, *A situação do país e nossas tarefas imediatas (Circular a todos os comitês regionais, locais e células)*, agosto de 1936.

*Transformemos a guerra civil feudal-burguesa, desencadeada pelos nossos opressores, em luta contra a fome e a reação – e em defesa da União das Repúblicas Socialistas dos Soviets.*

*Resolução do Comitê Central do PCB sobre o último Plenum do SESA*, Rio de Janeiro, 22/06/1930.

B – Fundo Catulo Branco:

DESPS, *Relatório apresentado ao Sr. Chefe de Polícia, Major Filinto Müller, pelo Delegado Especial de Segurança Política e Social, Capitão Felisberto Baptista Teixeira*, setembro de 1940.

C – Fundo Roberto Morena:

MEIRELLES, S., “Carta de Uberlândia”, *O Globo*, 28/11/1945, arquivo Roberto Morena,.

LACERDA, F., “A propósito da organização da vanguarda”, p. 1.

“União de todos os anti-fascistas na luta pela democracia no país – O major Costa Leite fala, através da “Press Parga” sobre o palpitante problema”, *Diretrizes*, Rio de Janeiro, 3/7/1945.

ANL, *A Aliança Nacional Libertadora ao povo brasileiro*, 1935.

Carta de Fernando Lacerda a Roberto Morena, Rio de Janeiro, 15/06/1944.

D - Fundo Astrojildo Pereira:

El Presidium del CE de la Internacional Comunista propone a todos los partidos la disolución de la IC, Moscou, 15/05/1943, em La disolucion de la Internacional Comunistas, DIAP,

## 2) Arquivo pessoal de Carlos da Costa Leite e Rosa Meirelles.

Carta de Carlos Costa Leite, 27 de junho de 1930.

Carta de Luis Carlos Preste a Silo Meireles, Montevidéu, 13/08/1931.

“Prestes desmascara os vacilantes, covardes e traidores a serviço da reação e do fascismo”, *Tribuna Popular*, 2/12/45.

“Solidários com Silo Meireles”, *Diretrizes*, recorte sem data.

Bilhete de Fernando Lacerda a Silo, Ilvo, Costa e famílias, Rio de Janeiro, 1/4/1945.

Carta de Agnaldo Costa a Rosa Meirelles, São Paulo, 27/11/1945.

Carta de Silo para Rosa Meirelles, Uberlândia, 8/12/45.

LACERDA, F., Apoio integral à palavra de Prestes, *Folha Carioca*, 30/04/1945.

O Sr. Herculino Cascardo acusa o PCB de favorecer a volta ao país de um regime de opressão, *Diário de São Paulo*, 27/11/45; Importante entrevista do Sr. Herculino Cascardo sobre o tema da União Nacional, *Correio de Uberlândia* 1/12/45.

Entrevista de Cristiano Cordeiro, “Partido Popular Socialista”, em *O Popular*, Goiânia, 20/05/1945.

PCB, *Por um governo de coalizão nacional – Carta pública a todos os anti-fascistas do país sobre a situação brasileira*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1945.

Telegrama de Agnaldo Costa a Luiz Carlos Prestes, novembro de 1945, cópia.

“A CNOP abriu rimbos nas casamatas do Partido Comunista com a sua política de capitulação perante a ditadura”, *Diário de S. Paulo*, 2/9/1945.

AMADO, J., “Organismos ilegais, instrumentos da 5ª Coluna”, em *O Imparcial*.

ANDRADE, C. D., páginas de diário XIX, em *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20/05/1980.

Bilhete de “Oscar” à personagem desconhecido, Buenos Aires, 25/12/1930.

Carta de Barbosa Melo, Roberto Sisson e Pedro Mota Lima à Queridos amigos Costa, Gay, Dinarco, Quincas, Apolônio, Capistrano, Sâ, Assis e demais companheiros, Buenos Aires, 10/06/1939.

Carta de Pedro Mota Lima à Querido Costa e demais companheiros, s/d.

Carta de Carlos da Costa Leite à Mota [Lima], [Brasil] Gerson, Barbosa [Melo], Ivan [Pedro Martins] e demais aliancistas. Campo de Gurs, França, 27/07/1939.

Carta de Agnaldo Costa para Silo Meirelles, São Paulo, 14/09/1945.

Declaração de Agildo Barata, Carlos Marighela, e Antonio Tourinho, Ilha Grande, 5 de julho de 1943.

Papel manuscrito por Rosa Meirelles, Rio de Janeiro, 11/7/1945.

Relatório de Rocha à Oscar [Luiz Carlos Prestes], São Paulo, 1931.

Resende. L., “Entre o oportunismo grosseiro e o idealismo comprovado, não hesito: estou convosco”, depoimento de Leonidas de Resende, recorte de jornal não identificado, novembro de 1945.

3) Centro de pesquisa e documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV

Carta de José Bernardo de Câmara Canto à Getúlio Vargas, Montevidéu, 13/03/1938.

Carta de Roberto Sisson a Batista Luzardo, Montevidéu, 27/07/1940.

Carta de Roberto Sisson a Brasil Gerson, Buenos Aires, 18/12/1939.

PCB, A luta conta a agressão nazista e a política do Brasil, Rio de Janeiro, 23/08/1941.

Silva, José Joaquim, Entrevista com Luiz Carlos Prestes, Rio de Janeiro, 27/11/1941.

Carta de Batista Luzardo a Felinto Müller, Montevidéu, 11/05/1941.

Carta de Batista Luzardo a Getúlio Vargas, Montevidéu, 26/02/1938.

Carta de José Bernardo de Câmara Canto à Getúlio Vargas, Montevidéu, 13/03/1938.

Carta de Raimundo Barbosa Lima ao sr. A. de Souza, Montevidéu, 28/09/1941.

4) Arquivo do Estado do Rio de Janeiro – Funda da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social – DESPS

Prontuário nº 15.892 - Roberto Morena.

Ao Povo e ao Governo do Brasil, Rivera, Uruguai, 9/09/1942.

Prontuário nº 16.607 - Fernando Paiva de Lacerda.

Prontuário nº 14.072 - Roberto Sisson.

Prontuário nº 7.127 – Carlos da Costa Leite.

Prontuário nº 8.539 – Silo Furtado Soares de Meirelles.

Prontuário nº 7.468 – Pedro Pinto de Mota Lima.

Prontuário nº 4.541 – Antonio Muniz de Farias.

Prontuário nº 14.292 – Álvaro Francisco de Souza.

Prontuário nº 459 – Partido Comunista do Brasil.

SISSON, R., A guerra chegou às Américas e se encontra às portas do Brasil., Montevidéu, 10 de janeiro de 1942

Carta de Roberto Henrique Faller Sisson a José Simões, Buenos Aires, 18/11/1939.

PARTIDO DEMOCRÁTICO, *O Partido Democrático à nação*, 24/03/1931.  
PRESTES, L. C., Manifesto da ANL, 5 de julho de 1935, em, *A Platéia*, 6/07/35.

#### PERIÓDICOS:

*O Solidário*, Santos, 27/12/1927, 27/06/1926, 31/01/1928 – Cedem.

*La Correspondência Sudamericana*, 30/06/1927 – Cedem.

*A Nação*, Rio de Janeiro, 03/01/1927 – Cedem.

*Jornal do Comércio*, Pernambuco, 12/08/79 – Arquivo Pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

*O 5 de julho*, nº<sup>s</sup>. 50, 75 [1926]. – Cedem.

*A Classe Operária*, 17/04/1930, nº 92, 05/07/1930, 02/1936. – Cedem.

*O Jornal*, Rio de Janeiro, 01/08/1930, Arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

*A Platéia*, 17/12/1931, 06/07/35.

*A Razão*, 27/12/1931.

*Revista Comunista*, jan./fev. 1931.

*Novos Rumos*, nº 33, 2000, encarte.

*Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 04/07/45.

*O Globo*, Rio de Janeiro, 30/11/45. – Rosa Meirelles.

*Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 1/12/45. – Rosa Meirelles.

*Diário de Pernambuco*, 2/12/1945, arquivo pessoal de Rosa Meirelles e Carlos da Costa Leite.

*Voz Operária*, Rio de Janeiro, 29/02/1952, 28/08/1953, 06/03/1954, 13/03/1954, 27/03/1954. – Cedem

*Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 08/05/1954. – Cedem.

*Problemas*, nº 64, Rio de Janeiro, dezembro de 1954. - Cedem.